



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO
LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS
LICENCIATURA
(2024 – 2032)

CAMPUS UNIVERSITÁRIO CUIABÁ - MT
2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS
LICENCIATURA
(2024 – 2032)

Comissão de elaboração

Prof.^a Dr.^a Lindinalva Zagoto Fernandes

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Prof. Dr. Mario Cezar Silva Leite

Doutor em Comunicação e Semiótica

Prof.^a Dr.^a Marcia Romero Marçal

Doutora em Letras - Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana

Prof.^a Dr.^a Solange Maria de Barros

Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Prof.^a Dr.^a. Suze Silva Oliveira

Doutora em Linguística

Elza Maria Botelho Bernardes

Graduanda do Curso de Letras - Português e Francês

CAMPUS UNIVERSITÁRIO CUIABÁ – MT

2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
Histórico do curso	7
Justificativa para a reelaboração do PPC	9
1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	144
1.1 Concepção de curso	144
1.1.1 O curso e as políticas institucionais da UFMT	17
<i>1.1.1.1 Quadro das ações previstas no PPI e PDI e as ações do Curso de Letras.....</i>	<i>17</i>
1.1.2 Quadro síntese de identificação do Curso	20
1.1.3 Regime acadêmico, número de vagas, número de entradas, turno de funcionamento, períodos de integralização e dimensões das turmas	20
<i>1.1.3.1 Regime acadêmico.....</i>	<i>20</i>
<i>1.1.3.2 Número de vagas e entrada.....</i>	<i>211</i>
<i>1.1.3.3 Turnos de funcionamento</i>	<i>21</i>
<i>1.1.3.4 Período de integralização</i>	<i>21</i>
<i>1.1.3.5 Dimensão das turmas</i>	<i>21</i>
<i>1.1.4 Formas de ingresso no curso</i>	<i>21</i>
1.1.5 Objetivos do curso	22
1.1.6. Perfil profissional do egresso	25
1.1.7 Estrutura curricular	28
<i>1.1.7.1 Matriz curricular.....</i>	<i>344</i>
<i>1.1.7.2 Disciplinas optativas</i>	<i>377</i>
1.1.8 Proposta de fluxo curricular	399
<i>1.1.8.1 Quadro da Proposta de fluxo curricular.....</i>	<i>40</i>
1.1.9 Disciplinas Optativas.....	433
1.1.10 Conteúdos curriculares	433
1.1.11 Metodologia de ensino e aprendizagem	533
1.2 Operacionalização do curso.....	60
1.2.1 Formas de nivelamento para o ingressante.....	61
1.2.2 O trabalho acadêmico	61
1.2.3 Estágios supervisionados.....	633
<i>1.2.3.1 Estágio supervisionado obrigatório.....</i>	<i>633</i>

1.2.3.2 Estágio supervisionado não obrigatório	655
1.2.4 Trabalho de conclusão de curso.....	666
1.2.5 Apoio ao Discente	666
1.2.5.1 Auxílio permanência.....	677
1.2.5.2 Auxílio Alimentação	677
1.2.5.3 Moradia Estudantil.....	677
1.2.5.4 Auxílio Evento	677
1.2.5.5 Assistência e apoio psicopedagógico e Programa de Bolsas Apoio à Inclusão	688
1.2.5.6 Bolsas de estudos tutoriais e monitoria.....	690
1.2.6 As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem.....	711
1.2.7 Integração com redes públicas de ensino	733
1.2.8 Atividades práticas de ensino	744
1.2.9 Práticas como componente curricular.....	744
1.2.10 Relação com a pós-graduação	766
1.2.11 Iniciação à pesquisa científica	777
1.2.12 Atividades de extensão para fins de creditação	799
1.2.13 Avaliação do ensino e aprendizagem	833
1.2.14 Produção científica, cultural, artística e tecnológica	866
1.2.15 Aula de campo	866
1.2.16 Quebra ou dispensa de pré-requisitos	866
1.2.17 Extraordinário aproveitamento nos estudos	877
2 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO.....	888
2.1 Corpo docente	888
2.1.1 Quadro descritivo do corpo docente	900
2.1.2 Plano de qualificação docente	911
2.2 Corpo técnico-administrativo.....	911
2.2.1 Quadro do corpo técnico-administrativo	911
2.2.2 Plano de qualificação do corpo técnico-administrativo.....	922
3 INFRAESTRUTURA.....	944
3.1 Salas de aula e apoio.....	944
3.1.1 Sala de trabalho para professores em tempo integral	944
3.1.2 Salas de trabalho para coordenação do curso	944

3.1.3 Sala coletiva de professores.....	955
3.1.4 Salas de aula	955
3.1.5 Sala do centro acadêmico	966
3.1.6 Ambientes de convivência.....	966
3.2 Laboratório	977
3.2.1 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	977
3.2.2 Laboratórios didáticos	988
3.3 Biblioteca Central.....	999
4 GESTÃO DO CURSO	101
4.1 Órgãos colegiados	101
4.1.1 Núcleo Docente Estruturante.....	101
4.1.2 Colegiado de cursos.....	102
4.1.3 Comitê de ética em pesquisa	1033
4.2 Coordenação e avaliação do curso	1044
4.2.1 A Coordenação do Curso.....	1044
4.2.2 Avaliação interna e externa do curso.....	1055
4.2.3 Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	1088
4.3 Ordenamentos diversos.....	1099
4.3.1 Reunião de docentes	1099
4.3.2 Assembleia da comunidade acadêmica	110
4.3.3 Apoio aos órgãos estudantis	1101
4.3.5 Eventos científicos e acadêmicos relevantes para o curso	11212
5 EQUIVALÊNCIA DOS FLUXOS CURRICULARES.....	1144
5.1 Equivalência entre fluxo curricular a ser desativado e o proposto.....	1144
5.1.1 Quadro de equivalências entre os fluxos curriculares	1155
5.2 Complementação de estudos.....	1188
6 PLANO DE MIGRAÇÃO	1199
6.1 Ingressantes em 2023.....	1199
6.2 Ingressantes em 2022.....	121
6.3 Ingressantes em 2021.....	12222
7 REFERENCIAS	1223

8 APÊNDICES	1322
APÊNDICE A - Ementário.....	132
APÊNDICE B - Regulamento de estágio supervisionado	2055
APÊNDICE C – Regulamento da Prática como Componente Curricular	2399
APÊNDICE D - Normas dos laboratórios: acesso e uso	2455
APÊNDICE E - Ações de acessibilidade e inclusão na UFMT	2477
APÊNDICE F – Parcerias e convênios necessários ao desenvolvimento do curso	25252
APÊNDICE G - Regulamento de autoavaliação dos cursos de Letras.....	2555
APÊNDICE H – Regulamento do Extraordinário Aproveitamento de Estudos.....	2655
APÊNDICE I - Regulamento das Atividades de Extensão para fins de Creditação	2755
APÊNDICE J – Regulamento das atividades teórico-práticas.....	2833
9 ANEXOS	2888
ANEXO A – Termo De Compromissão de Provisão Docente – Letras	2888
ANEXO B - Termo de Compromisso de Provisão Docente – Psicologia.....	2899
ANEXO C -Termo de Compromisso de Provisão Docente – Instituto de Educação .	29090
ANEXO D - Termo de Compromisso de Provisão Docente – Sociologia	291
ANEXO E – Termo de Compromisso de Provisão Docente – Filosofia	29292
ANEXO F – Minuta de resolução de aprovação do curso e PPC	29393

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Português e Literaturas, licenciatura, Campus Cuiabá, da Universidade Federal de Mato Grosso, para vigência no período de 2024 - 2032.

A base curricular proposta tem como referência uma política de ensino fundamentada nos princípios científico-educacionais que delineiam a natureza múltipla e heterogênea do funcionamento da língua e da literatura como práticas sociais, integralizados aos princípios éticos e morais subjacentes à formação pessoal e profissional que, por sua vez, se articula a uma estrutura igualmente complexa e heterogênea de sociedade.

Entendendo que as linguagens regulam as ações sociais dos indivíduos, este Projeto Pedagógico de Curso preocupa-se em oportunizar ao acadêmico a participação em atividades que lhe proporcionem o crescimento como profissional e cidadão autônomo e responsável, valorizando seus interesses e suas necessidades. Propõe desenvolver habilidades e competências necessárias às realidades, com vistas à inserção do acadêmico na sociedade e ao exercício da cidadania e da profissão, os quais exigem não apenas conhecimento, mas também habilidade para lidar com esse conhecimento. A organização curricular é concebida, portanto, como uma força ativa, um processo de pensar em pessoas e em sua constituição como sujeito histórico-social. Por extensão, concebe o processo de ensino e aprendizagem de língua e literatura como transcendente à abordagem metodológica meramente conteudista e periodicista, estando associado a fatores ideológicos, políticos, econômicos e culturais.

Em consonância com o perfil do Curso de Letras - Português e Literaturas, este projeto constitui-se em mais uma proposta para a formação qualificada do profissional de Letras. O grande desenvolvimento das teorias linguísticas de cunho enunciativo e sua aplicação ao ensino de leitura e escrita, as orientações curriculares que direcionam esse ensino – Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998); Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM (BRASIL, 2000); Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2012) e, recentemente, o reconhecimento do direito de aprender como um dos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) – exigem um profissional capaz de conhecer não apenas os aspectos da gramática

tradicional e a periodização literária, mas também, e especialmente, as práticas discursivas efetivamente realizadas e os recursos com os quais são construídas. É nessa perspectiva, inclusive, que as sugestões dos parâmetros curriculares nacionais e da BNCC para um ensino de língua portuguesa de base sociointeracionista, têm sido difundidas entre pesquisadores preocupados com o processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa e literatura na educação básica. O novo contexto de ensino-aprendizagem requer uma mudança radical na prática pedagógica do professor, não admitindo apenas um ensino circunscrito à gramática e à periodização literária, mas propiciando um ensino com desenvolvimento de práticas sociais de escrita e de leitura de textos referenciais, literários, multimodais, verbovisuais entre outros que permeiam o cotidiano do aluno.

Trata-se, portanto, de uma urgente ressignificação do ensino de Língua Portuguesa e de Literatura. Para isso, é preciso formar professores capazes de (re)construir suas concepções sobre língua, linguagem, literatura, leitura, texto, gramática e produção escrita e oral, a fim de que tenham a prática docente adequada à proposta de ensino de linguagens que se pretende mais frutífero, científico e crítico; mais contextualizado e menos fragmentado; que desenvolva as competências sociointerativas, linguístico-discursivas, estéticas e reflexivas, como sugerem os documentos oficiais.

Histórico do curso

Com o objetivo de melhor atender às necessidades da clientela estudantil, desde a sua criação até o presente momento, o curso de Letras passou por várias reestruturações, alterando a grade curricular para o melhor desempenho e adaptação às exigências do momento.

Em 1984, começaram as primeiras discussões, os primeiros debates com a participação de professores e alunos na tentativa de modificar o currículo de duas habilitações do Curso de Letras, Português e Francês, Português e Inglês e criar uma terceira habilitação, Português e Literaturas, solicitação dos alunos que não tinham interesse pela aprendizagem das línguas estrangeiras.

Dois anos se passaram em debates, só vindo a acontecer a referida reestruturação no primeiro semestre de 1987, quando a carga horária das línguas estrangeiras passou de 60 horas semestrais para 90 horas. No segundo semestre daquele ano, foi implantada a habilitação

Português e Literaturas, com uma carga horária de 2.920 horas. Esta estrutura curricular permaneceu até o segundo semestre de 1990, quando, também, por decisão de professores e alunos, houve um ‘enxugamento’ do curso, com o objetivo de oferecer as aulas em um só período do dia, para possibilitar aos alunos a concentração das atividades acadêmicas, permitindo-lhes trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Essa reestruturação ainda não fora adequada para atender às necessidades da clientela, visto que muitos alunos trabalhavam no período diurno. Uma vez que a Universidade não pode perder de vista a sua função social, o Departamento de Letras implantou o curso noturno, a partir do primeiro semestre de 1993. Assim, o curso passou a funcionar em turnos alterados nos períodos matutino e noturno.

O Curso de Letras - Português e Literaturas, atualmente em funcionamento, é resultante de um processo de consulta e discussão desencadeado em 2008, cuja Matriz Curricular foi implantada para turmas ingressantes a partir de 2009, para atender à legislação que determina a prática como componente curricular (PCC) e o acréscimo das atividades complementares na carga horária dos cursos.

Por diversas razões de ordem operacional e organizacional desses novos componentes na matriz curricular, o curso empreendeu uma reestruturação lenta, na assimilação e adequação às novas exigências legais. Apenas ao final de 2008, o grupo responsável pelas mudanças curriculares – o Colegiado de Letras, em conjunto com as diferentes áreas de conhecimento do Departamento de Letras (Inglês, Francês, Espanhol, Língua Portuguesa e Literaturas) – conseguiu definir uma nova matriz curricular para as habilitações, modificando a carga horária total do Curso de 3612 horas da antiga matriz, para 3232 horas, incluindo os novos itens curriculares. Nesse sentido, a matriz de 2009, de natureza seriado anual, contempla turmas formadas em 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 em andamento.

Por outro lado, nesse período, o contexto do curso sofreu alterações significativas com a implantação de políticas educacionais, exigindo novas competências e adequações. Com o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), estudantes de diversas áreas, incluindo os de Letras, podem se capacitar no exterior recebendo bolsas de estudos. Por meio desse

programa, desde 2013, alunos do Curso de Letras - Português e Literaturas vivenciam a vida acadêmica em universidades estrangeiras (francesas e mexicanas, por exemplo).

Com a implantação do Programa Idiomas sem Fronteiras há a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da tecnologia por meio de intercâmbio e da mobilidade internacional. O programa busca oferecer aos alunos de graduação estágios no exterior com a finalidade de manter contato com outros sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Um dos empecilhos para realização de tais programas, na instituição, é o domínio da língua, tornando-se evidente a necessidade de estratégias de apoio para o aprendizado de línguas estrangeiras (principalmente o inglês) e da oferta de cursos de português para estrangeiros. Dessa forma, em 2013, o curso de Letras Português e Inglês passou a oferecer o curso Inglês sem Fronteiras (LsF) para estudantes de graduação e pós-graduação da UFMT de forma intensiva, para que possam aperfeiçoar o idioma de modo rápido e eficaz e aproveitar melhor o estágio no exterior.

A partir do ano de 2014, alunos e professores de francês passaram a contribuir com o programa Ciências Sem Fronteiras com o ensino de língua francesa. Com essa inclusão, o núcleo da UFMT, que respondia pelo Inglês sem Fronteiras, passou a ser denominado Idiomas sem Fronteiras, a fim de reunir outros idiomas. Ademais, o Curso de Letras - Português e Literaturas, ainda em 2013, passou também a oferecer um curso de Português como Língua Estrangeira para atender à demanda dos estudantes estrangeiros que estavam em mobilidade em diversos cursos da UFMT.

Para tanto, o corpo docente dos cursos de Letras, levando em consideração esse movimento, reuniu-se em colegiados ampliados e em suas áreas, para discussão de alterações à matriz curricular dos cursos, a fim de atender à mobilidade acadêmica internacional, visando uma flexibilização de modalidade de oferta que permitisse o melhor aproveitamento de disciplinas, no retorno, e sua reintegração ao curso de origem sem prejuízos para sua conclusão. Assim, este documento aponta novas mudanças para os próximos anos (2024 a 2032), propostas pelo corpo docente do curso de Letras – Português e Literaturas, licenciatura.

Justificativa para a reelaboração do PPC

A formação profissional, no Brasil, tem passado por momentos de profundas transformações, tanto em função de contingências exteriores de ordem econômica e social da modernidade tardia – a conectividade intercontinental – quanto em relação a exigências de ordem interna: a necessidade de adaptação das instituições de formação à alteração do perfil do ingressante, advinda da democratização do ensino superior, do ingresso pelo ENEM/SiSU e das quotas; bem como aos modos do ser e do fazer profissionais, indicados pelas pesquisas recentes que, pela evolução inerente às condições humanas, resultam em novos referenciais de como preparar os profissionais para o mundo que os espera.

A Lei n.º 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sinaliza, por meio do seu artigo 1º, § 2º, que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, e pelo artigo 3º, que o ensino deve prezar pela “liberdade de aprender, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber” e o “pluralismo de ideias”. Igualmente, o capítulo IV, artigo 43, incisos I a VII estabelece as finalidades da educação superior e indica o estímulo à criação cultural, à formação de diplomados aptos à inserção em diferentes setores profissionais, à participação em trabalhos de pesquisa e investigação, visando o constante aprimoramento intelectual e profissional para propiciar o desenvolvimento e a difusão da ciência, da tecnologia e da cultura, aspectos que constituem o patrimônio da humanidade e possibilitam o entendimento do homem como sujeito histórico-social que, por meio de e nas diversas linguagens, significa e ressignifica o seu pensar, a sua história e a história dos outros.

Assim, considerando a reestruturação ora proposta visa à inclusão de conteúdos relativos ao papel do homem e sua atuação no uso sustentável do meio ambiente (Políticas de Educação Ambiental, Lei n.º 9.795, de 27/04/1999 e Decreto n.º 4.281, de 25/06/2002), a questões de identidade e formação do povo brasileiro que remetem à afro-descendência e indígena dos brasileiros (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, Lei n.º 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP n.º 01 de 17/06/2004), que serão trabalhados transversalmente nas disciplinas do curso para atenderem à necessidade de formação de consciência ecológica e crítica quanto às próprias ações e atitudes em face da natureza e dos ambientes que se frequenta; e de reconhecimento das relações sociolinguísticas, das etnicidades, territórios e conflitos culturais desencadeados pela diversidade de formação do povo brasileiro.

Além disso, com o crescente investimento do governo federal na oferta de programas de internacionalização dos cursos de graduação e pós-graduação, a UFMT vem trabalhando para ampliar a mobilidade acadêmica, não só oferecendo aos alunos de graduação oportunidades para expandir o conhecimento a partir da vivência acadêmica em outros países, mas também flexibilizando pré-requisitos para receber estudantes de outros países em cursos de graduação e pós-graduação. Dessa forma, a UFMT é uma das universidades integrantes do Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC) que busca ampliar o conceito de integração e de fortalecimento regional e o trabalho cooperativo entre as universidades brasileiras e a Organização dos Estados Americanos (OEA). O PAEC oferece bolsas de mestrado e doutorado por meio de universidades brasileiras para estudantes da América Latina e Caribe.

Atento à dinâmica das demandas de formação que atendam aos tempos em que vivemos, o corpo docente, fundamentado nas diretrizes curriculares nacionais para a formação de professor de educação básica (BNCC-Formação, 2019) e orientado pelo NDE, vem propor nova estrutura, cujas disciplinas serão oferecidas semestralmente, sob o regime de créditos, a partir de 2024, totalizando 3.296 (três mil, duzentas e noventa e seis) horas, contemplando 1.520 (mil, quinhentas e vinte) horas de conteúdos teóricos, das quais 64 (sessenta e quatro) horas de disciplina optativa; 1040 (mil e quarenta) horas de prática de disciplinas, incluindo as 400 (quatrocentas) horas de Prática como componente curricular; 448 (quatrocentas e quarenta e oito) horas de estágio supervisionado e 336 (trezentos e trinta e seis) horas de atividades de extensão, distribuídas em três grupos interdependentes e integradores da formação de professores para atuação do sexto ao nono ano do ensino fundamental, no ensino médio regular, ensino médio integrado, médio profissionalizante, médio inovador e no ensino de jovens e adultos, conforme determina a Resolução CNE/CP n.º 2/ 2019.

As alterações propostas levaram em consideração o novo perfil do ingressante, as demandas regionais, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, a legislação que rege a oferta e funcionamento de cursos de licenciatura para formação de professores, em especial, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras (DCN, 2002), Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCC– Formação) - Resolução CNE/CP n.º 2 de 20 de dezembro de 2019, BNCC, Resolução CNE/CES n.º 07/2018) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFMT). Consideraram, também, a necessidade de reequilibrar a atribuição de encargos didáticos dos docentes, de forma a sustentar o ensino, a pesquisa e a extensão, em conjuntura que assegure a

qualidade de vida ao docente, bem como atender às disposições de transparência e direito à informação, com translúcida prestação de contas aos sistemas de controle (SINAES, TCU, Ministério Público) e à sociedade. Nesse sentido, para fins de atualização, foram revistos os dados históricos institucionais, perfil do egresso, habilidades e competências, área de atuação dos licenciados em Letras, modo de oferta do curso, disciplinas, ementas, referências bibliográficas, corpo docente e qualificação dentre outros aspectos e recursos diretamente relacionados à oferta e operacionalização do curso.

Esta proposta de reestruturação curricular é, portanto, o resultado de esforços empreendidos para ofertar aos futuros profissionais de educação do estado de Mato Grosso um curso que busca a consonância com as teorias modernas de ensino e de aprendizagem de linguagem e línguas e o atendimento às exigências legais de formação de professores para atuar no ensino fundamental e médio, assegurando a qualidade acadêmica em contexto de aceleradas mudanças na conjuntura social e no mundo do trabalho, porém, posicionando-se crítica e reflexivamente em relação a inconsistências de determinados modos de pensar e ‘fazer’ a educação e, por extensão, a formação profissional.

Atenta-se às condições fluidas de ‘modelos’ e práticas socioeducacionais imediatistas e suas implicações na construção da identidade pessoal, profissional e da cidadania. Nesse direcionamento, vale citar o pensamento do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Para Bauman (2001), a modernidade é líquida, pois as identidades culturais, religiosas, sociais e outras que assumimos são constantemente modificadas, renovadas e transformadas no líquido da modernidade em que estamos imersos. O autor propõe uma teoria de compreensão do espaço e do tempo que vê a imobilidade dos dominados e da organização espacial como instrumento opressor, afirmando que a busca da alta produtividade e do imediatismo cultural do mundo interconectado, diferentemente do que se pensa, promove um distanciamento ainda maior entre as classes sociais e a possibilidade de perda de valores e sensibilidades humanos pela materialidade da existência, ao transmutar cidadania em virtualidade e consumo, neste século XXI.

Salienta-se que este projeto é um trabalho coletivo; elaborado e discutido com a comunidade acadêmica desde meados de 2012. Como todo projeto dinâmico, este também se constitui em um processo contínuo de formação acadêmica, aproximada da realidade sociocultural e econômica da região, sendo, portanto, uma proposta aberta, passível de modificações e

adequações ao contexto de aplicação. Assim, a função principal deste projeto é contribuir para uma formação profissional que permita a minimização dos problemas que comprometem o ensino de Língua Portuguesa em sua instância linguístico-discursiva. O Curso de Letras entende que a educação de qualidade perpassa pelo pleno domínio da linguagem. Há, na elaboração deste projeto pedagógico, um posicionamento efetivo do corpo docente no que se refere à formação de professores de Língua Portuguesa e Literatura. Atenta-se para a formação de profissionais capazes de realizar, em suas práticas, um ensino que ultrapasse o nível da transmissão e da reprodução de conhecimentos normativos e informacionais sobre a língua e a literatura, e conceba essas disciplinas como linguagens e como direitos, isto é, trabalhe-as de maneira indissociável, desenvolvendo as capacidades sensitivas, reflexivas, analíticas e investigativas de forma ética, estética e profissional. E, nesse sentido, cumpre-nos agradecer a todos os docentes dos Cursos de Letras do Instituto de Linguagens, que contribuíram significativamente para a elaboração deste projeto de curso e, em especial, aos docentes Soraia Lima Arabi, Danie Marcelo de Jesus, Sérgio Flores, Lucy Miranda; e às professoras aposentadas Maria Antônia Peterson, Célia Maria Domingues da Rocha Reis e Maria Rosa Petroni que integraram a Comissão de Redação e o Núcleo Docente Estruturante em momentos outros que não o da versão final deste projeto.

No contexto mais amplo das práticas sociais, este Projeto Pedagógico de Curso procura alinhar-se, no conjunto de suas ações, a exigências do mercado de trabalho; a políticas públicas educacionais; às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do professor de educação básica em nível superior (DCN, 2001), à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para a reformulação da educação básica em Língua Portuguesa e seus desdobramentos; especificamente, à Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); e finalmente, a inovações científicas e tecnológicas, sem correr o risco, contudo, de se perder na descartabilidade caracterizada pela liquefação social produzida pelas sociedades contemporâneas em que está imerso (BAUMAN, 2001).

Em contexto mais específico, articula-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional e ao Projeto Político Institucional em sua filosofia, estrutura e dinâmica de funcionamento sob a perspectiva da indissociabilidade da pesquisa-ensino-extensão, reafirmando a responsabilidade pública da Universidade Federal de Mato Grosso.

1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 Concepção de curso

A primeira proposta de currículo mínimo para os cursos de Letras foi aprovada em 19 de outubro de 1962, pelo então Conselho Federal de Educação. Havia, até aquele momento, currículos densos, abrangendo conjuntos de línguas, e o grupo das Línguas Neolatinas, por exemplo, incluía a aprendizagem de cinco línguas com suas respectivas literaturas, o que, na prática, apresentava resultados duvidosos. O novo currículo previa apenas uma língua estrangeira na modalidade de licenciatura dupla, pois o formato de licenciatura única só era permitido para a língua portuguesa.

Já a formação pedagógica só foi contemplada pelo legislador 7 anos depois, quando houve a inclusão da Psicologia da Educação (focalizando pelo menos os aspectos da Adolescência e Aprendizagem, Didática e Estrutura e Funcionamento de Ensino de 2º Grau bem como tornou obrigatória a prática de ensino sob a forma de estágio supervisionado, determinações em que a formação pedagógica prescrita era de no mínimo um oitavo (1/8) das horas de atividades acadêmicas.

Apesar de tais prescrições, rara era a instituição que se preocupava com a formação profissional. Os conteúdos das práticas de ensino, geralmente, exibiam o mesmo formato, não importando se a licenciatura era em línguas ou em matemática, geografia etc. No caso das universidades públicas, o problema era menos grave, mas a disputa entre os Departamentos de Letras e os de Educação deixava uma falha nos currículos, evidenciando falta de integração interdepartamental e até políticas de formação incompatíveis.

O fato trouxe consequências e a qualidade das licenciaturas tem sido uma das preocupações do MEC nos últimos anos. A LDB de 1996 extinguiu a obrigatoriedade de currículos mínimos e, em seu lugar, surgiram as chamadas diretrizes nacionais, estabelecendo princípios, objetivos e metas a serem considerados na organização curricular.

Tais diretrizes, dadas principalmente pelo Parecer nº CNE/CES 492/2001, conferem autonomia às instituições na composição de carga horária a ser cumprida para a integralização dos cursos, na especificação das unidades de estudos a serem ministradas, assim como na

estruturação de um currículo flexível, para facultar uma formação profissional com opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho. O foco é desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional. Assim, os princípios que deveriam nortear os cursos de Letras seriam a flexibilidade na organização do curso e a consciência da diversidade/ heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

Nesse sentido, o currículo deixa de ter como foco as disciplinas e passa a ser entendido como “todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso”, e o professor passa a ter duplo papel já que se espera que ele, além de se responsabilizar pelos conteúdos, tenha a função de orientador, influenciando na “qualidade da formação do aluno” (BRASIL, 2001a. p. 29).

De acordo com as diretrizes, os profissionais em Letras deveriam “ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais”. Deles se espera múltiplas competências e habilidades para atuarem como “professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades” (BRASIL, 2001b. p. 30).

Quanto aos conteúdos, as diretrizes enfatizam que “os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais”. Enfatizam que “no caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam”

O documento alerta que “os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior”. Essas diretrizes foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 18 de fevereiro de 2002, e, no dia seguinte, foi também aprovada a resolução que institui a duração e a carga horária desses cursos.

Articulando princípios, objetivos e metas previstos em documentos anteriores para a formação de professores, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), definindo os princípios, fundamentos, dinâmica formativa, e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas de cursos de formação, tendo como referência as necessidades e competências educacionais pressupostas pela Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2018 e CNE/CP nº 4/2018.

A BNC-Formação traz à formação inicial do professor especificidades pedagógicas numa perspectiva interdisciplinar, pressupondo, além de competências específicas, o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. (BRASIL, 2019, p. 2).

Tais competências contribuem para um exercício profissional que articule ensino, pesquisa e extensão, permeado por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, que envolva o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

A formação inicial e a formação continuada destinam-se, assim, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério nas etapas da educação básica, a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, assegurando a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político pedagógico da instituição. A formação deve projetar garantia de qualidade, de direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento; a gestão democrática e a avaliação institucional.

A imersão em tais dimensões compreende, necessariamente, a formação de profissionais com múltiplas competências e que exerçam atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação.

Se por um lado a formação pedagógica é imprescindível para o exercício da docência; por outro a formação específica é fundamental para o tratamento verticalizado dos conteúdos e para a inovação das dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas, principalmente quando se refere a uma licenciatura que trata com as linguagens e suas diversas formas de expressão – como é o caso de Letras - Português e Literaturas.

Nessa perspectiva, concebe-se o Curso de Letras - Português e Literaturas como uma instância interdisciplinar em que as teorias linguístico-discursivas, literárias e socioculturais aliam-se às práticas pedagógicas para promover uma formação inicial fundamentada na tradição de educação humanista e social em uma perspectiva crítico-reflexiva.

1.1.1 O curso e as políticas institucionais da UFMT

O Curso de Letras - Português e Literaturas trabalha no sentido de se inserir nas políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa da UFMT. Na sequência, há o quadro há a apresentação das ações programadas pelo curso em consonância com metas previstas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), para o quinquênio de 2019 a 2023. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 da UFMT foi aprovado pelo Conselho Universitário, conforme Resolução Consuni nº 14, de 28 de junho de 2019, e o documento pode ser consultado na página: <https://www1.ufmt.br/ufmt/un/secao/15000/pdiufmt>.

1.1.1.1 Quadro das ações previstas no PPI e PDI e as ações do Curso de Letras

AÇÕES DO PPI/UFMT	AÇÕES DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS E LITERATURAS
<p>Busca de maior qualidade e de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, articulada com as necessidades regionais.</p> <p>OBJETIVO 1: Criar novos cursos e melhorar a qualidade no ensino de graduação.</p> <p>META 1: Atualizar todos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) da graduação.</p>	<p>- Reestruturação do PPC e oferta de disciplinas na modalidade créditos, organizadas em Núcleos de estudos básicos, de formação específica e complementares, em observância à Legislação nacional e estadual, além das Normas internas vigentes.</p> <p>- Fortalecimento do curso e motivação para a docência, por meio da participação de acadêmicos</p>

<p>AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reorganização do Projeto Pedagógico dos Cursos, adequando-os às novas concepções sócio-políticas, teóricas metodológicas, às novas tecnologias e às novas concepções de inclusão social. - Organização dos conteúdos curriculares em três núcleos de conhecimentos: Núcleo de estudos de fundamentos; núcleo de estudos profissionalizantes e núcleo de estudos complementares. - Estímulo à incorporação de tecnologias de informação à educação. 	<p>no Programa de Incentivo à Docência – PIBID/2020, desenvolvido em escolas da rede pública de ensino, na periferia de Cuiabá.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oferta de disciplina relacionada ao uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação para aplicação em Língua Portuguesa e Língua Francesa. - Oferta de novos cursos de extensão.
<p>META 4: Reduzir a evasão e a repetência nos cursos de graduação.</p> <p>AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento sistemático do Registro Acadêmico: matrícula, trancamento, desistência, aprovação, reprovação, indicadores de desempenho e diplomação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa a ser promovida pelo NDE, ao início e ao final do semestre letivo, por meio de questionário e levantamento das causas a partir de dados, tais como: matrícula, trancamento, desistência, reprovação, ENADE, diplomação. - Contato com os egressos do curso para fins de pesquisa e atualização da proposta pedagógica do curso em sintonia com as demandas sociais e com a formação continuada. - Aplicação de provas de proficiência de línguas estrangeiras modernas (inglês, espanhol e francês) e língua portuguesa para estrangeiros para acesso aos programas próprios de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) ou de outras instituições de ensino superior público ou privado. - Oferta de cursos de extensão em Língua Portuguesa e Literaturas, para atendimento de demanda social.
<p>META 8: Expandir o quadro de professores e pessoal técnico administrativo como condição para melhorar e ampliar a qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão.</p> <p>AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do quadro de docentes da UFMT, dentro dos limites estabelecidos pelo MEC para cada área de conhecimento, para propiciar a melhoria das condições de ensino, o pleno funcionamento dos cursos e atividades acadêmicas em andamento e o atendimento da expansão universitária. - Busca de novas contratações para o quadro técnico-administrativo, de forma a garantir o apoio necessário ao pleno funcionamento das atividades desenvolvidas na universidade, inclusive sua expansão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Previsão de demanda para o quinquênio, de Concurso para contratação de, pelo menos, mais 02 (dois) professores de Letras – Português e Literatura para atender às demandas da graduação, pesquisa, extensão, pós-graduação e projetos PIBID e PLI, de fortalecimento do curso, incentivo à docência e pesquisa na área.

AÇÕES DO PDI/UFMT	AÇÕES DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS E LITERATURA
POLÍTICA ESTRUTURANTE 1 - relaciona-se à	- Reuniões para discussão e reestruturação do Curso

<p>indissociabilidade da pesquisa, extensão e ensino, articulada às necessidades regionais:</p> <p>OBJETIVO 1: Criar novos cursos e melhorar a qualidade no ensino de graduação.</p> <p>META 1 - Manter os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação atualizados.</p> <p>Meta 2: Elevar o número de cursos de graduação com até 10% de carga horária para extensão.</p>	<p>para reorganizá-lo, adequando às novas concepções, às novas tecnologias e às novas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção de 10% de extensão à carga horária do curso. - Apoio ao projeto de extensão de Língua Portuguesa para estrangeiros Haitianos, falantes do créole (originário do francês e de línguas africanas), instalados em Cuiabá, em face da liberação de vistos humanitários pelo governo brasileiro. - Oferta de novos cursos de extensão em as escolas públicas. - Oferta de cursos para a formação continuada dos egressos: cursos de extensão (60h), atualização (80h), aperfeiçoamento (120h) e de especialização (360h), visando à formação continuada.
<p>OBJETIVO 4: Promover a socialização do conhecimento e maior interação entre a UFMT e a sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de página web dos cursos de Letras para divulgação das ações do curso e canal de contato com alunos e egressos. - Manutenção do contato com os egressos do curso para fins de pesquisa e atualização da proposta pedagógica do curso e para oferta de cursos de extensão (60h), atualização (80h), aperfeiçoamento (120h) e de especialização (360h), visando à formação continuada. - Aplicação de provas de proficiência de línguas estrangeiras modernas (inglês, espanhol e francês) e língua portuguesa para estrangeiros para acesso aos programas próprios de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) ou de outras instituições de ensino superior público ou privado. <p>Oferta de novos cursos de extensão à comunidade interna e externa à UFMT.</p>
<p>OBJETIVO 5: Promover a Educação a Distância e as Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicada à Educação (TIC) para a inovação das práticas pedagógicas.</p>	<p>- Oferta da disciplina TICs - Tecnologia de Informação e Comunicação no Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, a partir de 2024.</p>
<p>POLÍTICA ESTRUTURANTE 2 - refere-se à ampliação das relações com a sociedade para o desenvolvimento sustentável da região</p> <p>META 1: Proporcionar maior interação entre a comunidade acadêmica, especialmente das áreas de licenciatura, e as diversas entidades de ensino fundamental e médio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do PIBID (Programa Institucional Brasileiro de Incentivo à Docência). - Promoção da pessoa humana a partir do incentivo da aprendizagem de línguas estrangeiras modernas. - Fortalecimento das relações com as escolas de educação básica para aperfeiçoar os estágios dos acadêmicos e possibilitar como contrapartida à formação continuada dos professores das redes

	<p>públicas.</p> <p>- Atendimento à internacionalização do curso de Letras e oportunidade de vivência linguística e cultural por alunos em outros países, possibilitando, em seu retorno, o envolvimento em atividades de docência, que fortalecem o ensino de línguas estrangeiras nas escolas do ensino público, com vistas à elaboração de uma política de línguas para o desenvolvimento da pessoa humana e do estado de Mato Grosso.</p>
--	---

Fonte: Comissão de Redação do PPC

1.1.2 Quadro síntese de identificação do Curso

Denominação	Letras – Português e Literaturas - Licenciatura
Código EMEC	25903
Regime	Créditos semestrais
Grau	Licenciado em Letras - Português e Literaturas
Modalidade	Presencial
Turno	Matutino e noturno
Unidade acadêmica	IL – Instituto de Linguagens
Total carga horária	3.232 horas
Total de créditos	202 créditos
Carga horária das disciplinas obrigatórias	1984 horas
Carga horária das disciplinas optativas	64 horas
Carga Horária de Prática como Componente Curricular	400 horas
Carga horária de Estágio	448 horas
Carga horária das Atividades de Extensão	336 horas
Entradas anuais	Uma entrada anual, no primeiro semestre, alternada entre os turnos matutino e noturno
Vagas (semestre/ano)	25 vagas
Tempo mínimo para integralização	8 semestres
Tempo máximo para integralização	12 semestres
Mínimo de Créditos por semestre	21 créditos
Máximo de Créditos por semestre	30 créditos
Carga horária máxima semestral	480 horas
Carga horária mínima semestral	336 horas
Local de oferta	<i>Campus</i> Cuiabá
Período de implementação do PPC	Ingressantes em 2024
Situação legal de Reconhecimento	Renovação de Reconhecimento de Curso, Portaria SERES/MEC N° 920 de 27 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 28/12/2018.

1.1.3 Regime acadêmico, número de vagas, número de entradas, turno de funcionamento, períodos de integralização e dimensões das turmas

1.1.3.1 Regime acadêmico

O regime acadêmico é o de crédito semestral. O aluno deverá cursar o máximo de 30 créditos semestrais.

1.1.3.2 Número de vagas e entrada

Serão reservadas vinte e cinco (25) vagas anuais com entradas alternadas entre matutino e noturno, no primeiro semestre letivo. Tal alternância foi pensada para proporcionar a possibilidade de o aluno cursar disciplinas em outro turno, caso ele reprove em disciplinas no processo formativo, flexibilizando seu horário e seu tempo de estudos.

1.1.3.3 Turnos de funcionamento

O Curso de Letras - Português e Literaturas, Licenciatura, funcionará no matutino e no noturno, com entradas anuais alternadas. Em todos os processos seletivos, aos candidatos são informados os horários de funcionamento do curso.

1.1.3.4 Período de integralização

A Integralização do curso dar-se-á em 8 semestres para cumprimento do tempo mínimo exigido (Resolução CNE/CP nº 02/2019), e 12 semestres para o cumprimento do tempo máximo de integralização no curso. O grau de certificação emitido ao acadêmico que concluir o curso será de Licenciado em Letras - Português e Literaturas.

1.1.3.5 Dimensão das turmas

As turmas terão a dimensão de 25 alunos para as disciplinas teóricas e práticas; máximo de 20 alunos para os estágios supervisionados.

1.1.4 Formas de ingresso no curso

O ingresso no curso de Letras - Português e Literaturas - Licenciatura se dá pela adesão ao ENEM/SiSU, conforme determina as Resoluções Consep nº 83/2009, n.º 96/2009 e n.º 35/2010 da UFMT, com entrada anual.

Outras formas de acesso são possíveis: transferência compulsória; transferência facultativa; transferência interna ou externa, requerida após submissão ao processo de transferência de acordo com a resolução em vigor e em caso de haver vaga; convênio ou acordo cultural com outras instituições federais de ensino do Brasil e de outros países com previsão de mobilidade acadêmica ou vinda de estudantes, matrícula de portadores de curso superior, conforme normas pré-estabelecidas para vagas remanescentes do curso e ingresso ex officio; processo seletivo especial para ocupar as sobrevagas criadas para contemplar o compromisso da UFMT com a sociedade; neste caso, para a comunidade quilombola, conforme Resolução Consepe n.º 101, de 26 de setembro de 2016, que dispõe sobre criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas no âmbito da UFMT por um período de dez anos a partir de 2017 e demais formas amparadas pela legislação e acolhidas pela UFMT.

1.1.5 Objetivos do curso

Os cursos de Letras da UFMT, em observância à legislação vigente (Parecer CNE/CES n.º 83/2007, aprovado em 29 de março de 2007; Parecer CNE/CES n.º 223/2006, aprovado em 20 de setembro de 2006; Resolução CNE/CES n.º 18, de 13 de março de 2002; Parecer CNE/CES n.º 1.363, de 12 de dezembro de 2001 e Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001) e à especificidade de formação de professores de Língua e Literaturas, tem por objetivo geral formar profissionais competentes no que se refere ao conhecimento das teorias linguístico-literárias, estabelecendo relações entre a língua-cultura materna e desenvolvendo capacidades para uma prática didático-pedagógica reflexiva, crítica e criativa.

Especificamente, as Diretrizes Curriculares do Curso de Letras estabelecem como objetivos do curso Letras “formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro” (BRASIL, 2001. p. 30). Acrescenta que o profissional em Letras deve “ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais” (grifos nossos). A formação deve possibilitar, ainda, a capacidade de o acadêmico refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. Nessa perspectiva, além do ensino, deve possibilitar a articulação com a pesquisa e a extensão, sem

perder de vista a reflexão crítica sobre os temas e questões relacionadas aos conhecimentos linguísticos e literários.

Para atender a esses objetivos e a outros aspectos legais relacionados à formação de professores de educação básica é indiscutível a consideração do grande desenvolvimento das teorias linguísticas de cunho enunciativo e sua aplicação ao ensino de leitura e escrita, bem como as atuais orientações curriculares que normatizam esse ensino: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998); Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Médio (PCNEM) (BRASIL, 2000); Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, área Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (PCN+, 2006); e as Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2012). Do ponto de vista teórico-prático, tais documentos pressupõem um profissional capaz de conhecer não apenas os aspectos da gramática da língua, mas, especialmente, as práticas discursivas efetivamente realizadas, a forma como o aluno aprende e os recursos com os quais são construídas as aprendizagens. É nessa perspectiva, portanto, que as sugestões dos PCNs e da BNCC (2018) para o ensino de língua portuguesa têm sido difundidas entre pesquisadores preocupados com o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita. Esse novo contexto de ensino-aprendizagem requer uma mudança radical na prática do professor dessa disciplina, para que propicie um ensino promotor do desenvolvimento das práticas sociais de leitura e de escrita por intermédio do gênero discursivo/textual, unidade básica de ensino.

Trata-se de uma urgente ressignificação do ensino de Língua Portuguesa: é preciso formar professores capazes de (re)construir suas concepções sobre língua, linguagem, gramática, texto, produção escrita e oral, a fim de que tenham a prática docente adequada à proposta de ensino de língua que se pretende mais reflexivo, mais contextualizado e menos fragmentado; que desenvolva no aluno as competências sociointerativas, linguísticas e reflexivas, como sugerem os documentos oficiais.

Para a efetivação de tais pressupostos, este PPC propõe disciplinas que envolvem o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades básicas:

- a) domínio do uso da língua portuguesa nas suas manifestações oral e escrita em termos de recepção e produção de textos;
- b) reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, estético, político e ideológico;

- c) visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam a formação profissional;
- d) preparação profissional atualizada para o desenvolvimento de atividades de ensino, gestão escolar, pesquisa e extensão;
- e) percepção de diferentes contextos interculturais;
- f) utilização dos recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação como ferramentas didáticas;
- g) domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem nos anos finais do ensino fundamental, médio e de jovens e adultos;
- h) domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a retextualização dos conhecimentos para os níveis fundamental, médio e educação de jovens e adultos.

Assim, o Curso Letras - Português e Literaturas visa:

- a) aperfeiçoar a competência de comunicação escrita e oral na Língua Portuguesa;
- b) oferecer ao aluno subsídios para a leitura, análise e crítica de textos literários e não literários;
- c) promover a compreensão do funcionamento da Língua Portuguesa, seus usos e variações;
- d) capacitar o aluno a identificar questões de análises relativas tanto à forma linguística e literária como aos seus conteúdos;
- e) compreender a função social da língua portuguesa e das literaturas portuguesa e brasileira e sua relação com a formação cidadã e crítica.

Para tanto, ao buscar articular ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação na formação de professores de Língua Portuguesa e Literaturas espera-se cumprir com os objetivos fundamentais dessas licenciaturas, quais sejam:

- a) integrar as funções da Universidade, as quais pressupõem o envolvimento do professor (ensino, pesquisa e extensão) com a produção do conhecimento, cujo objetivo maior é propiciar melhores condições de vida à comunidade;
- b) centralizar a formação do professor na realidade socioeconômica e cultural do país, de modo que o processo acadêmico a ser desenvolvido venha a contribuir para que o docente atenda às necessidades requeridas pelo contexto educacional no qual se insere;

- c) proporcionar ao aluno sólida fundamentação teórica e competente instrumentação didático-pedagógica, linguística e literária para que o licenciado, por meio de formação geral e específica, possa exercer a profissão com competência e contribuir com uma resposta adequada às demandas da sociedade;
- d) formar professores capazes de adequar o universo da língua materna e de suas respectivas literaturas ao ensino;
- e) desenvolver uma prática educacional que leve em conta a língua materna, em suas diversas variedades, sem perder de vista a variante padrão e sua adequação;
- f) capacitar o futuro docente para a interação da teoria à prática do ensino da língua portuguesa e de suas respectivas literaturas;
- g) formar de modo consistente e contextualizado o acadêmico nos conteúdos de sua área de atuação;
- h) oferecer instrumental para o domínio de língua materna por meio do conhecimento da gramática do idioma e de sua configuração fonético-fonológica;
- i) proporcionar ao acadêmico formação teórica sólida, interdisciplinar e consistente sobre educação e sobre os princípios políticos, éticos e estéticos pertinentes à profissão de docente;
- j) desenvolver a compreensão da escola como espaço social sensível à história e à cultura locais, bem como espaço privilegiado para o ensino e a pesquisa.

Em síntese, o Curso de Letras proporciona ao acadêmico o desenvolvimento de capacidades e habilidades intelectivas, reflexivas, críticas, estéticas e criativas, por meio da linguagem, considerando suas múltiplas funções nas práticas sociais apreendidas na diversidade das línguas e na produção literária.

1.1.6. Perfil profissional do egresso

O art. 4º da BNC-Formação cita as competências específicas que devem ser desenvolvidas durante a formação inicial de professor. O documento ressalta que tais competências se referem a três dimensões fundamentais: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. Devido à importância dessas dimensões para formação do perfil do egresso, transcrevem-se, aqui, as dimensões e as competências a estas relacionadas:

I - conhecimento profissional;

II - prática profissional; e
III - engajamento profissional.

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
IV - engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

(BRASIL, 2019, p.2.)

Integradas e complementadas de modo interdependente na ação docente, essas competências direcionam o perfil do egresso, qual seja: o egresso deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do percurso formativo vivenciado, cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência, relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, bem como de gestão e comprometimento socioeducacional.

Considerando tal determinação, este projeto de curso prevê que, ao final do percurso formativo, o acadêmico deva ser capaz de:

- a) perceber a instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
- b) dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- c) ministrar aulas de Língua Portuguesa e Literaturas do 6º ao 9º anos do ensino fundamental, no ensino médio regular, ensino médio integrado, médio

- profissionalizante, médio inovador e na educação de jovens e adultos (EJA), compreendendo o papel da linguagem na formação de sujeitos sociais;
- d) compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
 - e) relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
 - f) atuar na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica, assessorias culturais e técnicas de atividades editoriais relacionadas à produção de materiais didáticos;
 - g) atuar como pesquisador dos processos de ensino e aprendizagem de língua materna e literatura, refletindo sobre a sua prática e as alternativas tecnológicas para qualificar os procedimentos didático-pedagógicos;
 - h) atuar como crítico literário e assessor cultural;
 - i) atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
 - j) identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
 - k) realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
 - l) promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
 - m) demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
 - n) atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

- o) participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- p) utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;
- q) estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério;
- r) promover espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade.

1.1.7 Estrutura curricular

A estrutura curricular do Curso de Letras - Português e Literaturas, licenciatura, compreende a carga horária total de 3.232 (três mil, duzentas e trinta e duas) horas de atividades formativas e 202 (duzentos e dois) créditos, organizados em três grupos, conforme instruído pela Resolução CNE/CP n.º 2/2019; com a instituição mínima de 10% da carga horária em extensão, conforme Resolução CNE/CES n.º 7/2018, e com observação à Resolução Consep 118/2014, que ampara o acréscimo de até 5% (cinco por cento) da carga horária de 3.200 (três mil e duzentas) horas.

De acordo com a Resolução CNE/CP n.º 2/2019, precisamente o Art. 11 e seus incisos, a carga horária dos cursos de licenciatura deve ser distribuída em três grupos, os quais estão abaixo transcritos:

grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais;

grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos; e

grupo III: 800 (oitocentas) horas, para prática pedagógica, assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos

Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início. (BRASIL, 2019, p. 6).

Atendendo às determinações de tal artigo, a matriz curricular do Curso de Letras – Português e Literaturas - Licenciatura está organizada conforme abaixo descrita.

O Grupo I está constituído de 12 (doze) componentes curriculares, compreendendo a 928 (novecentos e vinte e oito) horas, distribuídas em 544 (quinhentas e quarenta e quatro) horas teóricas, 160 (cento e sessenta) horas de práticas de disciplinas; 96 (noventa e seis) horas de atividades de extensão e 128 (cento e vinte e oito) horas de prática como componente curricular, perfazendo 58 (cinquenta e oito) créditos. Os componentes curriculares propostos possibilitam estudos teóricos, práticos que promovem a reflexão crítico-educacional sobre conteúdos científico-pedagógicos, socio-político-educacionais e de formação docente, contribuindo para a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem, suas estratégias e seus recursos pedagógicos; para o entendimento das políticas públicas para a educação, de sua gestão e de sua legislação, bem como para a discussão da profissionalização e identidade do professor. Em outras palavras, os conteúdos propostos nestes componentes curriculares contemplam a orientação da Resolução CNE/CP n.º 2/2019, em seu artigo 12, que dispõe sobre o estabelecimento desses componentes no 1º ano do curso, integrando, assim, às três dimensões das competências profissionais docentes. Distribuídas, portanto, no primeiro ano do curso (primeiro e segundo semestres), as 800 (oitocentas) horas de conteúdos pedagógicos e científicos trazem a fundamentação da educação e de suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais, permitindo o desenvolvimento integrado das competências docentes que visem à teoria, à prática e ao engajamento profissionais.

O Grupo II está constituído de 24 (vinte e quatro) componentes curriculares, correspondendo a 1.856 (um mil, oitocentas e cinquenta e seis) horas, distribuídas em 928 (novecentas e vinte e oito) horas de conteúdos teóricos, 416 (quatrocentas e dezesseis) horas de prática de disciplinas, 272 (duzentas e setenta e duas) horas de prática como componente curricular e 240 (duzentas e quarenta) horas de atividades de extensão, perfazendo 116 (cento e dezesseis) créditos, que possibilitam estudos de conteúdos das áreas específicas de Língua Portuguesa e Literaturas e suas interdisciplinaridades com o campo sócio-político-educacional; contemplam os fundamentos e recortes teórico-metodológicos para a pesquisa, para o processo de ensino e aprendizagem, bem como suas relações com as diversas realidades culturais. Esses conteúdos estão distribuídos entre o segundo e o quarto anos do curso

(terceiro e oitavo semestres), contemplando as 1600 (mil e seiscentas) horas mínimas, determinadas pela Resolução CNE/CP n.º 2/2019, em seu artigo 13, que dispõe sobre o estabelecimento de conteúdos que fundamentam teórica e metodologicamente os componentes curriculares específicos da área de atuação, bem como para o domínio pedagógico dos objetos de ensino propostos pela BNCC, para a formação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, conforme prevê o inciso III do referido artigo. Para tal fundamentação, o discente poderá cursar o máximo de 480 (quatrocentos e oitenta) horas e 30 (trinta) créditos por semestre.

O Grupo III está constituído de 5 componentes específicos, correspondendo a 848 (oitocentas e quarenta e oito) horas de práticas pedagógicas, assim distribuídas: 4 (quatro) estágios supervisionados de língua portuguesa e literaturas, totalizando 448 (quatrocentas e quarenta e oito) horas, e outras 400 (quatrocentas) horas correspondendo a atividades de práticas como componente curricular. Em termos de créditos, perfazem 28 (vinte e oito) créditos de estágios e 25 de práticas curriculares. Tais atividades práticas estão distribuídas nas disciplinas pertencentes aos grupos I e II, permitindo o aprofundamento didático em sala de aula e a diversificação de estudos das áreas de atuação profissional em sintonia com as instituições de ensino fundamental, médio e centro de educação de jovens e adultos, atendendo, assim, às demandas dos sistemas de educação.

Ressalta-se que a estrutura curricular proposta atende às seguintes normativas legais:

- Decreto nº 5.626/2005, que institui a obrigatoriedade da Língua Brasileira de Sinais aos cursos de licenciaturas, com a disciplina LIBRAS (64h);
- Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008, nº 12.288/2010, bem como à Resolução CNE/CP Nº 01, de 17 de junho de 2004, que inclui a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, com abordagem transversal do conteúdo nas disciplinas Literatura, Sociedade e Práticas Culturais (96h), Sociedade, Política e Educação (64h) e Variação e Mudança Linguística (64h); Estudos do Discurso (80h); A Prosa Contemporânea - Tendências (80h); Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo (96h);
- Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, especificamente o art. 8º, que determina aos cursos de formação de professores, a oferta de conteúdos relacionados a direitos humanos, com a disciplina Literatura, Sociedade e Práticas Culturais (96h);

Sociedade, Política e Educação (64h), Variação e Mudança Linguística (64h); Estudos do Discurso (80h); e

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002, que institui a educação ambiental, que se faz ver nas disciplinas Crítica Literária, abordando a Ecocrítica e Estudos do Discurso (80h).

Ressalta-se, ainda, que os componentes Estágios Supervisionados I, II, III e IV propõem observação e verificação da maneira como o ambiente escolar, seu projeto político pedagógico e atividades propostas se relacionam à educação étnico-racial, ambiental e aos direitos humanos, promovendo reflexões sobre como essas questões sociais são tratadas e se efetivam na escola.

Aos grupos apresentados incluem-se conteúdos que oportunizam a integração e o enriquecimento de conhecimentos diversos e de práticas acadêmico-científicas, educacionais e culturais. Para tal, são ofertadas atividades extensionistas, configuradas como projetos de extensão, com carga horária de 96 (noventa e seis horas) e 80 (oitenta) horas, estando previstas 336 (trezentas e trinta e seis) horas, isto é, 10,39 % da carga horária total, perfazendo 25 créditos, em atendimento à Resolução CNE n.º 7/2018.

Segue uma síntese da carga horária e dos créditos de cada grupo, bem como da totalidade da proposta para o curso:

Grupos	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática de Disciplina	Carga Horária Prática como Componente Curricular	Carga Horária Extensão	Carga Horária Total	Créditos
Grupo I	544	160	128	96	928	58
Grupo II	928	416	272	240	1856	116
Grupo III	-	448	Distribuídas nas disciplinas dos Grupos I e II	-	448	28
Total	1.472	1.024	400	336	3.232	202

Fonte: Elaborado pela Comissão de Redação do PPC

Complementando a matriz curricular, acrescentam-se o Exame Nacional de Desenvolvimento do Estudante, por seu caráter licenciador ao exercício da profissão, as atividades teórico-práticas, que possibilitam o aprofundamento e o aperfeiçoamento curricular, bem como o Estágio não obrigatório, experiência enriquecedora para o acadêmico. Esses componentes formam e licenciam o futuro profissional no desempenho de suas funções, oferecendo

possibilidades de práticas e estratégias pedagógicas, fundamentadas nas ciências da linguagem e em ciências afins, cuja preocupação é o desenvolvimento cognitivo, intelectual e social do ser humano.

Salienta-se a importância do incentivo às atividades teórico-práticas para a formação profissional, mesmo não sendo obrigatórias para a integralização do curso. Estas permitem contato com experiências de outros profissionais, atualizações sobre o que está sendo pesquisado e estudado na área, além de inserir o aluno no universo acadêmico mais geral. Nesse sentido, o curso incentiva tal realização por meio de participação em seminários e estudos curriculares, projetos de iniciação científica (PIBIC, PIBIT), iniciação à docência (PIBID), grupos de pesquisa, grupos de estudos, residência docente, monitoria, extensão e tutoria; atividades de ensino e aprendizagem e de gestão escolar com práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades; e apresentação em seminários, participação em congressos, simpósios, painéis, mesa-redonda, apresentação de trabalhos, apresentações de atividades socioartísticas e educacionais entre outras atividades de comunicação e expressão que visem à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

As atividades são incentivadas pelo Coordenador de Ensino de Graduação, quem orienta os alunos quanto aos procedimentos gerais de organização e realização das atividades teórico-práticas, bem como à composição e ao trâmite do processo de apresentação das atividades para fins de convalidação, no último semestre do curso. Quantas às atividades desenvolvidas em programas ou projetos sob a coordenação de professor são orientadas e acompanhadas pelo próprio professor, para que sejam validadas como atividades teórico-práticas. Além disso, no caso de migração para a nova matriz, essas atividades poderão corresponder ao aproveitamento das atividades complementares já realizadas pelos alunos. Em Apêndices apresenta-se o Regulamento das Atividades teórico-práticas (Apêndice J).

Além desses componentes, estão previstas 31 (trinta e uma) disciplinas optativas. Destas, 29 (vinte e nove) pertencem aos cursos de Letras do Departamento e 2 (duas) pertencem a cursos

de outros Departamentos da UFMT, sendo o caso das disciplinas Sociologia da Educação e Filosofia da Linguagem. Os conteúdos dessas disciplinas promovem a horizontalização do conhecimento e o estabelecimento de relações entre o direito de aprender e o dever de ensinar; a liberdade de investigar e de socializar o saber, a cultura e o pensamento, para uma formação plural, cidadã e significativa nas práticas sociais. A oferta das disciplinas optativas, bem como outras informações estão descritas na seção 1.1.9 deste documento.

Com essa base consistente de conhecimentos interdisciplinares previstas neste PPC, acredita-se que o profissional terá condições de posicionar-se frente às adversidades educacionais e adotar metodologias eficazes para legitimar a função primeira da educação formal básica, possibilitando ao educando a aprendizagem da leitura, da escrita.

1.1.7.1 Matriz curricular

GRUPOS	COMPONENTE CURRICULAR	NATUREZA	U.A.O	CARGA HORÁRIA					CRÉDITOS					REQUISITO	
		OBRIGATÓRIO/ OPTATIVO *		T	PD	PCC	AEC	TOT	T	PD	PCC	AEC	TOT	PRÉ-REQ.	CO-REQ.
GRUPO I	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	Obrigatório	PED	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Didática	Obrigatório	PED	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa e Ensino	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
	Psicologia da Educação	Obrigatório	PSI	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Sociedade, Política e Educação	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Análise Gramatical e Ensino	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
	Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	Literatura, Sociedade e Práticas Culturais	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	Tecnologias da Informação e da Comunicação no Ensino de Línguas e Literatura	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	LIBRAS	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Estudos Linguísticos e Ensino	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Projeto de Extensão – Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola	Obrigatório	LET	-	-	-	96	96	-	-	-	6	6	-	-
	SUBTOTAL				544	160	128	96	928	34	10	8	6	58	-
GRUPO II	História da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Leitura e Produção de Textos: Gêneros Acadêmicos	Obrigatório	LET	32	32	-	-	64	2	2	-	-	4	-	-

Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
Teoria dos Gêneros Literários e o Poema	Obrigatório	LET	48	16	32	-	96	3	1	2	-	6	-	-
Latim	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
Variação e Mudança Linguística	Obrigatório	LET	32	32	-	-	64	2	2	-	-	4	-	-
A Narrativa e Seus Gêneros	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
Morfologia da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Linguística Textual	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
Literaturas de Língua Portuguesa – Primeiras Manifestações	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
Filologia Românica	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
Sintaxe da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
Estudos do Discurso	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Poesia Modernista e Vanguardas	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Crítica Literária	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
Semântica e Pragmática	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
A Lírica Contemporânea	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
A Prosa Contemporânea – Tendências	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Disciplina Optativa	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-

	Atividade de Extensão: Língua Portuguesa na Escola	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-	
	Atividade de Extensão: Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-	
	Atividade de Extensão: Leitura Literária na Escola: encontros e encantos	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-	
	SUBTOTAL				928	416	272	240	1856	58	26	17	15	116	-	-
GRUPO III	Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-	
	Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-	
	Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-	
	Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-	
	Prática como Componente Curricular	Obrigatório	LET	Distribuídas nos Grupos I e II												
	SUBTOTAL				-	448	-	-	448	-	28	-	-	28	-	-
	SUBTOTAL DOS GRUPOS				1472	1024	400	336	3232	92	64	25	21	202	-	-
	TOTAL DE CARGA HORÁRIA								3232	-	-	-	-	202	-	-
	Estágio Curricular*	Não obrigatório														
Atividades Teórico Práticas	Não obrigatório															
ENADE**																

Legenda: U.A.O – Unidade Acadêmica Ofertante; T – Teórica; PD – Prática de Disciplina; PCC – Prática como Componente Curricular; AEC – Atividades Extensionistas para Fins de Creditação; TOT – Total

* Conforme Lei 11.788/2008;

** De acordo com a legislação e normas.

1.1.7.2 Disciplinas optativas

	Componente Curricular	Natureza Obrigatório/ Optativo	U.A.O	Carga Horária					Créditos				Requisitos	
				T	PD	PCC	AEC	TOT	T	PD	PCC	TOT	Pré-req.	Co-req.
DISCIPLINAS OPTATIVAS	Literatura Contemporânea: Estudos Interartes	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Gramática Histórica	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Educação Física	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Análise e Elaboração de Material Didático	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Oficina de Leitura e Produção de Textos	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Fundamentos da Comunicação Humana	Optativo	LET	96	48	-	-	144	6	3	-	9	-	-
	Oficina de Textos - Leitura e Redação	Optativo	LET	48	96	-	-	144	3	6	-	9	-	-
	Literatura Africana	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Tópicos em Língua Latina	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	O Teatro no Brasil: Período Colonial	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Teatro Brasileiro	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Modernismo em Portugal	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Música Popular Brasileira	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Tópicos em Estudos do Teatro, Comunicação e Formação de Professores.	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	-	-
	Literatura Infanto-Juvenil	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Diversidade e Políticas Linguísticas	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Estéticas Comunicacionais: Cultura Impressa e Cultura da Mobilidade	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Semiótica	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Português como Língua Estrangeira e de Acolhimento	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Noções Fundamentais da LIBRAS	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
Linguística da Libras	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-	
Metodologia da Pesquisa	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-	
Filosofia da Linguagem	Optativo	FIL	64	-	-	-	64	-	-	-	4	-	-	
Psicolinguística	Optativo	LET	64	-	-	-	64	-	-	-	4	-	-	
Sociologia da Educação	Optativo	SOC	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-	
Introdução à Linguística Antropológica	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-	
Inglês Instrumental	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-	

	Francês Instrumental	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Educação das Relações Étnico-Raciais	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Introdução à Cultura e Linguística Indígenas	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Introdução à Fonética Acústica	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-

Fonte: Elaborado pela Comissão de Redação do PPC

1.1.8 Proposta de fluxo curricular

O fluxo curricular proposto apresenta, em periodização semestral, a distribuição dos componentes curriculares estabelecidos para o processo formativo dos estudantes. Tal distribuição é uma sugestão do itinerário acadêmico para a conclusão do curso no tempo mínimo de 4 (quatro) anos, conforme estabelecido neste projeto de curso. É também base para procedimentos acadêmicos relacionados à elaboração de planos de estudos, sobretudo na ocorrência de transferências.

Considerando os objetivos do curso, o perfil de egresso e de identidade profissional que se deseja formar, bem como o regime de créditos semestral proposto para o curso, o aluno poderá matricular-se em qualquer componente curricular, desde que atenda a carga horária máxima de 480 (quatrocentos e oitenta) horas de estudos e o número máximo de 30 (trinta) créditos semestrais.

Ressalta que, em casos de reprovação em disciplina ou escolha de disciplinas optativas e/ou de componentes curriculares fora da periodização proposta, a matrícula deverá ser realizada em turno diverso ao de funcionamento do curso, para que não haja incompatibilidade de horário e descontinuidade na organização curricular. Exige-se para esses casos, portanto, compatibilidade de horário, ou seja, não há permissão de matrícula em componentes curriculares com horários conflitantes em razão de simultaneidade.

Apresenta-se, na sequência, o quadro com a descrição dos componentes curriculares distribuídos em semestres.

1.1.8.1 Quadro da Proposta de fluxo curricular

SEM.	Componente Curricular	Natureza Obrigatório ou Optativo	U.A.O	Carga Horária					Créditos					Requisitos	
				T	PD	PCC	AEC	TOT	T	PD	PCC	AEC	TOT	Pré-req.	Co-req.
1º SEMESTRE	Sociedade, Política e Educação	Obrigatório	PED	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Didática	Obrigatório	PED	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Estudos Linguísticos e Ensino	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	Obrigatório	PED	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Análise Gramatical e Ensino	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
SUBTOTAL				288	32	16	-	336	18	2	1	-	21	-	-
2º SEMESTRE	Psicologia da Educação	Obrigatório	PSI	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa e Ensino	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
	Tecnologias da Informação e da Comunicação no Ensino de Línguas e Literatura	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	Projeto de Extensão – Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola	Obrigatório	LET	-	-	-	96	96	-	-	-	6	6	-	-
SUBTOTAL				160	96	80	96	432	10	6	5	6	27	-	-
3º SEMESTRE	Literatura, Sociedade e Práticas Culturais	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	Latim	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Teoria dos Gêneros Literários e o Poema	Obrigatório	LET	48	16	32	-	96	3	1	2	-	6	-	-
	Leitura e Produção de Textos: Gêneros Acadêmicos	Obrigatório	LET	32	32	-	-	64	2	2	-	-	4	-	-
	Morfologia da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-

	Projeto de Extensão - Língua Portuguesa na Escola	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-
SUBTOTAL				208	112	80	80	480	13	7	5	5	30	-	-
4º SEMESTRE	História da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Sintaxe da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
	A Narrativa e Seus Gêneros	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
	LIBRAS	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Projeto de Extensão: Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-
SUBTOTAL				208	48	32	80	368	13	3	2	5	23	-	-
5º SEMESTRE	Literaturas de Língua Portuguesa – Primeiras Manifestações	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
	Variação e Mudança Linguística	Obrigatório	LET	32	32	-	-	64	2	2	-	-	4	-	-
	A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
	Linguística Textual	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-
SUBTOTAL				160	208	64	-	432	10	13	4	-	27	-	-
6º SEMESTRE	Semântica e Pragmática	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
	Poesia Modernista e Vanguardas	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
	Filologia Românica	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Optativa	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-
	Projeto de Extensão – Leitura literária: encontros e encantos	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-
SUBTOTAL				192	176	32	80	480	12	11	2	5	30	-	-

7º SEMESTRE	Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-	
	Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-	
	Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-	
	Crítica Literária	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-	
SUBTOTAL				144	160	48	-	352	9	10	3	-	22	-	-	
8º SEMESTRE	Estudos do Discurso	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-	
	A Lírica Contemporânea	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-	
	A Prosa Contemporânea – Tendências	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-	
	Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-	
	SUBTOTAL				112	192	48	-	352	7	12	3	-	22	-	-
	TOTAL DE CARGA HORÁRIA				1472	1024	400	336	3232	92	64	25	21	202	-	-
Estágio Curricular não Obrigatório*																
Atvidades Teórico Práticas																
ENADE**																

Legenda: U.A.O – Unidade Acadêmica Ofertante; T – Teórica; PD – Prática de Disciplina; PCC – Prática como Componente Curricular; AEC – Ações de Extensão para fins de Creditação; TOT – Total

* Conforme Lei 11.788/2008;

** De acordo com a legislação e Norma.

1.1.9 Disciplinas Optativas

As disciplinas optativas previstas nesta reestruturação de projeto serão ofertadas pelo curso de Letras – Português e Literaturas e por outros cursos do Departamento de Letras, no sexto semestre do curso, e contemplam 64 horas de conteúdos de enriquecimento das aprendizagens. A oferta será feita alternadamente entre as disciplinas eleitas: em cada ano escolher-se-á uma disciplina obrigatoriamente; mais de uma poderá ser escolhida desde que haja docente com carga horária disponível no referido Departamento.

Os outros cursos do Departamento Letras que se comprometeram a ofertar disciplinas optativas são os cursos de Letras-LIBRAS, Letras Português e Inglês e Letras Português e Francês. O termo desse comprometimento pelo Departamento está incluso no Anexo A deste PPC.

Caso o aluno não queira realizar a disciplina ofertada naquele semestre, poderá cursar em outro departamento da instituição, desde que seja em áreas afins. Há possibilidade de cursar no Departamento de Sociologia, Filosofia e Antropologia. Neste caso, o discente deverá solicitar ao Colegiado dos Cursos de Letras, via processo SEI, a matrícula na disciplina, observando o período de matrícula estabelecido no Calendário Acadêmico. O Colegiado dos Cursos de Letras deverá enviar o processo ao Colegiado do Curso a que pertence a disciplina, solicitando a possibilidade de matrícula do aluno requerente. Tal matrícula, no entanto, não é garantida, pois dependerá da existência de vaga no semestre letivo da solicitação. Para as disciplinas optativas com mais de 64 horas, a diferença de horas será computada no histórico do aluno.

1.1.10 Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares do Curso de Letras – Português e Literaturas estão organizados em três grupos, conforme instruído pela Resolução CNE/CP n.º 2/2019, os quais devem contemplar conteúdos que permitem o desenvolvimento de competências profissionais docentes em termos de conhecimento, prática e engajamento profissionais, como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Atentando-se para essa determinação, em especial ao art. 12 e seus incisos, relaciona-se, na

sequência, os componentes curriculares propostos e os conhecimentos requeridos em tais dimensões.

O primeiro grupo é composto por conteúdos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais, perfazendo 929 (novecentas e vinte e oito) horas e 58 (cinquenta e oito) créditos. Neste grupo estão os seguintes componentes:

- a) Organização e Funcionamento da Educação Brasileira (64h), que traz ao acadêmico conhecimentos sobre as políticas educacionais e sistemas de ensino; a história da organização da educação brasileira; o currículo e seus marcos legais: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as diretrizes curriculares nacionais; o regime de colaboração entre os entes federativos; a gestão e financiamento da educação no Brasil em geral, nas escolas em particular, bem como universalização e qualidade da educação; além disso, permite a interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo MEC e pelas secretarias de Educação;
- b) Didática (64h), que apresenta estudos relacionados ao objeto da Didática, seus pressupostos, concepções, suas relações com os processos de ensino e aprendizagem e suas implicações na prática docente e nos contextos da realidade do educandos; a organização e a avaliação do trabalho pedagógico do professor, tais como o planejamento de ensino e suas finalidades, elementos, fases, avaliação da aprendizagem bem como a importância do currículo e da avaliação em perspectivas e possibilidades nos diferentes espaços e níveis da educação;
- c) Psicologia da Educação (64h), que traz a Psicologia e suas relações com a escola e com a aprendizagem; principais temas e abordagens teóricas da Psicologia, que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural; condição psicossocial da criança e do adolescente; fracasso escolar; disciplina e indisciplina no contexto escolar; subjetividade, desenvolvimento e práticas pedagógicas, bem como questões relacionadas à educação inclusiva, de gênero e sexualidade, além das relações escola-família; traz, portanto, conhecimentos sobre como as pessoas aprendem e a compreensão e aplicação desse conhecimento na melhoria da prática docente;

- d) Sociedade, Política e Educação (64h), com estudos voltados ao desenvolvimento histórico do pensamento, da sociedade e da educação do mundo ocidental e brasileiro; ao processo de escolarização da sociedade; aos conceitos e fundamentos sociológicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e suas relações com as práticas pedagógicas críticas, não críticas e crítico-reprodutivistas; às políticas públicas para a efetivação da Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Dec. Nº 4.281, de 25 de junho de 2002), Educação das Relações Étnico-Raciais (à inserção dos Estudos Históricos e Culturais Afro-Brasileiros e Indígenas (Lei nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008, Lei nº 12.288/2010, Resolução CNE/CP Nº 01, de 17 de junho de 2004) e Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012) – esta contemplando o Art. 8º, que determina, aos cursos de formação de professores, a oferta de direitos humanos como componente curricular obrigatório. Ainda nesta disciplina, a abordagem socio-filosófica e reflexiva sobre a finalidade da educação (reprodução ou transformação social?), bem como a diferença entre escola ideal e escola real. Em termos da BNCC-formação, a disciplina possibilita a compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição, de seu papel na sociedade e da concepção do papel social do professor;
- e) Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (96h), que apresenta os fundamentos teórico-metodológicos para o ensino da Língua Portuguesa e da Literatura, trazendo o gênero como unidade básica do ensino e as práticas de leitura, escrita, análise linguística, literária e produção textual; ensino de gramática e a gramática contextualizada, bem como conhecimentos didáticos específicos dos conteúdos a serem ensinados, considerando o desenvolvimento dos estudantes, a gestão e o planejamento de propostas pedagógicas; avaliação e suas relações com o desenvolvimento de competências nos anos finais do ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos e educação tecnológica;
- f) Fonética, Fonologia da Língua Portuguesa e Ensino (80h) – compreende estudos direcionados à fonética articulatória envolvendo desde o mecanismo fonador, como também a audição (reconhecimento sonoro), articulação (produção do som), simbolização (reconhecimento dos símbolos para cada som) e descrição (aprender a descrever o processo da produção dos sons). E estudo fonológico reconhecimento dos fonemas da língua portuguesa (LP), bem como os principais alofones da LP.

Explicação das diferentes teorias fonológicas. A relação entre os fonemas e grafemas e explicar a organização do sistema alfabético do português brasileiro.

- g) Análise Gramatical e Ensino (80h) – aborda estudos da gramática normativa da língua portuguesa, aprofundamento em questões que contemplam os conceitos e as nomenclaturas gramaticais, bem como as relações sintáticas numa perspectiva crítica, a partir de textos argumentativos.
- h) LIBRAS (64h), que apresenta a língua da comunidade surda brasileira e sua instituição obrigatória pelo Decreto nº5.626/2005 nos cursos de formação de professores para a educação básica, trazendo conhecimentos relacionados a diferentes formas de interação e comunicação humanas, de ética profissional e de respeito aos direitos de minorias;
- i) Tecnologias da Informação e da Comunicação no Ensino de Línguas e Literatura (96h), que discute o uso de ferramentas da tecnologia da informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem e seus subsídios teórico-metodológicos para a utilização de tecnologias digitais na promoção de uma educação crítica, trazendo conhecimentos que permitem a compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional e suas implicações na educação contemporânea;
- j) Literatura, Sociedade e Práticas Culturais (96h) – apresenta estudos relacionados à leitura e sua função na sociedade e na formação do leitor, enfatizando a natureza e fundamentos ideológicos da literatura considerada para o público do ensino fundamental e médio, uma vez que o licenciando trabalhará com adolescentes; traz a construção da literatura juvenil no Brasil e suas relações com a escola e o mercado editorial, analisando a seleção de obras, a rotulação e o consumo; traz a relação entre literatura e redes sociais, estudando as práticas das culturas juvenis contemporâneas (vlogs, podcasts culturais (literatura, cinema, teatro, música), playlists comentadas, fanfics, fanzines etc.); além de realizar práticas de leitura e análises de obras literárias.
- k) Estudos Linguísticos e Ensino (64h) – disciplina que mostra o estabelecimento da linguística como ciência da linguagem, a linguística saussuriana: conceitos, delimitação da área, críticas e influências nos estudos linguísticos posteriores. O caminho da linguística pós-saussure (gerativismo, funcionalismo entre outros) e suas implicações na ciência linguística, no ensino da língua materna e na formação do professor, bem como o lugar da tradição gramatical no ensino de língua.

No segundo grupo, que compreende o aprofundamento de estudos na etapa e/ou no componente curricular ou área específica de conhecimento, no caso do Curso de Letras, corresponde aos conteúdos que dizem respeito à estrutura e à funcionalidade da língua portuguesa, e às literaturas portuguesa e brasileira, perfazendo um total de 1.856 *mil, oitocentas e cinquenta e seis) horas e 116 (cento e dezesseis) créditos. Estão neste grupo os componentes abaixo relacionados e respectiva descrição dos principais conhecimentos ofertados:

- a) Leitura e Produção de Textos: Gêneros Acadêmicos (64h) – traz estudos sobre leitura e produção de textos com fins acadêmicos, como resumo, resenha, ensaio, elaboração de slides e relatório acadêmico, seguindo, inclusive, critérios acadêmicos e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outros manuais de redação científica;
- b) Linguística Textual (96h) - que compreende estudos das relações sintático-semânticas e sócio Pragmáticas na organização da estrutura do texto; as contribuições teórico-metodológicas da Linguística Textual para o processo de ensino e aprendizagem de língua materna, em especial, de produção de textos orais e escritos, sua revisão e correção;
- l) Variação e Mudança Linguística (64h), que traz a contextualização da sociolinguística e os conceitos de língua, idioleto, dialeto, variedade, variante, fenômenos e regras variáveis, bem como suas perspectivas teóricas; faz uma reflexão sobre o português brasileiro e o europeu, bem como mostra as influências (indígenas, africanas dentre outras) por esse recebidas.
- c) Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente (80h) – traz reflexões sobre a aquisição de linguagem e algumas problemáticas daí advindas; sobre os letramentos discentes e docentes, mostrando os estudos pluri-multi e interdisciplinar de construção teórica e resolução de problemas no mundo. Apresenta a pesquisa em sala de aula (pesquisa-ação) e suas relações com a prática pedagógica, com a formação continuada do professor e com o direito de aprender dos educandos.
- d) Filologia Românica (64h) – estuda a definição, delimitação e métodos; os confrontos e as diferenças entre Linguística e filologia. Traz a romanística de antes do século XIX e durante o século XIX, bem como a expansão romana, com a România Oriental e România Ocidental. Aborda também o latim vulgar e latim literário, sua conceituação e características gerais. O método histórico comparativo. A edição filológica e a preparação de textos para estudo histórico da língua portuguesa;

- e) História da Língua Portuguesa (64h) – estuda a formação histórica da Língua Portuguesa, partindo da formação histórica da Península Ibérica e as contribuições linguísticas advindas dessa formação. A história externa e a história interna da Língua Portuguesa. Compreensão dos fatos linguísticos do português atual através de estudos diacrônicos da língua. Estudo do nível fonético, morfológico e sintático através da história do português;
- f) Latim (64h) – traz as noções fundamentais de análise lógica e sintática. O alfabeto latino. Generalidades: gênero, número, caso, a importância do genitivo, as cinco declinações latinas. Adjetivos de primeira e segunda classes. As quatro conjugações latinas e o verbo ‘esse’. Leitura e tradução de frases e textos latinos;
- g) Morfologia da Língua Portuguesa (80h) – apresenta os modelos de análise morfológica e suas propriedades como morfema, alomorfe, palavra; a identificação e classificação de morfemas e alomorfes; os processos morfológicos; a formação e classes de palavras no Português, bem como estudos sobre o grau e o aspecto em Português;
- h) Sintaxe da Língua Portuguesa (80h) – estuda a organização da frase do português; tipos de frase; níveis de estruturação frasal e os constituintes oracionais, bem como as relações de (in)dependência no eixo sintagmático (coordenação e subordinação). Inclui estudos da oração na perspectiva da gramática tradicional (termos da oração);
- i) Semântica e Pragmática (80h) – explicita o objeto da Semântica e os aspectos semânticos da linguagem; as propriedades do signo, com abordagem ao significado, sentido e referência; estudos sobre Semântica intencional e Semântica extensional; noções básicas de lógica: conectivos, argumentos e notação; e as correntes que estudam o significado de pontos de vista diferentes, como a semântica formal, lexical, argumentativa e cognitiva; os limites da Semântica com a Pragmática e com a Análise do Discurso;
- j) Estudos do Discurso (80h) – introduz conhecimentos sobre texto e discurso; sobre as correntes de estudos do discurso, como a Análise Dialógica, a Análise do Discurso de Linha Francesa e Análise Crítica do Discurso, com reflexão sobre as diferenças entre essas teorias, com análise de material textual, destacando conteúdos e temáticas de formação docente, questões étnico-raciais, ambientais e o papel do cidadão e da linguagem na sociedade contemporânea;

- k) A Teoria dos Gêneros Literários e o Poema (96h) – estuda os conceitos de literatura, sua evolução semântico-histórica e a noção de literariedade; introduz os gêneros clássicos; estuda o teatro grego e o contemporâneo; o poema e sua construção composicional (verso, estrofe, formas poéticas fixas, métrica, rima, acentuação); relaciona analogia à imagem poética, bem como a poesia visual e as novas mídias;
- l) A Narrativa e Seus Gêneros (80h) – compreende estudos sobre o gênero romance, suas origens e evolução sob as perspectivas de Lukács e Bakhtin, entre outros; as formas da narrativa: crônica, conto, novela e romance; e as categorias da narrativa: discurso e diegese, fábula e trama, temporalidade da história e do discurso, diferentes tipologias da personagem, figuração do narrador, o espaço e a ambientação. Há, também, conteúdos relacionados à narrativa fílmica e à HQ;
- m) Literaturas de Língua Portuguesa - Primeiras Manifestações (80h) – apresenta a literatura como fenômeno artístico e os critérios para a organização de obras e autores em estéticas literárias; a constituição do Estado, da Língua e da Literatura em Portugal, bem como as primeiras manifestações do paradigma “literaturas de língua portuguesa”: o Trovadorismo (XII), em galego-português; o Humanismo, em português arcaico (XV); e o Classicismo (XVI), com a língua portuguesa consolidada. Trata também das manifestações da literatura portuguesa no processo de formação da literatura brasileira; as produções de cunho informativo e formativo, de autoria de jesuítas e viajantes, a serviço da máquina colonial europeia; estuda obras e autores portugueses e brasileiros do Barroco e do Arcadismo, nos gêneros do poema, do drama e da prosa, em sua relação com o contexto de produção.
- n) A Poesia e a Prosa do Século XIX - Romantismo, Realismo e Simbolismo (80h) – apresenta a lírica romântica e a prosa ficcionista, realista e simbolista, em Portugal e no Brasil, em relação com o contexto histórico e a deriva pós-colonial no romance brasileiro, bem como a dialética local – universal na produção brasileira, incluindo-se autores representativos da literatura mato-grossense, para além das balizas temporais da historiografia literária, e faz uma reflexão sobre identidade nacional nas produções literárias pós-coloniais;
- o) Poesia Modernista e Vanguardas (80h) – compreende os estudos da poesia em língua portuguesa do início do século XX à geração de 1930; o diálogo entre Modernismo e as Vanguardas europeias, com leitura crítica dos manifestos das Vanguardas e dos modernistas; inclui a produção poemática da “Geração Orpheu” em Portugal e da

“Primeira geração modernista” no Brasil e a tensão entre a ruptura e a tradição, bem como a poesia engajada da geração 1930;

- p) Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo (96h) – estudos voltados à literatura brasileira em prosa do início do século XX à geração de 1930; as manifestações regionalistas do chamado Pré-Modernismo e da segunda geração modernista; introduz a Literatura Portuguesa nos países africanos, além das tendências da prosa em língua portuguesa, após a II Guerra Mundial: o romance urbano entre o intimismo e o existencialismo; a renovação do romance regionalista brasileiro na geração de 1945: do local ao universal e ao mítico.
- q) A Lírica Contemporânea (80h) – faz um percurso da lírica modernista da geração de 1945 ao século XXI; a poesia brasileira entre o engajamento e a experimentação formal; a atual poesia mato-grossense, bem como o lugar da música popular brasileira;
- r) A Prosa Contemporânea – Tendências (80h) – apresenta a renovação dos modelos realistas de narrar mediante experimentações estéticas; as tendências do romance nas décadas finais do século XX e sua relação com contextos sócio-políticos em transformação: o pós-colonialismo nos países africanos; o fim dos governos militares em Portugal e Brasil; e a produção ficcional do século XXI;
- s) Crítica Literária (64h) – apresenta o conceito de crítica literária; de crítica imanente e a contribuição de diferentes áreas do conhecimento; estuda as teorias críticas contemporâneas: hermenêutica, estruturalismos e as correntes sociológicas; apresenta a Estética da Recepção e a Ecocrítica.

Os conteúdos destes componentes referem-se à estrutura e funcionalidade da língua, bem como a seus princípios de análise linguística e literária. Oferecem conhecimentos diretamente relacionados a todos os campos de usos (e práticas) da linguagem: jornalístico-midiático; atuação na vida pública; campo das práticas de estudo e pesquisa; e campo artístico-literário, oferecendo ao licenciando possibilidades de domínio dos processos de análise da linguagem em suas diferentes formas de manifestação, dos conteúdos e das metodologias dos objetos de ensino.

Além dos componentes curriculares citados, insere-se neste grupo, a disciplina optativa, com carga horária obrigatória de 64 horas e 4 créditos, e outras com carga horária opcional, que ofertam conhecimentos de ordem linguística, literária, filosófica, sociológica, antropológica, metodológica entre outras, pois estas promovem a diversificação de estudos, estabelecimento

de relações interdisciplinares e, por conseguinte, ressignificação de aprendizagens. Ressalta-se que a escolha da disciplina optativa é realizada pelo aluno, entre as relacionadas no quadro de optativas, considerando a disponibilidade de oferta das disciplinas.

No terceiro grupo (grupo III) estão os conhecimentos relacionados à prática pedagógica nas áreas de atuação profissional, em sintonia com as instituições de ensino fundamental, médio, centro de educação de jovens e adultos e instituição de educação tecnológica, compreendendo 848 (oitocentas e quarenta e oito) horas de estudos e 56 (cinquenta e três créditos). Neste grupo, estão os seguintes componentes curriculares:

- a) Prática como Componente Curricular (PCC) (400h) – que permite estudos relacionados à prática pedagógica de objetos de ensino específicos como a estrutura da língua portuguesa em seus aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, bem como suas variações; o texto, suas propriedades linguísticas, socio-pragmáticas e discursivas; estudos literários e a função da literatura na sociedade e na formação do leitor. A carga horária desse componente curricular está intrinsecamente articulada à carga horária das disciplinas propostas nos grupos I e II, desde o primeiro ano do curso, e pode ser efetivada com o planejamento de propostas de aulas e sequências didáticas sobre os conteúdos aprendidos; na aplicação de aulas; com a aplicação de pesquisa sobre a aprendizagem dos alunos da instituição de ensino conveniada e nas devolutivas dadas pelo professor; com pesquisa do conteúdo em livros didáticos, dentre outras atividades que aproximam o conteúdo teórico estudado de suas práticas e estratégias de ensino;
- b) Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura (112h) – que propõe estudos sobre o contexto educacional, com verificação dos aspectos físico-estruturais, organizacionais e sócio-artístico-educacionais da escola de ensino fundamental e médio, dos centros de educação de jovens e adultos e dos institutos de educação tecnológica e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem; estudo do Projeto Político Pedagógico dessas instituições e suas relações com a gestão, com as práticas educacionais, com os conselhos escolares, com as questões étnico-raciais, ambientais, de direitos humanos e de diversidade cultural, dentre outros temas sociais relevantes na contemporaneidade; permite o conhecimento do regimento escolar, dos colegiados e dos planos de trabalho anual; e traz conhecimentos sobre as relações interpessoais da comunidade escolar, de sua cultura, promovendo reflexões sobre as formas de aperfeiçoamento dessas relações, bem como das relações entre licenciando

e comunidade escolar; traz, ainda, a compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos, conforme prevê a BNCC-Formação.

- c) Estágio supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura (112h) – que propõe estudos sobre a didática de aulas de língua Portuguesa e Literatura nos anos finais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos; estudo sobre o trabalho com as linguagens e suas tecnologias, das formas e instrumentos de avaliação da aprendizagem; a gestão da aula, a escolha dos conteúdos e suas relações com as questões étnico-raciais, ambientais, de direitos humanos, de diversidade cultural, bem como com o papel do cidadão na sociedade contemporânea; propõe também o planejamento, a regência de aula e seus desdobramentos.
- d) Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literaturas (112h) – propõe estudos voltados para a observação de aulas de Língua Portuguesa e Literatura no ensino médio e/ou na educação tecnológica; estudo sobre o trabalho com as linguagens e suas tecnologias no ensino médio e/ou tecnológico; sobre as formas e instrumentos de avaliação da aprendizagem; seleção de conteúdo e suas relações com as questões étnico-raciais, ambientais, de direitos humanos, de diversidade cultural e do papel do cidadão na sociedade contemporânea. Propõe também o planejamento e regência de aulas.
- e) Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literaturas (112h) – há, aqui, a proposta de elaboração, planejamento e execução de aulas/projetos interdisciplinares de leitura e/ou escrita demandados pelos alunos e professores das instituições conveniadas, com proposição de trabalho com questões pontuais, voltadas para o ensino da língua portuguesa e suas literaturas, sob perspectivas teórico-metodológicas diversas, tendo por embasamento, ainda que não exclusivamente, as experiências decorrentes dos Estágios Supervisionados I, II e III.

Salienta-se que todos os componentes desse grupo subsidiam a investigação, a avaliação, o planejamento de ações pedagógicas integradas e a preparação de objetos de ensino para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa, de literatura e de outras linguagens que circulam nos diversos domínios sociais. Incluem práticas de conteúdos que tratam de processos cognitivos de aprendizagem, de organização, funcionamento e gestão do sistema educacional, brasileiro, realizadas mediante ajuste formal entre a instituição formadora e escolas e instituições públicas de ensino. Além disso, todas as atividades relacionadas às práticas pedagógicas são orientadas e acompanhadas por docente

das disciplinas com as quais estão articuladas ou, no caso dos Estágios, pelo docente do curso de Letras responsável pelo estágio. As práticas são registradas em portfólio, compilando evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, para estabelecimento de relações entre teoria e a prática, bem como entre a instituição formadora e o campo de atuação profissional.

Salienta-se também que tanto os estudos propostos neste grupo quanto a obrigatoriedade a estes demandada atendem ao § 3º, do art. 15 da BNC-Formação, abaixo transcrito:

§3º - A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa. (BRASIL, 2018, p. 9).

1.1.11 Metodologia de ensino e aprendizagem

Toda metodologia de ensino de línguas baseia-se em concepções de linguagem decorrentes de abordagens linguísticas e filosóficas antecedentes. Dependendo da concepção de linguagem adotada definem-se as concepções metodológicas de ensino e aprendizagem.

Nas últimas décadas do século XX e já no século XXI, a concepção de linguagem que tem prevalecido é aquela que destaca a linguagem como discurso, prática social, categoria dinâmica que categoriza o saber acumulado pelo ser humano através de sua história. É a prática social que embasa o constante processo de transformação e adequação não apenas da linguagem propriamente dita, mas ainda, do ser humano na interpretação de si mesmo, do outro e do contexto existencial local e mais amplo. Sendo construída na interação contextual com o outro, envolve questões de identidade, cultura, posicionamentos e relações de poder. Nessa perspectiva, a língua não é neutra, mas sim um instrumento político, necessário para participação ativa e crítica em sociedade.

Da concepção de linguagem fundada no social derivam conceitos como subjetividade e intersubjetividade, identidade, cidadania, ética, postura crítica, autonomia, respeito às diferenças e preservação da autoestima, dentre outros que estão em constante emergência em

contextos de teorização pedagógica e planejamento do ensino que, por sua vez, se materializam e operam nas propostas metodológicas e estratégias didáticas no contexto nacional.

Compreende-se, portanto, que a aprendizagem ocorre por meio da interação, estando situada em um contexto sócio-histórico-político-cultural, centrada na experiência e envolve a contínua construção de identidades interculturais. Assim, o conhecimento linguístico e pedagógico é co-construído pelos alunos, com a mediação dos professores do curso e das práticas que lhe são proporcionadas, isto é, aprendizagem processual, levando o licenciando a construir aprendizagens significativas para sua vida e sua participação na sociedade, quer dizer, levando-o a encontrar sua voz e, assim, atuar como cidadão e profissional.

A pedagogia, cuja constituição de funcionamento é processual, embora se apresente como referência estável e sólida de respaldo do desempenho de professores, existe a partir de uma intrínseca dinâmica de transição, que significa uma busca constante da melhor adequação ao momento histórico que justifica as cobranças de sociedade e inclui, mais do que exclui, pressupostos de outras visões didáticas que possam contribuir para o sucesso da própria proposta. Essa busca de realização tem acontecido através do princípio de que a linguagem se põe em movimento apenas em função da significação interlocutiva – dialógica, discursiva – por meio de contextualizações históricas, conjunturais, sociais e psicológicas, que configuram a intersubjetividade. Assim, porque a linguagem é mais substância argumentativa do que formal, ela é assumida como socialmente produzida para significar, sendo que significar é dizer, enunciar.

Nas ciências da linguagem não se concebe mais a possibilidade da autonomia semântica absoluta dos elementos integrantes da linguagem verbal. Para atribuir sentido e propiciar que o interlocutor atribua sentido ao que se diz, é preciso que exista uma cadeia significante, um conjunto de condições – históricas, sociais e subjetivas – que propiciam ao locutor e interlocutor introduzir o dito em sua experiência e lhe atribuir cargas semânticas não necessariamente coincidentes. A linguagem em movimento é esse processo.

Diversos cientistas da linguagem têm contribuído para a descrição da linguagem ligada ao social, concepção da qual emergiu o conceito de discurso como sua materialização. Assim, o embasamento metodológico para o ensino e aprendizagem dentro da formação de professores

de Língua Portuguesa e Literatura na iniciação, familiarização, desenvolvimento e aplicação de capacidades de pôr a língua em uso – o uso sempre é dialógico, isto é, social – está inscrito na postura enunciativo-discursiva.

A linguagem, portanto, constitui o eixo epistemológico que guia a concepção teórico-metodológica das práticas pedagógicas do curso de Letras - Português e Literaturas. Consideram-se os principais estudos de interpretação da linguagem humana, desenvolvidos a partir do surgimento da Linguística, no começo do século XX: um que entende a língua numa concepção formalista, isto é, propõe uma visão de língua enquanto sistema formal; e outro que a entende numa perspectiva sociocultural ou sociodiscursiva, que propõe uma visão funcional de uso da língua; língua como ação entre sujeitos sociais, que nela e por meio dela agem e reagem, constituem-se e são constituídos, permitindo a ressignificação dos conteúdos experienciais, interpessoais e textuais em cada uso que dela se faz (HALLIDAY, 2004). Esses modelos se distinguem da concepção tradicional, que identifica o estudo da linguagem com o estudo da gramática normativa em si.

Aparentemente contraditórios esses princípios direcionam a reflexão sobre como a forma linguística é colocada em uso. Largamente difundida, a aparente contradição leva a interpretações equivocadas por parte de profissionais da educação, especificamente professores de língua portuguesa, de que não se deve ensinar gramática na educação básica. O equívoco tem mostrado seus efeitos nos exames nacionais de ensino fundamental e médio. Para desfazer esse mal entendido, o Curso de Letras - Português e Literaturas, no desenvolvimento de suas disciplinas, adota conteúdos e estratégias interdisciplinares de ensino que possibilitem ao futuro professor a percepção da diferença entre ensinar gramática estrutural de uma língua e ensinar gramática tradicional; do estabelecimento de relações entre usos e formas linguísticas (não há forma sem o uso nem o uso sem as formas) e, por extensão, o valor dos usos nas interações e na sociedade; das maneiras de se ensinar literatura e gramática de uma língua e da produtividade desse ensino na aprendizagem e na formação do indivíduo como sujeito discursivo, social e ser cotidiano.

Nesse sentido, opta-se, naturalmente, por uma concepção teórico-metodológica firmada na ação-reflexão-ação, em uma prática pedagógica que encoraje os estudantes a pensar criticamente sobre o ensino da língua em suas variedades, sobre as formas de expressão literárias bem como sobre as implicações políticas e educacionais de práticas pedagógicas

estabilizadas. Isso significa que não é apenas uma questão de ensinar aos acadêmicos de Letras conteúdos literários e gramaticais, mas envolvê-los no aprendizado da língua e sua expressão como parte do processo de questionar a construção social, as formas de dominância e de hierarquia cultural ou social; de desafiar a desigualdade e desenvolver uma cidadania crítica.

Nota-se que os documentos e as orientações oficiais direcionam os professores a práticas pedagógicas em termos de ‘ensino por meio de gêneros textuais’; ‘ensino em perspectiva comunicativa’, ‘ensino do ponto de vista enunciativo’ entre outros termos. Ao curso de Letras - Português e Literaturas cabe explicitar teórica e metodologicamente o que significa tal ensino e por que significa; como se faz e por que se faz – ou deveria fazer. Entende-se, assim, que as teorias estruturalistas e funcionalistas da linguagem são bases interdependentes e fundamentam o processo de ensino e aprendizagem, no curso.

O referencial teórico-metodológico do trabalho acadêmico é, portanto, interdisciplinar, subsidiado, pois, por abordagens que se dedicam ao estudo dos aspectos linguísticos e literários e suas relações com os fatores cognitivos, sociopragmáticos e político-ideológicos envolvidos na interação social, bem como à investigação de alternativas de resolução de problemas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem a partir da ação-reflexão-ação. Trata-se, aqui, da consideração da Linguística como ciência e dos estudos que possibilitaram seu desenvolvimento em várias vertentes: Sociolinguística Variacionista, Sociolinguística Interacional, Teorias da Enunciação e da Pragmática, Linguística Textual e as diferentes análises do discurso (Análise do Discurso de linha francesa (AD), Análise Dialógica do Discurso, Análise Crítica do Discurso, para citar algumas das vertentes principais) e a Linguística Aplicada – teorias que trabalham numa perspectiva inter/transdisciplinar questões sociais de linguagem e suas formas de expressão – que têm como foco a linguagem, entendida como agenciadora de conhecimentos, seja em termos de produção, recepção e consumo, seja em termos de poder e acesso. Assim, essas abordagens subsidiam o ensino e a aprendizagem de línguas e a formação do professor, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, visando contribuir para a transformação das ações e práticas pedagógicas.

Vale ressaltar que para as Literaturas, especificamente, propõe-se um redimensionamento dos conteúdos, por meio do qual amplia-se o acervo de leituras literárias, tanto de tipologias variadas quanto de outras culturas locais, nacionais, internacionais, e respectivos estudos

teóricos. Nesse sentido, objetiva-se o reconhecimento, no texto, de seus aspectos de composição artística que viabiliza uma atitude responsiva e dialógica – uma leitura integral da obra literária que “só se dá quando, além da fruição dos temas e da percepção da expressão subjetiva de quem escreveu o texto, é reconhecida a dimensão de organização estrutural desse texto, a qual faz, por exemplo, que determinado tema ou assunto seja entendido ou apreciado ao serem entendidas e avaliadas as suas formas de realização estética” (CANDIDO, 1976. p. 52).

Opta-se pelos estudos dos gêneros literários e suas especificidades. Quanto ao estudo da produção literária em língua portuguesa, cada disciplina foi organizada com obras de autores exponenciais portugueses e brasileiros, segundo uma perspectiva cronológico-historiográfica. O escopo da junção foi o de melhor articular e aprofundar a compreensão da expressão literária das relações metrópole-colônia, no contexto dos movimentos artísticos processados na Europa, em expansão para o terceiro mundo. Dividiu-se a produção luso-brasileira em disciplinas com textos em prosa e em disciplinas com textos em verso. Nesse novo formato de estudo literário em língua portuguesa, a obra literária em associação proporciona uma reflexão mais ampla, uma apreensão de literatura produzida no Brasil não necessariamente como influência, mas no campo da intertextualidade (PINTO, 1999), do diálogo, da criação, da busca de autonomia, que nunca é plena. Pela comparação, na diferença ficará evidenciada a questão da construção da nacionalidade que veio se fazendo desde os projetos estéticos árcades e seus movimentos inconfidentes, desde os primeiros projetos românticos. Tal procedimento estético-histórico comparativo seguirá até o século XIX, quando do processo de independência do Brasil. A transição entre os séculos XIX e XX, bem como as produções advindas do século XXI, estará centrada no estudo de vanguardas europeias em diálogo com as experiências estéticas empreendidas por autores brasileiros. Ainda no âmbito de obras literárias de expressão portuguesa, inclui-se o estudo da literatura africana, em atendimento ao disposto na Lei 10.639/03, que dará abertura para o conhecimento de expressões literárias emergentes em situação de colonização, no caso, da ocupação portuguesa nos países africanos, com suas relações de poder, imposição, violência e consequentes lutas pela emancipação. Acrescente-se também a literatura produzida no Estado de Mato Grosso.

A propósito de uma preocupação com estudos e pesquisas dos modos de abordagens do fenômeno literário, na disciplina Literaturas de Língua Portuguesa – XVI a XVIII será realizado um estudo introdutório sobre os vínculos entre literatura, periodização,

historiografia, a fim de que os alunos tenham consciência de que tal viés de estudo se constitui em uma possibilidade, dentre muitas outras, e não a única, de estudo da produção literária. Outras vertentes críticas serão estudadas de maneira sistemática na própria disciplina Crítica Literária, incluindo-se nela a Ecocrítica, em atendimento à exigência legal de estudos que envolvam questões do meio ambiente. Além dessa iniciativa, obras com essa temática serão selecionadas no contexto das disciplinas de literatura, no decorrer do curso.

Considerando a natural conexão com a Língua Portuguesa, tendo em vista que “o sentido ou sem-sentido do mundo só emerge na medida em que o mundo é o tema do pensamento e da linguagem humanos [...]” (ALMEIDA FILHO, 2008, p.88), houve um empenho em sistematizar um trabalho conjunto entre a língua portuguesa e a literatura, propiciando aos alunos em formação para a docência metodologias que lhes permitam sair dos meandros de teorias que não preveem essa conjunção, para a prática. Tal ensino integrado enfatizará as práticas de leitura de obras literárias, desenvolvendo competências e habilidades crítico-criativas desses futuros profissionais de Letras para planejar, executar, acompanhar e avaliar a sua própria formação como leitor e sua prática pedagógica, num processo de ensino-aprendizagem centrado na ação-reflexão-ação. Nessa perspectiva foi criada a disciplina Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura e organizados os estágios supervisionados, que passaram a ser denominados Estágios Supervisionados em Língua Portuguesa e Literatura. Assim, realiza-se a integração da literatura com disciplinas de cunho propriamente linguístico, objetivando a inseparabilidade da literatura e da língua, isto é, promovendo a literatura como arte linguística, estética e de sua função na educação e na sociedade.

Ressalta-se também que em várias das disciplinas propostas (por exemplo, Literatura, Sociedade e Práticas Culturais, Estudos do Discurso etc.), além de optativas, há a transversalidade de temas como a diversidade linguística, social e cultural, direitos humanos, educação ambiental e as questões étnico-raciais, permitindo ao discente, conjuntamente com os docentes, o desenvolvimento de projetos temáticos coletivos e colaborativos; e propostas de ações pedagógicas com a finalidade de aprimorar a compreensão dos diferentes contextos sociais e das diferentes práticas educativas. Para isso, o curso possibilita ao acadêmico o questionamento de seu lugar no mundo, de seu lócus de enunciação e em que discursos estão mergulhados e por que estão desta ou daquela forma. Essas reflexões são fundamentais para que qualquer acadêmico entenda a dinâmica da heterogeneidade em nossa sociedade.

Acrescente-se a isso – talvez o mais relevante – o fato de que a proposta das disciplinas é proporcionar condições ao acadêmico de “aprender fazendo”, isto é, saber lidar com os conteúdos teóricos com discernimento e responsabilidade em sua retextualização para o ensino, para a prática; atuar com compromisso, aplicando os conhecimentos para resolver problemas e investigar as problemáticas de seu contexto. Desenvolver essas competências é possibilitar ao acadêmico o reconhecimento de que tais aprendizagens se contrapõem à concepção de conhecimento desinteressado e erudito entendido como fim em si mesmo e a conscientização de que o que se aprende em um curso de formação tem uma função no exercício da profissional. A superação da fragmentação disciplinar do conhecimento e o estímulo à aplicação na vida real exige a projeção de sentido sobre o que se aprende; a explicitação do que se deve saber e como se deve fazer – o que requer mais que a acumulação de informações e teorias.

Outro aspecto fundamental a ser mencionado é a apropriação social do mundo ciberespacial, que promove e circula informações e conhecimentos diferentes dos tradicionalmente observados no ambiente acadêmico. Dessa constatação emerge a compreensão do conceito de multiletramento, entendido como o processo pelo qual a sociedade contemporânea se apropria de artefatos culturais das tecnologias digitais, interligando-os, em variadas modalidades de linguagem e mídia, como o verbal e o visual, texto e imagem.

Há, além disso, o outro lado: o lado do aluno da escola. Acredita-se que, com tais práticas, os acadêmicos, futuros professores, possam resgatar o trabalho com a literatura e com a língua materna na educação básica, devolvendo ao aluno o direito de aprender a ler, escrever, escutar, e expressar-se adequadamente, lançando mão de seus conhecimentos para resolver problemas do cotidiano e desenvolvendo o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais que identificam os povos e suas épocas, conforme prevê a Base Nacional Comum Curricular, particularmente, no campo de atuação artístico-literário.

Sendo essas articulações inerentemente interdisciplinares, a sua efetivação e execução, portanto, somente é possível por meio de uma metodologia interdisciplinar, pois esta permite a previsão de conhecimentos específicos sem, no entanto, ignorar a contribuição de áreas das Humanidades na solidificação de saberes.

Nesse sentido, este PPC, ainda em consonância com a Resolução CNE/CP n 02 de 20.12.2019, prevê o trabalho coletivo e interdisciplinar tanto dos docentes do curso, na organização de eventos e no planejamento e acompanhamento do curso, quanto dos alunos, na realização de seminários, projetos de ensino, trabalhos em equipe e atividades de aula que articulem conhecimentos oriundos de diferentes disciplinas. Prevê também a articulação dos conhecimentos abordados nas disciplinas do curso com a prática pedagógica na escola, em trabalho colaborativo com professores da educação básica, por meio das disciplinas de Estágio Supervisionado, bem como por meio das atividades desenvolvidas na Prática como Componente Curricular e no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

Acredita-se que os procedimentos metodológicos utilizados no curso favorecem, na construção do perfil do licenciado, a busca do desenvolvimento das competências e habilidades necessárias aos futuros profissionais da área, promovendo a articulação teoria e prática de maneira intensa e contínua em aulas em sala; atividades no laboratório de línguas; trabalhos individuais e colaborativos em grupos; apresentação de seminários; leituras orientadas; atividades de pesquisa; aprendizagem na comunidade de prática (formação de professor inicial); atividades de observação da dinâmica da escola e das aulas de língua portuguesa e literatura, desenvolvimento de projetos didáticos e regência.

1.2 Operacionalização do curso

A operacionalização do curso para cumprimento dos objetivos específicos e, por fim, do objetivo geral do curso, concretiza-se com o cumprimento da carga horária de 3360h destinadas às disciplinas oferecidas ao longo de oito semestres, contemplando conteúdos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais (grupo I); conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento, exigidos pela BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos (grupo II); e conteúdos e práticas pedagógicas distribuídas ao longo do curso, desde o seu início e, parte delas, realizadas em situação real de trabalho em escola (grupo III). Esses conhecimentos estão intrinsecamente relacionados à formação da identidade profissional do professor. A seguir, portanto, há a descrição da operacionalização do curso.

1.2.1 Formas de nivelamento para o ingressante

Sabendo que o ingressante no curso de Letras – Português e Literaturas tem o perfil de trabalhador-estudante e com deficiências educacionais, sejam dadas pelo próprio sistema, sejam dadas pelo tempo de término do ensino médio, este PPC prevê atividades de nivelamento para auxiliar o ingressante em seu trajeto acadêmico e garantir a sua permanência no curso.

As atividades compreendem estudos extraclasse de conteúdos de Língua Portuguesa, especificamente gramática; estratégias e práticas de leitura e de produção escrita de textos argumentativos; escrita de gêneros acadêmicos (resumo, resenha, respostas a questões discursivas e análise de textos), dentre outros conteúdos básicos para o desenvolvimento de habilidades leitoras, escritoras e acadêmicas necessárias ao acompanhamento das disciplinas.

As ações de nivelamento acadêmico são coordenadas por docentes do curso e executadas por alunos graduandos dos terceiros e quartos anos. Alguns recebem bolsas; outros são voluntários; ambos, porém, são certificados como monitores das disciplinas envolvidas. Os monitores recebem orientações teórico-metodológicas sobre o ensino de gramática, leitura e produção escrita; preparam material didático; material de apoio; fazem o planejamento das atividades de acordo com as dificuldades apresentadas pelos discentes; e realizam avaliação das ações.

O atendimento é feito três vezes por semana, entre 17h00 e 19h00, no Instituto de Linguagens, em salas reservadas para este fim. Além das aulas em sala, os monitores utilizam o laboratório de línguas e outras ferramentas didáticas (por exemplo, a plataforma moodle) que favorecem tanto a aprendizagem pelo aluno como o acompanhamento pelo monitor, e deste pelo professor-coordenador. Metodologicamente, os primeiros atendimentos visam à identificação das dificuldades, com procedimentos diagnósticos; posteriormente, são aplicadas as propostas de atividades traçadas para superar as dificuldades apresentadas.

1.2.2 O trabalho acadêmico

Ao ingressar no Curso de Letras - Português e Literaturas, já na primeira semana de aula, o discente entra em contato com as informações acadêmicas sobre o funcionamento do curso.

A coordenadora do curso, os professores e o centro acadêmico de Letras, paralelamente às atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria, promovem ações (palestras, rodas de conversas, dinâmicas e passeio pelos espaços acadêmicos e campus) com o objetivo para integrar o ingressante à comunidade acadêmica. Os objetivos das ações são informar a organização do curso e oportunizar a integração com professores, alunos veteranos e com o Centro Acadêmico de Letras, conhecendo o curso, a função socioeducacional dos agentes universitários, bem como os espaços em que frequentarão a partir daquele momento.

Sistematicamente, há o contato com as seguintes informações: constituição do curso (objetivos, tempo de integralização, atividades desenvolvidas nas disciplinas, realização de atividades teórico-práticas, estágios supervisionados obrigatórios e não obrigatórios, atendimento extraclasse pelos professores); frequência no curso (natureza das disciplinas, número de faltas, média necessária para continuidade nos estudos, reprovação em disciplinas, retenção, matrícula, ajuste de matrícula, matrícula em disciplina isolada, trancamento de matrícula, mudança de curso, mobilidade acadêmica, transferência, desistência, calendário acadêmico, prazos de procedimentos acadêmicos, aproveitamento de estudos, planilha de horários, atestado de frequência, atestado médico, atestado de matrícula e estudos domiciliares, colação de grau e solicitação de diploma); sistemas acadêmicos institucionais (sistema de informação de gestão acadêmica – SIGA, sistema eletrônico de informações – SEI, ambiente virtual de aprendizagem - AVA, aplicativo da UFMT, portal da universidade; espaços acadêmicos (laboratório de informática, laboratório didático, espaço de convivência, biblioteca, PRAE, salas de estudos e apoio pedagógico, restaurante universitário e teatro); programas do curso e auxílios acadêmicos (nivelamento, monitorias, tutorias, PIBID, PIBIC, cursos de extensão do Instituto de Linguagens, cursos de extensão da Pró-Reitoria de Extensão dentre outros ofertados pela universidade, e programas de auxílio e permanência ofertados pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil - PRAE); Profissional formado (perfil do egresso, título acadêmico - Licenciado em Letras - Português e Literaturas, funções possíveis no mercado de trabalho: professor de educação básica, corretor e revisor de texto, crítico literário etc.); normativas do curso (regulamentos de estágios, regulamento da prática como componente curricular e normativa de uso dos laboratórios); apoio extraclasse dos professores aos alunos durante o semestre letivo.

Além dessas informações, é apresentado ao aluno o Guia do Estudante, material produzido e disponibilizado no site UFMT, contendo as informações básicas sobre a universidade e serviços de apoio ao estudante, desde o seu ingresso até a colação de grau. De acordo com o texto do documento, a ideia é fornecer um material que possa ser útil tanto ao estudante ingressante quanto ao veterano, oferecendo informações necessárias em toda sua permanência na UFMT e os procedimentos possíveis em caso de necessidade.

1.2.3 Estágios supervisionados

Em contexto nacional, os estágios supervisionados são legalizados pela Lei Federal nº 11.788/2008 e, no âmbito da UFMT, o estágio é normatizado pela Resolução Consep nº.134, de 07 de junho de 2021, que dispõe sobre o Regulamento Geral de Estágio da Universidade Federal de Mato Grosso. A referida resolução conceitua o estágio como

uma atividade prática curricular, componente da formação profissional realizada em ambiente de trabalho, que faz parte do Projeto Pedagógico do Curso, sob a orientação da instituição de ensino. Envolve não só os aspectos humanos e técnicos da profissão, mas também o comprometimento social com o contexto do campo de estágio. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 2021, p. 2).

O art. 5º da referida resolução determina a configuração do estágio em dois tipos: estágio curricular obrigatório e estágio curricular não obrigatório. O estágio curricular obrigatório é entendido como aquele que integra o Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O estágio curricular não obrigatório é entendido como atividade opcional pelo(a) estudante para complementação da formação profissional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso conforme determinação do Projeto Pedagógico do Curso. (§ 2º do artigo 2º da Lei nº 11.788/2008). Na sequência explicita-se a configuração dos estágios no curso de Letras – Português e Literaturas, Licenciatura.

1.2.3.1 Estágio supervisionado obrigatório

Considerando a Resolução CNE/CP nº 2/2019, a Resolução Consep nº.134/2021, as orientações curriculares nacionais e estaduais para a educação básica, a recente Base Nacional Comum Curricular (2018), especificamente para o ensino de linguagens, e percebendo certa dissociação entre disciplinas afins nas práticas escolares atuais, o Estágio Supervisionado

proposto neste PPC está configurado como um componente em que conteúdos de Língua Portuguesa e Literaturas sejam vistos como saberes interdependentes e de maneira que teoria e prática estejam explícita na formação docente. Nesse sentido, entende-se que o Estágio deva ser operacionalizado de maneira interdisciplinar, contemplando os conteúdos linguísticos e literários, podendo ser ministrado por professores de ambas as áreas conjuntamente ou, na ausência de número suficiente de professor na ocasião de oferta, por apenas um professor de uma das áreas, garantindo a natureza interdisciplinar dos conteúdos, sem desintegrar, portanto, em ‘aula de Literatura’ e ‘aula de Língua Portuguesa’, oferecendo, assim, oportunidades para o entendimento de que, na educação básica, deve-se priorizar o ensino de linguagens com vistas ao desenvolvimento das quatro habilidades fundamentais (leitura, escrita, oralidade e escuta, a produção de textos adequados às interações), e de habilidades sensoriais, proporcionadas pela literatura, bem como à apropriação de conhecimentos e recursos linguístico-textuais, discursivos, expressivos e estéticos, pois são essas habilidades que contribuem para a humanização do sujeito, para o uso adequado da modalidade oral e escrita da língua na diversidade de situações comunicativas das quais o sujeito participa.

Portanto, nesta proposta, o estágio figura como componente curricular, sendo 4 (quatro) de 112 (cento e doze) horas (Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura. Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura, Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura, perfazendo 448h de atividade estritamente prática.

As atividades de estágio supervisionado obrigatório, conforme legislação pertinente, de acordo com o Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório dos Cursos de Letras, art. 11, cap. II (APÊNDICE B) serão ofertadas a partir do 5º semestre do curso e desenvolvidas individualmente, ou, caso o número de alunos das turmas ultrapasse a 10 (dez), poderão ser desenvolvidas em pares. Ainda neste caso, há a possibilidade de criação de subturmas para turmas com 20 (vinte) ou mais alunos, para garantir a qualidade da atividade prática e a formação do professor.

Articulando tais considerações e fatores contingenciais, bem como a observação da legislação específica, a realização do estágio será operacionalizada em conformidade com o planejamento prévio do(s) professor(es) orientador(es), em comum acordo com os acadêmicos, e com o credenciamento de escolas por ele(s) contatadas. Tal proposta de operacionalização considera o perfil do ingressante no curso, que é o de trabalhador-

estudante; o quadro atual do corpo docente do curso; e princípios norteadores da proposta interdisciplinar do curso e da formação de professor.

Atente-se para o fato de que as atividades de estágio são desenvolvidas, preferencialmente, em escolas de educação básica, propiciando condições para o licenciando realizar ações que promovam a participação no ambiente escolar, de reuniões de professores, reuniões administrativas, conselhos de classes, reuniões de pais, de atividades sócio culturais promovidas pela escola, bem como de ações de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica; a produção/elaboração/planejamento de atividades exitosas, agradáveis aos alunos e inovadoras, com criação e divulgação de produtos que articulam e sistematizam a relação teoria e prática, oportunizando a reflexão teórica acerca das situações vivenciadas dentre outras possibilidades, conforme determina a Resolução CNE/CP nº 2/2019. Essas atividades são orientadas e acompanhadas pelo docente do Curso de Letras, orientador do estágio; e registradas reflexivamente em portfólio ou relatório fundamentado pelo acadêmico, compilando evidências das aprendizagens requeridas para a docência (Resolução CNE/CP 02/2019, Art. 15, § 4º). Nesses termos, o estágio possibilita ao licenciando aquisição de saberes práticos, como os determinados na BNCC-Formação, art. 13, incisos V, VII e X, transcritos abaixo, dentre outros:

V - resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

VII - vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

X - engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais. (BRASIL, 2019, p. 7).

O Curso de Letras - Português e Literaturas também incentiva o estágio curricular não obrigatório aos acadêmicos. Esse tipo de estágio é realizado de acordo com o interesse e disponibilidade do acadêmico.

1.2.3.2 Estágio supervisionado não obrigatório

É permitido ao acadêmico do curso participar (ou candidatar-se ao) de atividades de estágio curricular não obrigatório, a partir da matrícula no curso. As atividades de estágio são

relevantes para a formação por posicionar o acadêmico em ambientes diversificados e possibilitar a participação na didática e administração da escola. A presença contínua e a vivência no ambiente educacional favorecem ao acadêmico a (re)construção de saberes, ao mesmo tempo em que medeia a construção de conhecimentos outros, percebendo a integração dos fatores socioculturais, político-educacionais e humanos como responsável pelo processamento cognitivo que permite a construção das representações e de identidades. A participação em estágio não obrigatório, portanto, propicia o desenvolvimento de atitudes políticas e de comprometimento social do estagiário diante de questões intervenientes ao exercício profissional.

Em casos como tais, a orientação ao acadêmico é feita conforme a estabelecida no estágio obrigatório, porém sem o acompanhamento presencial do professor-orientador (acompanhamento direto). A supervisão pedagógica é realizada por um professor-regente da instituição, conforme determina a Lei nº 11.788/2008, bem como a Resolução Consepe n.º 134/2021.

Ao final do estágio, o acadêmico poderá requerer a inclusão da carga horária do estágio não obrigatório à carga horária regular e obrigatória para a conclusão do curso. Nesse caso, a carga horária para cômputo não deverá ultrapassar a 20% da carga horária do Estágio Supervisionado, por semestre; e o acadêmico deverá apresentar um relatório fundamentado e circunstanciado das atividades desenvolvidas, conforme aponta a Lei nº 11.788/2008. Outras informações sobre o estágio não obrigatório estão no Regulamento de Estágio Supervisionado não Obrigatório dos Cursos de Letras (Apêndice B).

1.2.4 Trabalho de conclusão de curso

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Letras, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 18/2002, fundamentadas pelo Parecer CNE/CES nº 492/2001 e retificadas pelo Parecer CNE/CES nº 1.363/200, bem como a Resolução CNE/CP n.º 2/2019, não preveem o trabalho de conclusão de curso, esta proposta de projeto opta pela isenção deste trabalho ao licenciando, isto é, exime-se o graduando desse componente curricular.

1.2.5 Apoio ao Discente

O discente do Curso de Letras – Português e Literaturas encontra apoio no curso, em uma primeira instância, pelas atividades de nivelamento, monitorias e grupos de estudos sobre as disciplinas ofertadas. Em segunda instância, a assistência ao discente, vem por meio da Pró-Reitoria de Auxílio Estudantil (PRAE), que dispõe de diversos auxílios e programas de bolsas que recobrem desde a permanência, alimentação, apoio para participação em eventos acadêmico-científicos nacionais até o apoio pedagógico, como listadas na sequência.

1.2.5.1 Auxílio permanência

O auxílio permanência consiste em apoio financeiro, destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade, comprovada mediante análise socioeconômica, e tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação na instituição. O auxílio é regulamentado pela Resolução Consuni n.º 25/2013.

1.2.5.2 Auxílio Alimentação

Cumprir a função de auxiliar na manutenção dos estudantes de baixa renda na Universidade com o repasse mensal do valor correspondente ao preço do almoço e do jantar no Restaurante Universitário. O auxílio foi concedido pela Resolução Consuni N° 04 de 18 de abril de 2007.

1.2.5.3 Moradia Estudantil

A UFMT dispõe de casas para estudantes universitários em Cuiabá e Rondonópolis, denominadas CEU, destinadas a alojar alunos de baixa renda provenientes de localidades fora do município-sede da Universidade (Resolução Consuni n° 06, de 04 de maio de 2005).

Nesse segmento, outro benefício do qual o estudante pode dispor é do Auxílio Moradia, que consiste no pagamento/transferência de recurso financeiro aos estudantes de baixa renda, para uso exclusivo com moradia, devendo o beneficiado apresentar comprovante de pagamento de aluguel (Portaria GR n.º 148, de 5 de março de 2020).

1.2.5.4 Auxílio Evento

O auxílio evento é uma modalidade de assistência estudantil, que disponibiliza recurso financeiro com finalidade de apoiar o aluno de graduação, individualmente, a participação e/ou apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos e científicos, e em eventos político-estudantis, regionais, nacionais e internacionais. O valor corresponde à uma passagem terrestre ida e volta à cidade do evento e/ou à concessão de valor para apoio de custeio com refeições, inscrição, ou hospedagem aos estudantes cadastrados na Assistência Estudantil. O auxílio está regulamentado pela Resolução Consepe nº 131/2021.

1.2.5.5 Assistência e apoio psicopedagógico e Programa de Bolsas Apoio à Inclusão

Embora haja na universidade vários programas de assistência estudantil, o apoio psicopedagógico e o Programa de Bolsas de Apoio à Inclusão foram iniciativas de necessidades apresentadas pelo Curso de Letras - Português e Literaturas. Em 2016, o curso recebeu dois alunos com espectro autista. Preocupada com os casos, a coordenação de Curso recorreu à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) para, conjuntamente, trabalharem no atendimento especializado daqueles alunos. Hoje há o atendimento psicológico, tanto para o estudante quanto para os pais, feito por psicólogos da PRAE e o Programa de Bolsa Apoio à Inclusão, realizado pela coordenação de curso, no qual um bolsista do Curso de Letras acompanha os alunos com espectro autista em suas necessidades acadêmico-administrativa, por exemplo, na movimentação deste pelo campus.

O Programa Bolsa de Apoio à Inclusão foi criado com amparo na Resolução Consepe nº. 130/2021. A convocação para participação é feita por edital e um dos critérios é entrevista com o candidato para avaliar a aptidão ao acompanhamento do acadêmico.

Após o processo seletivo e antes do início das aulas, a coordenação e o aluno com espectro autista traçam as necessidades específicas dele e elaboram o cronograma de acompanhamento pelo bolsista. O aluno bolsista selecionado acompanha o acadêmico em todas as suas necessidades e recorre à coordenação sempre que preciso, para replanejamento do cronograma. Ainda, a coordenação convoca os professores das disciplinas que serão cursadas e o bolsista para capacitação ao atendimento ao acadêmico. A capacitação envolve a socialização de material explicativo sobre o espectro autista, vídeos curtos e filmes sobre o caso para que todos possam discutir e traçar estratégias didáticas e formas de interação. Os vídeos e filmes para início da capacitação são os que seguem:

a) vídeos: <https://www.youtube.com/watch?v=hRPdQpU7NbA>

<https://www.youtube.com/watch?v=mv4p-yApL2U>

b) filmes: Autismo - Mary e Max: Uma Amizade Diferente, Rain Man, Adam

Transtorno Bipolar - O lado bom da vida e Sentimentos que curam

Ressalta-se que a coordenação faz reunião com a equipe de professores e o bolsista durante o período letivo com vistas a acompanhar o processo

1.2.5.6 Bolsas de estudos tutoriais e monitoria

O Programa de Estudos e Tutorias (PET) é um programa nacional, desenvolvido pelo MEC. Foi criado pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Consiste na composição de grupos tutoriais de aprendizagem e busca propiciar aos alunos, sob a orientação de um professor tutor, condições para a realização de atividades extracurriculares, que complementem a sua formação acadêmica[...]. A bolsa pode ser concedida, ao aluno, até que conclua o curso. Há duas modalidades de grupo: PET e PET - Conexões. O primeiro destina-se a estudantes de um determinado curso; o segundo, a estudante de cursos afins. A UFMT concedeu 54 bolsas de estudos e tutoria pela chamada do edital de 2019-2016. Destas, 5 (cinco) foram destinadas ao curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

A monitoria é, também, uma modalidade de apoio aos estudantes em atividades extracurriculares, as quais se revertam em apoio ao desenvolvimento de uma determinada disciplina, tanto aos discentes, quanto ao docente. A inclusão é anual, e dá-se mediante edital publicado pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG). A UFMT concedeu 986 (novecentas e oitenta e seis) bolsas pela chamada do edital em 2019-2016. Destas 4 (quatro) foram destinadas aos alunos do curso.

1.2.5.7 Bolsa PIBID

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, desenvolvido pelo MEC e destina-se a cursos de licenciatura. Apoia, com bolsa, até a conclusão do curso, alunos de licenciatura que se dediquem a atividades relacionadas à docência em escolas públicas e se comprometam com o exercício do magistério na rede pública, após a conclusão do curso. O professor

coordenador do programa, no curso, recebe uma bolsa e também o professor supervisor, na escola pública onde se realizam as atividades. O ingresso do aluno, no programa, se dá mediante Edital e processo seletivo. A UFMT concedeu 549 (quinhentas e quarenta e nove) bolsas pela chamada do edital de 2013, ainda em vigor. Destas 14 (quatorze) foram destinadas aos alunos do Curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Ressalta-se que, para o ano de 2024, o curso pretende participar do programa de residência pedagógica.

1.2.5.8 Bolsas de Iniciação Científica - ProPeq

Outros programas que concedem bolsas aos acadêmicos são PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, destinado aos estudantes de graduação integrados na pesquisa científica; PIBIC - Ação Afirmativa - destinado aos alunos indígenas vinculados a projetos voltados para questões relacionadas aos povos indígenas do Estado de Mato Grosso; PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, que tem como público-alvo os alunos vinculados a projetos na área tecnológica que apresentam comprovada interação com empresas, órgãos públicos e privados que atuem em áreas de desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia, engenharia e inovação; VIC – Programa Voluntariado de Iniciação Científica, destinado aos estudantes de graduação que queiram participar de forma voluntária no desenvolvimento de pesquisas científicas.

As modalidades PIBIC, PIBITI e PIBIC-Af contam com recursos do CNPq, FAPEMAT e UFMT. O Programa de Iniciação Científica da UFMT é gerido pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPEq). A UFMT disponibilizou, no período 2019-2016, 946 (novecentas e quarenta e seis) bolsas de pesquisa para a graduação. No curso de Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa, um acadêmico foi contemplado com a bolsa PIBIC.

Em termos de infraestrutura, os discentes do curso contam com 4 (quatro) salas reservadas para seus estudos, equipadas com aparelhos de refrigeração, computadores, internet e cadeiras, para a realização de suas atividades. Assim também, o Centro Acadêmico de Letras (CALet) conta com a sala 49, igualmente equipada, para a realização das assembleias e reuniões dos representantes discentes. Esses espaços estão descritos nos itens 3.1.5 e 3.1.6 respectivamente.

1.2.6 As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem

A vulgarização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) as torna cada vez mais presentes no ambiente escolar, por isso devem ser exploradas no processo de ensino-aprendizagem. São instrumentos que podem beneficiar grandemente o desenvolvimento do aluno, por se constituírem em um espaço interativo e dinâmico, que permite a socialização do conteúdo e a discussão entre alunos-alunos e professores-alunos, em tempo real. Além disso, proporcionam uma experiência metodológica inovadora, com reflexos no sistema educativo.

Academicamente, as tecnologias são utilizadas pelos acadêmicos de Letras para acesso ao Sistema Acadêmico, para obter informações sobre matrícula, Histórico Escolar entre outros serviços destinados à comunidade pela UFMT. O acesso é feito com RGA e senha pessoal. Para além disso, os professores mantêm contato com seus alunos por duas vias: pelo e-mail da turma, criado pelos próprios discentes e ao qual os matriculados têm acesso por meio de senha, e pelo grupo no Facebook, nos mesmos moldes do e-mail. Ainda é possível o uso da Plataforma Moodle.

Em termos curriculares, a presente proposta insere no Curso de Letras - Português e Literaturas a disciplina TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) no Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, com o objetivo de discutir o uso das diversas tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, refletindo sobre os subsídios teórico-metodológicos de sua utilização e sobre a promoção de uma educação com diferentes modos de aprender e ensinar.

Na história do ensino como um todo, o recurso aos meios tecnológicos existentes em cada época tem participado da expansão das diversas metodologias, técnicas e abordagens e contribuído para o seu sucesso.

Se a impressão mecânica de livros, a máquina de escrever, o mimeógrafo, o disco de vinil, o gravador de carretel, o slide e o seu aparelho reprodutor, a fita cassete, a televisão, o walkman, o retroprojetor, o CD, o videocassete (betamax ou VHS) e o DVD já participaram – e alguns ainda participam – do ensino de línguas, como recurso tecnológico de grande novidade, os produtos eletrônicos que funcionam a partir das possibilidades que oferecem o

microchip, a tecnologia da informática e a nanotecnologia permitem que, com um único dispositivo, o usuário possa ter a possibilidade de gravar e reproduzir áudio e/ou imagens e também mergulhar no universo da escrita dispensando lápis, caneta e papel.

Nos últimos 15 anos, alguns dos aparelhos referidos, mais a CPU, o notebook, a telefonia celular, o projetor multimídia, os tablets, e os híbridos existentes e por vir, agrupados sob o nome de tecnologias da informação e da comunicação (TIC), têm representado, relativamente às tecnologias de décadas anteriores, uma mudança bem inusitada de possibilidades de recursos. Isso porque as referências que instauram e as bases tecnológicas a partir das quais têm surgido surpreendem e atraem e se tornam necessárias para a educação.

Percebe-se a presença das TICs numa parcela muito significativa das atividades humanas e na educação; o recurso a elas nutre expectativas que, dada a velocidade menor que a esperada do seu adentramento na escola, cria ansiedade entre aqueles profissionais – professores e pesquisadores – mais conscientes do seu impacto acelerador no ambiente de ensino, que eleva qualitativamente o processo educacional.

Uma constatação nada difícil de fazer atualmente é que, não raro, a familiarização no manejo e até o desconhecimento da existência de uma tecnologia e ou programa entre os professores torna insuficiente ou descarta o recurso à aparelhagem básica de TICs com que todas as salas de aula do Instituto de Linguagens contam. Isto obriga a pensar em ações no Instituto para reverter essa situação que, da parte de professores, involuntariamente ralentiza os resultados do seu próprio desempenho.

Contemporaneamente, a informática, a nanotecnologia e a eletrônica têm demonstrado muita eficácia na facilitação de atividades diretamente vinculadas ao ensino e, sendo irreversível, a expectativa é a participação cada vez maior intermediando na produtividade do fazer docente. O que obriga a considerar as TICs como necessidade.

Inserindo o aluno na aprendizagem virtual, o curso de Letras - Português e Literaturas propõe disciplinas sobre o uso das TICs no processo formativo inicial, além de usar o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), ofertado pela UFMT, como meio de comunicação, pesquisa, postagem de atividade e de referências bibliográficas extras para leituras, discussões entre alunos e professores.

1.2.7 Integração com redes públicas de ensino

O licenciando em etapa de formação acadêmica, em ações de interação, tem a oportunidade de vivenciar as condições atuais da educação nacional. Tal vivência contribui de forma positiva e significativa para o desenvolvimento educacional dos estudantes e licenciandos quando se articulam teoria (Universidade) e prática (Escolas). Desse modo, as ações em parceria colaborativa entre universidade-escola permitem aos graduandos em cursos de licenciatura melhor desempenho acadêmico, preparação e capacitação mais adequadas no processo ensino-aprendizagem.

No âmbito do Curso de Letras - Português e Literaturas a interação com a rede pública de ensino tem se dado, especialmente, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência; da disciplina Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura e das Práticas como Componentes Curriculares. Inseridos nas atividades desses projetos, alunos da rede pública são beneficiados com a participação em atividades teórico-práticas desenvolvidas por bolsistas e graduandos, orientados e supervisionados pelos professores-regentes das turmas e das disciplinas que contemplam as atividades práticas. Um dos objetivos é propiciar ao graduando a oportunidade de vivenciar experiências cotidianas no ambiente e escolar, além de refletir sobre o conteúdo teórico aprendido durante o curso, ou discutido em reuniões do PIBID, e articulá-lo ao conteúdo programático efetivamente proposto pela escola. É um momento ímpar de formação pessoal, aprimoramento de conhecimentos e preparo para a vida profissional.

Essa interação pode, ainda, incentivar a atividade de pesquisa científica na área de linguagens e estimular a formação continuada do graduando, com a pós-graduação, *stricto* e *lato sensu*. Também é possível a contribuição para a definição da área de interesse profissional de alunos da rede pública de ensino e seu ingresso em cursos superiores. Concretamente, tanto o universitário quanto os estudantes da rede pública, envolvidos nesse processo, poderão ter acesso a outras atividades, como seminários, simpósios, cursos, oficinas, dentre outros eventos acadêmicos.

Atualmente, os graduandos do Curso de Letras - Português e Literaturas têm desenvolvido seus projetos de iniciação à docência e suas atividades práticas (Estágios Supervisionados e

PCCs) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Alexandre Ferreira Mendes, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT) campus Cuiabá e Bela Vista, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Raimundo Pinheiro e no Centro de Educação de Jovens e Adultos Cesário Neto.

1.2.8 Atividades práticas de ensino

As atividades práticas de ensino incluem atividades de caráter prático das disciplinas relacionadas a conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento para o qual se faz a formação. Constituem-se da integração teoria e prática e são orientadas pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, da Formação de Professores e da área de conhecimento da licenciatura. Tais atividades, neste PPC estão atreladas às disciplinas, possibilitando a reflexão sobre os conteúdos e os fenômenos linguísticos e literários durante todo o curso.

São operacionalizadas por meio planejamento e aplicação de aulas, elaboração de sequências didáticas, de pesquisa em livros didáticos de conteúdos estudados, atividades de análise, comparação e estabelecimento de relações entre os conteúdos estudados e os conteúdos indicados para o ensino pela BNCC de Língua Portuguesa para os anos finais do ensino fundamental e médio; pesquisa sobre fenômenos linguísticos reais e literários (como exemplos: variação linguística na fala, na escrita e na expressão literária, criatividade linguística na formação e derivação de palavras, escolhas e adequação léxico-gramaticais nos gêneros discursivo/textuais, “pares suspeitos” fonológicos e sua ocorrência na alfabetização, tratamento de temas universais pela literatura de diferentes épocas e escolas, tratamento do ensino da sintaxe pelos livros didáticos, correção e revisão textuais, adequação tecnológica dos objetos de ensino, entre tantas outras temas) que permitem o desenvolvimento de habilidades de percepção pelo acadêmico das ocorrências dinâmicas da língua e da expressão literária sobre o estado de coisas em um determinado momento histórico-social e, por extensão, sua interferência educacional na concepção de homem, de mundo, de sujeito, de conhecimento; no avanço tecnológico das profissões, bem como sobre o fazer pedagógico do ensinar e do aprender.

1.2.9 Práticas como componente curricular

Práticas como Componente Curricular (PCC) foram dispostas pelas Resoluções CNE/CP 02/2002 e pela Lei 9.394/96 e ratificadas pela Resolução CNE/CP n.º 2/2019.

No Curso de Letras - Português e Literaturas, as práticas serão desenvolvidas do 1º (primeiro) ao 8º (oitavo) semestre do curso, no transcorrer de diferentes disciplinas, articulando os conteúdos básicos aos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a retextualização dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino, com vistas ao desenvolvimento de habilidades teórico-práticas, tendo como indicadores a função primordial da língua e da literatura na formação do acadêmico e a reflexão sobre as metodologias de ensino efetivadas pela escola.

Assim desenvolvidas, as PCCs tornam-se propícias ao reconhecimento da interdependência entre teoria-prática e da pesquisa e extensão como forma de buscar respostas e alternativas para solucionar – ou minimizar - os problemas inerentes ao ensino de linguagens e ao exercício profissional.

Como possibilidades de operacionalização, as atividades práticas podem configurar-se como:

- a) coparticipação em aulas para fins de observação orientada das práticas pedagógicas de língua materna e literatura;
- b) planejamento e socialização de ações pedagógicas de ensino sobre um determinado conteúdo de disciplina;
- c) elaboração e aplicação de propostas de aulas e/ou sequências didáticas, com auxílio do professor- orientador e do professor regente para turmas de ensino fundamental e médio;
- d) pesquisas documentais envolvendo os conteúdos das disciplinas, como análise e síntese de propostas de atividades de leitura, de escrita e do trabalho de gramática em livros didáticos; análise e síntese de propostas de ensino de literatura em livros didáticos, estudo da concepção de língua, linguagem e literatura subjacente ao projeto político pedagógico da escola e sua efetividade nas práticas escolares, dentre outras diretamente relacionadas à disciplina e seu tratamento didático nas aulas de língua materna e literatura;
- e) pesquisas etnográficas, como o tratamento no projeto político pedagógico da escola sobre a gestão de aula de língua materna e literatura, organização didática do professor, propostas de atividade por professor de ensino fundamental e médio para o

desenvolvimento de habilidades de leitura e/ou escrita, e/ou gramática, e/ou escuta, e/ou conteúdos literários, concepção de língua, linguagem, literatura dentre conceitos que fundamentam o ensino e a aprendizagem de linguagens e suas relações com a prática do professor(res) pesquisado(s); reflexão sobre práticas escolares de conteúdos de língua e literatura dentre outros específicos de disciplinas que visem à atuação do acadêmico em situações contextualizadas, assim como em ações diretas e em resolução de situações-problemas relacionados ao ensino e aprendizagem de conteúdos de sua área de formação.

O cumprimento dessas atividades será acompanhado e orientado pelo professor regente da disciplina e que deverá apresentar em seu plano de ensino, ou apensado a este, o planejamento da atividade prática, no início do semestre letivo, descrevendo os objetivos, a metodologia e a avaliação bem como o campo de realização.

Acredita-se que o desenvolvimento das atividades sugeridas durante o processo formativo garanta a efetiva e concomitância relação entre teoria e prática, fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência, à pesquisa e à extensão.

Para alcançar os princípios pelos quais esse componente foi inserido no currículo do acadêmico, apresenta-se em Apêndices (Apêndice C) o Regulamento da Prática como Componente Curricular.

1.2.10 Relação com a pós-graduação

O Curso de Letras – Português e Literaturas conta com as atividades de extensão, pesquisa e pós-graduação [mestrado e doutorado em Estudos Linguísticos (PPGEL) ofertadas pelo Instituto de Linguagens e está vinculado a esses programas.

A aproximação se realiza com a participação de acadêmicos em eventos (palestras com professores do quadro regular e professores visitantes que atendem ao Mestrado em Estudos de Linguagem, seminários entre outros). Além disso, os acadêmicos são estimulados a participar de projetos desenvolvidos por docentes do Curso, que atuam na Pós-graduação. O envolvimento dos alunos da graduação com pesquisas visa a propiciar-lhes a vivência em um

grupo de pesquisa, espaço em que terão oportunidade de alcançar aprofundamento em teorias estudadas durante o curso, conhecer novos autores e teorias da área e de áreas afins, conhecer o funcionamento de um grupo de pesquisa, além de desenvolver habilidades necessárias ao cotidiano do pesquisador, dentre elas, a responsabilidade, a curiosidade e busca por informações, a redação e apresentação de artigos em eventos científicos.

Outra experiência propiciada pela relação entre graduação e pós-graduação é o estágio supervisionado do programa na sala de aula da graduação, permitindo a troca de saberes entre acadêmico de diferentes níveis de conhecimento e de suas experiências. Ainda, a assistência a defesa de dissertações orientadas pelos docentes do Curso. Além de ampliar os conhecimentos, são oportunidades para que o acadêmico conheça os meandros da vida acadêmica, em termos de continuidade de sua formação e aperfeiçoamento profissional.

Acrescenta-se a isso que, a partir de 2024, o PPGEL e o Curso de Letras - Português e Literaturas pretende abrir linha de pesquisa que investigue diretamente as ações pedagógicas no ensino de língua materna e de literatura no ensino fundamental, médio e na educação de jovens e adultos, contemplando as atividades propostas para desenvolvimento na disciplina Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura e no componente curricular Estágio Supervisionado de Língua e Literaturas na reestruturação do PPC do Curso de Letras, bem como a produção científica que envolva tal integração. A abertura de nova linha e de novas vagas no mestrado e doutorado beneficiará tanto os alunos da graduação quanto os egressos e outros profissionais de Letras em sua formação continuada.

1.2.11 Iniciação à pesquisa científica

No processo de construção do currículo de um curso de graduação, em um primeiro momento, tem-se uma preocupação central com a função do ensino. Todavia, sabe-se que só se obterá um ensino de qualidade, se esse vier associado à pesquisa e à extensão. Assim, a comunidade acadêmica do curso de Letras – Português e Literaturas busca trabalhar, indissociavelmente, as três funções, em conformidade com a LDB, art. 43, e com o artigo 207 da Constituição Brasileira que dispõe sobre a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988, Ar. 207).

A Resolução CNE/CP nº 2/2019, Artigo 6º indica que a política de formação de professores para a Educação Básica, em consonância com os marcos regulatórios, em especial com a BNCC, tem como princípio relevante, entre outros relacionados, a articulação entre a teoria e a prática para a formação docente, fundada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à garantia do desenvolvimento dos estudantes. Assim também, o PDI 2019- 2023, no item que trata das Políticas de Pesquisa, determina que seja papel da Universidade, comprometida com a qualidade acadêmica, promover a formação de pesquisadores e garantir as condições para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação voltadas ao desenvolvimento social, econômico e cultural da região. As políticas de pesquisa e de inovação da UFMT alinham-se às especificidades regionais, e igualmente objetivam sua inserção nos cenários nacionais e internacionais.

A articulação entre essas três funções universitárias – ensino, pesquisa e extensão – permite à universidade a inserção na sociedade e desta na universidade. A importância do ensino é destacada se este for integrado ao conhecimento produzido por pesquisa, bem como se atender aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão. O ensino, ao mediar a pesquisa e a extensão, mantém-se atualizado, conectado com as transformações mais recentes, formando, profissionais críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

Nesse domínio, a pesquisa faz parte da vida acadêmica do corpo docente e discente do Curso de Letras – Português e Literaturas e visa à vivência, à experiência e à orientação e investigação da prática no trabalho docente, verificando temáticas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem de línguas e literaturas e a outros temas de interesse relevante para a comunidade escolar, possibilitando, assim, restituir à sociedade contribuições para com o desenvolvimento do curso. A pesquisa como processo de investigação metódica e sistemática desses temas ocorre no interior dos grupos de pesquisa dos docentes, dos grupos de estudos e dos projetos de extensão, os quais absorvem alunos da pós-graduação e da graduação.

A concepção é de que a pesquisa é um princípio educativo e científico que deve estar em permanente diálogo com a realidade para assegurar a qualidade educativa do projeto pedagógico em ação. Pesquisar é realizar um processo de investigação metódica e sistemática

sobre aspectos específicos da realidade, que se relacionam entre si e com os outros campos, o que possibilita a construção de uma síntese provisória, enquanto uma rica totalidade.

1.2.12 Atividades de extensão para fins de creditação

Em consonância com a Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências, com a política de extensão prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), o Curso de Letras – Português e Literaturas - licenciatura propicia atividades que fomentam o diálogo com a comunidade, por meio de experiências e iniciativas de enriquecimento teórico e metodológico, que possibilitam uma abertura à reafirmação e à materialização dos compromissos éticos e solidários entre universidade pública e sociedade. Em contato com a sociedade, o acadêmico não apenas vivencia o desenvolvimento comunitário na formação da consciência social, como também participa do processo transformacional das realidades, da ação cultural e continuada, da prestação de serviço, da formação de opinião e do sujeito social, conforme descrito no PDI:

A extensão possibilita o fortalecimento e a relação da teoria com a prática, enriquece o conhecimento produzido e sua socialização, tendo em conta os diversos saberes existentes, a diversidade cultural, a pluralidade de ideias, a ética e a democracia.

A relação da cultura e da extensão com o conhecimento tem possibilitado uma formação acadêmica abrangente, humana e diversificada, enfrentando o problema de engessamento das estruturas curriculares. Nesse sentido,

A curricularização da extensão propõe-se a romper com essa situação antiga e ainda presente na educação superior brasileira, fortalecendo a relação entre ensino, pesquisa e extensão. A partir da curricularização, a extensão deverá estar presente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, em articulação com as demais atividades acadêmicas da Instituição. A implementação da extensão na formação acadêmica, supõe uma concepção de profissionalização que vai além do saber técnico e científico, mas que incorpora uma formação de caráter também humanista, primando pela formação cidadã, cultural, filosófica, socioambiental, empreendedora e socialmente comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável e de enfrentamento das desigualdades sociais. O fomento à melhoria da qualidade do Ensino e da Pesquisa, através da extensão, se manifesta na crescente participação da comunidade, interna e externa, em ações de extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 2019, p. 58-59).

Pensando nessa inter-relação e atendendo à referida resolução, o Curso de Letras - Português e Literaturas - Licenciatura oferta, atualmente, (4) quatro projetos de extensão universitária. A previsão é de que, com a operacionalização da nova matriz curricular, pelo menos dois outros sejam ofertados, semestralmente, a partir de 2024. Relaciona-se abaixo os projetos propostos:

- a) Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola (96h) - propõe a construção de uma prática pedagógica qualificada, por meio de intervenções práticas, realizadas por alunos dos cursos de Letras, sobre conteúdos de língua portuguesa – leitura, escrita e gramática – junto a alunos dos anos finais do ensino fundamental em escolas da rede pública, contribuindo tanto para a formação dos licenciandos e sua inserção no ambiente de trabalho, como também para a melhoria da qualidade ensino de língua portuguesa na escola;
- b) Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo (80h) - propõe atividades práticas de leitura de diversos gêneros discursivos e, a partir destas, de produção de textos argumentativos a alunos do ensino médio de escolas da rede pública estadual, mostrando-lhes a interdependência dessas práticas sociais e, por extensão, a necessidade de uso das estratégias envolvidas nessas práticas para o êxito da produção do texto oral ou escrito. Aos licenciandos o projeto oferece subsídios para a articulação da teoria à prática, bem como vivência e percepção do ensino e da aprendizagem de objetos específicos de conhecimento. Aos alunos participantes permite a percepção da leitura e da escrita como instrumentos utilizados para repensar o mundo e (re)organizar o próprio pensamento e as informações de que precisam comunicar;
- c) Língua Portuguesa na escola (80h) - volta-se ao apoio do desenvolvimento de capacidades de leitura, análise linguística e produção de textos a alunos dos anos finais do ensino fundamental e médio. Propõe subsídios ao licenciando para o trabalho planejado, proposital com a prática de ensino de língua portuguesa;
- d) Sarart: entre Línguas e Letras (96h) - oferece diversas ações extensionistas, transdisciplinares (saraus, oficinas, minicursos, monitorias, tutorias, produções lítero-musicais entre outras), proporcionando aprendizagens, interação, diálogo e a manifestação efetiva dos sujeitos sociais em geral e da comunidade acadêmica em particular (alunos, servidores, professores), por meio do apoio didático, da articulação, valorização e socialização de conhecimentos científicos, literários, artísticos e culturais. A proposta pressupõe a garantia do direito da pessoa aos “bens incompreensíveis”, à inclusão, ao acesso e à permanência na universidade. Como as

- ações possuem cargas horárias diferenciadas, os licenciandos têm a oportunidade de escolher de qual(is) querem participar, de acordo com suas necessidades de formação;
- e) **Leitura Literária na Escola: encontros e encantos (80h)** - propõe o resgate do valor da leitura como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. Pressupõe o acesso à leitura literária, buscando desenvolver o potencial cognitivo e criativo do aluno ao possibilitar vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação. Estimula o desejo de novas leituras e produções orais, escritas e em outras linguagens, além de proporcionar a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo uma formação crítica e emancipadora tanto ao licenciado quanto aos alunos participantes.
 - f) **Português para Estrangeiros (64h)** - envolve o desenvolvimento de habilidades básicas de ler, escrever, ouvir e falar em Português, como também a sistematização de aspectos pragmático-culturais constituintes de interações cotidianas a alunos em mobilidade internacional na UFMT. Promove a compreensão e a produção de gêneros textuais orais, escritos e multimodais de diversas esferas comunicativas e a aprendizagem de alguns sons distintivos do português brasileiro, inserindo os estrangeiros não apenas na comunidade acadêmica, mas também em outros espaços interacionais da sociedade;
 - g) **O projeto de extensão Semana de Letras (64h)** - constitui-se de um evento organizado pelos Cursos de Letras com a promoção de interlocuções sobre temáticas relacionadas à integração universidade e escola, bem como sobre a formação do professor e o ensino de língua portuguesa e literatura na educação básica. É aberto a graduando, pós-graduando, docentes, pesquisadores e profissionais do ensino básico, configurando-se em oportunidade de socialização de conhecimentos e compartilhamento de experiências, a fim de que o saber da academia possa ser transformado em elementos voltados para o ensino e possibilitando que Universidade e a Escola estabeleçam um diálogo mais próximo e produtivo em suas ações, no que se refere à área de Letras.

Esses projetos poderão ser ofertados anualmente. Porém, 4 (quatro) deles têm oferta obrigatória e estão previstos na matriz curricular, quais sejam: Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo (80h); Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola (96h); Língua Portuguesa na Escola (80h); e Leitura Literária na Escola: encontros e encantos (80h). Os referidos projetos estão intrinsecamente relacionados e articulados a

conteúdos e disciplinas do curso de Letras - Português e Literaturas e outros saberes necessários à docência na educação básica. Porém não estão atrelados às disciplinas da matriz, podendo ser cursados pelo acadêmico independentemente do semestre para o qual está matriculado. Assim, o acadêmico poderá participar tanto do projeto ofertado para o semestre em que está matriculado quanto em qualquer outro de sua escolha desde que ofertado pelo curso e observada a carga horária e o número de créditos máximos para o período. Ao final do curso, o acadêmico deverá ter cumprido o mínimo de 336 (trezentos e trinta e seis) horas de atividades de extensão, isto é, 10,1% (dez vírgula um) da carga horária total do curso de Letras - Português e Literaturas, licenciatura. Esclarece-se que, embora há carga horária de extensão determinada a cada semestre, estas podem ser cumpridas a qualquer tempo. A previsão feita é uma forma de organização acadêmica, pensada para não sobrecarregar os acadêmicos e professores em semestres de oferta dos estágios supervisionados.

Ressalta-se que os projetos propostos têm o envolvimento direto de comunidades externas e o protagonismo dos estudantes na execução; serão planejados, orientados e acompanhados por docente do curso de Letras - Português e Literaturas, conforme determina o art. 2º da Resolução Consepe 188/2021.

Ao docente responsável caberá a inserção do plano de trabalho (ou do projeto) no AVA e o registro, naquele ambiente virtual, das atividades realizadas por ele e pelos acadêmicos; compete a ele também a realização dos trâmites necessários para o registro no Sistema de Gestão da Extensão (SIEX). No plano de trabalho (ou do projeto) deverão ser descritas as informações do projeto, os objetivos, a justificativa, os conteúdos possíveis e seus estudos, a metodologia, bem como as formas de avaliação e registro. As ementas dos projetos estão na seção Apêndices – Apêndice A – Ementário – na sequência apresentada no fluxo curricular.

À coordenação do curso cabe liberar, semestralmente no sistema, os projetos que serão ofertados no período, para matrícula pelos alunos.

Note-se que os projetos estão previstos com diferentes cargas horárias e com temáticas relacionadas a conteúdos das disciplinas do curso de Letras – Português e Literatura e outros saberes necessários à formação acadêmica do docente. As diferentes temáticas possibilitam a articulação e a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e da teoria com a prática; além disso conferem organicidade às ações da comunidade acadêmica,

oportunizando aos alunos a escolha entre as opções apresentadas e contato com diferentes mecanismos didático-pedagógicos, mecanismos de análise de problemas sociais, políticos, tecnológicos, culturais e profissionais, com o objetivo de contribuir para a qualidade de ensino e para o atendimento das necessidades regionais e locais.

Além dessas experiências e atendendo à política de formação de professor, conforme preconizado pela Resolução CNE/CP nº. 2/2019, art. 6º e seus incisos (especificamente VIII, IX e X), ressalta-se que, a partir de 2024, o Curso de Letras - Português e Literaturas pretende ofertar, em consonância com os egressos e comunidade externa, formação continuada em nível de atualização e extensão (cursos/atividades formativas com o mínimo de 40 horas e máximo de 80 horas), aperfeiçoamento (cursos de 120 a 180 horas) e pós-graduação lato sensu, especialização (cursos de 360 horas), que visem a melhoria do exercício docente e enfatizem o ensino de língua portuguesa e literatura nos níveis fundamental II, médio e educação de jovens e adultos. O objetivo é melhorar o exercício docente e sedimentar os conhecimentos teóricos e práticos recebidos/ofertados na formação inicial. Tais propostas de cursos buscarão agregar novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação. A regulamentação das atividades de extensão para creditação estão em Apêndices (APÊNDICE I)

1.2.13 Avaliação do ensino e aprendizagem

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos cursos presenciais de graduação da UFMT é regida pela Resolução Consepe nº 63, de 24 de setembro de 2018, que permite certa flexibilidade e adaptação nos mecanismos avaliativos, desde que previstas no programa de disciplinas.

A referida resolução compreende a avaliação da aprendizagem como integrante do processo educativo, devendo favorecer o desenvolvimento integral do estudante e valorar suas habilidades cognitivas – sobretudo, a aplicação, a análise, a criação do conhecimento – e, conjuntamente, promover a reflexão sobre a ação de aprendizagem realizada, a percepção crítica da sociedade por meio de ações práticas transformadoras alinhadas com a concepção de educação, ensino e aprendizagem proposta no Projeto Pedagógico do Curso. Assim considerada, seu caráter é processual, constituindo uma prática de acompanhamento e

reorientação do percurso acadêmico do estudante pelo docente, tendo em vista o desenvolvimento de sua aprendizagem, não sendo, portanto, concebida como checagem de conhecimentos memorizados pelos alunos, mas produto de um processo paulatino de reflexão, para consolidação da aprendizagem.

A avaliação do discente, segundo a resolução, deve ser feita por disciplina, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e de processo ensino-aprendizagem, entendendo por assiduidade a frequência às atividades e o processo de ensino e aprendizagem como resultado de todas as atividades desenvolvidas na interação contínua entre aluno-conhecimento-professor.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019, no seu Artigo 23, também dispõe sobre a avaliação, determinando que seja organizada como um reforço em relação ao aprendizado e ao desenvolvimento das competências; deve ser contínua e prevista como parte indissociável das atividades acadêmicas; deve ser diversificada e adequada às etapas e às atividades do curso, distinguindo o desempenho em atividades teóricas, práticas, laboratoriais, de pesquisa e de extensão; e pode-se dar sob vários instrumentos: monografias, exercícios ou provas dissertativas, apresentação de seminários e trabalhos orais, relatórios, projetos e atividades práticas, entre outros, que demonstrem o aprendizado e estimulem a produção intelectual dos licenciandos, de forma individual ou em equipe.

Integrando os pressupostos das referidas normativas, o Colegiado de Curso de Letras – Português e Literaturas entende que a avaliação deva ser diagnóstica, formativa e somativa. Explicitando os conceitos, entende-se por avaliação diagnóstica a realizada em um determinado momento da realidade, para melhor desenvolver o projeto ou processo, com o objetivo compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o projeto/processo do ensino e aprendizagem; a avaliação formativa é entendida como uma prática de avaliação contínua, que objetiva fornecer feedback, a fim de ajustar o processo de ensino-aprendizagem; e a avaliação somativa é a realizada após processo finalizado, para verificar se os objetivos foram alcançados, após o processo de ensino-aprendizado vivenciado e finalizado.

Nesse sentido, a avaliação deve refletir a aquisição de habilidades e o desenvolvimento das competências adquiridas gradativa e permanentemente, por atividades diversas distribuídas

durante o período letivo. Assim, o professor terá autonomia para a escolha dos instrumentos de avaliação que melhor correspondam às necessidades e à formação dos discentes, bem como atendam os objetivos da disciplina. Ainda como parte da avaliação e acompanhamento acadêmico, o corpo docente da área de Língua Portuguesa e Literaturas fará Conselhos de Classe para todas as turmas que integram o curso, para verificar as melhores estratégias para efetivação da avaliação formativa, durante o período letivo.

A fim de que os alunos sejam partícipes nesse processo, no início do período letivo, são apresentados pelo professor as normas e os encaminhamentos do processo de avaliação especificados em seus planos de ensino. Os resultados dessas avaliações são sistematicamente registrados pelo professor, de forma que permita o acompanhamento do desempenho do aluno, bem como a orientação de sua aprendizagem.

Como resultado dessas avaliações sistemáticas, o discente deverá apresentar frequência mínima de 75% da carga horária do componente curricular e nota igual ou superior a 7,0 (sete). Caso o aluno não atinja tal nota, deverá fazer prova final (Art. 17). Após a prova final a média será 5,0 (cinco), resultante da média entre a nota da Prova Final e a média das avaliações do período letivo.

Para os estágios supervisionados obrigatórios, adota-se, igualmente, a frequência mínima de 75% da carga horária do componente curricular e nota igual ou superior a 7,0 (sete). Caso o aluno não atinja essas condições será considerado reprovado e deverá cursar novamente o componente curricular. Os instrumentos avaliativos do estágio envolvem atividades propostas pelo professor-orientador, planejamento e regência de aulas e elaboração de portfólio e/ou relatório fundamentado sobre as atividades realizadas, os quais deverão constar no Plano de Ensino do professor-orientador. Outras determinações sobre a avaliação do estágio estão no respectivo regulamento (APÊNDICE B).

O relatório fundamentado também será um dos instrumentos de avaliação do estágio supervisionado não obrigatório, devendo este ser apresentado pelo discente, com assinatura do professor supervisor e carimbo da instituição concedente. O professor orientador emitirá parecer apreciativo sobre as habilidades desenvolvidas pelo estagiário nas atividades realizadas.

1.2.14 Produção científica, cultural, artística e tecnológica

Os docentes do Curso de Letras – Português e Literaturas desenvolvem pesquisas na área de Letras e Linguística Teórica e Aplicada, com os seguintes projetos: Ensino de Português como Língua estrangeira e/ou Adicional; Lugares de Arte: linguagens, memórias, fronteiras (LuA); Africanidades e Descolonização; Estudos Linguísticos e de Letramento; Linguagem, Ensino, Interação e Aprendizagem; Relendo Bakhtin; Estudos, Descrição e Documentação de Línguas Indígenas; e Estudos Interdisciplinares de Linguística, Filologia e História. As produções acadêmico-científicas resultantes de tais projetos somam-se entre nove (nove) e 30 (trinta) trabalhos publicados nos últimos três anos, estando todos registrados na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>).

O desenvolvimento desses projetos e a socialização dos trabalhos, em geral, por meio de publicações e comunicações em congressos, divulgam uma das reponsabilidades da UFMT com a produção de conhecimento na área de Linguística e Letras e, em particular possibilitam aos alunos do curso a oportunidade de participar como bolsistas nos programas de Iniciação Científica (IC) e de Voluntário de Iniciação Científica (VIC), ou mesmo como “curiosos”, interessados pelos assuntos abordados nesses projetos, pois o fato de os docentes serem os coordenadores e, ao mesmo tempo, professores da graduação, o incentivo à pesquisa e aos estudos acontece naturalmente – o que favorece a qualidade da formação acadêmica e profissional.

1.2.15 Aula de campo

Por sua natureza e devido ao perfil do discente (trabalhador -aluno) que frequenta o curso, o curso de Letras - Português e Literaturas não oferta aulas de campo propriamente ditas. Porém, orienta o discente a visitar museus, escolas entre outros espaços possibilitadores de enriquecimento dos estudos.

1.2.16 Quebra ou dispensa de pré-requisitos

No curso de Letras - Português e Literaturas, não há disciplinas que necessitem de quebra ou dispensa de pré-requisitos.

1.2.17 Extraordinário aproveitamento nos estudos

Em atendimento à Resolução Consepe nº 44, de 24 de maio de 2010, o curso de Letras – Português e Literaturas oferece o extraordinário aproveitamento nos estudos a seus licenciandos. As normas para tal aproveitamento de estudos foram elaboradas pelo Colegiado do Curso e aprovadas pela Congregação do Instituto.

O curso de Letras – Português e Literaturas, licenciaturas, entende o extraordinário aproveitamento nos estudos como um instrumento de flexibilização da exação curricular, que permite aos alunos a dispensa de cursar um ou mais componentes curriculares dentre os que compõem o currículo do curso, de forma a abreviar o seu tempo de duração.

Para a concessão é garantida a implementação de um processo de ensino-aprendizagem de elevado padrão de qualidade, com procedimentos de avaliação do todo dos conteúdos de determinados componentes curriculares, com exceção dos componentes que constituem os estágios supervisionados obrigatórios e de componentes nos quais houve reprovação pelo aluno em algum momento de curso.

O processo avaliativo será realizado por Banca Examinadora Especial, constituída pelo Colegiado dos Cursos de Letras, tendo como integrantes três docentes responsáveis pelo componente curricular do objeto solicitado, e terá como instrumentos possíveis prova escrita, que tenha abrangência sobre a componente curricular; prova prática, prova oral, entrevista, seminário, verificação de habilidades, dentre outros a critério da Banca Examinadora Especial, em observância à natureza do curso e ao perfil do egresso proposto no Projeto Pedagógico do Curso.

Terá comprovado o extraordinário aproveitamento o aluno que obtiver como média final da avaliação o valor de 7,5 (sete inteiros e cinco décimos), tendo computado a seu favor os créditos e a carga horária respectiva, em consonância com o estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso, bem como a nota obtida.

Outras normas para a efetivação do extraordinário aproveitamento nos estudos, tais como elegibilidade, procedimentos, prazos, recursos e competências, estão no Regulamento do Extraordinário Aproveitamento de Estudos, em Apêndices (Apêndice H).

2 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

2.1 Corpo docente

Atendendo a legislação vigente, a contratação de professores para o quadro efetivo da UFMT e, por extensão, para o curso de Letras - Português e Literaturas ocorre mediante a realização de concurso público de provas e títulos. Para ingresso de professores, a universidade tem priorizado a contratação de professor doutor, em regime de dedicação exclusiva.

Compõem o corpo docente 16 (dezesseis) professores com título de doutor; destes, quatro possuem estágio pós-doutoral em sua área de conhecimento. Tal titulação garante a qualificação na formação de professores, pois possibilita a análise dos conteúdos dos componentes curriculares e a relevância destes para a formação e atuação profissional e acadêmica do graduando; fomenta o raciocínio crítico-reflexivo sobre os fazeres pedagógicos, utilizando literatura atualizada, para além da bibliografia proposta; proporciona o acesso a conteúdos e a resultados de pesquisa, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e à formação acadêmico-profissional, bem como incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e, por conseguinte, da publicação destes derivada.

Sendo docentes em regime de dedicação exclusiva, permite o atendimento integral às demandas diversificadas da instituição, como as atividades de ensino (disponibilidade de atendimento e orientações a discentes em suas necessidades acadêmico-científicas, dedicação à docência) e atividades administrativas (coordenação de curso, participação no colegiado, participação em conselhos, planejamento didático, preparação e correção de atividades, de avaliações de aprendizagem etc.), com autoavaliação de seu exercício funcional e do aperfeiçoamento do *modus operandi*, para melhor desempenho profissional e garantia de gestão eficiente e contínua do serviço público prestado.

Entre os 16 (dezesseis) docentes que compõem o quadro de professores do curso de Letras-Português e Literaturas, 14 (catorze) têm mais de 3 (três) anos no magistério superior, experiência que permite a adoção de estratégias que tornem as aulas espaços sensíveis de construção de conceitos, definições, comparações, estabelecimento de relações entre teoria e prática e de reflexões sobre os fenômenos linguísticos e literários, bem como sobre o processo de ensino de tais conteúdos. Desses docentes, apenas 4 (quatro) possuem menos de quatro

anos de experiência na docência da educação básica. Os outros possuem experiência e conhecimentos que possibilitam a didatização do conteúdo em consonância com as necessidades individuais de aprendizagem, permitem o planejamento de ações identificadoras das dificuldades dos alunos, promovem a aprendizagem progressiva e adoção de instrumentos avaliativos que diagnostiquem, formem e somem as aprendizagens, cujos resultados são utilizados para redefinição de sua prática docente, de seu modo de gerenciar os objetos de ensino e a própria construção de novos conhecimentos.

Na sequência, há no quadro com a sumarização do perfil atual dos docentes do Curso de Letras - Português e Literaturas. O quadro mostra o nível de excelência do corpo docente, com 100% de profissionais com pós-graduação stricto sensu e dedicação exclusiva na UFMT. Tal qualificação oportuniza a efetivação da interdisciplinaridade nas atividades desenvolvidas e a qualidade do ensino superior.

2.1.1 Quadro descritivo do corpo docente

DOCENTE	TITULAÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO	RT	EEB	EMS	U.A.O
André Luiz Rauber	Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa	Letras - Português e Literaturas	DE	8	16	LET
Carolina Akie Ochiai Seixas Lima	Doutorado em História e Filologia	Letras - Português e Literaturas	DE	16	14	LET
Caroline Pereira de Oliveira	Doutorado em Linguística	Linguística	DE	0	11	LET
Denize Dall Bello	Doutorado em Comunicação e Semiótica	Letras - Português e Literaturas	DE	9	26	LET
Eliana Moraes de Almeida Alencar	Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa	Letras - Português e Literaturas	DE	5	11	LET
Flávia Girardo Botelho Borges	Doutorado em Letras e Linguística	Letras - Português e Literaturas	DE	20	6	LET
Fernando Zolin Vesz	Doutorado em Letras e Linguística	Letras - Português e Literaturas	DE	3	4	LET
Laudino Roces Rodrigues	Doutorado em Linguística	Linguística	DE	0	5	LET
Leonardo Pinto de Almeida	Doutorado em Psicologia	Letras - Português e Literaturas	DE	-	-	LET
Lindinalva Zagoto Fernandes	Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	Letras - Português e Literaturas	DE	17	16	LET
Lirian Daniela Martini	Doutorado em Estudos Linguística	Letras - Português e Literaturas	DE	0	15	LET
Mário Cezar Silva Leite	Doutorado em Literatura	Letras - Português e Literaturas	DE	3	22	LET
Roberto Boaventura da Silva Sá	Doutorado em Literatura	Jornalismo	DE	4	29	LET
Simone de Jesus Padilha	Doutorado em Linguística.	Letras - Português e Literaturas	DE	2	21	LET
Soraia Lima Arabi	Doutorado em Letras Literaturas de Língua Portuguesa	Letras - Português e Literaturas	DE	5	20	LET
Rogério Vicente Ferreira	Doutorado em Linguística	Linguística	DE	0	16	LET

Fonte: Elaborado pela Comissão de Redação do PPC

Legenda: RT: Regime de Trabalho EEB: Experiência na Educação Básica em anos ESM: Experiência no Magistério Superior em anos U.A.O: Unidade Acadêmica de origem

2.1.2 Plano de qualificação docente

O Plano de Qualificação Docente do quadro efetivo do curso é de responsabilidade do Departamento que, em reunião colegiada, delibera sobre o afastamento para qualificação, considerando predominantemente os seguintes critérios: tempo de serviço na instituição e título de mestre; tempo de serviço na instituição e título de doutor; e tempo de término da última capacitação (no caso de pós-doutor). Após a aplicação dos critérios nos pedidos de afastamento para qualificação, o chefe de Departamento, encaminha o Plano à PROEG.

Ressalta-se que as licenças e afastamentos de qualquer natureza para ações de desenvolvimento de pessoas são concedidas de acordo com a Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e, no âmbito da UFMT, da Resolução Consepe n.º 83, de 25 de julho de 2016, que dispõe sobre normas para a qualificação *stricto sensu* e pós-doutoral dos docentes.

2.2 Corpo técnico-administrativo

O Curso de Letras conta com 9 (nove) técnicos administrativos, lotados no Instituto de Linguagens, atendendo aos cinco cursos de Letras, o Programa de Pós-Graduação do Instituto e à comunidade interna e externa à UFMT. A seguir, há um quadro com a apresentação da descrição técnico-administrativa.

2.2.1 Quadro do corpo técnico-administrativo

Área de Atuação	Técnico	Titulação	Reg.Trab.	Unidade Lotação
Técnico Áudio-visual	Edil de Miranda	Graduado	40h	Instituto de Linguagens
Técnico Administrativo da Coordenação dos Cursos de Letras	Bruno Márcio Moreno Espíndola	Graduado	40h	Instituto de Linguagens
Técnico em Assuntos Educacionais	Pedro José Muniz Alves	Graduando	40h	Instituto de Linguagens
Técnico em Assuntos Educacionais	Matheus Gerardo Sécolo	Graduado,	40h	Instituto de Linguagens
Técnico em Assuntos Educacionais	Aline Mariano Moreira	Graduado	40h	Instituto de Linguagens
Técnico em Assuntos Educacionais	Rodrigo Marinho	Pós-Graduado	40h	Instituto de Linguagens
Secretária Executiva	Paula Caroline de Moraes Pacheco	Mestranda	40h	Instituto de Linguagens
Técnica em Secretariado	Camila Lemos de Almeida	Doutoranda	40h	Instituto de Linguagens

Assistente Administrativo	Roberto Oliveira Souza	Ensino Médio	30h	Instituto de Linguagens
Técnica Administrativa	Enemar Pinheiro de Figueiredo	Graduada	40h	Instituto de Linguagens

Fonte: Comissão de Redação do PPC

Os técnicos administrativos trabalham em espaço próprio, que foi reestruturado em novembro de 2019, para abrigar a secretaria unificada. Nesse espaço, eles trabalham no regime de jornada contínua ininterrupta, de 7h30 às 23h00, atendendo nos três turnos à comunidade interna e externa ao instituto; e aos sábados, de 07h30 às 12h00, satisfazendo, assim, a necessidade do Instituto, que também funciona aos sábados. O documento que ampara a jornada contínua dos técnicos administrativos é a Portaria GR n.º 108, de 17 de fevereiro de 2020.

2.2.2 Plano de qualificação do corpo técnico-administrativo

A qualificação dos servidores Técnico-Administrativos em Educação está instituída no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, vinculadas ao Ministério da Educação, pela Lei 11.091/2005, pela Lei 12.772/2012 e, mais recentemente, pelo Decreto 9.991/2019.

No que tange à política interna da UFMT, o direito à qualificação encontra-se respaldado nas Resoluções Consuni n.º. 04, de 26 de março de 2014 (*stricto sensu*); Consuni n.º. 23, de 22 de novembro de 2006 – que aprovou o Plano de Desenvolvimento dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação; na Resolução CD 120, de 16 de dezembro de 2006 – que homologou a Resolução Consuni n.º 23/2006. Ressalta-se, ainda, que, embora o plano de capacitação tramite em todas as instâncias imediatas e superiores, há ciência por parte dos servidores de que licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento de pessoas serão concedidos de acordo com legislação vigente.

Ainda no que se refere ao plano de capacitação dos técnicos, encontram-se em andamento, para fins de apreciação pelos Conselhos competentes da UFMT, os ditames da Portaria MEC n.º. 27, de 15 de janeiro de 2014, que institui o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos Servidores, integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério de Educação. Acrescente-se, ainda, que, recentemente, a UFMT emitiu as

seguintes portarias em favor do desenvolvimento profissional dos servidores técnicos: PORTARIA NORMATIVA Nº 03/SGP/REITORIA/2022, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022, que dispõe sobre o procedimento para requerimento e concessão de Incentivo à Qualificação aos servidores Técnico Administrativos em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; PORTARIA NORMATIVA Nº 05/SGP/REITORIA/2022, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022 que dispõe sobre o requerimento e concessão da Progressão por Capacitação dos servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; e PORTARIA NORMATIVA Nº 04/SGP/REITORIA/2022, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022 que dispõe sobre o plano de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Mato Grosso.

3 INFRAESTRUTURA

3.1 Salas de aula e apoio

3.1.1 Sala de trabalho para professores em tempo integral

Os professores do Curso de Letras – Português e Literaturas contam com a sala 26, sala coletiva, no 1º piso, que viabiliza as ações acadêmicas institucionais, permitindo comodidade ao apoio pedagógico, à preparação de aulas e ao atendimento a alunos. A sala é climatizada, ventilada; dispõe de um telefone, uma mesa retangular e outra redonda, cadeiras, cinco computadores, duas impressoras a laser, televisão em tela plana e armários para material de escritório e dos docentes. Os recursos de tecnologias da informação e comunicação garantem a privacidade para uso das ferramentas, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

3.1.2 Salas de trabalho para coordenação do curso

A sala de trabalho para a coordenação do curso funciona no térreo (sala 05), sendo uma sala de uso comum das Coordenações de Ensino de Graduação e Pós-Graduação: Coordenação de Língua Inglesa, Coordenação de Língua Francesa, Coordenação de Língua Portuguesa, Coordenação de Língua Espanhola, Coordenação de LIBRAS e Coordenação da Pós-Graduação. Esta foi incorporada na reestruturação dos espaços físicos do IL, para implantação da secretária unificada (sala 04).

Para atender às coordenações de ensino dos cursos de Letras, na sala 04, há a secretaria unificada com sete funcionários trabalhando em regime de jornada contínua e atendendo no matutino, no vespertino e no noturno ininterruptamente; além de atendimento aos sábados no período matutino.

O espaço da Coordenação de Ensino foi ampliado com mais uma sala, após o Curso de Letras receber do MEC portaria que institucionaliza cinco coordenadores (Letras e Espanhol, Letras e Francês, Letras e Inglês, Letras e Português e Letras LIBRAS). No espaço dedicado à Coordenação, existem instalados sete computadores, com estações de trabalho completas.

Para cada central de computador instalada na Coordenação há pontos de acesso à internet que funcionam devidamente. Conta, ainda, com uma impressora Xerox de três bandejas, mesa destinada às reuniões, um armário de madeira para arquivos e processos, uma estante de aço para colocar materiais diversos, bebedouro, gabinete com gavetas para cada coordenador e espaço destinado aos materiais de expediente. A sala também possui ar-condicionado split, dois computadores com acesso à internet, uma impressora, uma estação serviço, uma mesa de reunião, sete armários, uma televisão com controle remoto, bebedouro, cafeteira e umidificador de ar.

Os materiais de expediente da Coordenação são solicitados via Sistema de Requisições (SisReq), disponível no site da universidade. Não se enfrenta problemas com carência de materiais essenciais de expediente.

3.1.3 Sala coletiva de professores

Como mencionado no item 3.1.1, a sala destinada ao trabalho do docente é a 26: uma sala coletiva. O uso coletivo da sala permite maior proximidade entre os docentes, favorecendo o diálogo de saberes em suas disciplinas, bem como a integração e a relação entre planejamentos e ações propostas no curso.

3.1.4 Salas de aula

O Curso de Letras Português e Literaturas funciona no Instituto de Linguagens. No 1º piso, há cinco salas de aula (18, 19, 20, 21 e 22) espaçosas e equipadas com ar condicionado, projetor multimídia, caixa de som, CPU, cadeiras, quadro branco ou de giz, mesa e cadeira para o professor, e espelho (para uso do Curso de LIBRAS). Há dois laboratórios: um de informática e um de línguas (salas G e H) e salas de estudo (salas 25, E, J e L). Há, também, salas de aula no 2º piso (sala 47 e 48). No bloco didático – prédio recém construído – há 6 (seis) salas amplas, igualmente equipadas e com excelente luminosidade.

Para funcionamento dos cursos no período da manhã e da noite, o Curso de Letras dispõe de nove salas de aula devidamente equipadas. Todas possuem lousa, projetor multimídia, CPU, amplificador com caixas de som e aparelho de ar-condicionado split. Duas dessas salas têm espaço menor (H e F), mas são igualmente aconchegantes e úteis. O espaço físico dessas salas

(H e F), embora reduzido, atende satisfatoriamente algumas turmas com menor quantidade de alunos e contam com os mesmos equipamentos das salas maiores e quadro branco. A iluminação de todas as salas é adequada para um ambiente de estudo. Há também, durante o dia, o aproveitamento da claridade natural em sete dessas nove salas, uma vez que nelas se encontram portas de vidro que permitem a incidência da luz solar sem incomodar professor e aluno no decorrer das aulas.

A quantidade de carteiras é suficiente para todos, havendo também carteiras adaptadas para pessoas canhotas. A acessibilidade às salas é adequada, já que os portais de entrada são amplos, permitindo, por exemplo, o giro de uma cadeira de rodas num ângulo de 360°.

3.1.5 Sala do centro acadêmico

O Centro Acadêmico de Letras, denominado CALET, tem a sala 49, do segundo piso do IL, para o desenvolvimento de suas atividades. Essa sala tem sacada, aparelho de ar condicionado, e foi reformada para receber o Centro Acadêmico de Letras. A disponibilização dessa sala pelo IL faz parte da reivindicação do CALET e constitui-se em um espaço destinado ao apoio aos discentes em suas assembleias e reuniões.

3.1.6 Ambientes de convivência

Os acadêmicos de Letras têm a disponibilidade de usufruir de várias salas para estudos, localizadas no 1º e 2º piso. São as salas 25, E, J e L, além de poderem usar também os laboratórios das salas G e H. Nas salas, os alunos encontram mesa, cadeiras, computador e aparelho de ar condicionado.

Como ambientes de convivência, os acadêmicos contam com os corredores e o saguão do instituto. No primeiro piso, há mesas, cadeiras e acesso à rede de internet wi-fi, ao qual acorrem alunos de diferentes cursos, para o estudo e para o encontro social. No saguão, há bancos e uma cantina onde os alunos podem se reunir.

Disponíveis, ainda, aos cursos de Letras há dois miniauditórios: um no térreo e outro no 2º piso. O auditório M está localizado no 2º andar e possui 100 lugares para a plateia, sendo dois reservados a pessoas com deficiência física. O Auditório disponibiliza os seguintes materiais:

01 TV Plasma 55` – Panasonic – com controle remoto, 01 sistema de videoconferência Sony – com controle remoto, 01 amplificador DSound, 01 estabilizador SMS, 01 caixa de som DSound, 01 CPU e 1 teclado, com mouse e chaveador para notebook, 01 no-break Ragtech 1.2 Kva, 01 mesa de som Behring Xenyx Mod. 1204FX/04 canais, 01 amplificador profissional, 02 canais marca Watson DBK720, 04 caixas de som DSound fixas nas paredes laterais, 01 microfone profissional com fio e suporte de mesa, 16 longarinas de 05 lugares com braço escamoteável, 4 longarinas de 04 lugares com braço escamoteável. A administração do auditório do térreo está sob a responsabilidade do Curso de Graduação em Artes (Música). Já a gestão do auditório do 2º piso é alternada entre as coordenações dos programas de pós-graduação em Estudos de Linguagem e Estudos de Cultura Contemporânea. Há a normas de funcionamento, acesso e uso, conforme decisão nº 09 da Congregação do Instituto de Linguagens, de 11 de agosto de 2011. Tal regras normatiza localização, instalações, materiais, dias e horários de funcionamento, utilização, obrigações do solicitante, termo de reserva (comunidade interna e externa).

O outro miniauditório está localizado no saguão e passou por reforma no ano de 2014, com implantação de tratamento acústico. A gestão desse espaço, conforme decisão de Congregação, segue a mesma resolução (2011) quanto ao seu funcionamento e utilização. Há disponibilidade de 48 lugares, e equipamentos como projetor multimídia, computador, telão, dois aparelhos de ar-condicionado split e sistema de som

3.2 Laboratório

No Instituto de Linguagens há dois laboratórios: um de informática e um didático-pedagógico.

3.2.1 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

No piso térreo, sala 04, funciona o laboratório de Informática, com disponibilidade de 21 computadores, todos em perfeito estado de funcionamento, para uso nos períodos de funcionamento do curso: manhã e noite. Os computadores contam com softwares básicos para digitação de textos e acesso à internet. Esse espaço tem como função apoiar as atividades acadêmicas dos discentes, docentes e técnico-administrativos vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Linguagens.

O Instituto conta com dois técnico-administrativos para cuidar do laboratório - Emanuel e Roberto. O primeiro trabalha no regimento de seis horas diárias (das 7h30min às 13h30min); o segundo se enquadra no regimento de oito horas (das 13h30min às 20h00). O espaço não possui janela, mas conta com uma central de ar condicionado e iluminação adequada com grandes lâmpadas fluorescentes. Lixeiras estão disponibilizadas no ambiente do laboratório para ajudar na conservação da limpeza do local pelo usuário. Scanner e telefone também estão disponíveis para uso dos técnicos que lá trabalham.

O Laboratório de Informática dispõe de normas, estabelecidas pela Portaria nº 025/Diretoria do IL/2007, de 05 de junho de 2007, que institui regras para sua utilização. As normas de funcionamento, acesso e uso estabelecem finalidade, funcionamento, usuários, cadastramento, utilização, impedimentos, penalidades e atribuições desse espaço acadêmico. Todas as normas de acesso e uso dos laboratórios estão apresentadas em Apêndices (APÊNDICE D).

3.2.2 Laboratórios didáticos

Além do Laboratório de Informática, o Curso de Letras conta com um laboratório didático-pedagógico e/ou multiuso, onde se desenvolvem atividades pedagógicas de integração entre teoria e prática. Esse laboratório é formado por dois lados (A e B) cada um com capacidade para 24 alunos para as aulas. O espaço tanto cumpre sua função didática para de ensino aos acadêmicos, quanto pedagógico, para orientação de alunos em suas atividades. Devido ao seu sistema, o laboratório permite o uso simultâneo de até dois grupos distintos de usuários. Possui aparelhos de som e microfones, ocupando uma área de 6.65 x 10.50 m.

O Laboratório consiste em um sistema de intercomunicação que permite ao professor monitorar e comunicar-se individualmente com cada aluno, verificando e orientando-o separadamente ou em grupo. Esse laboratório é utilizado apenas pelos professores dos cursos de Letras línguas estrangeiras, que podem desenvolver atividades de compreensão oral, conversação e leitura, possibilitando a prática da entonação, ritmo, pronúncia etc. Os alunos podem trabalhar com o material gravado individualmente em seu próprio ritmo. O professor pode ouvir os alunos e intervir quando necessário. Todas as atividades gravadas pelos alunos podem ser acessadas após as aulas pelo professor, a fim de corrigir e avaliar os resultados.

As atualizações de equipamentos e softwares dos Laboratórios estão organizadas de acordo com o Suporte Técnico da Supervisão de Manutenção, Suporte e Telecomunicações (SMST). A SMST foi criada com a função de garantir o funcionamento dos recursos de sistemas e equipamentos de informática, científico-laboratoriais e eletroeletrônicos da UFMT. Tem ainda a função de prover acesso e garantir o funcionamento da rede interna e a internet; viabilizar a comunicação telefônica da UFMT; oferecer consultoria técnica para aquisição de equipamentos e contratação de serviços. A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) é a unidade responsável pela SMST.

O Laboratório conta com um servidor técnico em audiovisual que atende aos professores de línguas estrangeiras no período matutino, das 7h30min às 11h30min, e no período vespertino, das 13h30min às 17h30min. Conta com dois computadores para o acompanhamento das atividades pelo professor e 48 cabines para uso dos alunos, duas cadeiras, um televisor, um quadro branco, um armário. O espaço está alocado em uma sala de 147 m².

O Software Élice, equipamento disponibilizado pelo MEC em 2004, possibilita diversas atividades de prática da língua estrangeira. O cuidado diário e a comunicação do surgimento de problemas com as cabines individuais ou do professor ou ainda dos computadores estão sob a responsabilidade do técnico-administrativo do laboratório. Todas as normas de acesso e uso dos laboratórios são apresentadas em Apêndices (APÊNDICE D).

3.3 Biblioteca Central

A UFMT vem investindo, de forma constante, na expansão e melhoria de suas bibliotecas, garantido aos estudantes o acesso à bibliografia recomendada em seus cursos. Assim, em consonância com a política expressa no PDI, a UFMT conta com bibliotecas implantadas e em funcionamento em todos os campi, para as quais tem sido dispensada especial atenção, objetivando plenas condições de utilização, expansão e atualização contínua.

O acervo físico está tombado e informatizado; o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da UFMT. O acervo da bibliografia básica e complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos previstos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das unidades acadêmicas. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da unidade acadêmica, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

O acesso ao acervo, com consulta, solicitação de empréstimo e devolução é feito pessoalmente e pela internet, no site da instituição. A consulta e reserva dos títulos pode ser feita on-line na página <http://www.biblioteca.ufmt.br>. Além disso, disponibiliza links para acesso a periódicos da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Domínio Público, Biblioteca Nacional Digital, World Digital Library, Periódicos da UFMT, e Scielo.

O atendimento presencial na biblioteca funciona de segunda à sexta-feira, das 7h30min às 22h00, e sábados, das 7h30min às 13h00, possibilitando a consulta in loco do acervo pelos alunos.

4 GESTÃO DO CURSO

4.1 Órgãos colegiados

O Curso de Letras – Português e Literaturas possui como órgãos colegiados o Núcleo Docente Estruturante; o Colegiado de Curso; o Colegiado de Departamento e o Comitê de Ética e Pesquisa. Há ainda a congregação do Instituto como instância administrativa.

4.1.1 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi instituído efetivamente nas universidades pela Resolução CONAES 01, de 17 de junho de 2010 e constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC de um curso de graduação. No âmbito da UFMT, o NDE é normatizado pela Resolução Consepe nº 156 de 28 de junho de 2021.

O NDE do Curso de Letras - Português e Literaturas é constituído integralmente com os cursos de Português e Inglês, Português e Espanhol e Português e Francês, por constituir parte daqueles cursos. Os docentes participantes foram designados em reunião Colegiada de Departamento em 22.01.2013. O grupo de docentes realizou a primeira reunião de trabalho em 25.01.2013, com o objetivo de estudar as funções acadêmicas.

A nomeação oficial dos integrantes do núcleo foi dada pela Decisão nº 020/Congregação do IL/2013, de 13 de junho de 2013. Integram o NDE 1 (um) professor de cada curso; 1 (um) representante docente; 1 (um) representante de estágio supervisionado e pelos 4 (quatro) coordenadores dos cursos de Letras. A portaria que designa o mandato atual é a 017/IL/2021, resguardando o mandato de 2 anos a contar de 07 de junho de 2021. Oficialmente instituído, o núcleo estuda as legislações e acompanha o desenvolvimento dos cursos.

Os integrantes são docentes efetivos em regime de dedicação exclusiva, possuem título de doutor ou de estágio pós-doutoral e atuam no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC. Suas principais atribuições são a realização estudos para a atualização periódica de referenciais teórico-metodológicos importantes para formação do professor;

verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante, bem como a análise e a adequação do perfil dos egressos às novas demandas do mundo do trabalho e as orientações das diretrizes curriculares do curso. Importante ressaltar, que os integrantes do NDE estão atuando desde o último ato regulatório, sendo substituído apenas um membro, que está em licença para doutoramento.

Como o PPC dos cursos de Letras estava em discussão, a instituição do núcleo foi de extrema relevância para todo o processo de reestruturação, pois foi-lhe atribuída a função de gerenciar as discussões sobre assuntos relacionados à situação atual do curso na UFMT e à organização didático-pedagógica do PPC dos cursos, quais sejam: integrar discussões das áreas envolvidas; fazer reunião com alunos para avaliar a percepção que têm do curso; revisar os objetivos gerais do curso, considerando as exigências da sociedade e da educação ao perfil profissional do egresso; sugerir matriz curricular e seus desdobramentos com base nas discussões realizadas e apresentar ao pleno departamental para apreciação.

O NDE reúne-se sistematicamente uma vez por mês, para estudar legislações, instrumentos avaliativos, documentos oficiais, e propor ações de melhorias ao processo de ensino e aprendizagem e profissionalização do acadêmico.

4.1.2 Colegiado de cursos

O Colegiado de Curso é uma instância deliberativa e consultiva sobre políticas, estratégias e rotinas acadêmicas, para os fins de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito do curso. A Resolução Consuni n.º 48, de 24 de novembro de 2021 e do Estatuto da UFMT, em seu artigo 37, seção VI – Da Gestão em Nível Básico – dispõem sobre a constituição e as competências do Colegiado de Curso de Graduação.

Assim como o NDE, o Colegiado de Curso também é integrado aos outros cursos, sendo formado pelos Coordenadores e tendo a representatividade docente, do Estágio Supervisionado, e do discente na forma e proporção da Lei e do Regimento Geral e/ou Resoluções dos Conselhos Superiores.

Ao Colegiado de Curso de Graduação compete, entre outras atribuições que venham a ser definidas no Regimento Geral:

- a) coordenar e supervisionar didático-pedagógica o curso com vistas ao seu constante aprimoramento e atualização.
- b) avaliar o curso, em articulação com os objetivos e critérios de avaliação institucional da universidade.
- c) desenvolver ações integradoras entre os cursos do departamentos de forma que garanta os princípios e finalidade da universidade, estabelecidos no estatuto da instituição.

Para o trabalho de gestão, a Resolução Consepe nº 158/2010 faculta ao membro, não nato e titular, carga horária máxima de até oito horas semanais (Art. 10, § 1º, Inciso II). Ainda de acordo com a Resolução Consuni nº 48/2021, art. 9º, o Colegiado de Curso deve se reunir, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente ou pela maioria de seus membros. Normalmente, devido à grande demanda, o colegiado tem se reunido duas ou mais vezes por mês.

A Resolução Consepe nº 48/2021 rege que o mandato dos membros do Colegiado de Curso coincide com o mandato do Coordenador de Ensino de Graduação: dois anos para a representação docente e um ano para a representação discente. Todavia, há possibilidade de ambas as representações poderem ser reconduzidas por mais um período.

4.1.3 Comitê de ética em pesquisa

Resolução Consepe nº. 103, de 02 de outubro de 2014 dispõe sobre normas para a criação de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMT. O CEP/UFMT é um colegiado interdisciplinar e independente com deveres regulamentados por lei, que existe para subsidiar as pesquisas realizadas na UFMT, envolvendo seres humanos ou animais. O CEP contribui para a qualidade das pesquisas e para a discussão de seu papel no desenvolvimento social da comunidade. Contribui ainda para a valorização do pesquisador que recebe o reconhecimento de que sua proposta é eticamente adequada.

A referida resolução regulamenta as ações do Comitê de Ética em Pesquisa no âmbito da UFMT, tendo como objetivo apreciar e pronunciar-se, do ponto de vista ético, sobre todas as pesquisas que ocorram no âmbito da UFMT.

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso é o que ampara as pesquisas do Curso de Letras – Português e Literaturas. Administrativamente, é constituído de um Coordenador, um vice coordenador, uma secretária, um representante de usuários e outros onze (11) membros.

O referido Comitê reúne-se uma vez ao mês, geralmente, às segundas-feiras, e tem como funções avaliar protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos; desempenhar papel consultivo e educativo em questões de ética; e receber denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos.

Demais disposições podem ser consultadas no portal da UFMT em ‘Consulta de Resoluções’ ou no site <https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/index.php/secao/visualizar/11676/PROPEQ>.

4.2 Coordenação e avaliação do curso

4.2.1 A Coordenação do Curso

A coordenação do Curso de Letras – Português e Literaturas é exercido pelo Prof. Dr. Laudino Roces Rodrigues, docente em regime de dedicação exclusiva. Suas atribuições estão relacionadas aos aspectos políticos, gerenciais, acadêmicos e institucionais.

As atribuições políticas envolvem a representação do curso nas instâncias superiores institucionais e fora da instituição; promoção do curso em situações públicas acadêmicas; articulação do curso, mantendo com empresas e/ou organizações públicas e particulares que possam contribuir para o desenvolvimento da prática profissional dos acadêmicos; e a organização de eventos abertos à comunidade interna e externa à UFMT.

As atribuições gerenciais compreendem o gerenciamento das atividades do curso, incluindo as atividades teórico-práticas necessárias à formação docente, mediante oferta de seminários, encontros, jornadas e palestras na área de conhecimento pertinente; estímulo a professores e alunos, com atitudes proativa, congregativa, participativa e articuladora; indicação de aquisição de livros, materiais especiais e assinatura de periódicos necessários ao desenvolvimento do curso; estímulo ao trabalho de docente; estímulo aos estudos e à permanência do discente no curso. Cabe também ao coordenador a responsabilidade,

juntamente com o colegiado, pelo processo decisório de seu curso, pelo despacho célere dos processos que lhe chegarem às mãos, discutindo com o diretor de instituto, se for o caso, ou outro superior existente na instituição de ensino, quanto às dúvidas que os pleitos apresentarem.

Como atribuições acadêmicas cabe ao coordenador responsabilizar-se pelo desenvolvimento atrativo das atividades escolares; pela qualidade e pela regularidade das avaliações desenvolvidas em seu curso; pelo engajamento de professores e alunos em programas e projetos de extensão universitária; pelos estágios supervisionados extracurriculares bem como administrar a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

Para além dessas atribuições, há outras duas tarefas institucionais importantes que consistem no acompanhamento dos egressos do curso e no reconhecimento do curso e pela renovação periódica desse processo junto ao MEC.

A designação do coordenador do Curso de Letras se realiza por eleição para um mandato de dois anos, cujo pleito é coordenado por Comissão Eleitoral formada por membros da Congregação do Instituto de Linguagens. Fazem parte do Colegiado Eleitoral discente, professores e técnico-administrativos lotados na respectiva Coordenação de Ensino.

4.2.2 Avaliação interna e externa do curso

Historicamente a autoavaliação tem sido reconhecida como um instrumento necessário para o planejamento e melhoria institucional. A Portaria MEC nº 563, de 21 de fevereiro de 2006, que aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) já prevê a autoavaliação dos cursos de graduação. Na UFMT, a Resolução Consepe n.º 67, de 24 de junho de 2019 e sua alteração (Resolução Consepe n.º 133, de 30 de setembro de 2019, regulamentam as diretrizes institucionais para a autoavaliação dos cursos de graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância. Atendendo aos dispositivos, o curso de Letras - Português e Literaturas propõe a autoavaliação, explicitada na sequência.

Antes, porém, salienta-se que a avaliação do Curso de Letras - Português e Literaturas já é feita pela própria UFMT que, desde 2013 e em caráter experimental, disponibiliza no sistema acadêmico, ao final do período letivo (semestre ou ano), um questionário com questões para avaliação das disciplinas e, por extensão, dos próprios cursos de graduação. Docentes e discentes são convidados a avaliar as atividades desenvolvidas nas disciplinas ministradas e cursadas. Posteriormente, o docente tem acesso aos resultados gerais de cada disciplina avaliada pelos estudantes, podendo observar os indicadores em que, na percepção dos alunos, há falhas. Embora o processo ainda seja experimental e apresente algumas lacunas, pode-se afirmar que serve de parâmetro para examinar o andamento do curso e aprimorar o instrumento avaliativo.

O art. 3º da referida resolução explicita que a autoavaliação, no âmbito dos cursos de graduação da UFMT, deverá ser concebida pelos princípios humanizador – em que o ser humano e seu processo de formação devem ser tomados como centro do planejamento e das ações da autoavaliação; reflexivo – em que avaliar é um pensar e repensar a prática pedagógica, mediante autocrítica constante; construtivo – em que a avaliação deve indicar caminhos que auxiliem os estudantes e a instituição a subir de patamar, de forma consciente, na sua forma e qualificação; e formativo – em que a projeção sobre o processo serve à apreciação da efetividade das ações pedagógicas em curso, alicerçando decisões para seu aperfeiçoamento.

Para dar conta desses princípios, o Curso de Letras - Português e Literaturas propõe autoavaliação de componentes curriculares especificamente e do Curso em termos gerais. A autoavaliação de componente curricular é realizada ao final do período letivo de oferta; é aplicada a discentes e docentes envolvidos nesse processo. A autoavaliação do Curso é realizada anualmente e aplicada a discentes, estudantes egressos, docentes, coordenador(a), diretor(a) e técnico(a)-administrativo(a)s, cujo instrumento deve considerar as três dimensões descritas no Art. 7º da Resolução Consepe n.º 67/2019, bem como ser adequado a cada segmento, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 8º da referida resolução.

Metodologicamente, o processo autoavaliativo é realizado mediante consulta por questionários com questões fechadas e abertas aos agentes envolvidos com os componentes curriculares e com o curso, quais sejam, docentes, discentes, egressos, coordenadores, diretor e técnico-administrativos. Esse tipo de procedimento (por questionário) permite uma análise

qualitativa e quantitativa do conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades do curso, centrado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão/assistência.

Considerando o art. 4º da Resolução Consep n.º 67/2019, os objetivos da autoavaliação do curso consistem em

- a. identificar os pontos de virtudes e fragilidades do curso, a fim de orientar as correções de rumos e o redimensionamento das direções;
- b. aperfeiçoar o processo educativo e o desempenho dos estudantes;
- c. aperfeiçoar o corpo docente e o pessoal técnico implicado;
- d. produzir um sistema qualitativo e quantitativo de informações para o acompanhamento da trajetória e desenvolvimento do curso;
- e. desencadear um processo pedagógico de aprendizagem de saber fazer acadêmico pelo confronto da autoavaliação e avaliação em nível institucional e relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional;
- f. identificar situações favoráveis ou desfavoráveis à realização do projeto pedagógico dos cursos, em todas as suas dimensões;
- g. subsidiar as ações de ensino, pesquisa e extensão de que tratam os planos e programas das atividades acadêmicas;
- h. propor soluções a fim de subsidiar a tomada de decisões pelas instâncias acadêmicas pertinentes, de modo a favorecer a melhoria do ensino de graduação.

Para atingir esses objetivos, os instrumentos de avaliação do curso de Letras- Português e Literaturas contemplam os seguintes requisitos:

- a) organização didático-pedagógica em que se avalia a estrutura e conteúdos curriculares, perfil do egresso, metodologia, estágios, atividades teórico-práticas, apoio ao estudante, gestão do curso, uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atividades práticas, atividades extensionistas e a avaliação da aprendizagem;
- b) corpo docente, em que se avalia a qualidade do ensino, aulas práticas, planejamento, relação teoria-prática, acompanhamento do estudante com dificuldade na aprendizagem, estímulo à produção científica tanto na perspectiva quantitativa quanto qualitativa, acessibilidade atitudinal e comunicacional e integração com a sociedade;

- c) infraestrutura, em que instalações da biblioteca, acervo bibliográfico, laboratórios (formação básica e específica), salas de aula, banheiros, acessibilidade física e digital.

Esse instrumento será formulado e disponibilizado no google docs, no site <https://docs.google.com/forms/u/0>, disponibilizado on line, facilitando a participação de todos os agentes no processo autoavaliativo. O Regulamento e os instrumentos da autoavaliação dos componentes curriculares e do curso são apresentados no Apêndice G.

Ressalta-se que a autoavaliação é um processo permanente de construção de uma cultura aperfeiçoamento do curso, com o qual docentes, discentes e técnico-administrativos se identifiquem e se comprometam. O caráter formativo permite o aperfeiçoamento dos aspectos didático-metodológicos, pessoal e institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e autoconsciência.

Vale ainda destacar que há a avaliação externa do Curso de Letras – Português e Literaturas realizada pelas visitas in loco da Comissão do Ministério de Educação (MEC) e pela participação dos estudantes no ENADE.

O curso recebeu em 2019, in loco, a Comissão de Avaliação do MEC. O resultado obtido foi positivo, com nota 4 (quatro), atribuindo ainda mais a responsabilidade do curso em sua função social, pois ter nota próxima à máxima pressupõe a continuidade do trabalho até então desenvolvido, zelo em sua manutenção e atualização.

Outro instrumento que avalia indiretamente os cursos de Letras é o ENADE, exame regulamentado pela Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, Art. 33 e integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O ENADE tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação.

Os estudantes do Curso de Letras - Português e Literaturas participaram do ENADE 2018. Os resultados do exame foi nota 5.

4.2.3 Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

O acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem é diretamente realizado pelo coordenador e docentes do curso com vistas a propiciar uma avaliação diagnóstica, formativa e processual das atividades desenvolvidas no curso e sua pertinência à formação acadêmico-profissional. Ao final de cada semestre letivo, coordenadores e professores se reúnem para discutir e autoavaliar os conteúdos trabalhados, as práticas didáticas empregadas e os resultados da aprendizagem pelo aluno, para, se necessário, conjuntamente, replanejar e/ou adotar novas metodologias de ensino.

O NDE também avalia indiretamente e acompanha a dinâmica do curso e dos discentes. Seus integrantes reúnem bimestralmente para acompanhar e avaliar as atividades realizadas no curso e sugerir alterações, acréscimos e atualizações, com a finalidade de promover um curso sem lacunas, qualificado e em concordância com as necessidades dos discentes em sua formação profissional.

Identificadas ocorrências de dificuldades acadêmicas para continuidade do curso, o aluno é convidado a conversar com a coordenação, que procura auxílios e, quando é de sua competência, toma as providências necessárias para tentar solucionar os obstáculos encontrados pelo discente. Em casos de dificuldades de aprendizagem em disciplina, a coordenadora encaminha o discente à monitoria e à tutoria, além de apresentar opções em termos de estudos que podem ser realizados ou de participação em grupos de estudos com alunos que, geralmente, se prontificam, voluntariamente, a ajudar os colegas. Em alguns casos, dependendo da ocorrência, o próprio professor da disciplina marca orientações individuais com o discente.

Nos casos em que as ocorrências se devem a problemas particulares do discente, a coordenação indica os procedimentos institucionais (trancamento de matrícula, regime de estudos domiciliares, número menor de disciplinas a cursar no semestre; frequência de disciplina em contraturno etc.) adequados para que o aluno possa decidir conforme suas possibilidades sem, porém, infringir as normas gerais da instituição.

4.3 Ordenamentos diversos

4.3.1 Reunião de docentes

As reuniões do curso de Letras são realizadas mensalmente em Colegiado, convocado pela Chefia do Departamento, para discutir e deliberar acerca de questões administrativas dos cursos do instituto.

Quanto às reuniões de área de Língua Portuguesa e Literaturas, essas acontecem no início e término do período letivo para distribuição de encargos didáticos, planejamento do período letivo, bem como e avaliação do período finalizado. Geralmente, esse é o momento em que coordenador e docentes atualizam os conteúdos, planejam atividades interdisciplinares e programam os eventos que ocorrerão no semestre letivo. Porém, sempre que há urgência para deliberação acerca de algum assunto de natureza administrativa ou pedagógica, independentemente de período, a reunião é realizada.

4.3.2 Assembleia da comunidade acadêmica

Atendendo aos princípios da gestão democrática, as assembleias da comunidade acadêmica são convocadas mediante demanda de consulta sobre um assunto de interesse comum, seja relacionado a questões acadêmicas, seja relacionado a questões de administração do Instituto (melhorias da estrutura física, por exemplo). Nesses casos, a assembleia é convocada pelo diretor do Instituto de Linguagens, com participação de docentes, técnicos e discentes, no encaminhamento, quem pauta o assunto para discussão e faz os encaminhamentos ali deliberados, para continuidade do trâmite processual.

Considerando a participação efetiva do centro acadêmico de Letras nas decisões do instituto, as assembleias não são raras, tornando-se procedimento frequente tanto convocado pelos alunos quanto pelos cursos de Letras, quando necessário. Ressalta-se, aqui, a presença pontual dos representantes discente, docente e técnico-administrativo em reuniões de colegiado de curso, de departamento e de congregação do instituto, permitindo um diálogo constante com a comunidade acadêmica.

4.3.3 Apoio aos órgãos estudantis

Os Centros Acadêmicos dos cursos de Letras (CALET), bem como o Diretório dos Estudantes (DCE) da UFMT, constituídos pelos acadêmicos eleitos por seus pares, dispõem de salas para

as reuniões. As salas se localizam, respectivamente, no ICHS e no IL (sala 49), respectivamente.

O curso de Letras – Português e Literaturas, assim como os outros cursos do Instituto, mantém relação próxima ao CALET, apoiando as atividades e as iniciativas e incentivando a participação efetiva do centro nos debates da comunidade acadêmica e nas decisões relacionadas aos cursos em particular, do instituto, da universidade e da educação em geral.

4.3.4 Mobilidade acadêmica: nacional e internacional

A mobilidade estudantil, em suas diversas modalidades, no território nacional e/ou internacional, estão regulamentadas na UFMT pelas seguintes Resoluções Consepe nº 33, de 15/03/1999, em que a UFMT fixa normas referentes à participação da UFMT no Programa de Mobilidade Acadêmica entre Instituições Federais de Ensino Superior; Resolução Consepe nº 8, de 24/02/2014, que aprova o Regulamento do Programa de Mobilidade Acadêmica entre Campi, nº 38, de 24/05/2010, que aprova o Programa de Bolsa Mobilidade Acadêmica Nacional; nº 18, de 03/07/2013, que aprova o Programa de Bolsas expandindo Fronteiras, destinado à Mobilidade Acadêmica Internacional.

O programa possibilita vínculo temporário de estudantes com diferentes Instituições Públicas de Ensino Superior ou entre os Campi da UFMT e diferencia-se da transferência facultativa, porque o vínculo para o qual o estudante obtém aprovação é temporário com a IFES ou campus receptor(a).

São condições para o aluno da UFMT solicitar a participação no Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional e Mobilidade Acadêmica entre Campi:

- a) estar regularmente matriculado em componentes curriculares;
- b) ter concluído pelo menos vinte por cento (20%) da carga horária de integralização do curso de origem; e
- c) ter no máximo duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade.

Os setores responsáveis pela tramitação do processo de mobilidade são as coordenações ou colegiados de cursos das instituições envolvidas, cabendo à Coordenação/Colegiado do curso

de origem a verificação dos critérios exigidos pelo Convênio ANDIFES e pela Resolução Consep nº 8/2014, a aprovação com base nas normativas e outras providências para que a mobilidade se realize. As inscrições para concorrer às bolsas de mobilidade são abertas, geralmente, ao final do mês de maio de cada ano, pela publicação de edital.

Há também a mobilidade acadêmica internacional, não só para alunos, mas também para docentes, técnico-administrativos. A participação é por chamada em edital pela Secretaria de Relações Internacionais (SECRI) e cumprimento dos requisitos nele dispostos. A SECRI possui redes e acordos de cooperação bilaterais e multilaterais com diversas universidades estrangeiras e conta com diversos programas, parcerias, redes e acordos de cooperação que facilitam o acesso do estudante à mobilidade internacional. Um deles é o Programa de Intercâmbio Internacional para Estudantes (PIIE). Geralmente, os estudantes passam de 1(um) a 4 (quatro) meses em uma instituição de ensino superior estrangeira. O período de mobilidade acadêmica é contabilizado no prazo de integralização curricular.

4.3.5 Eventos científicos e acadêmicos relevantes para o curso

Em se tratando de eventos locais, é importante registrar o Seminário de Linguagens, já tradicional, organizado pelo Instituto de Linguagens; o Seminário de Pesquisa em Andamento do Grupo de Estudo em Linguagem e Tecnologia (SEMIGELT); Encontros do Grupo de Pesquisas "Estudos Linguísticos e de Letramento" (GELL). Esses eventos têm sido propostos e realizados pela coordenação de professores atuantes na graduação e pós-graduação. Em 2016, o curso de Letras - Português e Literaturas inseriu em seu planejamento anual os Colóquios de Letras em que temas relacionados às áreas são apresentados e debatidos com os alunos. Em 2019, iniciou-se o projeto de extensão Entre Línguas e Letras, que tem como objetivo a interação dos alunos ingressantes com os acadêmicos de Letras, a inserção dos acadêmicos nas atividades de extensão, bem como o retorno dos alunos egressos à universidade, também por meio da extensão, com apresentações de práticas de ensino desenvolvidas no exercício profissional em escolas da rede pública e privada em Cuiabá e adjacências. Este projeto, então, socializa atividades acadêmicas, profissionais e culturais entre alunos ingressantes, veteranos e egressos dos quatro cursos de Letras.

Em nível nacional, destacam-se os encontros: Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN); Grupo de Estudos Linguísticos do Centro-oeste (GELCO); Simpósio

Internacional de Ensino de Língua Portuguesa (SIELP); Rodas de Conversa Bakhtiniana; Congresso Nacional de Linguística e Filologia, dentre outros nas áreas de língua estrangeiras modernas.

Esses eventos, principalmente os locais e os realizados pelo Instituto de Linguagens, estão inseridos na carga horária das atividades integradoras de aprofundamento, que formam o III núcleo do processo formativo, conforme indicação da Resolução CNE/CP n.º 2/2019.

5 EQUIVALÊNCIA DOS FLUXOS CURRICULARES

5.1 Equivalência entre fluxo curricular a ser desativado e o proposto

Funcionando em sua origem como habilitação, o Curso de Letras - Português e Literaturas, licenciaturas é reconhecido pela Portaria de Reconhecimento nº 920, de 27/12/2018 - MEC e sua atual estrutura curricular é de 2009, alterada pela Resolução Consepe n.º 74, de 27/04/2009 e complementada pela Resolução Consepe n.º 42, de 24/05/2010, que dispõe sobre a inclusão de LIBRAS II no projeto, totalizando 3612 horas, para integralização do curso pelos ingressantes até 2023.

Com a reestruturação do curso, alguns conteúdos curriculares permanecem na matriz, alguns foram substituídos e outros acrescentados para adequar-se tanto à Resolução CNE/CP n.º 2/2019 quanto à concepção de curso almejada pelo corpo docente. Assim, apresenta-se no quadro, a seguir, a explicitação de equivalência entre a fluxo curricular atual (2009) e o fluxo proposto para 2024-2032. Tal explicitação faz-se necessária para leitura comparativa entre o curso que será desativado e o proposto, bem como para a demanda de processo de aproveitamento de estudos, trancamento e retorno de discentes durante o processo de transição entre estruturas curriculares.

Para o aproveitamento de carga horária, atenção especial deverá ser dada a duas disciplinas: Fundamentos da Comunicação Humana, de 144h (disciplina obrigatória da matriz de 2009) e Oficina de Textos - Leitura e Redação, de 140h (disciplina optativa da matriz de 2009). Essas disciplinas continuam na matriz de 2024, porém, a primeira como optativa e com a mesma carga horária (144h); a segunda continua como optativa, mas com carga horária diferente (144h). A diferença se justifica pelo fato de que a carga horária anterior não corresponde a número exato de crédito. Assim consideradas, será garantido ao aluno, no caso de aproveitamento dessas disciplinas, o registro completo da carga horária de 144h em seu histórico, conforme descrita no quadro de equivalências, uma vez que não há correspondência mínima de 75%, nem de conteúdo nem de carga horária, com outras disciplinas propostas. No caso das disciplinas Teoria dos Gêneros Literários e o Poema e A Narrativa e Seus Gêneros não há acréscimo de conteúdo em relação à disciplina Teoria da Literatura.

5.1.1 Quadro de equivalências entre os fluxos curriculares

FLUXO CURRICULAR ATUAL A SER PROGRESSIVAMENTE DESCONTINUADO		FLUXO CURRICULAR PROPOSTO A SER PROGRESSIVAMENTE OFERTADO		APROVEITAMENTO
Componente curricular	C.H	Componente curricular	C.H	Total/Parcial/ ou sem aproveitamento
Prática de Leitura e Produção de Textos (Coesão e Coerência)	144	Leitura e Produção de Textos: Gêneros Acadêmicos Oficina de Leitura e Produção de Textos (Optativa)	64 64	Total
Morfossintaxe	144	Morfologia da Língua Portuguesa Sintaxe da Língua Portuguesa	80 80	Total
Linguística I	72	Estudos Linguísticos e Ensino	64	Total
Fonética e Fonologia	72	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa e Ensino	80	Total
Linguística II	72	Variação e Mudança Linguística	64	Total
Sintaxe do Texto	144	Linguística Textual Análise Gramatical e Ensino	96 80	Total
Língua Latina	144	Latim História da Língua Portuguesa	64 64	Total
Filologia Românica	72	Filologia Românica	64	Total
Linguística III	144	Semântica e Pragmática Semiótica (Optativa)	80 64	Total
Teorias do Discurso	144	Estudos do Discurso Estéticas Comunicacionais: Cultura Impressa e Cultura da Mobilidade (Optativa)	80 64	Total
Literatura Portuguesa I	144	Literaturas de Língua Portuguesa – Primeiras Manifestações Literatura, Sociedade e Práticas Culturais	80 96	Total
Literatura Portuguesa II	144	A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo Literatura Africana (Optativa)	80 64	Total
Literatura Brasileira I	144	Poesia Modernista e Vanguardas O Teatro Brasileiro (Optativa)	80 64	Total
Literatura Brasileira II	144	Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo O modernismo em Portugal (Optativa)	96 64	Total
Literatura Brasileira III	144	A Lírica Contemporânea A Prosa Contemporânea – Tendências	80 80	Total
Crítica Literária	72	Crítica Literária	64	Total
Teoria da Literatura	144	Teoria dos Gêneros Literários e o Poema A Narrativa e Seus Gêneros	96 80	Total

LIBRAS	72	LIBRAS	64	Total
LIBRAS II	72	Noções Fundamentais da Libras (Optativa)	64	Total
Psicologia da Educação	72	Psicologia da Educação	64	Total
Didática	72	Didática	64	Total
Organização e Fundamentos da Educação Básica	72	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	64	Total
Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa	100	Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura	112	Total
Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa	100	Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura	112	
Estágio Supervisionado I: Literatura	100	Estágio supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura	112	
Estágio Supervisionado II: Literatura	100	Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura	112	
Fundamentos da Comunicação Humana	144	Fundamentos da Comunicação Humana (Optativa)	144	Total
Literatura Infanto-Juvenil	72	Literatura Infanto-Juvenil (Optativa)	64	Total
Francês Instrumental	72	Francês Instrumental (Optativa)	64	Total
Inglês Instrumental	72	Inglês Instrumental (Optativa)	64	Total
Metodologia da Pesquisa	72	Metodologia da Pesquisa (Optativa)	64	Total
Educação Física	60	Educação Física (Optativa)	64	Total
Oficina de Textos - Leitura e Redação (Optativa)	140	Oficina de Textos - Leitura e Redação (Optativa)	144	Total
Análise e Elaboração de Material Didático (Optativa)	72	Análise e Elaboração de Material Didático (Optativa)	64	Total
Psicolinguística (Optativa)	72	Psicolinguística (Optativa)	64	Total
Introdução à Antropologia (Optativa)	60	Introdução à Linguística Antropológica (Optativa)	64	Total
Introdução à Sociologia (Optativa)	72	Sociologia da Educação (Optativa)	64	Total
Introdução à Filosofia (Optativa)	72	Filosofia da Linguagem (Optativa)	64	Total
Atividade Complementar	200	Atividades Teórico-Práticas (Não Obrigatória)	200	Total
		Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	96	Sem aproveitamento
		Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	96	Sem aproveitamento
		Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente	80	Sem aproveitamento
		Sociedade, Política e Educação	64	Sem aproveitamento
		Português como Língua Estrangeira e de Acolhimento (Optativa)	64	Sem aproveitamento
		Música Popular Brasileira (Optativa)	64	Sem aproveitamento
		Educação das Relações Étnico-Raciais (Optativa)	64	Sem aproveitamento
		Introdução à Fonética Acústica (Optativa)	64	Sem aproveitamento
		Tópicos em Estudos do Teatro, Comunicação e Formação de Professores (Optativa)		Sem aproveitamento
		Introdução à Cultura e Linguística Indígenas (Optativa)	64	Sem aproveitamento
		Tópicos em Língua Latina (Optativa)	64	Sem aproveitamento
		Linguística da Libras (Optativa)	64	Sem aproveitamento

	Literatura Contemporânea: Estudos Interartes (Optativa)	64	Sem aproveitamento
	Gramática Histórica	64	Sem aproveitamento
	Diversidade e Políticas Linguísticas (Optativa)	64	Sem aproveitamento
	O Teatro no Brasil: Período Colonial	64	Sem aproveitamento

Fonte: Comissão de redação do PPC

5.2 Complementação de estudos

Verificando o quadro de equivalências, observa-se que todos os componentes da matriz de 2009 são reaproveitados com mais de 75% de suas cargas horárias pelos componentes da nova matriz, não sendo necessária, portanto, a complementação de estudos.

6 PLANO DE MIGRAÇÃO

Considerando a necessidade de migração de alunos regulares e ativos da matriz curricular de 2009, vigente, para a nova matriz (2024), apresenta-se, nesta seção, o plano de migração, contemplando apenas os componentes curriculares que precisarão ser cursados, dentro do tempo previsto no ano de ingresso. As disciplinas já cursadas com equivalência na nova matriz serão aproveitadas, conforme proposto no quadro de equivalências entre os fluxos curriculares.

O plano de migração baseia-se na Resolução Consepe N° 14/1999, em seu Título III, Art. 36, que rege os cursos na modalidade presencial, seriado/anual, cuja matriz será extinta com a última turma a ser ofertada; na Resolução Consepe n.º 251, de 04 de julho de 2022, que trata da gestão de regularidade de vínculo acadêmico institucional dos estudantes de graduação da UFMT; e as Resoluções Consepe n° 63/2018, que trata da Avaliação da Aprendizagem na UFMT e n° 32, de 15/03/1999, e n° 52, de 19/12/1994, que tratam do Regulamento de Matrícula em cursos, regime de créditos/semestral, modalidade da nova matriz curricular.

Ressalta-se que os casos de matrícula após trancamento de curso estão sujeitos à adaptação curricular, conforme determina a Resolução n° 14/1999, em “Do Trancamento Título III, art. 36, sobre o regime seriado anual, e Resolução n° 52, de 19/12/1994, cap. III “Da Rematrícula”.

Após os aproveitamentos possíveis realizados, o discente dará continuidade a sua graduação, cursando os componentes curriculares de acordo com o plano de migração, pois algumas disciplinas obrigatórias propostas não têm correspondentes com disciplinas da matriz de 2009, quais sejam:

- a) Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (96h);
- b) Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (96h);
- c) Sociedade, Política e Educação (64h); e
- d) Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e formação docente (80h).

6.1 Ingressantes em 2023

Os discentes que ingressarem no ano de 2023 migrarão para a nova estrutura curricular, de acordo com o quadro de equivalência, cursando, preferencialmente, o fluxo curricular a seguir:

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	CH
3º semestre	2024.1	
	Sociedade, Política e Educação	64
	Didática	64
	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	64
	Análise Gramatical e Ensino	80
	Literatura, Sociedade e Práticas Culturais	96
	Projeto de Extensão – Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola	96
	2024.2	
4º semestre	Psicologia da Educação	64
	Tecnologias da Informação e da Comunicação no Ensino de Línguas e Literatura	96
	Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	96
	Literaturas de Língua Portuguesa – Primeiras Manifestações	80
	Morfologia da Língua Portuguesa	80
	Projeto de Extensão: Língua Portuguesa na escola	80
	2025.1	
5º semestre	A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo	80
	Variação e Mudança Linguística	64
	LIBRAS	64
	Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão: Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo	80
	2025.2	
6º semestre	Sintaxe da Língua Portuguesa	80
	Linguística Textual	96
	Poesia Modernista e Vanguardas	80
	Filologia Românica	64
	Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão – Leitura literária: encontros e encantos	80
	2026.1	
7º semestre	Semântica e Pragmática	80
	Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo	96
	Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente	80
	Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Crítica Literária	64

	2026.2	
8º semestre	Estudos do Discurso	80
	A Lírica Contemporânea	80
	A Prosa Contemporânea – Tendências	80
	Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura	112

6.2 Ingressantes em 2022

Os discentes que ingressaram no ano de 2022 migrarão para a nova estrutura curricular de acordo com o quadro de equivalência, cursando, preferencialmente, o fluxo curricular a seguir:

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	CH
5º semestre	2024.1	
	Sociedade, Política e Educação	64
	Didática	64
	Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	96
	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	64
	Literatura, Sociedade e Práticas Culturais	96
	Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão – Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola	96
6º semestre	2024.2	
	Tecnologias da Informação e da Comunicação no Ensino de Línguas e Literatura	96
	A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo	80
	Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo	96
	Análise Gramatical e Ensino	80
	Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão: Língua Portuguesa na escola	80
7º semestre	2025.1	
	Filologia Românica	64
	Semântica e Pragmática	80
	Linguística Textual	96
	Crítica Literária	64
	Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão: Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo	80
8º semestre	2025.2	
	Estudos do Discurso	80
	A Lírica Contemporânea	80

	A Prosa Contemporânea – Tendências	80
	Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente	80
	Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão – Leitura literária: encontros e encantos	80

6.3 Ingressantes em 2021

Teoricamente, os discentes que ingressaram no ano de 2021 serão os formandos do segundo semestre de 2024. Considerando o fato de estarem no último ano do curso, não farão a migração, em conformidade com a decisão do Colegiado dos Cursos de Letras. A não migração justifica-se pelo fato de ser o último do curso e pelo perfil do aluno dos Cursos de Letras: o de trabalhador-aluno, que planejou formar-se em tempo mínimo. Além disso, a evasão no curso já é sensível e significativa; assim, qualquer procedimento contrário dificultaria a integralização do curso pelo aluno.

Aos discentes, ingressantes de 2021, que estiverem reprovados em disciplinas da matriz de 2009, será ofertado plano de estudo pelo professor que estiver ministrando disciplina correspondente da nova matriz, na ocasião. Caso o número de reprovados em uma mesma disciplina ultrapasse a 10 discentes, uma turma para a disciplina pendente poderá ser aberta, para garantir o término do curso na matriz correspondente.

7 REFERENCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. A Linguística Aplicada na grande área da Linguagem. In: SILVA, K. A.; ORTIZ ALVAREZ, M. L. (org.). *Perspectivas em Linguística Aplicada. Campinas: Pontes Editores, 2008.*

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.* São Paulo: Cultrix, 2001.

BAKHTIN, M. *Estética e criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. *Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.* Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em 16 set. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.* Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Casa Civil, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 16 set. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.* Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Brasília, DF: Casa Civil, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em 16 set. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 82.756, de 29 de novembro de 1978.* Altera o Decreto nº 74.602, de 24 de setembro de 1974, que concede reconhecimento aos cursos de Letras, de Geografia, de História Natural, de Matemática e de Pedagogia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, com sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Brasília, DF: Casa Civil, 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82756-29-novembro-1978-432062-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16 set. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.* Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.611%2C%20DE%2017,especializado%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em 20 out. 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.* Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 [...]. Brasília, DF: Casa Civil, 2008. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF: Casa Civil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.* Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 16 set. 2021.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a

obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. *Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Casa Civil, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005*. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos [...]. Brasília, DF: Casa Civil, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11180.htm. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005*. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. *Lei nº 12.722, de 28 de dezembro de 2012*. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 [...]. Brasília, DF: Casa Civil, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12722.htm. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Secretaria Geral, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm#:~:text=Art.,sua%20inclus%C3%A3o%20social%20e%20cidadania. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. 2000. Brasília: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental*. 1998. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/ CP nº 01, de 17 de junho de 2004*. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012*. Brasília: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001a*. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001b*. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002*. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP nº 02, de 19 de fevereiro de 2002*. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002*. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 27, de 15 de janeiro de 2014*. Institui o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos Servidores Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/30000-uncategorised/18977-portarias>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 920, de 27 de dezembro de 2018*. Renova o reconhecimento de cursos superiores, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57219918/do1-2018-12-28-portaria-n-920-de-27-de-dezembro-de-2018-57219444. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 563, de 21 de fevereiro de 2006*. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/2006/avaliacao_institucional/portaria_MEC_563_21_2_2006.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007*. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação [...] Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/2011/portaria_normativa_n40_12_dezembro_2007.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 223, de 20 de setembro de 2006*. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces223_06.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES nº 83, de 29 de março de 2007*. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces083_07.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP nº 5 de maio de 2009*. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pcp005_09.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer n.º 283, de 19 de outubro de 1962*. Brasília: CFE, 1962. Disponível em: https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/5692316/mod_resource/content/1/curr%C3%ADculo%20m%C3%ADnimo%20letras.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Resolução nº 9, de 10 de outubro de 1969*. Brasília: CFE, 1969. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/resolucao-n-9-10-outubro-1969/>. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de março de 2011*. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7711-rcp001-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012*. Brasília: Ministério da Educação, 2012. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7711-rcp001-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf. Acesso em: 13 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Projeto do Plano Nacional de Educação*. 2014. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=108259. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019*. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP n.º 4, de 17 de dezembro de 2018*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CONAES n.º 1, de 17 de junho de 2010*. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//resolucao-cns-466-12.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais [...]. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância*. 2017. [Autorização]. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/instrumentos>. Acesso em: 4 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância*. 2019. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/instrumentos>. Acesso em: 4 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância*. 2017. [Reconhecimento e renovação de reconhecimento]. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/instrumentos>. Acesso em: 4 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: a educação é a base*. 2018. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *PCN+: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens códigos e suas tecnologias*. 2006. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad10.pdf. Acesso em: 12 mar. 2014.

BRASIL. *Relatório de participação do curso no ENADE*. Disponível em: <http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. *Relatório da Avaliação Institucional e avaliação do curso*, 2017. Disponível em: <http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2003.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 3. ed. Revisão: Christian M. I. M. Matthiessen. London: Arnold, 2004.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Orientações curriculares: área de linguagens: educação básica*. Cuiabá: SEDUC-MT, 2012. Disponível em: <http://cos.seduc.mt.gov.br/upload/permanenteArquivo/20com%20ficha%20catalografica608956290587.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PINTO, Maria Cecília Queiroz de Moraes. *Alencar e a França: perfis*. São Paulo: Annablume, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 251, de 04 de julho de 2022*. Dispõe sobre a alteração nos procedimentos que tratam de gestão da regularidade de vínculo acadêmico institucional dos estudantes nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=251&txtAno=2022&tipoUID=2>. Acesso em: 20 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 118, de 10 de novembro de 2014*. Dispõe sobre a elaboração e reelaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=118&txtAno=2014&tipoUID=>. Acesso em: 20 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 117, de 11 de agosto de 2009*. Dispõe sobre o Regulamento Geral de Estágio da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2009. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=117&txtAno=2009&tipoUID=>. Acesso em: 20 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 112, de 20 de outubro de 2008*. Aprova o regulamento do programa de mobilidade acadêmica entre campi revogada pela res. Consepe n.º 08, de 24 de fevereiro de 2014. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e

Extensão, 2008. Disponível em:

<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=112&txtAno=2008&tipoUID=2>. Acesso em: 20 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 44, de 24 de maio de 2010*. Dispõe sobre o extraordinário aproveitamento de estudos. Cuiabá:

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2010. Disponível em:

<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=118&txtAno=2010&tipoUID=>. Acesso em: 20 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 63, de 24 de setembro de 2009*. Dispõe sobre regulamento da avaliação da aprendizagem nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2018. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=118&txtAno=2014&tipoUID=>. Acesso em: 20 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. *Resolução Consuni n.º 14 de 28 de junho de 2019*. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso 2019-2023. Cuiabá: Conselho Universitário, 2019. Disponível em:

<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=14&txtAno=2019&tipoUID=3>. Acesso em: 20 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. *Resolução Consuni n.º 48 de 24 de novembro de 2021*. Dispõe sobre sobre funcionamento e atribuições da gestão em nível básico dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em:

<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=48&txtAno=2021&tipoUID=3>. Acesso em: 20 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. *Resolução Consuni n.º 04 de 26 de março de 2014*. Dispõe sobre normas de afastamento de servidores técnico-administrativos, do quadro efetivo da Universidade Federal De Mato Grosso, para qualificação strito sensu em instituição nacional ou estrangeira, e revoga a Resolução Consuni n.º 07, de 04 de setembro de 1996. Disponível em:

<https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=4&txtAno=2014&tipoUID=3>. Acesso em: 20 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. *Resolução Consuni n.º 23 de 22 de novembro de 2006*. Dispõe sobre a aprovação do plano de desenvolvimento dos integrantes da carreira dos cargos técnicos administrativos em educação da UFMT. Disponível em:

<https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=23&txtAno=2006&tipoUID=3>. Acesso em: 9 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. *Resolução CD n.º 120 de 15 de dezembro de 2006*. Homologa a Resolução Consuni 23, de 22 de novembro de 2006, que aprovou o plano de desenvolvimentos dos integrantes da carreira dos cargos técnicos administrativos em educação da UFMT.

Disponível em:

<https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=120&txtAno=2006&tipoUID=1>. Acesso em: 9 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. *Resolução Consuni n.º 25 de 23 de outubro de 2013*. Dispõe sobre aprovação as normas do auxílio permanência em substituição à bolsa permanência. Cuiabá: Conselho Universitário, 2013. Disponível em:

<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=25&txtAno=2013&tipoUID=2>. Acesso em: 24 ago. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho Universitário. *Resolução Consuni n.º 4 de 18 de abril de 2007*. Cuiabá: Conselho Universitário, 2007. Dispõe sobre a execução do programa de auxílio alimentação aos estudantes da universidade federal de mato grosso. ver também a Resolução Consuni n.º 06/2007. Disponível em:

<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=4&txtAno=2007&tipoUID=3>. Acesso em: 24 ago. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. *Conselho Universitário. Resolução Consuni n.º 6 de maio de 2005*. Cuiabá: Conselho Universitário, 2005. Dispõe sobre a aprovação do regimento geral da moradia estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=6&txtAno=2005&tipoUID=3>. Acesso em: 24 ago. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 83, de 14 de maio de 2009*. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2009. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=83&txtAno=2009&tipoUID=2>. Acesso em: 21 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 18, de 3 de julho de 2007*. Aprova o curso de mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea do Instituto de Linguagens [...]. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=18&txtAno=2007&tipoUID=2>. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2007. Acesso em: 21 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 96, de 1 de junho de 2009*. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2009. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=83&txtAno=2009&tipoUID=2>. Acesso em: 21 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 35, de 24 de maio de 2010*. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2010. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=35&txtAno=2010&tipoUID=2>. Acesso em: 21 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 101, de 26 de setembro de 2016*. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2016. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=101&txtAno=2016&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 134, de 7 de junho de 2021*. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=101&txtAno=2021&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 131, de 31 de maio de 2021*. Dispõe sobre aprovação da norma para execução do auxílio evento, em substituição à Resolução Consepe n.º 51, de 14 de maio de 2007. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=131&txtAno=2021&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 130, de 31 de maio de 2021*. Dispõe sobre a criação da monitoria inclusiva no âmbito da política de assistência estudantil da UFMT. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=130&txtAno=2021&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 67 de 24 de junho de 2019*. Dispõe sobre aprovação das diretrizes institucionais que regulamentam a autoavaliação dos cursos de graduação presencial e a distância, da UFMT. Republicada com alteração no artigo 11 de acordo com a Resolução Consepe 133/2019. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2019. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=67&txtAno=2019&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 133, de 30 de setembro de 2019*. Dispõe sobre alteração no artigo 11 da Resolução Consepe n.º 67, de 24 de junho de 2019. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2019. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=133&txtAno=2019&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 77, de 29 de outubro de 2018*. Dispõe sobre a criação e o funcionamento do núcleo docente - NDE - no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=77&txtAno=2018&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 33 de 15 de março de 1999*. Fixar normas referentes a participação da UFMT no programa de mobilidade acadêmica entre instituições federais de ensino superior. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 1999. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=33&txtAno=1999&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 79 de 15 de março de 1999*. Fixar normas referentes a participação da UFMT no programa de mobilidade acadêmica entre instituições federais de ensino superior. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 1999. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=33&txtAno=1999&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 8 de 24 de fevereiro de 2014*. Dispõe sobre regulamento de mobilidade acadêmica. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=8&txtAno=2014&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 38 de 24 de maio de 2010*. Aprova o programa de bolsa mobilidade acadêmica nacional. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=38&txtAno=2010&tipoUID=2>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 18 de 3 de julho de 2013*. Aprova o programa de bolsas expandindo fronteiras, destinado à mobilidade acadêmica internacional. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2013. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=programa%20de%20bolsas&txtNúmero=&txtAno=&tipoUID=>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 158, de 29 de novembro de 2010*. Dispõe sobre normas para distribuição de encargos didáticos, segundo o regime de trabalho dos docentes - ensino à distância - EAD. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2010. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=158&txtAno=2010&tipoUID=2>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n.º 103, de 02 de outubro de 2014*. Dispõe sobre normas para criação de comitês de ética em pesquisa da ufmt e revoga as Resoluções Consepe n.º 29, de 02 de janeiro de 1997 e a 56, de 22 de setembro de 1997. Cuiabá: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=103&txtAno=2014&tipoUID=2>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução Consepe n° 66, de 27 de abril de 2009*. Define o período máximo de integralização para os cursos de graduação [...]. Cuiabá, 2009. Disponível em:
<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNumero=66&txtAno=2009&tipoUID=2>. Acesso em: 20 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Portaria GR n.º 148, de 05 de março de 2020. Aprova as diretrizes do Auxílio Moradia na Universidade Federal de Mato Grosso, bem como a revogação da Portaria GR n.º 631/2010. Cuiabá: Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, 2020. Disponível em: <https://www.ufmt.br/pro-reitoria/prae/pagina/normativas/1364>. Acesso em: 20 dez. 202.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Instrução Normativa n.º 001 PROEG/PROCEV de 1 de outubro de 2020. Regulamenta as atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares [...]. Cuiabá: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, 2020. Disponível em:
<https://cms.ufmt.br/files/galleries/17/INSTRU%C3%87%C3%95ES%20NORMATIVAS/I8071a8a4df94219401b1b3de2ca1749fb5faa632.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. *Estatuto*. 2008. Cuiabá: Disponível em:
<https://www1.ufmt.br/sic/arquivos/08e48d44eee4f589dfc45ef0c2a833b3.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Cuiabá: UFMT, 2018. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/42/PDI/PDI%202019-2023.pdf> Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Cuiabá: UFMT, 2018. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/42/PDI/PDI%202019-2023.pdf> Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Portaria Normativa n.º 03/SGP/REITORIA/2022, de 09 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre o procedimento para requerimento e concessão de Incentivo à Qualificação aos servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Portaria Normativa n.º 05/SGP/REITORIA/2022, de 09 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre o requerimento e concessão da Progressão por Capacitação dos servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Portaria Normativa n.º 04/SGP/REITORIA/2022, de 09 de fevereiro de 2022. Dispõe sobre o plano de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2022.

TARDIF, Maurice Tardif; LESSARD. *Trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

8 APÊNDICES

APÊNDICE A - Ementário

Componente Curricular: Sociedade, Política e Educação			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação			
Sigla: DTFE			
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Desenvolvimento histórico do pensamento, da sociedade e da educação do mundo ocidental e brasileiro. Processo de escolarização da sociedade. Educação, Estado e Política: LDB e seus fundamentos sociológicos. Conceitos sociológicos e suas relações com as práticas pedagógicas críticas, não críticas e crítico-reprodutivistas. Finalidade da educação: reprodução ou transformação social. Escola ideal e escola real. As políticas públicas para a educação das relações étnico-racial, meio ambiente e direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-legislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/lbd%20n%C2%BA%205692-1971.pdf>. Acesso em 04 mar 2013.

FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. 5. ed. São Paulo: Moraes, 1984.

MEKSENAS, Paulo. *Sociologia da Educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social*, São Paulo, Loyola, 1992.

SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CULT Edição Especial. *Os clássicos do pensamento social: Auguste Comte, Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim*. Nº 3, Ano 14, São Paulo: Bregantini, Jan. 2011.

GUARESCHI, P. A. *Sociologia crítica: alternativas de mudança*. 39. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1997.

MANFRED, A. Z. *Do feudalismo ao capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Global, 1990.

MARTINS, C. B. *O que é Sociologia*. 37. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, A. T. *Sociologia da Educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Componente curricular: Didática			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação			
Sigla: DTFE			
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Objeto da didática, seus pressupostos, concepções e suas relações com os processos de ensino e aprendizagem e suas implicações na prática docente. A organização e a avaliação do trabalho pedagógico do professor: planejamento de ensino: finalidades, elementos, fases, avaliação, importância, perspectivas e possibilidades nos diferentes espaços e níveis de atuação. O currículo e a avaliação da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAU, Vera Maria. *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). *Didática: o ensino e suas relações*. Campinas: Papirus, 1996.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Maria Rita S. (org.). *Confluências e Divergências entre didática e currículo*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1985.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Tradução Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LEITE, Denise; MOROSINI, Marília (org.). *A Didática como construção: aprendendo com o fazer e pesquisando com o saber*. ANAIS do ENDIPE. Recife, 2006.

NERY, Alfredina. Modalidades organizativas do trabalho pedagógico: uma possibilidade. In: BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos. Brasília: MEC/SEB, 2007.

Componente curricular: Estudos Linguísticos e Ensino			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O estabelecimento da linguística como ciência da linguagem. Tópicos básicos dos estudos linguísticos: língua, linguagem, o signo linguístico, a dupla articulação da linguagem, a noção de sistema linguístico. Níveis de análise linguística: o fonema, o morfema, o sintagma. Breve panorama dos estudos linguísticos: a linguística saussureana e pós-saussureana. Tipos de gramática e suas implicações no ensino de línguas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ILARI, R. 1985. *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes, 88 p.
- LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1987.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CAMARA, J.M. *História da Linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- LOPES, E. *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 2003.
- MARTIN, Robert. *Para entender a Linguística: epistemologia elementar de uma disciplina*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ORLANDI, E. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

Componente curricular: Organização e Funcionamento da Educação Brasileira			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação			
Sigla: DTFE			
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Políticas Educacionais e Sistemas de Ensino: Sociedade, Estado e Educação. Síntese histórica da organização da educação brasileira. Sistemas Educacionais. Regime de colaboração entre os entes federativos. Gestão e Financiamento da Educação no Brasil. Universalização e qualidade na educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TEDESCO, Juan Carlos. *Qualidade da educação e políticas educacionais*. Brasília: Líber Livro, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Fernando de et al. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/quadro/1996.htm. Acesso em: 19 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação*. 2014. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal da qualidade da educação. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.qedu.org.br>. Acesso em: 14 set. 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Componente curricular: Análise Gramatical e Ensino			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC : 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudos da gramática normativa da língua portuguesa. Revisão sintática de forma crítica: concordância verbal e nominal, a partir de textos argumentativos. Aprofundamento em questões que abordem os conceitos, nomenclaturas e ensino de gramática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERRAREZI JR., Celso; TELES, Iara Maria. *Gramática do brasileiro*: uma nova forma de entender nossa língua. São Paulo: Ed. O Globo, 2008.

ANTUNES, Irandé. *Muito Além da Gramática*: por ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Ed. Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro?* Um convite à pesquisa. São Paulo: Ed. Parábola, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino*: outra escola possível. Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente*: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

KLEIMAN, A. *Texto & Leitor*: aspectos cognitivos da leitura. 15. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática passa a limpo*: conceitos, análise e parâmetros. São Paulo: Ed. Parábola, 2012.

Componente curricular: Psicologia da Educação			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Psicologia			Sigla: PSI
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Psicologia Escolar, Psicologia Aplicada, Psicopedagogia: definições e diferenciações. Psicologia e Educação: conceituação, histórico, principais temas e abordagens teóricas. Desenvolvimento humano e aprendizagem. A condição psicossocial da criança e do adolescente. Fracasso escolar. Subjetividade, desenvolvimento e práticas pedagógicas. Educação inclusiva. Questões de gênero e sexualidade na escola. Disciplina e indisciplina no contexto escolar. Relação escola-família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, J.G. *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1999.

BOCK, A. M. B.; CHECCIA, A. K. A.; SOUZA, M. P. R. (org.). *Psicologia escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CARRARA, K. *Introdução à Psicologia e Educação: seis abordagens*. São Paulo: Avercamp, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHECCHIA, Ana Karina Amorim. *Adolescência e escolarização: numa perspectiva crítica em psicologia escolar*. Campinas: Alínea, 2010.

LEITE, H. A.; TULESKI, S.C. Psicologia histórico-cultural e desenvolvimento da atenção voluntária: novo entendimento para o TDAH. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo. Vol. 15, nº 1, Janeiro/ Junho de 2001: p. 111-119.

PATTO, M.H.S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SAYÃO, Deborah Thomé. *Crianças: substantivo plural*. Zero-a-seis, Florianópolis, n. 6, p.24-32, dez. 2002.

VIGOTSKI, S. *Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico*. Tradução de Zoia Ribeiro Prestes. São Paulo: Ática, 2009

Componente curricular: Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa e Ensino			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo da fonética articulatória envolvendo desde o mecanismo fonador até a audição (reconhecimento sonoro), articulação (produção do som), simbolização (reconhecimento dos símbolos para cada som) e descrição do processo da produção dos sons. Estudo fonológico e reconhecimento dos fonemas da língua portuguesa, bem como de seus os principais alofones. Explicação das diferentes teorias fonológicas. A relação entre os fonemas e grafemas e explicação da organização do sistema alfabético do português brasileiro e suas implicações no ensino de leitura e escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e linguística*. 8. ed. São Paulo: Scipione, 1990.

SEARA, Izabel Christine; GONZAGA, Vanessa; LAZZAROTO-VOLCÃO, Christiane. *Para conhecer - Fonética e Fonologia do Português Brasileiro*. São Paulo Editora Contexto, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, G. A. *O acento em português: abordagens fonológicas*. São Paulo: Parábola, 2007.

BISOL, L. (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4. ed., Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

DELGADO-MARTINS, M. R. *Fonética do português: trinta anos de investigação*. Lisboa: Caminho, 2002.

MAIA, Eleonora Albano da Motta. *No reino da fala: a linguagem e seus sons*. São Paulo: Ed. Ática, 1985.

SILVA, Thaís Cristóforo, et al. *Fonética Acústica: os sons do português brasileiro*. Editora Contexto, 2019.

Componente curricular: Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino de Línguas e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Discussão e reflexão sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem. Subsídios teórico-metodológicos para a utilização de tecnologias digitais na promoção de uma educação pró-social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSCARELLI, Carla Viana. *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TAJRA, Sanmya Feitosa. *Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade*. 9. ed. São Paulo: Érica, 2012. 224 p.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. *Comunidades Virtuais*. São Paulo: SENAC, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOLOGNINI, Carmen Zink. *A Língua Portuguesa: novas tecnologias em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

DIAS-TRINDADE, Sara; MILL, Daniel. (Org.). *Educação e Humanidades Digitais: Aprendizagens, Tecnologias e Cibercultura*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, v.1, p.125-158, 2019a.

MORAN. J.M. *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica*. Campinas: Papyrus, 2003.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. *Revista UFG*, v. 20, n. 26, p.1-35, 13 maio 2020.

RAMAL, Andrea Cecília. *Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Componente curricular: Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino da Língua Portuguesa e da Literatura. O gênero como unidade básica do ensino e as práticas de leitura, análise linguística e produção textual. O ensino de gramática e a gramática contextualizada. A especificidade do texto literário: a mediação das dimensões do real e do imaginário pelo signo verbal e não verbal. Mecanismos ficcionais e compositivos: inventividade, subjetividade e jogos linguísticos. O planejamento de propostas didáticas e a avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: a educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 fev.2019.

CANDIDO, Antônio. O direito à Literatura. In: _____. *Vários escritos*. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 169-191.

ROJO, Roxane Helena (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Línguas, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

COSCARELLI, Carla Viana. *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (org.). *Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. PCC	C.H. Aula de campo

EMENTA

O projeto de extensão “Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola” (96h) propõe a construção de uma prática pedagógica qualificada, por meio de intervenções práticas, realizadas por alunos dos cursos de Letras, sobre conteúdos de língua portuguesa – leitura, escrita e gramática – junto a alunos dos anos finais do ensino fundamental em escolas da rede pública, contribuindo tanto para a formação dos licenciandos e sua inserção no ambiente de trabalho, como também para a melhoria da qualidade ensino de língua portuguesa na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Área de linguagens. Etapa do ensino fundamental nos finais. 2018. Brasília: Ministério da Educação. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. 2020.

KLEIMAN, A. B. Formação do professor: retrospectiva e perspectiva na pesquisa. In: KLEIMAN, A. B. (org.). A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p.13-35.

MARCUSCHI, L. A.; SIGNORINI, Inês (org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Texto e Interação*. 3. ed. rev. Ampl. São Paulo: Atual, 2009.

GERALDI, W. *O texto na sala de aula: leitura e produção*. São Paulo: Ática, 1999.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SIMÕES, Luciene Juliano et al. *Leitura e autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura*. Erechim: Edelbra, 2012, v. 1, 216 p.

Componente curricular: Literatura, Sociedade e Práticas Culturais			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo

EMENTA

Leitura, sociedade e formação do leitor. Natureza e fundamentos ideológicos da literatura considerada para o público do ensino fundamental e médio. A literatura juvenil no Brasil. Literatura, escola e mercado editorial: seleção, rotulação e consumo. Literatura e redes sociais: práticas das culturas juvenis contemporâneas (*vlogs*, *podcasts* culturais (literatura, cinema, teatro, música), *playlists* comentadas, *fanfics*, *fanzines* etc.). Prática de leitura e análise de obras literárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Benedito. *A Literatura Juvenil na Escola*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base. A Etapa do Ensino Fundamental. Área de Linguagens*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

COELHO, N. N. *Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil*. São Paulo: Ed. Quíron, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERQUEIRA-SANTOS, E.; MELO NETO, O.C. de; KOLLER, S.H. Adolescentes e adolescências. In: HABIGZANG, Luíza Fernanda; DINIZ, Eva; KOLLER, Sílvia (org.). *Trabalhando com Adolescentes* [recurso eletrônico]: Teoria e Intervenção Psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 17-29.

DI FELICE, M. *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: AnnaBlume, 2009. Coleção Atopos.

LUFT, G. *A Literatura Juvenil Brasileira no início do século XXI: autores, obras e tendências*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. N. 36. Brasília, julho-dezembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *A arte de ilustrar livros para crianças e jovens*. Ano XIX – Nº 7 – Junho/2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012187.pdf>

RODRIGUEZ, S.N.; DAMÁSIO, B.F. Desenvolvimento da Identidade e do Sentido de Vida na Adolescência. In: HABIGZANG, Luíza Fernanda; DINIZ, Eva & KOLLER, Sílvia (org.). *Trabalhando com Adolescentes* [recurso eletrônico]: Teoria e Intervenção Psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2014. p.30-41.

Componente curricular: Latim			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Noções fundamentais de análise lógica e sintática. O alfabeto latino. Generalidades: gênero, número, caso, a importância do genitivo, as cinco declinações latinas. Adjetivos de primeira e segunda classes. As quatro conjugações latinas e o verbo 'esse'. Leitura e tradução de frases e textos latinos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática latina: curso único e completo*. São Paulo: Saraiva, 1980.

COMBA, Pe Júlio. *Programa de latim: introdução à Língua latina*. v.1. São Paulo: Salesiana, 2002.

FERREIRA, A. G. *Dicionário de Latim: português*. Lisboa: Porto Editora, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGE, D. et al. *Ars latina I*. São Paulo: Vozes, 1991.

CARDOSO, Z. de A. *Iniciação ao Latim*. São Paulo: Ática, 1989.

GARCIA, J. M. *Introdução à teoria e prática do Latim*. Brasília: Editora da UNB, 2000.

RÓNAI, P. *Curso básico de latim: Gradus primus*. São Paulo: Cultrix, 1989.

TORRINHA, F. *Dicionário Latino: português*. 38. ed. São Paulo: Marânus, 1945.

Componente curricular: Teoria dos Gêneros Literários e o Poema			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Conceitos de literatura: evolução semântico-histórica do conceito de literatura e a noção de literariedade. Introdução aos gêneros clássicos. O teatro grego e o contemporâneo. Estudo do poema: verso, estrofe, formas poéticas fixas, métrica, rima, acentuação. A analogia e a imagem poética. A poesia visual e as novas mídias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDIDO, Antonio. *Na sala de aula: caderno de análise literária*. São Paulo: Ática, 1995.

GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons, ritmos*. São Paulo: Ática, 1999.

ROUBINE, Jean-Jacques. *Introdução às grandes teorias do teatro*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução de Antônio Pinto Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [sd.].

BOSI, Alfredo (org.). *Leitura de Poesia*. São Paulo: Ática, 2003.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2087.

POUND, Ezra. *A arte da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1976.

SZONDI, Peter. *Teoria do drama moderno [1880-1950]*. Tradução de Luiz Sérgio Repa. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

Componente curricular: Leitura e Produção de Textos: Gêneros Acadêmicos			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Leitura e produção de textos acadêmicos: resumo, resenha, ensaio, slides e relatório acadêmico, segundo critérios acadêmicos e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outros manuais de redação científica. Tópicos de gramática normativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOTTA-ROTH, D., HENDGES, G. R. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

MACHADO, A. R. (org.). *Resenha*. São Paulo: Parábola, 2004.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, O. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1998.

KOCH, I. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2003.

MACHADO, A. R. (org.). *Resumo*. São Paulo: Parábola, 2004.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 1995.

KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. 2009. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2008. 220 p.

Componente curricular: Morfologia da Língua Portuguesa			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras		Sigla: LET	
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Modelos de análise morfológica. Morfema, alomorfe, palavra. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes. Processos morfológicos. Formação e classes de palavras no Português. O Grau e o Aspecto em Português.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASÍLIO, M. *Teoria Lexical*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. C. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

GONÇALVES, C. A. *Iniciação aos Estudos Morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, R.O. *A palavra e a sentença: estudo introdutório*. São Paulo: Parábola, 2011.

COSTA, S. B. B. *O Aspecto em Português*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

KEDHI, Valter. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática: 2010.

ROCHA, L. C. de A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

SÂNDALO, F. S. Morfologia. IN: MUSSALIN, F; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 181-206.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Língua Portuguesa na Escola”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica -	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

O projeto de extensão “Língua Portuguesa na escola” propõe a construção de uma prática pedagógica qualificada, por meio de intervenções práticas, realizadas por alunos dos cursos de Letras, sobre conteúdos de língua portuguesa – leitura, escrita e gramática – junto a alunos dos anos finais do ensino fundamental em escolas da rede pública, contribuindo tanto para a formação dos licenciandos e sua inserção no ambiente de trabalho, como também para a melhoria da qualidade ensino de língua portuguesa na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Área de linguagens. Etapa do ensino fundamental nos finais*. 2018. Brasília: Ministério da Educação. 2019. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. 2020.

KLEIMAN, A. B. Formação do professor: retrospectiva e perspectiva na pesquisa. In: KLEIMAN, A. B. (org.). *A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p.13-35.

MARCUSCHI, L. A.; SIGNORINI, Inês (org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Texto e Interação*. 3. ed. rev. Ampl. São Paulo: Atual, 2009.

GERALDI, W. O texto na sala de aula: leitura e produção. São Paulo: Ática, 1999.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SIMÕES, Luciene Juliano et al. *Leitura e autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura*. Erechim: Edelbra, 2012, v. 1, 216 p.

Componente curricular: História da Língua Portuguesa			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	CC.H. Prática: -	CC.H. PCC: -	CC.H. Aula de campo: -

EMENTA

Formação histórica da Língua Portuguesa, partindo da formação histórica da Península Ibérica e as contribuições linguísticas advindas dessa formação. A história externa e a história interna da Língua Portuguesa. Compreensão dos fatos linguísticos do português atual através de estudos diacrônicos da língua. Estudo do nível fonético, morfológico e sintático através da história do português.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. Parábola, 2005-2006. 214 p.

ILARI, Rodolfo; Basso, Renato; Ataliba T. de Castilho. *História semântica do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 480 ISBN 9788552001782.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NARO, Anthony Julius. *Estudos diacronicos*. Petrópolis: Vozes, 1973. 165 p. (Perspectivas Linguísticas 9)

ALI, Said. *Gramatica historica da lingua portuguesa*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d. 375 p.

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. *Gramatica historica: para o segundo grau e vestibulares*. 13 ed. Sao Paulo: Atica, 1981. 109 p.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. 357 p. ISBN 9788599868836.

TARALLO, Fernando. *Tempos Linguisticos: itinerario historico da lingua portuguesa*. Sao Paulo/ Rio de Janeiro: Ática, 1990. 208 p.

de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

Componente curricular: Sintaxe da Língua Portuguesa			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo da organização da frase do português. Tipos de frase. Níveis de estruturação frasal e os constituintes oracionais. Relações de (in)dependência no eixo sintagmático (coordenação e subordinação). Estudo da oração na perspectiva da gramática tradicional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ILARI, Rodolfo. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2.ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2006.

MIOTO, C. et ali. *Manual de sintaxe*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2000.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1998.

SOUZA-e-SILVA, Maria Cecília Pérez de.; KOCH, Ingedore G. V. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. São Paulo: Cortez, 2004.

Componente curricular: Literaturas de Língua Portuguesa – Primeiras Manifestações			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Manifestações da literatura portuguesa no processo de formação da literatura brasileira. Produções de cunho informativo e formativo, de autoria de jesuítas e viajantes, a serviço da máquina colonial europeia. Estudo de obras e autores portugueses e brasileiros do Barroco e do Arcadismo, nos gêneros do poema, do drama e da prosa, em sua relação com o contexto de produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Joaquim. *História da literatura portuguesa*. Porto: Ed. Domingos Barreira, s/d.

MOISÉS, Massaud. *Literatura Portuguesa*. São Paulo, Cultrix, s/d.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 15. ed. Porto: Porto Editora, [s.d.]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA JÚNIOR, B.; PASCHOALIN, M. A. *História social da literatura portuguesa*. 2ed. São Paulo: Ática, 1985.

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. *Teoria da literatura*. Coimbra: Almedina, 1983. 5ª.ed. Coimbra: Almedina, 1983.

CAMÕES, Luis de. *Lírica*. São Paulo: Cultrix, 1981.

GOMES, Maria dos Prazeres. *Outrora Agora: relações dialógicas na poesia portuguesa de invenção*. São Paulo: EDUC, 1993.

MOISÉS, M. *A Literatura portuguesa em perspectiva*. v. 1 e 2. São Paulo: Atlas, 1974.

Componente curricular: LIBRAS			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

História do surdo e da Língua de Sinais num contexto mundial. Legislação. Alfabeto. Numerais; Configurações manuais. Cumprimentos. Pronomes. Pronomes interrogativos. Verbos. Ambiente escolar. Disciplinas. Cursos. Cores. Dia. Semana. Datas. Ano e estações. Família. Sentimentos. Antônimos. Intensidade. Todos os conteúdos abordados em consonância com a gramática da Língua Brasileira de Sinais aplicados à linguística.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, E. *Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre, RS: Mediação, 2008.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda*. Campinas, SP: Parábola, 2009.

THOMA, A. S.; KLEIN, M. *A invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul, SP: UNISC, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VYGOTSKY, L. S. [1926]. *O problema do ensino e do desenvolvimento mental na idade escolar*. In: Psicologia Pedagógica. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

THOMA, A. S.; KLEIN, M. *Currículo & avaliação: a diferença surda na escola*. Santa Cruz do Sul, RS; EDUNISC, 2009.

VELOSO, Éden; MAIA, Valdeci. *Aprenda LIBRA com eficiência e rapidez*. Curitiba, PR: Mãos Sinais, 2009.

VYGOTSKY, L. S. [1930]. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In.: COLE, M.; STEINER, J.; SCRIBNER, V. (org.). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução de José Cipolla et al. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZUIN, P. B.; REYES, C. R. *O ensino da Língua Materna: dialogando com Vygotsky, Bakhtin e Freire*. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O projeto “Estratégias de leitura e produção de texto argumentativo” propõe atividades práticas de leitura e, a partir destas, de produção de textos argumentativos a alunos do ensino médio de escolas da rede pública estadual, mostrando-lhes a interdependência dessas práticas sociais e, por extensão, a necessidade de uso das estratégias envolvidas nessas práticas para o êxito da produção do texto oral ou escrito. Aos licenciandos o projeto oferece subsídios para a articulação da teoria à prática, bem como vivência e percepção do ensino e da aprendizagem de objetos específicos de conhecimento. Aos alunos participantes permite a percepção da leitura e da escrita como instrumentos utilizados para repensar o mundo e (re)organizar o próprio pensamento e as informações de que precisam comunicar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Área de linguagens. Ensino Médio.* 2018. Brasília: Ministério da Educação. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. 2020.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura.* 9. ed. Campinas: Pontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem.* 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FÁVERO, L. et ali. *Linguística Textual: texto e leitura.* São Paulo: Educ, 1986.

GUIMARÃES, Elisa. Procedimento discursivo e organização textual no processo ensino aprendizagem. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua Portuguesa em caleidoscópio.* São Paulo: EDUC, 2004. p.189-196. (Série Eventos)

KOCH, I. G. V. *A Inter-ação pela linguagem.* São Paulo: Contexto, 1995.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura?* 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade.* In DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.;

BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p.19-36.

Componente curricular: A Narrativa e Seus Gêneros			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O gênero romance: origens e evolução sob as perspectivas de Lukács e Bakhtin, entre outros. As formas da narrativa: crônica, conto, novela e romance. Categorias da narrativa: discurso e diegese, fábula e trama, temporalidade da história e do discurso, diferentes tipologias da personagem, figuração do narrador, o espaço e a ambientação. A narrativa fílmica e a HQ.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Ed. da UNESP/HUCITEC, 1998.

CÂNDIDO, Antônio et al. *A personagem de ficção*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária: poesia e prosa*. 1. ed. rev. e atual. São Paulo: Cultrix, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARTHES, Roland et. al. *Análise estrutural da narrativa*. 5. ed Tradução de Maria Z. B. Pinto. Petrópolis/RJ: Vozes, 1976.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice P. B. Mourão e Consuelo Fortes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. Tradução José M. M. de Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.

REIS, Carlos LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de A Narrativa e Seus Gêneros*. São Paulo: Ática, 1988.

REUTER, Yves. *Introdução à análise do romance*. Tradução Ângela Bergamini, Milton Arruda, Neide Sette e Clemence Jönet-Pastré. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Componente curricular: Variação e Mudança Linguística			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC:	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Contextualização da sociolinguística e seus conceitos básicos: língua, idioleto, dialeto, variedade, variante, fenômenos e regras variáveis; variação e mudança e as perspectivas teóricas; o português brasileiro (influência indígena, africana e outros); uma reflexão entre português brasileiro e europeu.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALVET, L.J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

CAMACHO, Roberto G. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p.49-75.

NEVES, Maria Helena de M. *Que gramática ensinar na escola?: norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática. 1986.

Componente curricular: A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

A lírica romântica, realista e simbolista, em Portugal e no Brasil, incluindo-se autores representativos da literatura mato-grossense, para além das balizas temporais da historiografia literária. A reflexão sobre identidade nacional nas produções literárias pós-coloniais. A prosa ficcional do Romantismo, Realismo-Naturalismo e Simbolismo-Decadentismo, produzida no Brasil e Portugal, em relação com o contexto histórico. A deriva pós-colonial no romance brasileiro. A dialética local – universal na produção brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 40. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

MOISÉS, Massaud. Literatura Portuguesa. São Paulo, Cultrix, s/d.

SARAIVA, A. J.; LOPES, Óscar. História da Literatura *Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA JR, Benjamin (org.). *Antologia de poesia brasileira: Realismo e Parnasianismo*. São Paulo: Ática, 1985. 63 p. (Bom livro).

BALAKIAN, Ana. *O Simbolismo*. Trad. José Bonifácio A. Caldas. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo. Ed. Nacional, 1985.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso fundador: a formação do País e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes Editores, 1993.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. 7 vols. São Paulo: Cultrix, 1976-79.

Componente curricular: Linguística Textual			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo das relações sintático-semânticas e sócio-pragmáticas na organização da estrutura do texto na perspectiva da Linguística Textual. A textualidade e as teorias textuais. Coesão e coerência textuais. A referenciação nos textos e a recategorização de objetos-de-discurso. O estudo da textualidade e o ensino de Língua Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Alessandra Castilho da; MARQUES, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino. *Linguística Textual e ensino*. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, I. G.V.; FÁVERO, L. L. *Linguística Textual: introdução*. São Paulo: Contexto, 2000.

MARCUSCHI, Luís Antônio. *Linguística Textual: o que é e como se faz*. São Paulo: Parábola, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOCH, I. G.V; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

KOCH, Ingedore G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, I. G.V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PAULINO, Graça et ali. *Intertextualidades: teoria e prática*. Belo Horizonte: Lê, 1995.

Componente curricular: Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 112h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: 112	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Observação do contexto educacional, com verificação dos aspectos físico-estruturais, organizacionais e sócio-artístico-educacionais da escola de ensino fundamental e médio. Estudo do Projeto Político Pedagógico da escola e suas relações com gestão, com as práticas escolares, com as questões étnico-raciais, de direitos humanos e ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RÖSING, Tânia M. K. *Ler na escola: para ensinar literatura no 1º, 2º e 3º graus*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988. Coleção Educação.

CANDIDO, A. Direito à literatura. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 2005. p.169-191.

GIMENO SACRISTAM, J. *O Currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO, Ulisses F. *A construção da cidadania e de relações democráticas no cotidiano escolar*. 2000. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_5_ulisses_construcao_democracia.pdf1.
 Acesso em: 02 abr. 2014.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro, Editora DP & A. 1998, 152 p.

KLEIMAN, Angela; MORAES, Silvia E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

Componente curricular: Semântica e Pragmática			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O objeto da Semântica. Aspectos semânticos da linguagem. Significado, sentido e referência. Semântica intencional e Semântica extensional. Noções básicas de lógica: conectivos, argumentos e notação. Semântica formal e Semântica argumentativa. Significado lexical e significado textual. A teoria da enunciação, a teoria dos atos de fala e implicaturas conversacionais. O signo e o enunciado ideológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Editora Contexto, 2012.

FERRAREZI JR. Celso. *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

GERALDI, W. *Introdução à semântica: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANÇADO, Márcia; Amaral, Luana. *Introdução à semântica lexical*. Editora Vozes, 2016.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metáforas da Vida Cotidiana*. Coordenação da tradução: Mara Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercados de Letras, EDUC, 2002.

SUASSUNA, Livia. *Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática*. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

PINTO, J. P. Pragmática. In F. MUSSALIM; A.C. BENTES (org). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. v. 2, São Paulo: Cortez, 2001.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

Componente curricular: A Poesia Modernista e Vanguardas			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

A poesia em língua portuguesa do início do século XX à geração de 1930. O Modernismo e seu diálogo com as Vanguardas europeias. Leitura crítica dos manifestos das Vanguardas e dos modernistas. A produção poemática da “Geração Orpheu” em Portugal e da “Primeira geração modernista” no Brasil, a tensão entre a ruptura e a tradição. A poesia engajada da geração 1930.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 38. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 571 p.

TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1994.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 15. ed. Porto: Porto Editora, [s/d].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1985.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HELENA, Lúcia. *Modernismo brasileiro e vanguarda*. Princípios. São Paulo Ática, 1989.

MENEGAZZO, Maria Adelia. *Alquimia do verbo e das tintas nas poéticas de vanguarda*. Campo Grande: UFMS, 1991.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes Editores, 1993.

Componente curricular: Filologia Românica			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Filologia Românica: definição, delimitação e métodos. Linguística e filologia: confrontos e diferenças. A romanística: antes do século XIX e durante o século XIX. A expansão romana: România Oriental e România Ocidental. Latim vulgar e latim literário: conceituação e características gerais. O método histórico comparativo. A edição filológica e a preparação de textos para estudo histórico da língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed., rev. amp. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. ix, 106 p. ISBN 9788585637378.

ELIA, S. *Preparação à linguística românica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 120 p. ISBN 858672646X (Arquivo do Estado).

COUTINHO, Ismael. *Gramática Histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1976.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica*. São Paulo: Cultrix, 1977.

MENDES, Ubirajara Dolacio. *Noções de paleografia*. São Paulo: [s.n.], 1953. 123 p.

Componente curricular: Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 112h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: 112	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Observação de aulas de língua Portuguesa e Literatura nos anos finais do ensino fundamental, médio e/ou na educação de jovens e adultos. O trabalho com as linguagens e suas tecnologias. Formas e instrumentos de avaliação da aprendizagem. A gestão da aula, a escolha dos conteúdos e suas relações com as questões étnico-raciais, direitos humanos e o papel do cidadão na sociedade contemporânea. Regência de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita. *Leitura de literatura na escola*. São Paulo. Parábola, 2013.

DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

LAJOLO, M. *Literatura: leitores & leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FEIJÃO, Elizabeth J; JUSTA, George. *Competências e habilidades necessárias ao educador contemporâneo*. Opção Editora, 2013.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 5ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KLEIMAN, Angela B. *A Formação do Professor: perspectivas da Linguística Aplicada*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

NEVES, Maria Helena Moura. *Ensino de língua e vivência de linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto, 2010.

PAULIUKONIS, M. A. L. *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Leitura Literária na Escola: encontros e encantos”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O Projeto de extensão “Leitura literária na Escola: encontros e encantos” propõe o resgate do valor da leitura, como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. Pressupõe o acesso à leitura literária, buscando desenvolver o potencial cognitivo e criativo do aluno ao possibilitar vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação. Estimula o desejo de novas leituras e produções orais, escritas e em outras linguagens, além de proporcionar a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo uma formação crítica e emancipadora tanto ao licenciado quanto aos alunos participantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLOMER, Teresa. *Andar entre livros: a leitura literária na escola*. São Paulo: Global, 2007.

KLEIMAN, Angela. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 8. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. *O Ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Glória. *Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

CANDIDO, Antônio. O direito à Literatura. In. CANDIDO, Antônio. *Vários escritos*. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula: prática da leitura de textos na escola*. 2^a ed, Cascavel: Assoeste, 1984.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000. 128p.

Componente curricular: Prosa Modernista - O Urbano, o Regional e o Regionalismo			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

A Literatura brasileira em prosa, do início do século XX à geração de 1930. As manifestações regionalistas do chamado Pré-Modernismo e da segunda geração modernista. Introdução à Literatura Portuguesa nos países africanos. Tendências da prosa em língua portuguesa, após a II Guerra Mundial: o romance urbano entre o intimismo e o existencialismo. A renovação do romance regionalista brasileiro na geração de 1945: do local ao universal e ao mítico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 38. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 571 p.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *História da Literatura de Mato Grosso: século XX*. Cuiabá: Unicen Publicações/UNESCO, 2001. 328p.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 15. ed. Porto: Porto Editora, [s/d.]

SUBIRATS, Eduardo. *Da vanguarda ao pós-moderno*. 2. ed. São Paulo Nobel S/A, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução Aurora Fornoni Bernardini e outros. São Paulo: Ed. UNESP/HUCITEC, 1989.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice P. B. Mourão e Consuelo Fortes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PEREIRA, José Carlos Seabra. *História crítica da Literatura Portuguesa: do fim-do-século ao Modernismo*. Lisboa: Verbo, 2000. Vol 7.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 15. ed. Porto: Porto Editora, [s/d.].

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 446 p.

Componente curricular: Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: - 0

EMENTA

A Linguística Aplicada como área pluri-multi e interdisciplinar de construção teórica e resolução de problemas no mundo e seu desenvolvimento no Brasil. Aplicação das visões formalistas e funcionalistas ao ensino. Letramento e letramento docente. A pesquisa em sala de aula (pesquisa-ação) e suas relações com a prática pedagógica, com a formação continuada do professor e com o direito de aprender dos educandos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORREA, M.L.G.; BOCH, F. (org.). *Ensino de língua: representação e letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

KLEIMAN, A.; CAVALCANTI, M. *Linguística Aplicada: suas faces e interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Por uma linguística INdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, J. C. (org.). *Internet e ensino: novos gêneros, outros desafios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FREIRE, M. M.; VIEIRA-ABRAHÃO, M.H.; BARCELOS, A.M.F. (org.). *Linguística Aplicada e contemporaneidade*. ALAB & Pontes Editores, 2005.

PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar (org.). *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda. *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

VIEIRA, Josenia Antunes et alii. (org.). *Reflexões sobre a língua portuguesa: uma abordagem multimodal*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Componente curricular: Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 112h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: 112	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Observação de aulas de Língua Portuguesa e Literatura no ensino médio e/ou na educação de jovens e adultos. O trabalho com as linguagens e suas tecnologias. Formas e instrumentos de avaliação da aprendizagem; seleção de conteúdo e suas relações com as questões étnico-raciais e o papel do cidadão na sociedade contemporânea. Regência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita. *Leitura de literatura na escola*. São Paulo. Parábola, 2013.

DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

LAJOLO, M. *Literatura: leitores & leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FEIJÃO, Elizabeth J; JUSTA, George. *Competências e habilidades necessárias ao educador contemporâneo*. Opção Editora, 2013.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 5ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KLEIMAN, Angela B. *A Formação do Professor: perspectivas da Linguística Aplicada*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

NEVES, Maria Helena Moura. *Ensino de língua e vivência de linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto, 2010.

PAULIUKONIS, M. A. L. *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

<i>Componente curricular:</i> Crítica Literária			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Conceito de crítica literária. A crítica imanente e a contribuição de diferentes áreas do conhecimento. Teorias críticas contemporâneas: hermenêutica, estruturalismos, correntes sociológicas. Estética da recepção. Ecocrítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGEZ, Daniel et al. *Métodos críticos para a análise literária*. Tradução Olinda Maria Rodrigues Prata. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ROMERO, Sílvio. *Teoria, Crítica e História Literária*. Seleção e Apresentação de Antônio Candido. São Paulo: Edusp, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. *Arte poética*. São Paulo: Tecnoprint, [s.d.].

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura Ocidental*. 2. ed. São Paulo: perspectiva, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Ed. da UNESP/HUCITEC, 1998.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

VERÍSSIMO, José. *Teoria, Crítica e História Literária*. Seleção e Apresentação de João Alexandre Barbosa. São Paulo: Edusp, 1977.

Componente curricular: Estudos do Discurso			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Texto e discurso. Análise Dialógica do Discurso, Análise do Discurso de Linha Francesa e Análise Crítica do Discurso: reflexão sobre as diferenças entre essas teorias. Análise de material textual com base nas diferentes vertentes, com enfoque em conteúdos e temáticas de formação geral e formação docente, destacando as questões étnico-raciais, ecológicas e o papel do cidadão na sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV. V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAIT, B. *Bakhtin: Conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2007.

CORACINI, M. J. *Identidade e discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

Componente curricular: A Lírica Contemporânea			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Percurso da geração de 1945 ao século XXI; a poesia brasileira entre o engajamento e a experimentação formal; a atual poesia mato-grossense; o lugar da música popular brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 40. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. 354 p. (Debates 3)

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *História da Literatura de Mato Grosso: século XX*. Cuiabá: Unicen Publicações/UNESCO, 2001. 328p.

TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música popular: da modinha a canção de protesto*. Petrópolis: Vozes, 1979. 237 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAHIANA, Ana Maria Pereira. *Nada será como antes: MPB nos anos 70*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 261 p. (Retratos do Brasil 141)

CAMPOS, Augusto de. *Poesia, antipoesia, antropofagia*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 128 p.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice P. B. Mourão e Consuelo Fortes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

GULLAR, Ferreira. *Vanguarda e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MORICONI, Ítalo. *Como e por que ler poesia contemporânea*. São Paulo: Objetiva, 2003.]

Componente curricular: A Prosa Contemporânea - Tendências			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

A renovação dos modelos realistas de narrar mediante experimentações estéticas. Tendências do romance nas décadas finais do século XX e sua relação com contextos sócio-políticos em transformação: o pós-colonialismo nos países africanos; o fim dos governos militares em Portugal e Brasil. A produção ficcional do século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed., São Paulo: Cultrix, 1983.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *História da Literatura de Mato Grosso: século XX*. Cuiabá: Unicen Publicações/UNESCO, 2001.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 15. ed. Porto: Porto Editora, [s.d.]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Manuel. *Literatura africana de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: História. Teoria. Ficção*. Tradução Ricardo Cruz. São Paulo: Imago, 1991.

PELLEGRINI, Tânia. *A imagem e a letra: aspectos da ficção brasileira contemporânea*. Campinas, Mercado de Letras, 1999.

REIS, Carlos. (coord.). *Literatura portuguesa moderna e contemporânea*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990. V.5.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Africanidade*. São Paulo: Ática, 1985.

Componente curricular: Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 112h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: 112	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Elaboração, planejamento e execução de aulas/projetos interdisciplinares de leitura e/ou escrita demandados pelos alunos e professores das instituições conveniadas. Proposição de trabalho com questões pontuais, voltada para o ensino da língua portuguesa e suas literaturas, sob perspectivas teórico-metodológicas diversas, tendo por embasamento, ainda que não exclusivamente, as experiências decorrentes dos Estágios Supervisionados I, II e III.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

KARWOSKI, Acir Mário et al. (org.). *Gêneros Textuais: reflexões e ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005.

KLEIMAN, Angela; MORAES, Silvia E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAZENDA, Ivani. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 5ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KULLOK, M.G.B. *Formação de professores para o próximo milênio: novo locus?* São Paulo: Annablume, 2000.

LEITE, L. C. *Invasão na Catedral: literatura e ensino em debate*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

VALERIO, Rosangela Almeida. *Interdisciplinaridade: teoria e prática em uma escola pública*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

Componente curricular: Literatura Contemporânea: Estudos Interartes			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Literatura brasileira e tendências literárias contemporâneas. Literatura e tecnologia. Limites entre literatura, indústria cultural e cultura de massa. Literatura, cinema e teatro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA LIMA, Luiz. *Pós-modernidade: contraponto tropical*. In: COSTA LIMA, Luiz *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

CONNOR, S. *Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1992.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução: Antônio Pinto Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [sd.].

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Ed. da UNESP/HUCITEC, 1998.

OLIVEIRA, Nelson de. *Geração 90: Manuscritos de computador*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SUBIRATS, Eduardo. *Da vanguarda ao pós-moderno*. 2. ed. São Paulo Nobel S/A, 1986.

SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Iluminuras, 1995.

Componente curricular: Análise e Elaboração de Material Didático			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Análise e avaliação crítica de livros-texto usados para o ensino/ aprendizagem de línguas. Preparação, adaptação e desenvolvimento de materiais pedagógicos para a sala de aula à luz de uma revisão dos principais pressupostos teóricos e resultados empíricos de aquisição de segunda língua/língua materna.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALLEN, V. F. *How to teach vocabulary*. Oxford: Oxford University Press. 1983.

BATISTA, A. A. G.; ROJO, R. Livros escolares no Brasil: a produção científica. In: VAL, M. da Costa; MARCUSCHI, B. *Livros didáticos de Língua Portuguesa: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p 13-45.

LERNER, D. O. Livro didático e a transformação do ensino da língua. In: BATISTA, A.A.G.; VAL, M. G. C. *Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas*. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de et alii. *A representação do processo de aprender do livro didático nacional de língua estrangeira moderna no primeiro grau*. Trabalhos em Linguística Aplicada, 17, Campinas: UNICAMP. 1991.

BEZERRA, M. A. Textos: seleção variada e atual. In: DIONÍSIO, A. P; BEZERRA, M. A. (org.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BROWN, D. H. *Teaching by Principles: An Interactive approach to language pedagogy*. Englewood Cliffs, New Jersey. Prentice Hall Regents. 1994.

BYRNE, D. *Techniques for Classroom Interaction*. New York: Longman. 1987.

ROJO, R. O livro didático de língua portuguesa. FREITAG, Bárbara. *Livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 2006.

Componente curricular: Oficina de Leitura e Produção de Texto			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: 144	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Prática de leitura e produção de textos a partir de uma abordagem enunciativa. Análise dos fatores linguísticos, textuais e discursivos que contribuem para a qualidade de textos acadêmicos e jornalísticos. Critérios para a correção e avaliação de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAPPINI, Ligia (coord.). *Aprender e ensinar com textos de aluno*. v.1. São Paulo: Cortez, 1997.

GARCEZ, L.H.C. *A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto*. Brasília: UNB, 1998.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOCH, Ingedore V.G.; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2004.

FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. A escrita como trabalho. In: MARTINS, M. H. (org.). *Questões de linguagem*. São Paulo: Contexto, 1991, 54-63.

MARCUSCHI, L. A. Compreensão de texto: algumas reflexões. In: DIONÍSIO, A.P.; BEZERRA, M.A. (org.). *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

ROJO, R. *Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas*. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/ceale/generosdiscurso.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adiane Fogali. *Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

Componente curricular: Literatura Africana			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Experiências literárias coloniais e pós-coloniais. Os movimentos africanistas do começo do século XX. A Guerra colonial e os processos de independência retratados na literatura. Pós-independência e nacionalismos. Autores exponenciais nos gêneros lírico e narrativo. O diálogo com os gêneros literários e as matrizes da oralidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAVES, Rita; MACEDO, Tania. *Marcas da diferença*. São Paulo: Alameda, 2006.

HERNANDEZ, Leila M. G. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo: Ática. Coleção Ensaio, n. 19, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De Vãos e Ilhas: literatura e comunitarismos*. Cotia, SP: Ateliê, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Ed. da UNESP/HUCITEC, 1998.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1985.

PADILHA, Laura. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileira*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2002.

SANTILLI, Maria Aparecida. FLORY, Suely Fadul Villibor. *Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas*. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.

Componente curricular: Tópicos em Língua Latina			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Morfossintaxe verbal: conjugações e tempos verbais, o verbo ‘sum’. Morfossintaxe das classes invariáveis. A ordem das palavras na estrutura da oração latina. Provérbios, sentenças, excertos e fábulas latinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática latina*. São Paulo: Saraiva, 1990.

COMBA, Pe Júlio. *Programa de latim: introdução à Língua latina*. v.1. São Paulo: Salesiana, 2002.

FERREIRA, A. G. *Dicionário de Latim: português*. Lisboa: Porto Editora, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGE, D. et al. *Ars latina 1*. São Paulo: Vozes, 1991.

CARDOSO, Z. de A. *Iniciação ao Latim*. São Paulo: Ática, 1989.

GARCIA, J. M. *Introdução à teoria e prática do Latim*. Brasília: Editora da UNB, 2000.

RÓNAI, P. *Curso básico de latim: gradus primus*. São Paulo: Cultrix, 1989.

TORRINHA, F. *Dicionário Latino: português*. 38. ed. São Paulo: Marânus, 1945.

Componente curricular: O teatro no Brasil: Período Colonial			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Autores e obras exponenciais do teatro no Brasil: período colonial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAFEZEIRO, Edwaldo; GADELHA, Carmem. *História do teatro brasileiro: de Anchieta à Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EDUERJ/FUNARTE, 1996.

PRADO, Décio de Almeida. *Teatro de Anchieta a Alencar*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

SCHWARCZ, Pedro Moritz; MATE, Alexandre. *Antologia do teatro brasileiro - século XIX: comédia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Flávio. *A comédia nacional no teatro de José de Alencar*. São Paulo: Ática, 1984.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1983.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos 1750-1880*, 14 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

PRADO, Décio de Almeida. *O teatro romântico: a explosão de 1830*. In: GUINSBURG, Jacó (org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

RONCARI, Luiz. *Literatura Brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. 2 ed.(revista e ampliada), 1ª reimpressão. Leitura técnica de Vagner Camilo. São Paulo: Edusp, 2014.

Componente curricular: Teatro Brasileiro			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Autores e obras exponenciais do teatro no século XX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAFEZEIRO, Edwaldo e GADELHA, Carmem. *História do teatro brasileiro: de Anchieta à Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EDUERJ/FUNARTE, 1996.

FERNANDES, Silvia. *Teatralidades contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

PRADO, Décio de Almeida. *Apresentação do teatro brasileiro moderno*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Iná Camargo. *Sinta o drama*. Petrópolis, RJ; Vozes, 1998.

FARIA, João Roberto. *O teatro na estante*. Cotia: Ateliê Editorial, 1998.

PRADO, Décio de Almeida. *Peças, pessoas, personagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROSENFELD, Anatol. *Prismas do teatro*. São Paulo, Perspectiva, 1993.

SCHWARCZ, Pedro Moritz; MATE, Alexandre. *Antologia do teatro brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Componente curricular: Modernismo em Portugal			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Expressões da literatura em prosa e poesia no século XX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABDALA JÚNIOR, Benjamim; PASCHOALIN, Maria Aparecida. *História social da literatura portuguesa*. São Paulo: Ática, 1985.

AMORA, António Soares. *Presença da literatura portuguesa III: Era Moderna*. São Paulo: Difel, 1974.

MENDONÇA, Fernando. *A literatura portuguesa no século XX*. São Paulo: Hucitec, 1973.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Jacinto do Prado. *Diversidade e unidade em Fernando Pessoa*. Lisboa: Verbo, 1963.

IANNONE, Carlos Alberto et alii. *Sob as naus da iniciação: estudos portugueses de literatura e história*. São Paulo: UNESP, 1998.

MOISÉS, Massaud. *Pequeno dicionário de literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1981.

PERRONE MOISÉS, L. *Fernando Pessoa: alguém do eu, além do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1989.

Componente curricular: Música Popular Brasileira			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Composições musicais: das origens aos dias atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABIN, Ricardo Cravo. *O livro de ouro da MPB: a história de nossa música popular de sua origem até hoje*. Ediouro Publicações, 2003. ISBN 978800013454.

MELLO, Zuza Homem de. *Eis aqui a Bossa-nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

STEFANO, Gildo de. *O povo do samba. O caso e os protagonistas da história da música popular brasileira*. Roma: Edições de RAI, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CYNTRÃO, Sylvia Helena. *Como ler o texto poético: caminhos contemporâneos*. Brasília: Editora Plano, 2004.

SEVERIANO, Jairo. *Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2008.

NESTROVSKY, Arthur. *Outras notas musicais: da idade Média à música popular brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2009.

BLANNING, Tim. *O triunfo da música: a ascensão dos compositores, dos músicos e de sua arte*. Campinas, SP: Companhia das Letras, 2011.

FREIRE, Paulo; RENNO, Carlos; OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. *Literatura e Música*. São Paulo: Senac, 2003.

Componente curricular: Tópicos em Estudos do Teatro, Comunicação e Formação de Professores.			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Contribuições da neurociência e das ciências cognitivas para os estudos do teatro e a vinculação destes estudos à formação dos professores. O espectador e o seu papel ativo na construção dos significados artísticos, estéticos e linguísticos dos espetáculos. A Simulação, a projeção, a empatia, a identificação, o mecanismo da imitação e a comunicação com o outro. Processos miméticos e educação transcultural. A força da mimese e a transformação das imagens externas em internas. A consciência e as noções de mapas. As emoções e os processos miméticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAMÁSIO, António. *O Livro da Consciência: a construção do cérebro consciente*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2010.

McCONACHIE, Bruce. *Theatre and Mind*. London: Pallgrave Macmillan, 2012.

WULF, Christoph. *Homo pictor: imaginação, ritual e aprendizado mimético no mundo globalizado*: São Paulo: Hedra, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DARWIN, Charles. *A expressão das emoções no homem e nos animais*. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

EKMAN, Paul. *A linguagem das emoções*. São Paulo: Lua de Papel (Leya), 2011.

PROENZA, Martha Julia Toriz. *Las ciencias cognitivas en los Estudios del teatro y el performance*. Disponível em: <http://catedradeartes.uc.cl/pdf/catedra%2019/4%20Toriz.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Portugal: Orfeu Negro, 2010.

Componente curricular: Literatura Infanto-Juvenil			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Natureza da literatura Infanto-juvenil. Leitura crítica de textos infanto-juvenis. A literatura infanto-juvenil no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORDINI, M. G. *Poesia infantil*. São Paulo: Ática, 1986.

COELHO, N. N. *A Literatura infantil: história, teoria, análise*. São Paulo/Brasília: Quíron/INL, 1981.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *Literatura infantil brasileira: história e histórias*. São Paulo: Ática, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura Infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1997.

BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CUNHA, M. A. *Literatura Infantil: teoria e prática*. São Paulo: Ática, 1983.

SERRA, E. D. (org.). *30 anos de literatura para crianças e jovens: algumas leituras*. Campinas: Mercado de Letras: ALB, 1998.

SIMÕES, Vera Lúcia Blanc. *Histórias infantis e aquisição da escrita*. São Paulo: 2000.

Componente curricular: Diversidade e Políticas Linguísticas			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Relações entre língua, cultura e identidade. Panorama da diversidade linguística existente no Brasil e em Mato Grosso. Línguas indígenas, língua de sinais, línguas quilombolas, línguas de imigração e demais línguas de contato faladas no Brasil. Diversidade linguística e a ética na prática do profissional de Letras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADELLAR, Willem F. H. La diversidad lingüística y la extinción de las lenguas. In: QUEIXALÓS, F.; RENAULT-LESCURE, O. (org.). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 29-36.

ALBÓ, Xavier. *Cultura, interculturalidade, inculturação*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. Coleção Formação Sociopolítica e Cultural.

AZIBEIRO, N. E. Educação intercultural e complexidade: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares. In: REINALDO, M. F. (org.). *Educação intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*. Out.1997, vol.3, nº 2, p.7-38.

OLIVEIRA, Gilvan Müller (org.). *Declaração Universal dos direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

ORLANDI, Eni (org.). *Política linguística na América Latina*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988. p. 75-104.

SANTANA, Áurea Cavalcante; DUNCK-CINTRA, Ema Marta. Diversidade e políticas linguísticas: uma experiência com o Chiquitano do Brasil. *Coletânea Educação Escolar Indígena*. vol. 3. Cuiabá-MT: EDUFMT, 2009.

STURZA, E.R. Línguas de Fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo, n. 2, v.57, junho, 2005.

Componente curricular: Estéticas Comunicacionais: Cultura Impressa e Cultura da Mobilidade			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo e reflexão de textos críticos sobre o problema da aceleração contínua na vida contemporânea. A cultura da mobilidade e os tempos da conexão e da desconexão na cultura digital. A hibridização das mídias e os lugares de leitura. O livro impresso e o livro eletrônico: passagens e transformações. Plataformas de leitura, o leitor e o curador de informações. A escrita na era da imagem e a formação de professores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEIGUELMAN, G. *O livro depois do livro*. Disponível em: http://www.desvirtual.com/thebook/o_livro_depois_do_livro.pdf. Acesso em: 02 mar. 2017.

CHARTIER, R. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998.

MARCONDES, Ciro. *Perca tempo: é no lento que a vida acontece*. São Paulo: Paulus, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAITELLO, NORVAL. *A era da iconofagia*. São Paulo: Paulus, 2014.

CANCLINI, N. G. *Leitores, espectadores, internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

FILHO, C. M. *Fascinação e miséria da comunicação na cibercultura*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Hucitec, 1985.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

SANTAELLA, L. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

Componente Curricular: Semiótica			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O estudo da significação e interpretação dos processos simbólicos. Os sistemas semióticos e suas sistematizações. Produção cultural, indústria da cultura de massa e ideologia. As estratégias semiolinguísticas da interpretação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1996.

ECO, Umberto. *Tratado geral de semiótica*. Perspectiva, 2000.

SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. Brasiliense: São Paulo, 2013 (Coleção Primeiros Passos).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística I: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

NÖTH, W. *Panorama da semiótica: de Platão a Peirce*. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PIGNATARI, Decio. *Semiótica & literatura: icônico e verbal, oriente e ocidente*. São Paulo: Cortez e Moraz, 1979.

Componente curricular: Noções fundamentais da LIBRAS			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Classificadores; Comparações; Homonímias; Intensidades; Metáforas; Polissemias; Sinais manuais; Sinais não manuais; Verbos com concordância; Verbos sem concordância e Diálogos. Todos os conhecimentos serão aplicados às aulas práticas na escola especializada ao atendimento a criança, jovens e adultos surdos, com estágio supervisionado pelo professor responsável pela disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice M. *Teorias de Aquisição da Linguagem*. Florianópolis: UFSC, 2008.

LACERDA, C. B. F. *Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre, RS: Mediação, 2009.

VELOSO, Éden; MAIA, Valdeci. *Aprenda Libras com eficiência e rapidez*. Curitiba, PR: Mãos Sinais, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, E. *Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre, RS: Mediação, 2008.

LODI, A. C. L. *Leitura e escrita no contexto da diversidade*. Porto Alegre, RS: Mediação, 2006.

LODI, A.; LACERDA, C. B. F. *Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização*. Porto Alegre, RS: Mediação, 2009.

QUADROS, Ronice M. *Língua Brasileira de Sinais: estudos linguísticos*. Porto Alegre, Artmed, 2004.

SIEMS, M. E. R. *Educação Especial em tempos de Educação Inclusiva*. São Carlos, Pedro & João Editores, 2010.

Componente curricular: Metodologia da Pesquisa			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Teoria e metodologia, conhecimento científico e realidade social. Objetividade e subjetividade em ciências. Paradigmas metodológicos das ciências sociais. Principais métodos e abordagens na investigação em ciências sociais. A pesquisa empírica e a pesquisa-ação. A pesquisa etnográfica na educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 212 p.

GALLIANO, Guilherme. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Mosaico Ltda, 1979.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 164 p.

HIOLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 132 p.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 182 p.

MAGALHÃES, Gildo. *Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia*. São Paulo: Ática, 2005. 263 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1986.

Componente curricular: Filosofia da Linguagem			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Filosofia			Sigla: FIL
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64h	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Linguagem simbólica e linguagem conceitual. Teoria do significado. Positivismo Lógico. Filosofia Analítica. Filosofia da linguagem ordinária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNAP, R. *Significado e sinonímia nas linguagens naturais*. São Paulo: Abril, 1995.

FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1978.

OCKHAM, Guilherme. *Theory of Terms: Summa Logicae*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PENCO, C. *Introdução à Filosofia da Linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2006.

LIMA FILHO, J. E. *Linguagem e representação: uma abordagem da Teoria da Figuração do Tractatus de Wittgenstein*. In: Revista Homem, Espaço e Tempo. Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA. Ano II, número 1, março de 2008. ISSN 1982-3800.

PLATÃO. *Sofista*. Trad. Jorge Paleikat. São Paulo: Abril Cultural, s.d.

PLATÃO. *Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

KNEALE, W. *O desenvolvimento da lógica*. Trad. Lourenço. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1991.

Componente curricular: Psicolinguística			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo dos modelos e teorias explicativas da aquisição, desenvolvimento, processamento e uso da linguagem. A aquisição da linguagem como um domínio da Psicolinguística. Principais teorias/abordagens da aquisição da linguagem. Questões de metodologia em aquisição de linguagem. O desenvolvimento da linguagem na criança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MELO, Lélia Erbolato. *Tópicos de psicolinguística aplicada*. 3 e. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 2005.

SLOBIN, D. I. *Psicolinguística*. Trad. de Rossine Salles Fernandes. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1982.

SCARPA, Ester. Mirian. Aquisição da linguagem. In: Fernanda Mussalin e Anna Christina Bentes (org.). *Introdução à linguística*. V. 2. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBANO, Eleonora. *Da fala à linguagem: tocando de ouvido*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

ELLIOT, A. *A linguagem da criança*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

KATO, M. A. (org.). *A concepção da escrita pela criança*. 2. e. Campinas, SP: Pontes editores, 2000. 206p.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. *Introdução à psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1991.
VYGOSTKY, Leontiev. *Pensamento e linguagem*. Lisboa: Antídoto, 1979.

VYGOTSKY, LEV et al. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo : Ícone/EDUSP, 1998.

Componente curricular: Sociologia da Educação			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Ciências Sociais			Sigla:
SOC			
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática	C.H. PCC	C.H. Aula de campo

EMENTA

Estudos críticos sobre o desenvolvimento das relações entre educação e sociedade e suas implicações políticas e sociais. Análise dos modelos teóricos de correntes da sociologia clássica e contemporânea que se dedicam à análise da educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANACORDA, Mario A. *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. (disponível online).

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 1982.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 16 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Felipe Quintão; GOMES, Ivan Marcelo; BRACHT, Valter. *Bauman & a Educação*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

NOGUEIRA, Maria Alice; Romanelli, Geraldo; ZAGO, Nadir (org.). *Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

DURKHEIM, E. *A evolução pedagógica*. Brasília: Ministério da Educação, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 87-138) (disponível online).

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Sociologia da educação*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2012.

ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir (Org.). *Família & escola: novas perspectivas de análise*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013

Componente curricular: Gramática Histórica			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras LET			Sigla:
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo das origens da língua portuguesa e de sua evolução diacrônica. O papel dos fatores linguísticos e extralinguísticos na dialeção do latim vulgar e na consequente formação do português. Estudo de mudanças fônicas, morfológicas e sintáticas do latim vulgar ao português atual. Estudo da correlação entre variação e mudança em processos recentes ou em andamento no português do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 43. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 124 p.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971. 357 p.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. Rio de Janeiro: Parábola, 2005-2006. 214 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

NUNES, J. J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora, 1945.

SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1964.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Componente curricular: Fundamentos da Comunicação Humana			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 144h			
C.H. Teórica: 96	C.H. Prática: 48	C.H. PCC:	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo do papel dos diferentes sentidos na constituição dos vínculos comunicacionais. Estudo da teoria da cultura e das raízes da cultura. A mídia primária, a mídia secundária e a mídia terciária. A imagem e a imagem técnica, a escrita, a língua e a realidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RUDIGUER, Francisco. *As teorias da comunicação*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2010.

CASTELLS, Manuel. *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BYSTRINA, Ivan. *Tópicos de Semiótica da Cultura*. São Paulo: CISC, 1995.

DE FLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FLUSSER, Vilém. *Língua e Realidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

JEAN, George. *A escrita: Memória dos homens*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002.

SPITZ, René. *O Não e o Sim: a gênese da comunicação humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Componente curricular: Oficina de Textos: Leitura e Redação			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 144h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 96	C.H. PCC:	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

As condições de produção de textos na escola. Gêneros textuais e tipologia textual. O lúdico e o acadêmico. Oficinas de redação e leitura. Elaboração de propostas de atividades que considerem o texto como conteúdo e não material de apoio e exemplificação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAPPINI, Lígia (coord.). *Aprender e ensinar com textos*. Vols. 1-6. São Paulo: Cortez, 1997-2002.

KAUFMAN, Ana M.; RODRIGUEZ, M.H. *Escola, leitura e produção de textos*. Porto Alegre: Artmed, 1995.

MARCONDES, Beatriz (org.). *Como usar outras linguagens na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MESERANI, Samir. *O intertexto escolar-sobre leitura, aula e redação*. São Paulo: Cortez, 1998.

PÉCORA, Alcir. *Problemas de Redação*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ROJO, Roxane (org.). *A Prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: Educ/Mercado de Letras, 2000.

VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e Textualidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

Componente curricular: Inglês Instrumental			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Conscientização e transferência de estratégias de leitura em língua materna para leitura em língua inglesa. Desenvolvimento de estratégias de leitura em língua inglesa e noções da estrutura da mesma língua. Aquisição de vocabulário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAMA, A.N.M. et al. *Introdução à Leitura em inglês*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001.

MUNHOZ, Rosângela. *Inglês Instrumental*. Módulos I e II. São Paulo: Textonovo, 2002.

SOUSA, Adriana et al. *Leitura em Língua Inglesa*. São Paulo: Disal, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BING, Janet. *Grammar Guide. English grammar in context*. New Jersey, Prentice Hall Regents, 1989.

BYGATE, M, TOMKYM; WILLIAMS, E. (ed). *Grammar and the Language Teacher*. Hemel Hempstead: Prentice Hall International, 1994.

CELCE-MURCIA, M.; LARSEN-FREEMAN, D. *The grammar book*. Rowley, Mass: Newbury House, 1983.

SWAN, Michael. *Practical English Grammar*. Oxford, OUP, 1995.

QUIRK, Randolph. *A University grammar of English*. Essex: Longman, 1973.

Componente curricular: Educação das Relações Étnico-Raciais			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Ensino e Organização Escolar			
Sigla: DEOE			
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática:	C.H. PCC	C.H. Aula de campo:

EMENTA

“Cor”, “Raça” e “Etnia”: Classificação racial no Brasil – o racismo científico versus as contribuições da genética. Aspectos da História dos Negros no Brasil. Africanos e “crioulos”. Escravidão e Cidadania no Brasil. Contribuições culturais afro-brasileiras à sociedade nacional. Racismo, discriminação e preconceito. Democracia Racial. Desigualdades Raciais na sociedade e na Educação brasileira. Estratégias pedagógicas na busca de uma sociedade pluriétnica e multirracial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, Maria Elena Viana (org.). *Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. São Paulo, Ed. Humanitas, 2005.

PAIXÃO, Marcelo. *A lenda da modernidade encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação*. Curitiba: CRV, 2014.

GUIMARÃES, Antônio S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

FILICE, Renisia G. *Raça e classe na gestão da educação básica brasileira*. São Paulo: Autores Associados, 2012.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Componente curricular: Francês Instrumental			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Conscientização e transferência de estratégias de leitura em língua materna para leitura em língua francesa. Desenvolvimento de estratégias de leitura em língua francesa e noções da estrutura da mesma língua. Aquisição de vocabulário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BESCHERELLE. *L' art de conjuguer*. Paris: Hatier, 1990.

GRÉGOIRE, Maia; THIÉVENAZ, Odile. *Grammaire Progressive du Français*. Niveau Débutant. Paris: CLE International, 1997.

LAVENNE, Christian et alii. *Studio 100 Niveau 1*. Paris: Les Éditions Didier, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LE MICRO-ROBERT. *Dictionnaire de la Langue Française*. Dictionnaires Le Robert. Paris: 1988.

PAGEL, D. F. *Prononciation du français par des étudiants brésiliens*. Florianópolis: IUUSC, 1996.

PAGNIEZ-DELBART, T. *À l'écoute des sons: les voyelles*. Paris: CLE International, 1993.

PETIT, Robert. *Dictionnaire alphabétique & analogique de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1992.

RONAI, P. *Dicionário Francês - Português - Francês*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

Componente curricular: Português como Língua Estrangeira e de Acolhimento			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica 64	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

Estudos dos modelos contemporâneos de aquisição de línguas adicionais. A interação entre língua e cultura. A língua portuguesa no mundo. Português como língua de herança, como segunda língua, língua adicional e língua estrangeira. Estudo das características da língua portuguesa, comparadas com as de outras línguas, para o ensino a estrangeiro. Introdução às questões relacionadas ao ensino de português como língua adicional abordando metodologia, materiais didáticos e formação de professores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, J. C. P., LOMBELLO, L. C. (org.). *O ensino de português para estrangeiros: pressupostos para o planejamento de cursos e elaboração de materiais*. Campinas, Pontes, 1999.

SCHOFFEN, J. R. et al. *Português como língua adicional: reflexões para a prática docente*. Porto Alegre: Bem Brasil, 2012.

MENDES, E. CASTRO, M. L. S. (org.). *Saberes em Português: ensino e formação docente*. Campinas, Pontes, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Ensino de português língua estrangeira: a emergência de uma especialidade no Brasil. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 723-728.

GONÇALVES, Luís. (org.). *Ensino de Português como língua estrangeira: reflexões sobre a prática pedagógica*. Estados Unidos da América: Boavista Pess, 2016.

JUDICE, Norimar. *Português língua estrangeira: leitura, produção*. São Paulo: Intertexto, 2000.

MENDES, Edleise. Língua, cultura e formação de professores: por uma abordagem de ensino Intercultural. In: MENDES, E; CASTRO, M.L. S (org.). *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas: Pontes Editores, 2008.

SILVA, M. R. G. L. Os estrangeirismos e a construção de identidades. In. SILVA, M. R. G. L. *Estudos linguísticos e Ensino de línguas*. São Paulo: Arte e Ciência, 2006.

Componente curricular: A Linguística da LIBRAS			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica 64	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

Estudos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais e estudos gramaticais do Léxico, Sintático, Morfológico, Pragmático, Fonema, Fonologia, Vícios de Linguagem, Polissemia, Metáfora, Comparação e Interfaces da linguística. Processo ensino-aprendizagem do aluno surdo frente à Língua Portuguesa. Uso da Libras na prática, em concordância com suas próprias normativas e construção de um educador com competência no uso de Libras como língua materna do seu aluno surdo para o processo de ensino da Língua Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELIPE, Tânia; MONTEIRO, Myrna S. *Libras em Contexto: Curso Básico*, livro do estudante/cursista. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2001.

QUADROS, Ronice M. de.; KARNOPP, Lodenir B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Decreto Nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

FERNANDES. E. *Surdez e bilinguismo*. Porto Alegre, RS: Mediação, 2008.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda*. Campinas, SP: Parábola, 2009.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P; CAMPOS, S. R. L.; TESKE, O. (org.). *Letramento e Minorias*. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. p. 120 – 128.

THOMA, A. S.; KLEIN. M. *Currículo & avaliação: a diferença surda na escola*. Santa Cruz do Sul, RS; EDUNISC, 2009.

Componente curricular: Introdução à Linguística Antropológica			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras ANT			Sigla:
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica 64	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

Relação entre linguagem, pensamento e cultura é conhecido como linguística antropológica (LA). Objetivos da Linguística antropológica. Estudo da linguagem como um fenômeno cultural geral e determinante das relações genealógicas entre as línguas e na recriação das culturas antigas. Análise da origem e evolução da língua, com foco na comparação e reconstrução de famílias linguísticas. Reflexão básica de Linguística Antropológica mostra como a metodologia técnica de análise linguística pode ajudar os alunos a obter uma compreensão mais profunda da linguagem como estratégia de classificação do mundo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COUTO, Hildo Honório do. *Linguística, Ecologia e Ecolinguística: contato de línguas*. Editora Contexto, 2009.

LYONS, John. *Lingua (gem) e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, c1987

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DANIEL L. EVERETT. *Linguagem: a história da maior invenção da humanidade*. Editora Contexto, 2019.

D'ANGELIS, Wilmar. Línguas obsoletas. In: D'ANGELIS, Wilmar (org.). *Revitalização de línguas indígenas: o que é? Como fazemos?*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú: Kamuri, 2019.

LIMA, Jarbas Couto. Lévi-Strauss e as contribuições teóricas da Linguística para a antropologia. *Revista Pós Ciências Sociais*. São Luis, v.4, n. 8, pp. 99-116, 2007.

MELIA, Bartomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.

Componente curricular: Introdução à Cultura e Linguística Indígenas			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Abordar uma visão geral em relação a aspectos culturais, linguísticos e educacionais dos indígenas do Brasil, com destaque aos povos existentes no Mato Grosso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CÂMARA JR, J. Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

DANIEL L. EVERETT. *Linguagem: a história da maior invenção da humanidade*. Editora Contexto, 2019.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

D'ANGELIS, Wilmar R. *Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil*. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2012.

LEMLE, Miriam; Bruna Franchetto; Marcus Maia; Márcia Damaso Vieira. *Línguas indígenas e gramática universal*. São Paulo: Contexto, 2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena: Language, education and interculturality from an indigenous perspective*. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v.26, n.62, pt.1, p. 295-310, maio 2017.

MELIA, Bartolomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.

Componente Curricular: Introdução à Fonética Acústica			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica 64	C.H. Prática	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

Princípios fundamentais da acústica que são relevantes para o estudo dos sons da fala humana. Compreensão básica das propriedades das ondas sonoras da fala e investigação instrumental das propriedades por meio de software de análise acústica. Trabalho com gráficos de forma de onda, gráficos de frequência fundamental e espectrogramas. Uso eficaz desses displays como uma ajuda para transcrever corretamente os sons da fala e entender suas propriedades fonéticas no contexto de trabalho de campo descritivo fonético e/ou fonológico. Atenção significativa às inter-relações complexas entre os correlatos acústicos, articulatórios e perceptivos dos sons da fala.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LADEFOGED, Peter. *Vowels and consonants*. 3rd ed. Malden: Wiley-Blackwell, 2014.

MAIA, Eleonora Motta. *No reino da fala: a linguagem e seus sons*. Sao Paulo: Atica, 1985.

SILVA, Thaís Crstófaru; SEARA, Izabel; SILVA, Adelaide; RAUBER, Andreia Schurt; CANTONI, Maria. *Fonética Acústica: os sons do português brasileiro*. São Paulo: Ed. Contexto, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBANO, Eleonora C. *Gestos e suas bordas: esboço de fonologia, acústica-articulatória do português brasileiro*. São Paulo, Campinas: Mercado de Letras, FAPESP e ABL, 2001.

BARBOSA, Plínio A.; MADUREIRA, Sandra. *Manual de fonética acústica experimental: aplicações a dados do português*. São Paulo: Ed. Cortez, 2015.

KENT, Ray D.; READ, Charles. *Análise Acústica da Fala*. Trad. Alexsandro Meireles. São Paulo: Ed. Cortez, 2015.

LADEFOGED, Peter. *Elements of Acoustic Phonetic*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1962.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Sarart: entre Línguas e Letras”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica -	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

O Projeto “Sarart: entre Línguas e Letras” oferece diversas ações extensionistas, transdisciplinares (sarau, oficinas, minicursos, monitorias, tutorias, produções lítero-musicais entre outras), proporcionando aprendizagens, interação, diálogo e a manifestação efetiva dos sujeitos sociais em geral e da comunidade acadêmica em particular (alunos, servidores, professores), por meio do apoio didático, da articulação, valorização e socialização de conhecimentos científicos, literários, artísticos e culturais. A proposta pressupõe a garantia do direito da pessoa aos “bens incompreensíveis”, à inclusão, ao acesso e à permanência na universidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, ([1979] 2003).

CANDIDO, Antônio. O direito à Literatura. In. CANDIDO, Antônio. *Vários escritos*. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

ROJO, Roxane Helena. *Letramento e capacidades de leitura para a cidadania*. 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/1387699/Letramento_e_capacidades_de_leitura_para_a_cidadania. Acesso em: 20 set. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019*. Brasília: Ministério da Educação. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. 2020.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento bakhtiniano*. São Paulo: Ática, 2006.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. 1.ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

KOCH, Ingedore V. G. et al. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Português para Estrangeiros”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica -	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

O projeto de extensão “Português para estrangeiros envolve o desenvolvimento de habilidades básicas de ler, escrever, ouvir e falar em Português, como também a sistematização de aspectos pragmático-culturais constituintes de interações cotidianas. Promove a compreensão e produção de gêneros textuais orais, escritos e multimodais de diversas esferas comunicativas e a aprendizagem de alguns sons distintivos do português brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Ensino de português língua estrangeira: a emergência de uma especialidade no Brasil. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 723-728.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Proposta curricular para o ensino de português nas unidades da rede de ensino do Itamaraty em países de língua oficial espanhola*. Brasília: FUNAG, 2020.

FERRAZ, Andrea; PINHEIRO, Isabel. *Samba!:* curso de língua portuguesa para estrangeiros. São Paulo: Editora Autêntica, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Luís (org.). *Ensino de Português como língua estrangeira: reflexões sobre a prática pedagógica*. Estados Unidos da América: Boavista Pess, 2016.

JUDICE, Norimar. *Português língua estrangeira: leitura, produção*. São Paulo: Intertexto, 2000.

MENDES, Edleise. *Língua, cultura e formação de professores: por uma abordagem de ensino Intercultural*. In: MENDES, E; CASTRO, M.L. S (org.). *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas: Pontes Editores, 2008.

SCHUMACHER, C. *Uma gramática intuitiva: Liberte-se das regras e tome posse da língua que você fala*. Rio de Janeiro: Editora E.P.U., 2013.

SOBRAL, P.; JOUËT-PASTRÉ, C. *Mapeando a língua portuguesa através das artes*. Indianapolis, Indiana: Hackett Publishing Company, 2009.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Semana de Letras”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica -	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

O projeto de extensão *Semana de Letras* constitui-se de um evento organizado pelos Cursos de Letras com a promoção de interlocuções sobre temáticas relacionadas à integração universidade e escola, bem como sobre a formação do professor e o ensino de língua portuguesa e literatura na educação básica. É aberto a graduando, pós-graduando, docentes, pesquisadores e profissionais do ensino básico, configurando-se em oportunidade de socialização de conhecimentos e compartilhamento de experiências, a fim de que o saber da academia possa ser transformado em elementos voltados para o ensino e possibilitando que Universidade e a Escola estabeleçam um diálogo mais próximo e produtivo em suas ações, no que se refere à área de Letras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MIZUKAMI, M. G. N. Relações universidade-escola e aprendizagem da docência: algumas lições de parcerias colaborativas. In: BARBOSA, R. L. L. (org.). *Trajetórias e Perspectivas da formação de educadores*. São Paulo: editora Unesp, 2004.

MOROSINI, Marília C. (org.). *Qualidade na educação superior: reflexões e práticas investigativas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A dimensão ética da aula ou o que nós fazemos com eles. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008. p. 73-93.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, M. (org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas: Papirus, 2001. p.55-69.

GUNI. *Educação superior em um tempo de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social*. Tradução de Vera Muller. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em:

<http://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/10093/1/~9703820.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

LEIRIAS, Cláudia Martins. Universidade e educação básica: saberes em diálogo. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em:

http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1207-0.pdf. Acesso em: 30 jan. 2019.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p.77-92.

TARDIF, M. LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2009.

APÊNDICE B - Regulamento de estágio supervisionado**REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
LETRAS -PORTUGUÊS E LITERATURAS, LICENCIATURA, DO INSITUTO
INSTITUTO DE LINGUAGENS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO CUIABÁ, DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO****CAPÍTULO I
DA REGULAMENTAÇÃO**

Art.1º - O Regulamento de Estágio Profissional Curricular Supervisionado do Curso de Letras Português e Literaturas, licenciatura, é normatizado pela Lei n.º 11. 788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Estágio de Estudantes; pela Resolução Consepe n.º. 134 de junho de 2021, que dispõe sobre o Regulamento Geral de Estágio da Universidade Federal de Mato Grosso; pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - CNE/CES n.º 18, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Letras e pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno – CEN/CP n.º 2 de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

**CAPÍTULO II
DA DEFINIÇÃO E FINALIDADES**

Art.2º - Segundo a Lei n.º 11. 788, de 25 de setembro de 2008, o Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Art. 3º - São considerados estágios de aprendizagem a presença orientada do graduando de Letras, preferencialmente, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio; nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e nos Centros de Educação de Jovens e Adultos, para observação do ambiente educacional e regência de aulas.

Parágrafo Único. O Estágio Supervisionado é um modo especial de atividade de capacitação em serviço e só pode correr em período letivo, no qual o estagiário assuma efetivamente o papel de professor ou possa exercer outras funções características do projeto pedagógico de curso e das necessidades próprias do estabelecimento onde ocorrer o estágio.

Art. 4º - São objetivos gerais do Estágio Supervisionado:

- I. aproximar a teoria e a prática, conformando exercício de análise, aplicação e crítica dos pressupostos teóricos e instrumentos metodológicos que caracterizam a formação do profissional de Letras;
- II. permitir o contato direto do estagiário com a realidade educacional brasileira, sua história, suas características, seus problemas e seus desafios;
- III. confrontar o estudante com situações de exercício pré-profissional que lhe permitam a exploração e a experimentação das estratégias de transformação e de melhoria de suas competências e habilidades;
- IV. vivenciar a realização das competências e habilidades exigidas na prática profissional e exigíveis dos professores, especialmente quanto à regência;
- V. formar, no estagiário, a disposição para a pesquisa bibliográfica e de campo, como estratégias pedagógicas de resolução de problemas;
- VI. estimular o respeito à diferença e o apreço à tolerância, e problematizar ações a partir da situação concreta do estagiário em sala de aula;
- VII. propiciar o desenvolvimento, pelo estudante, do conjunto de competências e habilidades que venham a caracterizá-lo em seu papel de agente da transformação social.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

Art.5º - A organização do estágio no Curso de Letras - Português e Literaturas é de competência da Coordenação do Curso.

Art. 6º - A orientação do estágio será realizada por professor do Curso de Letras - Português e Literaturas, designado “professor-orientador”, em comum acordo entre os pares.

Art.7º - O professor responsável pela supervisão de Estágio será designado professor-supervisor.

Art. 8º- São considerados campos de estágios do curso de Letras – Português e Literaturas:

- I. escolas públicas de ensino fundamental e médio;
- II. institutos federais de educação, ciência e tecnologia; e
- III. centros de educação de jovens e adultos;

Parágrafo Único – Em casos excepcionais, o Programa de Línguas do Instituto de Linguagens, bem como escolas da rede privada de ensino fundamental e médio poderão ser constituídos como campo de estágio para os licenciandos em Letras - Português e Literaturas.

Art. 9º - A autorização para a realização do estágio será efetuada mediante a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio entre a instituição concedente e a Coordenação do Curso.

Parágrafo Único - Serão aceitas como instituições concedentes de estágio aquelas que se caracterizarem por:

- I. propiciarem condições que satisfaçam os objetivos pedagógicos do estágio;
- II. possuírem, em seu quadro de pessoal, profissional de nível superior habilitado na área de formação do estagiário, que possa supervisionar as atividades do estágio;
- III. serem reconhecidas pelos órgãos federais, estaduais e/ou municipais de educação;
- IV. comprometerem-se a colaborar com a instituição no acompanhamento do estágio.

Art. 10 - É de inteira responsabilidade da instituição proponente a obtenção de vagas na rede pública ou particular de ensino para a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório.

Art. 11 - O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Letras - Português e Literaturas está dividido em duas classes: Obrigatório e Não Obrigatório.

SEÇÃO I

DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 12 - O Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Letras- - Português e Literaturas, licenciatura terá a carga horária mínima de 448 horas de atividades, distribuídas em 4 (quatro) componentes de 112 (cento e doze) horas cada um, durante 4 (quatro) semestres letivos.

§ 1º - Somente terão valor as horas de estágio cumpridas junto a instituições credenciadas e sob a orientação de professor do Curso de Letras.

§ 2º - O Estágio Supervisionado Obrigatório será desenvolvido, preferencialmente, nas redes públicas de ensino, nos anos finais do ensino fundamental (sexto ao nono ano), nos anos do ensino médio, no ensino médio integrado, no ensino médio profissionalizante, médio inovador e no ensino de jovens e adultos, na área de Língua Portuguesa e Literaturas.

Art. 13 - A carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório deverá ser cumprida conforme segue:

- I. na instituição concedente de estágio, em atividades de observação e regência de aulas;
- II. nas aulas de orientação;
- III. em atividades extraclasse relacionadas à preparação das ações pedagógicas e à análise de seus resultados e na elaboração do relatório fundamentado;
- IV. em outras atividades, teóricas ou práticas, relacionadas ao estágio, proposta pelo professor orientador do estágio.

§ 1º - O Estágio Supervisionado Obrigatório deverá assegurar o mínimo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do componente curricular para regência.

§ 2º - A comprovação do cumprimento da carga horária de Estágio Supervisionado na instituição concedente será feita pelo preenchimento da Ficha de Frequência no estágio, com indicação da data, horário, conteúdo observado/desenvolvido e assinatura do professor-supervisor da instituição conveniada.

§ 3º. Os registros das atividades de estágio obrigatório somente terão valor se assinados pelo professor-supervisor responsável, carimbados e assinados pelo diretor/coordenador da instituição concedente do estágio.

§ 4º. A verificação da frequência do estagiário às aulas de orientação e a demais atividades propostas será feita pelo professor-orientador da disciplina, em análise à Ficha de Frequência e às presenças nas atividades propostas.

Art. 14 - As horas de atividades cumpridas que excederem a carga horária prevista no semestre não poderão ser aproveitadas em outros semestres do Estágio Supervisionado.

Parágrafo Único - Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas (Art. 15, §7º, DCN/CNE/CP nº 2/2019).

Art. 15 - O Estágio Supervisionado Obrigatório poderá ocorrer no turno em que o curso é ofertado, no horário definido para o componente curricular; ou em turno diferente ao do curso ofertado – matutino ou vespertino, ou aos sábados. Esta informação deverá constar do Edital do SISU por ocasião da inscrição dos estudantes no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Art. 16 - As atividades do Estágio Supervisionado Obrigatório deverão ser desenvolvidas individualmente. Caso o número de estudantes das turmas do componente curricular ultrapasse a 10 (dez), poderão ser desenvolvidas em pares.

Parágrafo Único - Poderão ser criadas subturmas para turmas com mais de 20 (vinte) estudantes, havendo disponibilidade de docentes.

Art. 17 - O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado em quatro semestres diferentes, a serem desenvolvidos a partir do 5º semestre de curso, e deverá contemplar as seguintes ações:

- I. análise das condições estruturais, organizacionais e sócio artísticas educacionais da escola concedente;
- II. análise das condições de produção do ensino-aprendizagem do conteúdo específico de Língua Portuguesa e Literaturas;
- III. observação e planejamento de ações pedagógicas;
- IV. regência ou aplicação das ações planejadas;
- V. elaboração de relatório com análise fundamentada dos resultados.

§ 1º - A análise das condições gerais de produção do ensino-aprendizagem na escola concedente corresponde à produção de relatório fundamentado, considerando:

- I. as instalações físicas da escola (estado de conservação, número de salas, qualidade do acervo e do acesso à biblioteca, disponibilidade de laboratórios e recursos individuais);
- II. as condições de oferta do ensino (número de vagas, número de estudantes, número de professores, número de funcionários, séries abrangidas, turnos de funcionamento da escola);
- III. avaliação quantitativa do ensino (número de estudantes por sala, número de professores por estudante, índices de evasão e repetência, etc.);
- IV. o perfil sociocultural da comunidade escolar (faixa etária dos estudantes, classe econômica, ocupação, aspirações, hábitos, etc.);
- V. o perfil sociocultural dos professores (qualificação, regime de dedicação, número de horas-aula, aspirações, hábitos, envolvimento em outras carreiras profissionais etc.);
- VI. aspectos organizacionais do ambiente educacional (conselhos, reuniões, instâncias escolares);
- VII. aspectos de gestão do ambiente educacional;
- VIII. aspectos socioartísticos e educacionais relevantes à reflexão.

§2º - A análise das condições de produção do ensino e da aprendizagem do conteúdo específico da formação do estagiário também corresponde à elaboração de um relatório fundamentado em que sejam considerados e analisados:

- I. o programa da disciplina e sua adequação à proposta curricular em vigor no Estado de Mato Grosso;
- II. a análise do material didático utilizado, com a avaliação do livro didático, quando pertinente, bem como seus critérios de escolha e seleção;
- III. a observação detalhada de no mínimo 10 (dez) horas aulas ministradas por professor da disciplina;
- IV. a análise das estratégias didáticas utilizadas pelo professor, bem como a reação dos estudantes à utilização dessas estratégias;
- V. o interesse dos estudantes pela área e seu grau de dedicação às atividades desenvolvidas;
- VI. dados que comprovem os principais problemas dos estudantes relativos à disciplina observada;
- VII. as relações interpessoais em sala de aula (professor-estudante; estudante-estudante);
- VIII. outros aspectos relevantes à reflexão.

§ 3º - A proposta de ação pedagógica a ser desenvolvida na regência consiste na proposição de aulas de Língua Portuguesa e Literatura.

§4º - A aplicação da proposta consiste na atividade de regência, que deverá ser caracterizada por:

- I. compilação e preparação do material didático a ser utilizado na regência;
- II. elaboração de um Plano de Atividade/Aulas detalhado para as aulas propostas;
- III. preparação e elaboração de exercícios e outras atividades de avaliação;
- IV. regência;
- V. correção dos exercícios ou outras atividades de avaliação desenvolvidas;
- VI. devolução das atividades corrigidas aos estudantes da turma em que as atividades foram desenvolvidas.

§ 5º. A regência somente será realizada após correção e liberação dos planos de aulas pelo professor-orientador.

SEÇÃO II

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 18 – O estágio supervisionado não obrigatório é caracterizado como aquele desenvolvido como atividade opcional pelo(a) estudante, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso (§ 2º do artigo 2º da Lei nº 11.788/2008).

Parágrafo Único – O estudante deverá solicitar à coordenação, ao final do curso, mediante certificação, via processo, o registro da carga horária no histórico escolar da realização do estágio não obrigatório.

Art. 19 - O Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório integra a proposta pedagógica do Curso de Letras – Português e Literatura, licenciatura, e é compreendido como elemento da formação profissional, podendo ser solicitado a partir da matrícula no curso.

§ 1º - Somente terá valor o estágio supervisionado não obrigatório realizado junto a instituições credenciadas e sob a orientação de professor do Curso de Letras - Português e Literaturas.

§ 2º – As atividades a serem desenvolvidas devem estar estritamente relacionadas aos pressupostos pedagógicos da formação de professores, estabelecidos pela Resolução CNE/CP n.º 2/2019, especificamente, no que dispõe o Art. 12 e seus incisos, que dispõem sobre a integração das três dimensões das competências profissionais docentes - conhecimento,

prática e engajamento profissionais -, bem como no art. 13, parágrafo 1º e respectivos incisos, que dispõem sobre o desenvolvimento de habilidades e competências docentes.

Art. 20 – Constituem-se de campo de estágio supervisionado não obrigatório, desde que observadas as obrigações dispostas no artigo 9º da Lei 11.788/08:

- I. escolas da rede pública ou privada de ensino fundamental e médio;
- II. centro de educação de jovens e adultos;
- III. institutos de educação, ciência e tecnologia;
- IV. institutos jurídicos educacionais de direito privado;
- V. associação civil sem fins lucrativos;

Art. 21 - A jornada diária do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório é de no máximo 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, observado o disposto no art. 10, I, da Lei nº 11.788, de 2008, bem como o horário de funcionamento do órgão ou entidade, desde que compatível com o horário escolar, devendo ser cumprida no local indicado pelo órgão ou entidade.

Art. 22 - Ao estagiário é garantido o recebimento de bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a concessão do auxílio-transporte (art. 12, Lei 11.788/08).

CAPÍTULO IV
AGENTES
SEÇÃO I
DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 23 - As atividades de estágio na modalidade obrigatório serão realizadas a partir do 5º semestre do Curso de Letras - Português e Literaturas, licenciatura.

Art. 24 - Caberá aos estagiários do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório:

- I. participar das aulas teóricas e práticas do estágio;
- II. participar das atividades extraclasse relacionadas à preparação das ações pedagógicas e à análise de seus resultados;

- III. preencher e assinar o Termo de Compromisso de Estágio, bem como solicitar assinatura à instituição concedente;
- IV. preencher a ficha de frequência no estágio e solicitar assinatura do professor-supervisor e do diretor/coordenador da instituição concedente;
- V. preparar juntamente com o professor-orientador e supervisor o plano de atividades a ser desenvolvido na escola;
- VI. realizar a observação e aplicar o plano de atividades;
- VII. elaborar o relatório das atividades desenvolvidas.
- VIII. cumprir o previsto neste regulamento, nas normas e na programação do estágio supervisionado;
- IX. submeter-se às normas estabelecidas pela instituição concedente do estágio;
- X. compatibilizar jornada de atividades de estágio com o horário escolar;
- XI. entregar, dentro dos prazos previstos, os documentos do estágio.

Art. 25 - Caberá aos alunos do Estágio Supervisionado não obrigatório:

- I. assinar e apresentar o Termo de Compromisso de Estágio, devolvendo 01 (uma) via devidamente assinada pelas partes à Coordenação de Curso;
- II. observar as diretrizes determinadas pelo responsável da empresa;
- III. manter discrição sobre informações a que tiver acesso em razão de suas atividades no estágio;
- IV. manter um comportamento digno e respeitoso no local do estágio;
- V. subordinar-se às normas disciplinares da Universidade e ou local da realização do estágio;
- VI. zelar pela instituição onde se realiza a atividade de estágio, responsabilizando-se por eventuais danos;
- VII. apresentar semestralmente relatório das atividades realizadas no estágio não obrigatório ao professor-orientador;
- VIII. solicitar à coordenação, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a inserção da carga horária do estágio supervisionado não obrigatório à carga horária do curso.

SEÇÃO II

DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 26 - São atribuições dos Professores Orientadores dos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios:

- I. definir o horário e o local das orientações;
- II. iniciar processo SEI para tramitação dos documentos referentes ao estágio do semestre;
- III. disponibilizar, via SEI, ao coordenador para assinatura a “Carta de Apresentação” do estagiário à concedente, caso necessário.
- IV. disponibilizar o Termo de Compromisso de Estágio para assinatura pelo estagiário e pelo coordenador do curso.
- V. estabelecer contato e definir as instituições concedentes de estágio;
- VI. elaborar, com os estagiários, o cronograma de trabalho, seus conteúdos, suas etapas de desenvolvimento e calendário de atividades, observados os prazos designados no calendário de estágio;
- VII. atender seus estagiários nas aulas de orientação, registrando anotações sobre o desenvolvimento do trabalho;
- VIII. orientar e acompanhar a elaboração e a execução das ações pedagógicas sob sua orientação;
- IX. orientar e acompanhar a elaboração do Relatório de Estágio sob sua orientação;
- X. auxiliar o estagiário na preparação das ações pedagógicas;
- XI. avaliar as atividades e atribuir notas aos estudantes sob sua orientação.

Art. 27 - São atribuições dos professores orientadores dos estágios curriculares supervisionados não obrigatórios:

- I. definir o horário e o local das orientações;
- II. assinar o Termo de Compromisso de Estágio;
- III. orientar, atender os estagiários, registrando as atividades e as competências desenvolvidas;
- IV. acompanhar a elaboração e a execução das ações realizadas no estágio sob orientação;
- V. orientar e acompanhar a elaboração do relatório de estágio sob sua orientação;
- VI. emitir parecer sobre as atividades realizadas pelo estudante no estágio, nos casos de solicitação de registro de carga horária.

SEÇÃO III

DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Art. 28 - Compete ao Professor que exerce a Supervisão de Estágio:

- I. acompanhar e supervisionar o estagiário nas atividades desenvolvidas no contexto escolar, inserindo o estagiário na rotina escolar;
- II. supervisionar, orientar e acompanhar a elaboração e a execução das atividades de estágio;
- III. colaborar na elaboração do cronograma de trabalho, seus conteúdos, suas etapas de desenvolvimento e calendário de atividades, observados os prazos designados no calendário de estágio;
- IV. auxiliar o estudante na preparação das atividades de estágio.
- V. assinar a ficha de frequência do estagiário sob sua supervisão ao longo de sua atuação na escola;
- VI. Avaliar e preencher a ficha de avaliação do estagiário.

SEÇÃO IV

DA SUPERVISÃO EXTERNA

Art. 29 - São atribuições do supervisor externo (concedente):

- I. acompanhar e supervisionar o estagiário nas atividades desenvolvidas no estágio, inserindo-o na rotina escolar;
- II. assinar os relatórios das atividades desenvolvidas pelo estagiário;
- III. assinar o Termo de Compromisso de Estágio.

SEÇÃO V

DAS INSTITUIÇÕES CONCEDENTES

Art. 30 - O Estágio Supervisionado deverá ser desenvolvido junto a instituições de ensino da rede pública preferencialmente, ou da rede particular de ensino.

Art. 31 - A autorização para a realização do estágio será efetuada mediante a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio entre a instituição concedente e a Coordenação do Curso, de acordo com o modelo da Universidade Federal de Mato Grosso.

Parágrafo Único - Serão aceitas como instituições concedentes de estágio aquelas que se caracterizarem por:

- I. propiciarem condições que satisfaçam os objetivos pedagógicos do estágio;
- II. possuírem, em seu quadro de pessoal, profissional de nível superior habilitado na área de formação do estagiário, que possa supervisionar as atividades do estágio;
- III. serem reconhecidas pelos órgãos federais, estaduais e/ou municipais de educação;
- IV. comprometerem-se a colaborar com a instituição no acompanhamento do estágio.

SEÇÃO VI

DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 32 - Compete à Coordenação do Curso de Letras:

- I. acompanhar e garantir o desenvolvimento efetivo das atividades de estágio;
- II. instruir o professor-orientador sobre a disponibilização e tramitação pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) dos documentos referentes ao estágio;
- III. estabelecer convênios com as instituições públicas de ensino, para a concessão de estágio;
- IV. designar um professor-orientador para acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório.
- V. atestar a frequência do aluno no curso por meio do Atestado de Frequência, disponibilizado pelo Sistema Acadêmico (SIGA);
- VI. ler e assinar o Termo de Compromisso do Estágio, atentando-se ao tipo de atividade a ser realizada no estágio;
- VII. receber e tramitar, via SEI, a solicitação de inclusão da carga horária cumprida em estágio supervisionado não obrigatório à carga horária regular do curso, enviando-a à Coordenação de Administração Escolar (CAE) para registro no histórico escolar de graduação do discente.

CAPÍTULO V

SEÇÃO I

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 33 - As atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório serão avaliadas pela frequência, pelo desempenho na e aplicação/realização das atividades propostas.

§ 1º - Será considerado aprovado o estudante que, no conjunto das atividades do Estágio Supervisionado, obtiver frequência igual ou superior a 75% da carga horária do componente curricular, conforme estabelecido na matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso, e aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, no período de desenvolvimento do estágio.

§ 2º - A avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário será feita de forma individual, pelo professor-orientador, segundo os critérios constantes no plano de ensino.

§ 3º - O estagiário reprovado em nota e/ou frequência deverá submeter-se novamente ao desenvolvimento das atividades previstas, não sendo permitida a convalidação da carga horária e/ou das atividades já desenvolvidas.

Art. 34 - A avaliação do estagiário deverá estar prevista no Plano de Ensino e será feita pelo professor-orientador, com nota numérica de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, a quem caberá o lançamento da nota e da frequência no sistema acadêmico.

§ 1º - Os instrumentos de avaliação envolvem atividades propostas pelo professor-orientador, planejamento e regência de aulas e elaboração de portfólio e/ou relatório fundamentado sobre as atividades realizadas, os quais deverão constar no Plano de Ensino.

§ 2º - A avaliação da regência ou da aplicação de aulas é feita pelo professor-orientador e pelo professor-supervisor da instituição concedente, com base nos critérios estabelecidos pelo professor-orientador.

Art. 35 - Os relatórios e/ou portfólios de Estágio deverão ser organizados no padrão de trabalho acadêmico, devendo constar:

- I. introdução, com contextualização da etapa do estágio, objetivos, justificativas, metodologia (se houver) e indicação ao leitor sobre a organização do trabalho;
- II. desenvolvimento, com organização em seções de relato detalhado e exemplificação, com análise dos fatos, discussões e reflexões, amparadas em teóricos da área, sobre atividades realizadas ou dos aspectos observados;
- III. conclusão, com apresentações das limitações da análise realizada e com sugestões de alternativas de resolução para os problemas observados na prática do estágio;

- IV. referências citadas no corpo do relatório, de acordo com as normas da ABNT;
- V. apresentação, sob a forma de Apêndices, a título de corpora, de todo o material preparado pelo acadêmico para o estágio;
- VI. apresentação, sob a forma de Anexos, a título de corpora, de todo o material utilizado pelo acadêmico na preparação das atividades do estágio.

Art. 36. Do ponto de vista da forma, os Relatórios de Estágio deverão acompanhar as normas da ABNT para a apresentação de trabalho acadêmico.

Art. 37. Os Relatórios de Estágio serão avaliados pelo professor-orientador.

§ 1º - Relatórios idênticos ou muito similares a outros já existentes, ou aqueles que não puderem ter comprovada sua autoria, implicam a reprovação no componente curricular, independentemente de nota alcançada nas outras avaliações.

§ 2º - Havendo necessidade, o professor- orientador poderá empreender, a seu critério, avaliação escrita ou arguição oral sobre o relatório apresentado, para investigar a autenticidade de sua autoria ou esclarecer pontos obscuros da proposta.

SEÇÃO II

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 38 - A avaliação do estágio supervisionado não obrigatório será realizada mediante apresentação de relatório/portifólio semestral das atividades desenvolvidas, assinado pelo supervisor do estágio da instituição concedente, ao professor orientador.

§ 1º - O professor orientador emitirá parecer avaliativo sobre as atividades apresentadas, considerando os seguintes critérios:

- I. A pertinência das atividades para a formação profissional do estagiário;
- II. A forma e o conteúdo do relatório apresentado, que deverá constar
 - a) a introdução, com contextualização da etapa do estágio, objetivos, justificativas, metodologia (se houver) e indicação ao leitor sobre a organização do trabalho;
 - b) o desenvolvimento, com organização em seções de relato detalhado e exemplificação, com análise dos fatos, discussões e reflexões, amparadas em teóricos da área, sobre atividades realizadas ou dos aspectos observados;

- c) conclusão, com apresentações das limitações da análise realizada e com sugestões de alternativas de resolução para os problemas observados na prática do estágio;
- d) referências citadas no corpo do relatório, de acordo com as normas da ABNT;
- e) apresentação, sob a forma de Apêndices, a título de corpora, de todo o material preparado pelo acadêmico para o estágio;
- f) apresentação, sob a forma de Anexos, a título de corpora, de todo o material utilizado pelo acadêmico na preparação das atividades do estágio.

Art. 39. Do ponto de vista da forma, os Relatórios de Estágio deverão acompanhar as normas da ABNT para a apresentação de trabalho acadêmico.

Art. 40. Os Relatórios de Estágio serão avaliados pelo professor-orientador.

Parágrafo Único - Havendo necessidade, o professor- orientador poderá empreender, a seu critério, avaliação escrita ou arguição oral sobre o relatório apresentado, para investigar a autenticidade de sua autoria ou esclarecer pontos obscuros do que fora apresentado.

CAPÍTULO VI

DOS PRAZOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 41 - O acadêmico poderá solicitar uma vigência máxima de Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório de 2 (dois) semestres letivos consecutivos por processo.

Art. 42 - A duração do Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, na mesma Unidade Concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos.

CAPÍTULO VII

DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO, TERMOS DE COMPROMISSOS E CONTRATOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIOS

Art. 43 - A realização do estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza e dar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio (ANEXO I) celebrado entre o estudante ou com seu representante ou assistente legal, quando for o caso, e o órgão ou entidade, com a

interveniência obrigatória da instituição de ensino. (Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016 – Ministério do Planejamento).

Art. 44 - No termo de Compromisso de Estágio deverá constar:

- I - identificação do estagiário, do curso e seu nível acadêmico;
- II - qualificação e assinatura dos contratantes ou convenentes;
- III - indicação expressa de que o Termo de Compromisso de Estágio decorre de contrato ou convênio;
- IV - menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;
- V - valor da bolsa-estágio, quando houver;
- VI - vedação expressa à possibilidade de qualquer espécie de cobrança ou desconto pelo agente de integração na bolsa estágio;
- VII - a carga horária semanal compatível com o horário escolar;
- VIII - duração do estágio, obedecido o período mínimo de um semestre;
- IX - obrigação de apresentar relatórios semestrais e finais ao dirigente da unidade onde se realiza o estágio, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhes foram cometidas;
- X - assinatura do estagiário, do responsável pelo órgão ou entidade e da instituição de ensino;
- XI - assinatura do representante ou assistente legal do estagiário, quando houver;
- XII - condições de desligamento do estágio;
- XIII - menção do contrato a que se vincula o estudante, e do convênio ao qual se vincula a parte concedente e a instituição de ensino;
- XIV - indicação nominal do professor-orientador da área objeto de desenvolvimento, a quem caberá avaliar o desempenho do estudante no estágio; e
- XV - indicação de que o estudante somente terá a carga horária do estágio reduzida pelo menos à metade nos dias de verificações periódicas ou finais, condicionada à apresentação de declaração emitida pela instituição de ensino.

Art. 45 - Ao estagiário é assegurado apólice de seguro de acidentes pessoais a seu favor, mantido pela empresa concedente do estágio.

Art. 46 - Fica assegurada ao estagiário a carga horária reduzida pela metade, nos períodos de avaliação de aprendizagem, conforme estipulado no TCE e mediante declaração da Instituição de Ensino.

Art. 47 - Na vigência dos contratos de estágios não obrigatório é assegurado ao estagiário período de recesso proporcional ao semestre efetivamente estagiado, a ser usufruído preferencialmente nas férias escolares, observada a seguinte proporção:

- I. um semestre, 15 dias consecutivos;
- II. dois semestres, 30 dias;
- III. três semestres, 45 dias; e
- IV. quatro semestres, 60 dias.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 - O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Art. 49 - Casos omissos e especiais, não previstos neste documento, devem ser previamente comunicados pelo acadêmico ao Professor Orientador de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório, cabendo-lhe comunicar à Supervisão de Estágio, antes da tomada de qualquer tipo de decisão. E se for necessário, encaminhar ao Colegiado dos Cursos de Letras sob penalidade de responsabilidade.

ANEXO I – Termo de Compromisso de Estágio

TERMO DE COMPROMISSO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

(INSTRUMENTO JURÍDICO QUE TRATA A LEI 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE
2008)

Em ____ de _____ de ____, na cidade _____ neste ato, as partes a seguir nomeadas:

SETOR CONCEDENTE

Razão Social: _____

(Nome da escola)

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: MT

CEP: _____ CNPJ: _____

Representada por: _____

(nome do Diretor)

Cargo: _____

(Diretor/Coordenador)

Supervisor(a) do Estágio: _____

(nome do professor da escola concedente)

Cargo/setor: _____

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Razão Social: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

Neste ato representada por: Prof^ª Myrian Thereza de Moura Serra

CNPJ: 33.004.540/0001-00

Endereço: Av. Fernando Corrêa da Costa nº 2367.

Cidade Universitária “Gabriel Novis Neves”

Bairro: Boa Esperança

Cidade: Cuiabá

UF: MT

CEP: 78060-

900

Curso: Letras - Português e Literaturas

Professor-orientador: _____

ESTUDANTE/ESTAGIÁRIO

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF _____ C

EP: _____

Fone: _____ e-mail: _____

Regularmente matriculado: sim () não ()

Curso: _____

Semestre/ano do Curso: _____

RG/Matrícula: _____

CPF: _____ RG: _____ D

ata Nascimento: ____/____/____

Celebram entre si este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, convencionando as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - Este termo tem por objetivo formalizar e particularizar a relação jurídica especial existente entre o Estagiário, Empresa/Instituição Concedente e Instituição de Ensino, caracterizando a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA 2ª - O estágio curricular **obrigatório** dos acadêmicos atende ao Projeto Pedagógico do curso, conforme seu regulamento nos termos da Lei n.º 11.788/08.

CLÁUSULA 3ª - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do estágio:

I) Vigência de: ____/____/____ até ____/____/____;

II) Horário de estágio (descrição das datas e horário das aulas): _____

II) Carga Horária semanal: _____ (máximo de 30h semanais)

IV) Bolsa-Auxílio: sem bolsa auxílio (a critério da Concedente, conforme Art. 12 da Lei 11.788).

V) O plano de atividades a ser desenvolvido pelo estagiário, em caráter subsidiário e complementar com o Convênio Básico da Profissão ao qual o curso refere constitui-se de _____ horas de observação e _____ horas de regência.

VI) Coordenador(a) de Ensino do Curso: _____

CLÁUSULA 4ª – O Seguro de Acidentes Pessoais em favor do estagiário fica a cargo da UFMT, na vigência do presente Termo, pela **Apólice de Seguro Acidentes Pessoais Coletivos Nº 1018200518981, Seguro Escolar**, estabelecido com a CAPEMISA Seguradora, com vigência de **25/07/2019 a 25/07/2020**.

CLÁUSULA 5ª – Cabe à Instituição de Ensino:

À COORDENAÇÃO DO CURSO:

- I. Aprovar, acompanhar e avaliar o estágio, visando à complementação do ensino e da aprendizagem, conforme proposta pedagógica do curso;
- II. Indicar professor orientador, na área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- III. Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- IV. Avaliar e aprovar Plano de Atividades, conforme competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular;
- V. Informar à CONCEDENTE do estágio as datas das avaliações acadêmicas, no início do seu período letivo;
- VI. Disponibilizar cópia do termo de compromisso ao aluno.

CLÁUSULA 6ª - Cabe ao setor/UFMT CONCEDENTE:

- I. oferecer ao ESTAGIÁRIO, instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional, cultural e compatíveis com o respectivo curso de formação;
- II. nos períodos de avaliação acadêmica, informados previamente pelo ESTAGIÁRIO ou INSTITUIÇÃO DE ENSINO, reduzir a jornada de estágio para garantir o bom desempenho do estudante;

- III. proporcionar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório individual de atividades, devidamente assinado pelo Supervisor de estágio, com vista obrigatória do estagiário;
- IV. por ocasião de desligamento do estagiário, entregar termo do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- V. em caso de Rescisão do presente termo, informar imediatamente à Instituição de Ensino para as devidas providências;
- VI. manter, à disposição da fiscalização, documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII. garantir que as atividades de estágio iniciarão somente após a celebração deste termo, devidamente assinado pelas partes envolvidas;
- IX. indicar funcionário de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientá-lo e supervisioná-lo no desenvolvimento das atividades de estágio;
- X. requerer, sempre que julgar necessário, documentos que comprovem a regularidade escolar, condição determinante para a realização do estágio.

CLÁUSULA 7ª - Cabe ao ESTAGIÁRIO:

- I. cumprir a programação estabelecida para seu ESTÁGIO;
- II. obedecer às normas internas da EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE;
- III. manter confidencial e não divulgar a quaisquer terceiros as Informações Confidenciais, sem a prévia autorização por escrito da EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE;
- IV. apresentar os documentos comprobatórios da regularidade da sua situação escolar, sempre que solicitado pelas partes;
- V. atualizar dados cadastrais e escolares junto à CONCEDENTE;
- VI. informar, qualquer alteração na sua situação escolar, tais como o abandono, a transferência do curso, trancamento da matrícula e alterações cadastrais gerais;
- VII. encaminhar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO e à EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, uma via do presente termo assinado por todas as partes;

comprometer-se a preencher, relatório de atividades, com periodicidade mínima de seis meses ou quando solicitado.

CLÁUSULA 8ª – O presente instrumento e o Plano de Atividades de Estágio serão alterados ou prorrogados através de TERMOS ADITIVOS.

E por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e diretrizes do TERMO DE CONVÊNIO, do decorrente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO e do PLANO DE ATIVIDADES as partes assinam em 3 (três) vias de igual teor.

Assinaturas

Representante do SETOR CONCEDENTE

(carimbo e assinatura)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO COORDENAÇÃO DE CURSO

(carimbo e assinatura)

ESTAGIÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL – RG:

(estudante menor)

ANEXO II

FORMULÁRIO DE EQUIPARAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO POR ATIVIDADES DE EXTENSÃO, MONITORIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

() Atividades de extensão

- () Monitoria
 () Iniciação científica e tecnológica

IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE	
Nome:	RGA/UFMT:
Curso/campus:	
E-mail:	
Telefone/ Celular:	
Endereço Residencial:	
CPF:	RG/Orgão:
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS (Descrever resumidamente as atividades desenvolvidas)	
<p>Na condição de ATIVIDADES DE EXTENSÃO apresentar:</p> <ol style="list-style-type: none"> Projeto de extensão aprovado pela Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência/PROCEV da UFMT; Certificado de conclusão das atividades de extensão; Plano de atividades do estudante aprovado pelo proponente do projeto de Extensão; Relato das atividades desenvolvidas pelo estudante no modelo do Relatório de Estágio. <p>Na condição de MONITORIA apresentar:</p> <ol style="list-style-type: none"> Projeto de Monitoria aprovado pela Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas do Campus Plano de Atividades do estudante aprovado pelo professor responsável pela Monitoria; Relato das atividades desenvolvidas pelo estudante no modelo do Relatório de Estágio. <p>Na condição de INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA apresentar:</p> <ol style="list-style-type: none"> Projeto de iniciação científica e Tecnológica (PIBIC, PIBITI, PIBIC-AF, VIC) aprovado pela Pró-Reitoria de Pesquisa/PROPEQ da UFMT; Certificado de conclusão da Iniciação Científica e tecnológica; Plano de atividades do estudante aprovado pelo orientador; <p>Relato das atividades desenvolvidas pelo estudante no modelo do Relatório de Estágio.</p>	
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	

Data

Assinatura do Requerente

ANEXO III - Termo de Compromisso de Estágio não Obrigatório

(CONCEDENTE EXTERNO)**TERMO DE COMPROMISSO****ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO****(INSTRUMENTO JURÍDICO QUE TRATA A LEI 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE
2008)**

Em ____ de _____ de ____, na cidade _____ neste ato, as partes a seguir nomeadas:

EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE

Razão Social: _____

(Nome da escola)

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: MT

CEP: _____ CNPJ: _____

Representada por: _____

(nome do Diretor)

Cargo: _____

(Diretor/Coordenador)

Supervisor(a) do Estágio: _____

(nome do professor da escola concedente)

Cargo/setor: _____

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Razão Social: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

Neste ato representada por: Reitor Evandro Aparecido Soares da Silva

CNPJ: 33.004.540/0001-00

Endereço: Av. Fernando Corrêa da Costa nº 2367.

Cidade Universitária “Gabriel Novis Neves”

Bairro: Boa Esperança

Cidade: Cuiabá

UF: MT

CEP: 78060-

900

Curso: Letras - Português e Literaturas

Professor-orientador: _____

ESTUDANTE/ESTAGIÁRIO

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF _____ C

EP: _____

Fone: _____ e-mail: _____

Regularmente matriculado: sim () não ()

Curso: _____

Semestre/ano do Curso: _____

RGA/Matrícula: _____

CPF: _____ RG: _____ D

ata Nascimento: _____/_____/_____

Celebram entre si este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, convencionando as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - Este termo tem por objetivo formalizar e particularizar a relação jurídica especial existente entre o Estagiário, Empresa/Instituição Concedente e Instituição de Ensino, caracterizando a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA 2ª - O estágio curricular **não obrigatório** dos acadêmicos atende ao Projeto Pedagógico do curso, conforme seu regulamento nos termos da Lei n.º 11.788/08.

CLÁUSULA 3ª - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do estágio:

- a. Vigência de: ____/____/____ até ____/____/____;
- b. Horário de estágio: _____
- c. Carga Horária semanal: _____(máximo de 30h semanais)
- d. Bolsa-Auxílio: sem bolsa auxílio (a critério da Concedente, conforme Art. 12 da Lei 11.788).
- e. O **plano de atividades** a ser desenvolvido pelo estagiário, em caráter subsidiário e complementar com o Convênio Básico da Profissão ao qual o curso refere constitui-se de:

Coordenador(a) de Ensino do Curso: _____

CLÁUSULA 4ª – Cabe à Instituição de Ensino:

À COORDENAÇÃO DO CURSO

- a) Aprovar, acompanhar e avaliar o estágio, visando à complementação do ensino e da aprendizagem, conforme proposta pedagógica do curso.
- b) Indicar professor orientador, na área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.
- c) Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando.
- d) Avaliar e aprovar Plano de Atividades, conforme competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular.
- e) Informar à CONCEDENTE do estágio as datas das avaliações acadêmicas, no início do seu período letivo.
- f) Disponibilizar cópia do termo de compromisso ao aluno;

CLÁUSULA 6ª - Cabe à empresa CONCEDENTE

- a. Oferecer ao ESTAGIÁRIO, instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional, cultural e compatíveis com o respectivo curso de formação.
- b. Garantir ao ESTAGIÁRIO cobertura do Seguro Contra Acidentes Pessoais, na vigência do presente Termo, pela APÓLICE nº – (nome da empresa de seguro), no caso de estágio não-obrigatório.
- c. Concessão de auxílio transporte e recesso remunerado, no caso de estágio não-obrigatório nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei 11.788/2008.
- d. Nos períodos de avaliação acadêmica, informados previamente pelo ESTAGIÁRIO ou INSTITUIÇÃO DE ENSINO, reduzir a jornada de estágio para garantir o bom desempenho do estudante.
- e. Proporcionar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório individual de atividades, devidamente assinado pelo Supervisor de estágio, com vista obrigatória do estagiário.
- f. Por ocasião de desligamento do estagiário, entregar termo do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.
- g. Em caso de Rescisão do presente termo, informar imediatamente à instituição de ensino para as devidas providências.
- h. Manter, à disposição da fiscalização, documentos que comprovem a relação de estágio.
- i. Garantir que as atividades de estágio iniciarão somente após a celebração deste termo, devidamente assinado pelas partes envolvidas.
- j. Indicar funcionário de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientá-lo e supervisioná-lo no desenvolvimento das atividades de estágio.
- k. Requerer, sempre que julgar necessário, documentos que comprovem a regularidade escolar, condição determinante para a realização do estágio.

CLÁUSULA 6ª - Cabe ao ESTAGIÁRIO:

- a. Cumprir a programação estabelecida para seu ESTÁGIO;

- b. Obedecer às normas internas da EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE;
- c. Manter confidencial e não divulgar a quaisquer terceiros as Informações Confidenciais, sem a prévia autorização por escrito da EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE;
- d. Apresentar os documentos comprobatórios da regularidade da sua situação escolar, sempre que solicitado pelas partes;
- e. Atualizar dados cadastrais e escolares junto à CONCEDENTE;
- f. Informar, qualquer alteração na sua situação escolar, tais como o abandono, a transferência do curso, trancamento da matrícula e alterações cadastrais gerais;
- g. Encaminhar, à INSTITUIÇÃO DE ENSINO e à EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, uma via do presente termo assinado por todas as partes;
- h. Comprometer-se a preencher, relatório de atividades, com periodicidade mínima de seis meses ou quando solicitado.

CLÁUSULA 7ª – O presente instrumento e o Plano de Atividades de Estágio serão alterados ou prorrogados através de TERMOS ADITIVOS.

E por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e diretrizes do TERMO DE CONVÊNIO, do decorrente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO e do PLANO DE ATIVIDADES as partes assinam em 3 (três) vias de igual teor.

E por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e diretrizes do TERMO DE CONVÊNIO, do decorrente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO e do PLANO DE ATIVIDADES as partes assinam em 3 (três) vias de igual teor.

Assinaturas

Representante do SETOR CONCEDENTE
(carimbo e assinatura)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO COORDENAÇÃO DE CURSO

(carimbo e assinatura)

ESTAGIÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL – RG:

(estudante menor)

ANEXO IV

(UFMT CONCEDENTE)

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO**ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO**

(INSTRUMENTO JURÍDICO QUE TRATA A LEI 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008)

Em ____ de _____ de ____, na cidade _____ neste ato, as partes a seguir nomeadas:

SETOR CONCEDENTE

Razão Social: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso Campus:

Endereço: Av. Fernando Corrêa da Costa nº 2367. Cidade Universitária “Gabriel Novis Neves”

Bairro: Boa Esperança Cidade: Cuiabá UF: MT CEP: 78060-900

CNPJ: 33.004.540/0001-00

Setor:

Representada por:

Cargo:

Supervisor(a) do Estágio:

Cargo/setor:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Razão Social: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

Neste ato representada por: Reitor/a

CNPJ: 33.004.540/0001-00

Endereço: Av. Fernando Corrêa da Costa nº 2367. Cidade Universitária “Gabriel Novis Neves”

Bairro: Boa Esperança Cidade: Cuiabá UF: MT CEP: 78060-900

Curso:

Coord. Estágios/Responsável:

ESTUDANTE/ESTAGIÁRIO

Nome:
 Endereço: _____ Bairro: _____
 Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
 Fone: _____ e-mail: _____
 Regularmente Matriculado: sim() não() Curso: _____
 Semestre/ano do Curso: _____
 RGA/Matrícula: _____
 CPF: _____ RG: _____ Data Nascimento: ___/___/___

Celebram entre si este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, convencionando as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - Este termo tem por objetivo formalizar e particularizar a relação jurídica especial existente entre o ESTAGIÁRIO, EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE e INSTITUIÇÃO DE ENSINO, caracterizando a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA 2ª - O estágio curricular **NÃO OBRIGATÓRIO** dos acadêmicos atende ao Projeto Pedagógico do curso, conforme seu regulamento nos termos da Lei n.º 11.788/08.

CLÁUSULA 3ª - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do estágio:

- a. Vigência de: ___/___/_____ até ___/___/_____;
- b. Horário de estágio: das ___:___ as ___:___ e das ___:___ as ___:___;
- c. Carga Horária semanal: _____;
- d. Bolsa-Auxílio: R\$ _____,
- e. O **PLANO DE ATIVIDADES** a ser desenvolvido pelo ESTAGIÁRIO, em caráter subsidiário e complementar com o Convênio Básico da Profissão ao qual o curso refere constitui-se de:

Coordenador(a) de Ensino do Curso: _____

CLÁUSULA 4ª – Cabe à INSTITUIÇÃO DE ENSINO**A COORDENAÇÃO DO CURSO**

- a. Aprovar, acompanhar e avaliar o estágio, visando à complementação do ensino e da aprendizagem, conforme proposta pedagógica do curso.
- b. Indicar professor orientador, na área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.
- c. Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando.
- d. Avaliar e aprovar Plano de Atividades, conforme competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular.
- e. Informar à CONCEDENTE do estágio as datas das avaliações acadêmicas, no início do seu período letivo.
- f. Disponibilizar cópia do termo de compromisso ao aluno.

CLÁUSULA 5ª - Cabe ao setor/UFMT CONCEDENTE

- a. Oferecer ao ESTAGIÁRIO, instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional, cultural e compatíveis com o respectivo curso de formação.
- b. Garantir cobertura do Seguro Contra Acidentes Pessoais ao ESTAGIÁRIO, na vigência do presente Termo, pela APÓLICE DE SEGURO ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO N° _____, EMPRESA _____, com vigência até / / .
- c. Concessão de auxílio transporte e recesso remunerado, no caso de estágio não-obrigatório nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei 11.788/2008.
- d. Nos períodos de avaliação acadêmica, informados previamente pelo ESTAGIÁRIO ou INSTITUIÇÃO DE ENSINO, reduzir a jornada de estágio para garantir o bom desempenho do estudante.
- e. Proporcionar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório individual de atividades, devidamente assinado pelo Supervisor de estágio, com vista obrigatória do estagiário.
- f. Por ocasião de desligamento do estagiário, entregar termo do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.
- g. Em caso de Rescisão do presente termo, informar imediatamente à instituição de

- ensino para as devidas providências.
- h. Manter, à disposição da fiscalização, documentos que comprovem a relação de estágio.
 - i. Garantir que as atividades de estágio iniciarão somente após a celebração deste termo, devidamente assinado pelas partes envolvidas.
 - j. Indicar funcionário de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientá-lo e supervisioná-lo no desenvolvimento das atividades de estágio.
 - k. Requerer, sempre que julgar necessário, documentos que comprovem a regularidade escolar, condição determinante para a realização do estágio.

CLÁUSULA 6ª - Cabe ao ESTAGIÁRIO

- a. Cumprir a programação estabelecida para seu ESTÁGIO.
- b. Obedecer às normas internas da EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE.
- c. Manter confidencial e não divulgar a quaisquer terceiros as Informações Confidenciais, sem a prévia autorização por escrito da EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE.
- d. Apresentar os documentos comprobatórios da regularidade da sua situação escolar, sempre que solicitado pelas partes.
- e. Atualizar dados cadastrais e escolares junto à CONCEDENTE.
- f. Informar, qualquer alteração na sua situação escolar, tais como o abandono, a transferência do curso, trancamento da matrícula e alterações cadastrais gerais.
- g. Encaminhar, à INSTITUIÇÃO DE ENSINO e à EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, uma via do presente termo assinado por todas as partes.
- h. Comprometer-se a preencher, relatório de atividades, com periodicidade mínima de seis meses ou quando solicitado.

CLÁUSULA 7ª – O presente instrumento e o Plano de Atividades de Estágio serão alterados ou prorrogados através de TERMOS ADITIVOS.

E por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e diretrizes do TERMO DE CONVÊNIO, do decorrente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO e do PLANO DE ATIVIDADES as partes assinam em 3 (três) vias de igual teor

EMPRESA/INSTITUIÇÃO CONCEDENTE

(carimbo e assinatura)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO/Coordenação do Curso

(carimbo e assinatura)

ESTAGIÁRIO

PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

REPRESENTANTE LEGAL

(estudante menor)

RG:

APÊNDICE C – Regulamento da Prática como Componente Curricular

Dispõe sobre a Prática como Componente Curricular dos Cursos de Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá, conforme orientado pela Lei n.º 9.394/96, Resolução CNE/CP 02/2002 e Resolução CNE/CP n.º 2, de 1º de julho de 2019.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

Art. 1º - Esta regulamentação tem como objetivo definir as diretrizes para a Prática como Componente Curricular dos Cursos de Letras, da UFMT, adequando-se ao conjunto de disposições legais que regulamentam a formação de professores da Educação Básica no atual contexto.

TÍTULO II DA CARACTERIZAÇÃO E DO OBJETIVO

CAPÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 2º - A Prática como Componente Curricular (PCC) é uma atividade prática no âmbito do ensino, integrando o processo formativo aprendizagens e competências de professor, para possibilitar que os acadêmicos experienciem, durante todo seu processo de aprendizagem, o desenvolvimento de competências necessárias para atuação profissional, possibilitando, assim, situações didáticas que os permitem refletir, experimentar e agir a partir dos conhecimentos científico-acadêmicos adquiridos.

Parágrafo Único - A prática é um componente obrigatório com duração necessária para a integralização das atividades acadêmicas próprias da formação docente, e consiste em produzir na prática o que a teoria procura conceituar, significar e com isso administrar o campo e o sentido desta atuação.

CAPÍTULO II DO OBJETIVO

Art. 3º - A Prática como Componente Curricular tem como objetivo propiciar ao acadêmico:

- I. a vivência de situações concretas de trabalho que lhe possibilitem a integração dos conhecimentos teóricos e práticos, por meio de processo permanente de ação-reflexão-ação;
- II. a compreensão da complexidade do ato educativo em suas múltiplas dimensões no cotidiano escolar;
- III. a concretização das atitudes, capacidades e modos de organização previstos no projeto pedagógico dos cursos;
- IV. o desafio dos alunos por meio de situações-problema referentes à prática pedagógica que os confrontem com diferentes obstáculos, exigindo superação;
- V. a oportunidade aos alunos para refletirem, experimentarem e agirem a partir dos conhecimentos científico-acadêmicos adquiridos;
- VI. o exercício permanente de construção de conhecimentos e, ao mesmo tempo, indagação sobre relevância e a pertinência desta construção para compreender, planejar, executar e avaliar situações de ensino-aprendizagem;
- VII. condições para efetivar, desde o início do percurso de formação, o conjunto das competências expressas no projeto político pedagógico.

TÍTULO III DA CARGA HORÁRIA, DA OPERACIONALIZAÇÃO E DA CONFIGURAÇÃO,

CAPÍTULO I DA CONFIGURAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA

Art. 4º - A prática de ensino é configurada como componente curricular no interior de disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, estabelecendo-se cargas horárias específicas em cada uma das

disciplinas de acordo com o projeto pedagógico, e devem ser registradas em diário de classe e acompanhadas pelo professor titular da disciplina.

Art. 5º - A prática de como componente curricular, desenvolvida nos Cursos de Letras, terá a carga horária mínima de 416 horas, distribuídas ao longo dos 08 semestres dos cursos, estando presente nas disciplinas dos Grupos I e II, formação geral e específica.

CAPÍTULO II

DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 6º - A Prática como Componente Curricular insere-se no eixo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, e deverá se efetivar com a retextualização didática dos conteúdos para a formação pedagógica, integrando teoria e prática.

§1º - Para efeito deste Regulamento são consideradas atividades práticas:

- a. coparticipação em aulas de língua materna e literatura para fins de observação orientada das práticas pedagógicas de língua materna e literatura;
- b. planejamento e socialização de ações pedagógicas de ensino sobre um determinado conteúdo de disciplina;
- c. aplicação de propostas didáticas, com auxílio do professor regente de turma e do professor-orientador da prática, para alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental, no ensino médio, ensino médio integrado, médio profissionalizante, médio inovador e no ensino de jovens e adultos;
- d. pesquisas documentais envolvendo os conteúdos das disciplinas (e.g. análise e síntese de propostas de atividades de leitura, de escrita e do trabalho de gramática em livros didáticos; análise e síntese de propostas de ensino de literatura em livros didáticos, estudo da concepção de língua, linguagem e literatura subjacente ao projeto político pedagógico da escola e sua efetividade nas práticas escolares dentre outras dentre outras diretamente relacionadas à disciplina e seu tratamento didático;
- e. pesquisas etnográficas (e.g. tratamento no projeto político pedagógico da escola sobre a gestão de aula de língua materna e literatura, organização didática do professor, propostas de atividade por professor de ensino fundamental e médio para o desenvolvimento de habilidades de leitura e/ou escrita, e/ou gramática, e/ou escuta, e/ou conteúdos literários, concepção de língua, linguagem, literatura dentre conceitos

que fundamentam o ensino e a aprendizagem de linguagens e suas relações com a prática do professor(res) pesquisado(s); reflexão sobre práticas escolares de conteúdos de língua e literatura dentre outros específicos de disciplinas que visem à atuação do acadêmico em situações contextualizadas, assim como em ações diretas e em resolução de situações-problemas relacionados ao ensino e aprendizagem de conteúdos de sua área de formação;

f. produção de materiais didáticos e de textos, e procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

§2º - Quando a prática não prescindir da observação e ação direta, esta poderá ser contemplada com atividades que envolvam narrativas orais e escritas de professores, produção de alunos, situações de simulações e estudos de casos.

§3º - As atividades da prática como componente curricular devem atender à sistemática de planejamento, desenvolvimento e avaliação, sob a responsabilidade do professor da disciplina.

TÍTULO III

DAS FORMAS DE REGISTRO E DAS ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I

DAS FORMAS DE REGISTRO

Art. 7º - O registro das atividades de prática de ensino como componente curricular deverá ser feito pelo professor titular da disciplina, sob a orientação da Coordenação de Ensino de Graduação dos Cursos de Letras.

§1º - O professor deverá prever em seu plano de ensino as atividades que serão propostas durante o desenvolvimento da disciplina.

§2º - No ato de preenchimento do diário de classe, o professor deverá registrar normalmente dias e carga horária destinada às atividades de práticas como componente curricular da disciplina, bem como os conteúdos a ela relacionadas, de acordo com o previsto no plano de ensino.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 8º - São atribuições do professor de disciplina que contém a prática:

- I. apresentar plano de trabalho da prática no plano de ensino, que deverá ser apreciado pelo Colegiado de Curso;
- II. compatibilizar os princípios, a organização e o desenvolvimento da prática como componente curricular sob sua responsabilidade;
- III. promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar;
- IV. planejar e organizar propostas para o cumprimento das atividades de práticas como componente curricular;
- V. promover a articulação entre as atividades de prática como componente curricular com o Estágio Supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, para a formação da identidade do professor como educador;
- VI. manter intercâmbio contínuo com todos os professores, integrando a dimensão prática das diferentes disciplinas;
- VII. acompanhar os acadêmicos no cumprimento das atividades propostas;
- VIII. orientar e avaliar os acadêmicos no cumprimento de suas atividades práticas.

TÍTULO IV DA AVALIAÇÃO

Art. 9 - A avaliação será concebida enquanto processo contínuo e sistemático de reflexão global da prática educativa e abrangerá aspectos relacionados à prática pedagógica do professor, ao desempenho do acadêmico e aos objetivos expressos nos projetos pedagógicos.

§ 1º – Os critérios de avaliação deverão ser elaborados pelo professor da disciplina e constar no planejamento das atividades da Prática como Componente Curricular.

§ 2º - A avaliação das práticas como componente curricular deve constituir-se em uma das avaliações do aluno na disciplina.

Art. 10 - As avaliações do desempenho nas atividades práticas serão feitas pelo professor, observando o desenvolvimento do acadêmico quanto às atividades previstas, por meio de instrumentos e critérios de avaliação pré-fixados e seu comprometimento com o trabalho realizado.

Art. 11 - O coordenador poderá organizar múltiplas formas de avaliação com o coletivo de professores envolvidos no curso para que possam repensar constantemente a identidade do professor que se pretende formar.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - Caberá ao Colegiado de Curso dirimir quaisquer dúvidas e, se julgar necessário, regulamentar os atos que porventura não tenham sido abordados nesta regulamentação.

APÊNDICE D - Normas dos laboratórios: acesso e uso

1 Horários de utilização

- I. Os laboratórios de línguas (LL) estão disponíveis aos alunos regularmente matriculados e professores dos Cursos de Letras nos dias letivos do ano, de 2ª a 6ª feira, em horário pré-agendado com o técnico responsável pelo LL, das 7.30h às 11.30h, das 13.00 às 17.00h, das 19.00h às 22.00h.
- II. Nos recessos e meses de férias acadêmicas o LL poderá ficar fechado para manutenção, a critério do responsável pelo Laboratório.

2 Agendamento

- I. Os horários de utilização do LL deverão ser previamente agendados com o técnico responsável no período matutino.
- II. O agendamento deverá ser feito com prazo mínimo de uma semana antes da realização da aula prática.
- III. No ato do agendamento, o professor deverá informar data, hora, curso e turma, bem como quaisquer softwares e equipamentos audiovisuais que serão utilizados.
- IV. Os recursos a serem utilizados na aula (softwares, sistemas, hardware específico) devem ser previamente disponibilizados ao técnico do laboratório com, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência.

3 Normas de uso

- I. É expressamente proibida a entrada no LL para outros fins que não sejam os de utilização dos recursos didáticos multimídia disponibilizados nos computadores.
- II. A utilização do LL para aulas práticas de línguas somente será permitida com agendamento prévio pelo professor da disciplina e ou pelo aluno, em caso de cumprimento de horas de LL como atividade extraclasse, mediante apresentação de solicitação escrita assinada pelo professor da disciplina.
- III. Durante a aula, o professor e os alunos ficarão responsáveis pelos equipamentos utilizados e, ao término, o professor/aluno deverá solicitar ao Técnico que verifique a integridade dos equipamentos.
- IV. Não será permitido o deslocamento dos equipamentos multimídia do LL.

- V. É expressamente proibido ao usuário o uso de qualquer equipamento do LL conectado à internet para acesso a sites de bate-papo, sites com figuras pornográficas ou de qualquer outro tipo que possa gerar congestionamento da rede ou constrangimento aos demais usuários no recinto. Sites de bate-papo somente poderão ser acessados quando seu uso integrar atividades de ensino-aprendizagem programadas pelos docentes.
- VI. Os usuários não podem alterar configurações dos computadores e softwares do LL. É expressamente proibido ao usuário tentar, permitir ou causar qualquer alteração ou destruição de ambientes operacionais, dados ou equipamentos. Essas alterações incluem: mudar de lugar, trocar ou destruir qualquer equipamento ou periférico; alterar a configuração de sistemas operacionais ou aplicativos instalados nos computadores do LL, entre outros.
- VII. O usuário deverá informar, ao responsável do LL, quaisquer problemas nos equipamentos ocorridos durante seu uso.
- VIII. Todos os trabalhos desenvolvidos no LL deverão ser armazenados em CD / pendrive do próprio usuário.
- IX. É proibido utilizar os equipamentos para a confecção de trabalhos que não sejam estritamente vinculados às atividades acadêmicas.
- X. É proibido fumar e/ou consumir qualquer tipo de alimento e bebida no recinto do LL.
- XI. O usuário deverá deixar seus pertences na estante à entrada do LL, levando para a cabine apenas o material necessário para as atividades.

APÊNDICE E - Ações de acessibilidade e inclusão na UFMT

Concebendo a educação como direito de todos, a UFMT tem buscado incluir e valorizar as diversidades e diferenças socioculturais, físico-emocionais e educacionais de seus servidores e discentes, por meio de política institucional que promova a constituição e efetivação de ações de inclusão e acessibilidade à educação superior, fazendo da universidade espaço garantidor de direitos.

Essas ações implicam a reformulação dos modos de ver o outro e a ressignificação do papel social da universidade. Por extensão, requerem da universidade não apenas uma gestão administrativa que ofereça um produto para todos, mas também um planejamento infraestrutural, acadêmico e pedagógico como processo (co)construído nas necessidades advindas de todos, isto é, uma gestão que oportunize a acessibilidade aos bens imateriais e ao capital cultural. Nesse sentido, a UFMT partilha do pressuposto de que uma gestão verdadeiramente democrática deve ter a inclusão e a acessibilidade como objetos de política e programas de trabalho, organizados com a finalidade de promover a equidade e contribuir com a redução da desigualdade.

Para atender a esse pressuposto, a UFMT está comprometida com o desenvolvimento de ações de ordem administrativa, acadêmica, pedagógica, as quais estão descritas a seguir.

Ações administrativas e acadêmicas: ações operacionais e estratégicas com o envolvimento das instâncias administrativas da UFMT, para auxiliar o acolhimento e o respeito à diversidade acadêmica; elaborar de políticas institucionais que assegurem os direitos da pessoa como sujeito social; desenvolver e acompanhar as adaptações didático-pedagógicas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, das áreas de pesquisa e extensão da universidade, tendo como premissa o acesso universal da comunidade ao ambiente acadêmico com um ensino acessível e inclusivo. Nesses termos, podem ser citadas as seguintes ações:

- a) organização do 1º fórum de inclusão e acessibilidade da UFMT;
- b) constituição da comissão responsável por discutir e elaborar a reformulação Núcleo de Inclusão e Educação Especial, criado em 01/04/2009, de acordo com as novas atualizações legais, acadêmicas e contemplando a realidade das relações de trabalho;
- c) realização de reunião periódica com grupo PcDs da UFMT;

- d) realização de encontro entre as Pró-Reitorias e Secretarias, com o objetivo de conscientizar e elaborar propostas para as devidas modificações e adaptações necessárias para as ações de inclusão e acessibilidade;
- e) conscientização junto aos coordenadores de cursos para a revisão dos Projetos Político Pedagógicos dos cursos de graduação, a fim de compreender e fazer as devidas modificações para preparar os alunos a respeito da educação especial e acessível;
- f) proposição de mecanismos e meios de aprendizagem, com implantação programada de sala de recursos multifuncionais, materiais adequados para o aprendizado, formação docente continuada e o espaço físico adequado;
- g) produção de indicadores da política de inclusão e acessibilidade com a finalidade de subsidiar o planejamento da Política, de projetos e ações tendo como público gestores, docentes, técnico-administrativos e discentes.

Ações de políticas afirmativas: ações que visam corrigir as diferentes formas de desigualdades presentes na comunidade acadêmica, oferecendo possibilidade de igualdade de oportunidades a todos os alunos e servidores. São ações de acolhimento, acompanhamento, auxílio financeiro e ajuda médica/psicológica às diferentes tipos de desigualdades presentes na comunidade. Podem ser citadas:

- a) mapeamento dos servidores e alunos PcDs junto aos setores administrativos e acadêmicos;
- b) mapeamento de trabalhos e publicações acadêmicas sobre a temática de inclusão e acessibilidade desenvolvida dentro da comunidade universitária;
- c) elaboração do Manual sobre PcDs da UFMT. Como lidar com a pessoa com deficiência? Falar sobre inclusão e acessibilidade;
- d) fomento à organização de espaços para aprendizagem cooperativa que coloca em pauta a participação, o trabalho em equipe, a valorização dos interesses, onde a comunidade acadêmica com diversos interesses e habilidades desenvolvam suas potencialidades.

Vinculado à PRAE está o Conselho de Políticas de Ações Afirmativas, uma instância colegiada de caráter consultivo, propositivo e avaliativo, que trabalha com as políticas de ações afirmativas dentro da universidade, ampliando os processos de controle social. O Conselho está regulamentado por meio da Portaria PRAE nº 02 de 07 de maio de 2014.

Ações de capacitação: ações de preparação e conscientização dos servidores e da comunidade acadêmica sobre a importância de romper as barreiras pedagógicas, atitudinais e informacionais básicas, visando à quebra da dificuldade de atendimento pelo servidor às pessoas com deficiência, bem como à eliminação de toda e qualquer forma de preconceito; visa também à conscientização para a compreensão das dificuldades dos docentes, intérpretes e servidores que trabalham com as deficiências de alunos, buscando atender aos seus direitos e às suas necessidades. Nessa ordem estão as seguintes ações:

- a) Envio de servidores para visita técnica a UFRJ – Fórum Permanente e ao Núcleo de Inclusão e acessibilidade da UFRJ, e ao laboratório de tecnologia assistiva para alunos da UFRJ – a fim de conhecer as ferramentas e as políticas ali implantadas sobre acessibilidade e inclusão;
- b) Capacitação em LIBRAS básico, na modalidade a distância, para atendimento ao surdo;
- c) Realização do 1º Encontro dos tradutores intérpretes de LIBRAS, aberto a toda comunidade acadêmica. O evento contou com a participação de 10 estados, perfazendo o número de 250 participantes, sendo 40 alunos surdos e 22 intérpretes capacitados. Todo evento foi apresentado em LIBRAS, inclusive as comunicações submetidas e socializadas;
- d) Adaptação das atividades de capacitação da UFMT para servidores PcDs;
- e) Projeto de capacitação para conscientização da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, ministrado por um servidor da UFMT com deficiência visual;
- f) Realização do 1º Fórum de Inclusão e Acessibilidade dos PcDs da UFMT;
- g) Participação de servidores no II Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica em Natal;
- h) Constituição e implementação de programa de formação continuada da comunidade acadêmica, tendo como eixos norteadores temas relativos à inclusão, ações afirmativas e acessibilidade, voltando-se às especificidades do público e do processo educacional de alunos com necessidades educacionais especiais.

Ações em Psicologia Educacional para o Desenvolvimento de Habilidades Acadêmicas Básicas: projeto em fase inicial de implantação que tem como objetivo favorecer o desempenho acadêmico por meio do desenvolvimento de habilidades acadêmicas básicas

(habilidades de organização da vida acadêmica, leitura e escrita acadêmica e de inteligência emocional e/ou ansiedade na realização de trabalhos etc.) e necessárias à permanência na universidade. Atende prioritariamente a estudantes em acompanhamento acadêmico pela PRAE e bolsistas de apoio à inclusão.

O projeto é coordenado por um profissional psicólogo, cujos integrantes atendem os discentes em suas diversas necessidades: busca de informações, materiais previstos pelo plano de trabalho, orientações por meio de diálogos, apresentações em slides, momentos para perguntas e respostas, entre outras possibilidades que podem surgir, desde que delimitadas aos objetivos. Quando identificadas demandas individuais que impossibilitam a participação ou estejam além das possibilidades do projeto, o coordenador contata o setor de acompanhamento acadêmico para avaliar e dar as orientações cabíveis. Outras ações são ciclos temáticos de atividades com pequenos grupos, no formato de oficinas participativas e dialogadas, com duração máxima de uma hora e meia e realizados em diferentes momentos para que os estudantes possam participar.

Vale ressaltar que, na UFMT, a normativa que regulamenta a movimentação de inclusão na universidade é a Resolução nº 131 de 30 de outubro de 2017, aprovada pelo CONSEPE. Seu escopo é amplo e abarca as legislações das cotas, as Políticas de Ações Afirmativas em desenvolvimento, o Programa de Inclusão Indígena (PROIND) e o Programa de Inclusão Quilombola (PROINQ), respectivamente normatizados pela Resolução Consepe nº 82, de 12/09/2007 e Resolução Consepe nº 101 de 26/09/2016.

Ações de infraestrutura: essas ações visam à adequação do espaço físico para permitir a mobilidade dos acadêmicos com mobilidade reduzida. Os projetos arquitetônicos de obras novas são alinhados às necessidades de promoção da acessibilidade nas edificações e ao cumprimento das normas vigentes, sendo respeitados os espaçamentos, inclinações máximas das rampas e desníveis máximos, para garantir o acesso de pessoas com cadeiras de roda ou com alguma dificuldade de locomoção. Nesse domínio, os prédios entregues recentemente possuem rampas ou elevadores que permitem a utilização autônoma e segura dos espaços; os banheiros são adaptados, com aberturas mínimas e barras para apoio.

Salienta-se que, apesar dos esforços para a garantia da circulação e utilização independente de pessoas com deficiência, a UFMT admite que ainda há muito a ser feito, podendo citar como

exemplos: a adequação dos prédios mais antigos às normas recentes, a sinalização em braile para a identificação dos ambientes, a sinalização em LIBRAS de todo o campus dentre outras que possibilitam que a acessibilidade seja universal.

APÊNDICE F – Parcerias e convênios necessários ao desenvolvimento do curso

Uma das preocupações do Curso de Letras - Português e Literaturas é a qualidade profissional do egresso. Como a presença deles no instituto é constante, busca-se interações e parcerias para que sua formação seja qualificada e seu desempenho como professor no mercado de trabalho satisfaça as necessidades tanto pessoais do egresso quanto sociais da comunidade.

Em termos nacionais e internacionais, o curso de Letras - Português e Literaturas vale-se de parcerias estabelecidas entre a UFMT e outras instituições federais de ensino superior, para proporcionar ao acadêmico possibilidade de formação inicial diferenciada e/ou de aperfeiçoamento de seus estudos, por meio de mobilidade acadêmica e outras formas de integração acadêmica (por exemplo, inscrição em cursos diversos).

Localmente, para desenvolvimento da licenciatura, o Curso de Letras - Português e Literaturas mantém convênio com a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria Municipal de Educação, para a concessão dos estágios supervisionados obrigatórios. Tal convênio é amparado pela Resolução Consepe n.º 134, de 7 de junho de 2021, que dispõe sobre as normas gerais do Estágio na UFMT. Várias escolas das redes públicas do município de Cuiabá e adjacências, bem como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT) cedem espaço e participam da formação dos alunos do curso. Há também escolas nas quais o PIBID dos cursos desenvolvem seus trabalhos.

Outra parceria mantida é com o Instituto de Euvaldo Lodi (IEL), empresa de recrutamento e seleção, que contata a UFMT e, por extensão, o curso, para a disponibilização de estágios não obrigatórios aos graduandos interessados. As atividades são de correção de redação, instrução na produção textual, apoio de sala de aula a professor, apoio às coordenações e à gestão escolar. Essas atividades estão normatizadas no curso pelo Regulamento do Estágio não Obrigatório. (Apêndice C).

No âmbito da própria universidade, o Curso de Letras - Português e Literaturas também estabelece parcerias com outras unidades de ensino que ofertam disciplinas obrigatórias ou optativas ao curso. O Instituto de Educação oferta disciplinas de legislação educacional, como Educação Étnico-Raciais e Organização e Funcionamento da Educação Brasileira; o

Departamento de Psicologia oferece a disciplina Psicologia e Educação; o Instituto de Ciências Humanas e Sociais ofertam disciplinas optativas, tais como Introdução à Sociologia, à Filosofia, à Antropologia entre outras de escolha do próprio aluno. A operacionalização dessas parcerias se dá pelo estabelecimento do Termo de Compromisso de Provisão Docente com as direções das unidades acadêmicas.

Além das parcerias propriamente ditas, o curso mantém contatos presenciais e interações eletrônicas (*facebook*, por exemplo) com os alunos e ex-alunos. Como a presença deles no instituto é constante, busca-se interações em que informações, tanto sobre ele quanto sobre seus colegas, em relação ao gerenciamento da vida profissional e de seu desempenho como professor no mercado de trabalho, analisando o perfil profissional construído pelo curso. Nessas interações, é fomentada a participação em eventos acadêmicos e, principalmente, em cursos de pós-graduação.

Informações sobre o processo de seleção da pós-graduação da UFMT são enviadas para o e-mail dos egressos. Durante todo o curso, ainda, o acadêmico é incentivado à pesquisa, a ver a sala de aula – até mesmo a própria aula na graduação – como lugar de investigação, de inquietação e de questionamentos. Os acadêmicos são orientados à observação de metodologias, de práticas pedagógicas que medeiam produtivamente a construção de significados e de aprendizagens efetivas. A preocupação é mostrar e conscientizar o acadêmico sobre o valor das inquietações – deles, dos colegas e dos futuros alunos – para a pesquisa, isto é, de que a pesquisa nasce de inquietações, muitas vezes aparentemente, banais. Nesse sentido, a pesquisa deve ser concebida um processo que possibilita tanto a elaboração de conhecimento próprio quanto o aperfeiçoamento da prática pedagógica, iniciando-se na sala de aula da graduação, com a postura pedagógica do professor.

Por isso mesmo, outra preocupação é a metodologia de ensino utilizada em sala de aula pelos professores do curso, bem como pelos professores de outras unidades acadêmicas, que ofertam disciplinas no curso. Isso porque, a prática interdisciplinar é a base metodológica do processo de ensino e aprendizagem e exige um trabalho docente sistemático e intencional por parte de todos os docentes que atuam no curso.

A importância de integração entre as práticas docentes e as parcerias, portanto, são imprescindíveis no processo, envolvendo o compromisso dos docentes em estabelecer a

relação entre a sua disciplina e os demais componentes curriculares, a fim de esclarecer ao discente a função dos conteúdos em sua formação, bem como de tornar perceptíveis as concepções teórico-metodológicas do trabalho acadêmico ali realizado. Essas práticas reafirmam a concepção interdisciplinar que envolve o curso e possibilitam a horizontalização do conhecimento pelo aluno.

APÊNDICE G - Regulamento de autoavaliação dos cursos de Letras

REGULAMENTO DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – PORTUGUÊS E LITERATURAS, LICENCIATURA, DO INSTITUTO DE LINGUAGENS, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CUIABÁ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CAPÍTULO I DA REGULAMENTAÇÃO

Art.1º - Este Regulamento está normatizado pela Resolução Consepe n.º 67, de 24 de junho de 2019, que dispõe sobre aprovação das diretrizes institucionais que regulamentam a autoavaliação dos cursos de graduação presencial e a distância, da UFMT, bem como pela Ata da Reunião Ordinária Colegiado dos Cursos de Letras 12 e 13/05/2020 em que o Colegiado dos Cursos de Letras aprovou o presente regulamento.

CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO

Art. 2º. A autoavaliação dos cursos de Letras consiste em um processo de elaboração contínuo e permanente de análises da qualidade dos procedimentos acadêmicos relativos à formação dos estudantes, considerando as diversas dimensões e interações, com vistas ao embasamento à tomada de decisões das instâncias acadêmico-administrativas pertinentes.

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS E FINALIDADE

Art. 3º. O processo de autoavaliação dos cursos de graduação em Letras da UFMT é concebido a partir dos seguintes princípios:

- I. humanizador: em que o ser humano e seu processo de formação são tomados como centro do planejamento e das ações da autoavaliação;
- II. reflexivo: em que a avaliação é um pensar e repensar a prática pedagógica, mediante autocrítica constante dos atores envolvidos no processo;

- III. construtivo: em que a indicação de caminhos auxilie a qualificação do curso, a formação dos estudantes e o desenvolvimento da instituição, de forma consciente e plena;
- IV. formativo: em que a projeção sobre o processo sirva à apreciação da efetividade das ações pedagógicas em curso, alicerçando decisões para seu aperfeiçoamento.

Art. 4º. Compreendem-se como finalidades da autoavaliação dos Cursos de Letras:

- I. identificar os pontos de virtudes e fragilidades do curso, a fim de orientar as correções de rumos e o redimensionamento das direções formativas;
- II. produzir um sistema qualitativo e quantitativo de informações para o acompanhamento da trajetória e desenvolvimento do curso;
- III. desencadear um processo pedagógico de aprendizagem de saber fazer acadêmico pelo confronto da autoavaliação e avaliação em nível institucional;
- IV. aperfeiçoar o processo educativo, o desempenho dos estudantes, do corpo docente e do pessoal técnico implicado;
- V. munir de informações as diferentes instâncias acadêmico-administrativas da UFMT, visando à elaboração e ao estabelecimento de iniciativas para a melhoria da qualidade da formação dos estudantes;
- VI. fornecer elementos para a avaliação das políticas acadêmicas implantadas pela UFMT;
- VII. identificar situações favoráveis ou desfavoráveis à realização do projeto pedagógico dos cursos, em todas as suas dimensões;
- VIII. identificar as necessidades pedagógicas e materiais que necessitem de solução ou encaminhamento junto à Administração Superior da UFMT;
- IX. subsidiar as ações de ensino, pesquisa e extensão de que tratam os planos e programas das atividades acadêmicas;
- X. propor soluções com vistas a subsidiar a tomada de decisões pelas instâncias acadêmicas pertinentes, de modo que favoreça a melhoria do ensino de graduação.
- XI. prestar contas à sociedade.

CAPÍTULO IV

DA METODOLOGIA E DO PROCESSO

Art. 4º. A autoavaliação é referente a componentes curriculares em específico e ao Curso de Letras em geral.

§ 1º. A autoavaliação de componente curricular é realizada ao final do período letivo de

oferta; é aplicada a discentes e docentes envolvidos no processo, respondendo ao instrumento constante do Anexo I, adaptado das três dimensões a que se refere o Art. 6º deste Regulamento.

§ 2º. A autoavaliação do Curso é realizada anualmente e aplicada a discentes, estudantes egressos, docentes, coordenador(a), diretor(a) e técnico(a)-administrativo(a)s, cujo instrumento deve considerar as três dimensões descritas no Art. 6º deste Regulamento, bem como ser adequado a cada segmento, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 8º da Resolução Consepe n.º 67/2019.

§ 3º. A autoavaliação pelos egressos é realizada após completar o primeiro ano da colação de grau, respondendo ao instrumento constante do Anexo I, deste regulamento.

§4º. Os técnicos administrativos participam da autoavaliação respondendo à dimensão 3 – Infraestrutura, constante do Anexo I.

Art. 5º. A realização da autoavaliação é de competência do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Letras.

Art. 6º. O instrumento de autoavaliação considera as 3 (três) dimensões definidas na Resolução Consepe N.º 67/2019, contemplando os seguintes aspectos:

- I. organização didático-pedagógica: em que se analisa a estrutura e conteúdos curriculares, perfil do egresso, metodologia, estágios, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, apoio ao estudante, gestão do curso, uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atividades práticas, atividades extensionistas e avaliação da aprendizagem;
- II. corpo docente: qualidade do ensino, aulas práticas, planejamento, relação teoria-prática, acompanhamento do estudante com dificuldade na aprendizagem, estímulo à produção científica tanto na perspectiva quantitativa quanto qualitativa, acessibilidade atitudinal e comunicacional, integração com a comunidade acadêmica e com a sociedade;
- III. infraestrutura: instalações da biblioteca, acervo bibliográfico, laboratórios (formação básica e específica), salas de aula, banheiros, acessibilidade física e digital.

Art. 7º. O processo de autoavaliação dos Cursos de Letras tem como instrumento questionário, em anexo a este Regulamento, com perguntas abertas e fechadas, disponibilizado eletronicamente no <https://docs.google.com/forms/u/0>. As perguntas serão

respondidas em termos de concordância (C), discordância (D) ou não saber responder (NSR) às proposições.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de disponibilização eletrônica, o questionário deve ser impresso e respondido presencialmente.

Art. 8º. Cabe ao Núcleo Docente Estruturante a elaboração de relatórios anuais, referentes a cada um dos cursos de Letras, a partir dos resultados, com análise e proposições de melhorias ao desenvolvimento dos cursos.

§ 1º. Os relatórios devem conter os seguintes aspectos:

- I. introdução: o processo de autoavaliação, como se iniciou, como se desenvolveu;
- II. contexto dos cursos: dados gerais sobre o Instituto/Faculdade;
- III. sujeitos da avaliação: perfil dos participantes, quem e como participou;
- IV. resultados: dados descritivos, se for o caso, com tabelas e gráficos;
- V. interpretação dos resultados: aspectos relevantes dos resultados, pontos positivos e negativos evidenciados pelos dados;
- VI. Reflexões conclusivas: proposição de soluções que possam atenuar ou superar os problemas e as necessidades detectadas.

§ 2º. O NDE poderá consultar as áreas de Letras a fim de convidar um docente de cada área para auxiliar nos trabalhos relacionados à autoavaliação dos cursos (elaboração, aplicação e análise dos dados dos relatórios).

Art. 9º. Os relatórios devem ser aprovados pelo Colegiado dos Cursos de Letras e homologados pela Congregação do Instituto de Linguagens, que os encaminha à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e à Comissão Própria de Avaliação (CPA), a fim de subsidiar a avaliação institucional da UFMT.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Letras.

ANEXO I - Instrumento de autoavaliação dos Cursos de Letras

Dimensão 1 - Organização didático-pedagógica dos Cursos de Letras

- 1) O curso atende à demanda do contexto social e econômico da região.
- 2) Os conteúdos curriculares se relacionam aos objetivos do curso e contemplam as necessidades da formação de professor.
- 3) As disciplinas cursadas contribuem para sua formação integral, como cidadão e profissional
- 4) Os conteúdos curriculares satisfazem o perfil de egresso qualificado, crítico-reflexivo e inovador.
- 5) O curso incentiva o uso de tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem
- 6) O curso utiliza o ambiente virtual de aprendizagem no trabalho didático, favorecendo o estudo autônomo e a construção de conhecimento compartilhado?
- 7) O curso oferece atividades extensionistas, integrando a universidade à comunidade externa?
- 8) O curso propicia experiências de aprendizagem inovadoras.
- 9) O curso contribui para o desenvolvimento da consciência ética para o exercício profissional.
- 10) O curso possibilita aprender a trabalhar em equipe.
- 11) O Projeto Político Pedagógico do Curso estabelece adequadamente atividades teóricas e práticas, bem como as respectivas cargas horárias para a formação.
- 12) As atividades teórico-práticas são coordenadas e incentivadas pela coordenação do curso e pelo corpo docente.
- 13) O curso incentiva e apoia a participação em eventos internos e/ou externos à instituição de caráter acadêmico
- 14) Os estágios supervisionados são adequadamente orientados, favorecendo a observação do contexto educacional, observação da aula de língua e literaturas, regência e reflexão sobre as ações desenvolvidas.
- 15) O estágio e/ou atividades práticas proporcionam experiências diversificadas para a formação.

- 16) O curso promove o desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir e argumentar sobre soluções para problemas da sociedade
- 17) O curso contribui para ampliar a capacidade de comunicação nas formas oral e escrita
- 18) O curso contribui para o desenvolvimento da capacidade de aprender e atualizar-se permanentemente
- 19) O curso favorece a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas.
- 20) Os conteúdos das disciplinas estabelecem relações entre si para atenderem ao currículo do curso.
- 21) Há coerência de avaliação do processo ensino-aprendizagem com a concepção do curso.
- 22) As atividades acadêmicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula possibilitam reflexão, convivência e respeito às diversidades.
- 23) As metodologias de ensino utilizadas no curso estão adequadas ao desenvolvimento de competências reflexivas e críticas.
- 24) O curso oferece motivação necessária para permanência do estudante
- 25) As atividades práticas foram suficientes para relacionar os conteúdos do curso com a prática, contribuindo para sua formação profissional.
- 26) As atividades complementares contribuem com a formação acadêmica.
- 27) O curso possibilita o envolvimento em atividades de pesquisa (exemplo: PIBIC, PIVIC, PIBITI e outras pesquisas).
- 28) O curso possibilita o envolvimento em atividades de extensão (exemplo: Programa Bolsa Extensão- PBEXT e Fluxo Contínuo de Ações de Extensão).
- 29) O curso possibilita o envolvimento em atividades de monitoria e tutoria.
- 30) São oferecidas oportunidades para realizar mobilidade acadêmica e/ou estágios no país
- 31) O curso oferece oportunidades para a atuação como representantes em órgãos colegiados.

Dimensão 2 - Corpo docente

- 1) Comparece às aulas.
- 2) Cumpre os horários das aulas do início ao fim.

- 3) Apresenta o plano de ensino no início do semestre/ano letivo.
- 4) Os planos de ensino apresentado contribui para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para os estudos.
- 5) As referências bibliográficas indicadas pelo professor no plano de ensino contribui para os estudos e aprendizagens.
- 6) O professor têm disponibilidade para tirar dúvidas dos estudantes em sala de aula.

- 7) Há disponibilidade para atender os estudantes fora do horário de aula.
- 8) Há equilíbrio na distribuição da carga horária docente para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativa.
- 9) O professor cumpre o plano de ensino da disciplina, disponibilizado no site da universidade.
- 10) O professor propõe o aprofundamento de estudos, indicando diferentes bibliografias.

- 11) O professor trabalha o seu programa com clareza, objetividade, segurança e coerência.

- 12) O professor ressalta a importância das suas disciplinas na formação dos estudantes e associa as atividades práticas com a teoria.
- 13) A atuação do docente contribui para a aprendizagem.
- 14) O professor mantém atitudes de respeito, consideração e cortesia para com os estudantes.
- 15) O professor utiliza recursos e procedimentos didáticos adequados ao desenvolvimento das disciplinas.
- 16) As relações professor-estudante ao longo do curso estimularam você a estudar e aprender.
- 17) Os conhecimentos desenvolvidos nas disciplinas foram contextualizados com a realidade e contribuíram para a formação.
- 18) O professor oferece oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação.
- 19) O professor contempla, no desenvolvimento da disciplina, a diversidade sociocultural dos estudantes.
- 20) O professor admite questionamentos, permite a expressão de ideias, participação e discussão do conteúdo ministrado.

- 21) O professor desenvolve as atividades da disciplina, utilizando recursos e procedimentos adequados, de modo que contribua para reflexão, participação e a formação integral dos estudantes
- 22) O professor consegue enriquecer as atividades da disciplina com resultados de suas pesquisas.
- 23) O professor estabelece relações entre os conteúdos da disciplina com o currículo do curso.
- 24) O professor relaciona os conteúdos de suas disciplinas com outras.
- 25) Há interação entre estudantes e professores
- 26) O professor apresenta aos estudantes os critérios utilizados em suas avaliações.

- 27) O professor apresenta, analisa e discute com os estudantes os resultados das avaliações e trabalhos, esclarecendo as dúvidas.
- 28) As avaliações da aprendizagem realizadas durante o curso foram compatíveis com os conteúdos ou temas trabalhados pelo professor.
- 29) São divulgadas as notas de uma avaliação antes da avaliação seguinte.
- 30) O professor incentiva e motiva a participação das atividades oferecidas pelo curso.

- 31) Os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favorecem sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional.
- 32) Propõe atividades extensionista em integração com a sociedade?

Dimensão 3 - Infraestrutura

- 1) Salas de aula
- 2) Há adequação do espaço físico em relação ao número de estudantes.
- 3) Há um bom estado de conservação (exemplo: paredes, pisos, janelas).
- 4) Há boas condições de funcionamento dos equipamentos de multimídia (exemplo: computador, projetor, televisão, caixas de som).
- 5) Há disponibilidade de equipamentos de multimídia (exemplo: computador, projetor, televisão, caixas de som).
- 6) Há acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- 7) O mobiliário atende às necessidades dos usuários.
- 8) O sistema de acústica é adequado.

- 9) O sistema de limpeza é satisfatório.
- 10) O sistema de iluminação é adequado.
- 11) O sistema de ventilação/climatização está satisfatório.
- 12) A qualidade da internet /rede wi-fi é adequada.
- 13) Biblioteca
- 14) O acervo físico é suficiente.
- 15) O acervo digital está atualizado.
- 16) Há um bom estado de conservação (exemplo: paredes, pisos, janelas).
- 17) O horário de atendimento/funcionamento está adequado às necessidades exigidas pelo curso.
- 18) Há quantidade suficiente de computadores para consulta.
- 19) O ambiente para estudo está adequado.
- 20) Há acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- 21) O sistema de limpeza é satisfatório.
- 22) O sistema de iluminação é adequado.
- 23) O sistema de ventilação/climatização está satisfatório.
- 24) A qualidade da internet /rede wi-fi é adequada
- 25) Laboratório/salas de aulas especializadas
- 26) Há adequação do espaço físico em relação ao número de estudantes.
- 27) Há um bom estado de conservação (exemplo: paredes, pisos, janelas)
- 28) O horário de atendimento/funcionamento está adequado às necessidades exigidas pelo curso.
- 29) A quantidade de computador é suficiente para o número de usuários.
- 30) A qualidade dos materiais de consumo diário é satisfatória.
- 31) A qualidade dos equipamentos e materiais de uso permanente é satisfatória.
- 32) A quantidade dos materiais de consumo diário é suficiente.
- 33) A quantidade de equipamentos e materiais de uso permanente é suficiente.
- 34) Há acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- 35) O sistema de limpeza é satisfatório.
- 36) O sistema de iluminação é adequado.
- 37) O sistema de ventilação/climatização está satisfatório.
- 38) A qualidade da internet /rede wi-fi é adequada.
- 39) Há disponibilização de salas de estudos aos estudantes.

- 40) Há auditório para realização de eventos dos cursos.
- 41) Secretaria
- 42) Há adequação do espaço físico ao atendimento interno e externo
- 43) Há um bom estado de conservação (exemplo: paredes, pisos, janelas)
- 44) O horário de atendimento/funcionamento está adequado às necessidades exigidas pelo curso.
- 45) Há atendimento prestado ao público é qualificado
- 46) Há acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- 47) O sistema de limpeza é satisfatório.
- 48) O sistema de iluminação é adequado.
- 49) O sistema de ventilação/climatização está satisfatório.
- 50) A qualidade da internet /rede wi-fi é adequada.

APENDICE H – Regulamento do extraordinário aproveitamento de estudos

REGULAMENTO DO EXTRAORDINÁRIO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – PORTUGUÊS E LITERATURAS, LICENCIATURA, DO INSTITUTO DE LINGUAGENS, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CUIABÁ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CAPÍTULO I DA REGULAMENTAÇÃO

Art.1º - Este Regulamento está normatizado pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, especificamente o disposto no artigo 47, parágrafo 2º, que versa sobre o extraordinário aproveitamento de estudos, e no artigo 61, que prevê “o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades”; pela Resolução Consepe n.º 44, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre extraordinário aproveitamento de estudos no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso, bem como pela Ata 026/2022, em que o Colegiado dos Cursos de Letras emite Decisão de aprovação do presente regulamento.

CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO E DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 2º - O Extraordinário Aproveitamento nos Estudos é um instrumento de flexibilização da exação curricular, que permite aos alunos a dispensa de cursar um ou mais componentes curriculares dentre os que compõem o currículo do curso superior que realizam, de forma a abreviar o seu tempo de duração.

Parágrafo Único - Consideram-se como componentes curriculares: disciplinas, módulos, blocos e atividades acadêmicas específicas.

Art. 3º - O extraordinário aproveitamento nos estudos poderá ser concedido ao aluno desde que:

- I. garanta a implementação de um processo de ensino-aprendizagem de elevado padrão de qualidade;
- II. garanta procedimentos de avaliação de todo o conjunto de conteúdos curriculares para complementar a integralização do curso e com, no mínimo, o mesmo grau de qualidade acadêmica que o do componente curricular objeto de solicitação.

Art. 4º - Constitui Extraordinário Aproveitamento nos Estudos:

- I. a utilização de experiências vivenciadas pelo aluno fora da Instituição, anterior a matrícula, nesta e no decorrer da duração do curso, que o tenham levado a apropriação de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades;
- II. a demonstração, por parte do aluno, de elevado desempenho intelectual e/ou com altas habilidades, de profundo conhecimento de componente curricular do curso em que esteja matriculado.

CAPÍTULO III

DAS FORMAS DE ABREVIÇÃO NO CURSO

Art. 5º - A abreviação da duração do curso de graduação poderá ser concedida ao aluno com extraordinário aproveitamento nos estudos mediante as seguintes opções:

- I. dispensa de um ou mais componentes curriculares, por meio de aplicação de prova escrita sobre o conteúdo relacionado ao objeto da abreviação;
- II. matrícula nos períodos letivos regulares em número de créditos ou carga horária superior ao máximo estabelecido pelo Projeto Pedagógico do Curso.
- III. outros mecanismos, justificados e aprovados pelo Colegiado de Curso.

Parágrafo único - A concessão de que trata o caput deste artigo deverá, necessariamente, ser acompanhada de Plano de Estudos, elaborado por docentes do componente curricular e aprovado pelo Colegiado de Curso.

Art. 6º - O extraordinário aproveitamento nos estudos não será concedido a conteúdos que obrigatoriamente advêm de diplomas legais estabelecidos e/ou da experiência do dia-a-dia universitário, nos quais a prática e a vivência diária são consideradas fatores essenciais à formação global do aluno.

Parágrafo Único - Não serão objeto de extraordinário aproveitamento nos estudos as disciplinas que constituem os estágios supervisionados obrigatórios.

CAPÍTULO IV DOS INSTRUMENTOS

Art. 7º - A utilização de experiências e a demonstração de elevado desempenho intelectual e/ou altas habilidades serão efetuadas por meio de provas de caráter teórico-prática e/ou outros instrumentos específicos cabíveis de avaliação aplicados por Banca Examinadora Especial.

Parágrafo Único - São considerados instrumentos de avaliação a serem utilizados para fins de demonstração de extraordinário aproveitamento nos estudos:

- I. Prova escrita, que tenha abrangência sobre a componente curricular correspondente à parte do curso relativa à abreviação solicitada;
- II. Prova prática, prova oral, entrevista, seminário, verificação de habilidades, a critério da Banca Examinadora Especial, considerando-se a natureza do curso e o perfil do egresso proposto no Projeto Pedagógico do Curso;
- III. Análise da equivalência das experiências vivenciadas fora do sistema educacional com componentes curriculares do Curso de Graduação correspondente a abreviação solicitada;
- IV. Análise da equivalência das componentes correspondentes à abreviação da duração do curso com componentes cursadas em nível de pós-graduação lato ou stricto sensu, ofertados pela instituição ou por outras Instituições reconhecidas nacionalmente.

CAPÍTULO V DA ELEGIBILIDADE

Art. 8º - Têm direito à solicitação de extraordinário aproveitamento nos estudos os alunos regularmente matriculados nos cursos de Letras - Português e Literaturas que apresentarem

- III. experiências vivenciadas fora da Instituição, anterior a matrícula nesta e no decorrer da duração do curso, que o tenham levado à apropriação de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades;

- IV. elevado desempenho intelectual e/ou altas habilidades, de profundo conhecimento de componente curricular do curso em que esteja matriculado;
- V. conhecimento de conteúdos correspondentes a conteúdos programáticos de determinada disciplina do curso, adquirido por meio de cursos nas áreas afins, de cumprimento de disciplinas em outros cursos de graduação de áreas afins, de participação em oficinas e minicursos, de realização de exames de proficiência reconhecidos pelo Curso de Letras Português e Literaturas, quando for o caso.

§ 1º. É permitido ao aluno, para um mesmo semestre inscrever-se em um ou mais componentes curriculares.

§ 2º. Para que tal solicitação seja efetiva, o requerente não poderá ter cursado o componente curricular objeto da solicitação.

§ 3º. A solicitação da aplicação do instrumento deverá ser prévia ao período letivo de oferta da componente curricular, exceto para os alunos do primeiro período, respeitados os prazos previstos no Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO VI DA COMPROVAÇÃO

Art. 9º - Terá comprovado o extraordinário aproveitamento nos estudos o aluno que obtiver como média final da avaliação o valor de 7,5 (sete inteiros e cinco décimos), tendo computado a seu favor os créditos e a carga horária respectiva, em consonância com o estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso, bem como a nota obtida.

§ 1º - O aluno que não obtiver a nota mínima referida no caput deste Artigo não poderá candidatar-se novamente à comprovação do extraordinário aproveitamento nos estudos na mesma componente curricular.

§ 2º - O aluno reprovado na avaliação de desempenho deverá matricular-se, obrigatoriamente na componente curricular e cursá-la em regime regular, conforme normatização vigente.

§ 3º - Caso a disciplina objeto da solicitação de extraordinário aproveitamento ocorra no primeiro semestre do curso, o aluno matriculado deverá continuar a frequentar a aula até obter o resultado da avaliação.

§ 4º - Em caso de reprovação para a situação de que trata o caput do Parágrafo 3º deste Artigo, a matrícula continuará válida, devendo o aluno continuar a frequentar as aulas em regime regular.

CAPÍTULO VII

DAS BANCAS EXAMINADORAS ESPECIAIS

Art. 10 - As Bancas Examinadoras Especiais serão compostas por, no mínimo, três professores, com reconhecida qualificação na área ou área afim.

§ 1º - A presidência da Banca Examinadora Especial caberá a docente responsável pela componente curricular objeto.

§ 2º - Em função da possibilidade de solução de continuidade, deverão, também, ser destacados dois professores como suplentes dos quais, um do quadro docente que atende o curso, e um do quadro docente de cursos afins.

CAPÍTULO VIII

DO PRAZO

Art. 11 - O prazo para solicitação do extraordinário aproveitamento nos estudos será o indicado no Calendário Acadêmico da UFMT e obedecerá à seguinte data limite:

- I. componentes curriculares do 1º semestre ou ano: até vinte dias após o início do semestre ou ano, conforme a periodicidade do regime acadêmico vigente;
- II. componentes curriculares a partir do segundo semestre ou ano: cinquenta dias antes da data do término do semestre ou ano letivo em curso, conforme a periodicidade do regime acadêmico vigente.

CAPÍTULO IX

DAS COMPETÊNCIAS

Art.12 - Compete ao Coordenador de Ensino de Graduação:

- I. instaurar processo de verificação de extraordinário aproveitamento nos estudos, propondo data de realização das provas, observado os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico e neste Regulamento;
- II. solicitar à Direção do Instituto de Linguagens a portaria para composição da banca examinadora especial;
- III. divulgar instruções relativas às provas e outras avaliações;

- IV. mobilizar a Banca Examinadora Especial e apoiar os seus trabalhos;
- V. receber o Relatório da Avaliação de Desempenho e encaminhá-lo para homologação pelo Colegiado de Curso;
- VI. participar dos procedimentos realizados pela Banca Examinadora Especial;
- VII. enviar à Coordenação de Administração Escolar o Relatório de Avaliação de desempenho para registro e arquivamento.

Parágrafo Único - A documentação dos alunos que não obtiveram sucesso no proposto será arquivada, sob responsabilidade da Coordenação do Curso, ficando à disposição do interessado.

Art. 13 - Compete ao Colegiado de Curso de Ensino de Graduação:

- I. instituir formas de abreviação da duração do curso;
- II. homologar as solicitações de extraordinário aproveitamento nos estudos;
- III. constituir a Banca Examinadora Especial, designando seus membros;
- IV. analisar e aprovar os critérios de avaliação dos conteúdos programáticos;
- V. homologar o Relatório de Avaliação de Desempenho;
- VI. aprovar o Plano de Estudos proposto pelo aluno que obteve o direito de abreviar a duração do seu curso;

§ 1º - Com vistas ao aprimoramento deste instrumento, compete ainda ao Colegiado de Curso:

- I. monitorar o desempenho do aluno ao disposto no Inciso V deste artigo;
- II. monitorar o desempenho dos egressos que concluíram sob o regime de abreviação de duração do curso.

Art. 14 - Compete à Banca Examinadora Especial, observado o Projeto Pedagógico do curso, o programa e o Plano de Ensino do componente curricular:

- I. observar as competências e habilidades estabelecidas no Projeto Pedagógico do curso;
- II. eleger, elaborar e aplicar os instrumentos de avaliação de desempenho dos candidatos, atribuindo-lhes nota na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez inteiros);
- III. definir os critérios de avaliação;
- IV. lavrar Relatório de Avaliação de Desempenho, encaminhando-o ao Coordenador de Curso, devidamente assinado por todos os integrantes da Banca Examinadora,

juntamente com as provas realizadas pelo aluno quando se tratar de prova escrita e de outros instrumentos que permitam notação.

CAPÍTULO X

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 15 - O aluno interessado no extraordinário aproveitamento de estudos deve encaminhar solicitação formal, via processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), à Coordenação de Ensino de Graduação, mediante protocolo, na época e no prazo previstos no Calendário Acadêmico.

§ 1º - Para o público alvo tipificado no caput do Inciso I do Artigo 3º deste Regulamento, a solicitação deverá ser instrumentalizada, por componente curricular, com os seguintes documentos:

- I. requerimento padrão, disponibilizado no SEI;
- II. histórico escolar atualizado;
- III. curriculum vitae, com comprovação das experiências vivenciadas dentro e fora do Sistema Educacional;

§ 2º - Para o público alvo tipificado no caput do Inciso II do Artigo 3º deste Regulamento, a solicitação deverá ser instrumentalizada com os seguintes documentos:

- I. requerimento padrão, disponibilizado no SEI;
- II. histórico escolar atualizado.

§ 3º - Os processos que não forem instruídos de acordo com o que estabelece os Artigos 5º, 7º, 10º e 14 deste Regulamento serão indeferidos pelo Coordenador de Ensino de Graduação, de cujo ato deverá dar ciência ao interessado.

§ 4º - Solicitações de avaliação de desempenho, quando tratarem de um mesmo componente curricular, deverão ser agrupadas, pelo coordenador, para avaliação por uma mesma Banca Examinadora Especial.

Art. 16 - O processo de comprovação de extraordinário aproveitamento nos estudos será instaurado pelo Coordenador de Ensino de Graduação, mediante análise de suficiência documental, conforme prevê o Parágrafo 3º do Artigo 14º, seguido pela sua remessa ao Colegiado de Curso para homologação.

§ 1º - Na decisão de homologação pelo Colegiado de Curso deverá constar a constituição da Banca Examinadora Especial em consonância com o previsto no Artigo 9º e seus parágrafos.

§ 2º - Será dada divulgação às solicitações homologadas pelo Colegiado de Curso por meio da publicação de sua homologação em quadro de avisos da Coordenação do Curso, pelo SEI ou em outros meios eletrônicos disponíveis na ocasião.

Art. 17 - O Programa de Avaliação elaborado pela Banca Examinadora Especial deverá explicitar as seguintes informações:

- I. data, horário e local dos exames;
- II competências e habilidades estabelecidas no Projeto Político Pedagógico do Curso;
- III conteúdos programáticos;
- IV instrumentos de avaliação e sua abrangência;
- V critérios de avaliação do desempenho do candidato.

§ 1º - Os critérios de avaliação e os conteúdos programáticos deverão ser aprovados pelo Colegiado de Curso em data anterior a divulgação do programa de Avaliação.

§ 2º - Após a aprovação do previsto no caput do parágrafo 1º deste Artigo, o candidato será cientificado pela Coordenação de Ensino de Graduação por afixação no seu quadro de avisos ou por envio da certificação, pelo peticionamento inicial protocolizado no SEI.

Art. 18 - O aluno deverá comparecer aos locais, datas e horários marcados, conforme o estabelecido no Programa de Avaliação, para a realização das avaliações.

§ 1º - O não comparecimento para a realização da avaliação de desempenho, em sua totalidade ou de qualquer de seus instrumentos, no local, dia e horário marcado, por motivos outros que não aqueles previstos em lei, implicará na reprovação no exame e perda do direito de realização de novo no mesmo componente curricular, não cabendo recurso em qualquer instância.

§ 2º - Para os casos previstos em lei, o aluno deverá apresentar ao Coordenador de Ensino de Graduação a comprovação do alegado, no prazo máximo de dois dias úteis.

Art. 19 - A valoração do desempenho expresso nos instrumentos de avaliação aplicados em cada caso será efetuada por meio de atribuição de notas com valor variando na escala de zero a dez inteiros, abrangendo o instrumento de avaliação, membro da Banca Examinadora Especial e computo total da seguinte forma:

- I. nota por instrumento de avaliação: atribuída individualmente por cada membro da Banca Examinadora Especial;

II. média por instrumento: configurada pela média aritmética das notas atribuídas por instrumento de avaliação;

III. média final: a média aritmética das médias obtidas por instrumento.

Art. 20 - Concluídos os trabalhos de aplicação dos instrumentos de avaliação, a Banca Examinadora Especial lavrará Relatório de Avaliação de Desempenho, no processo SEI, remetendo-o para homologação pelo Colegiado de Curso.

§ 1º - O Relatório de Avaliação de Desempenho deverá referir o componente curricular objeto da avaliação, os procedimentos adotados, os valores de juízo utilizados, data, nome dos candidatos, nota por instrumento de avaliação, média por instrumento de avaliação, a média final atribuída ao candidato e ocorrências.

§ 2º - O aluno deverá dar ciência no processo para atestar que foi devidamente informado sobre o seu desempenho, assim como proceder o seu Plano de Estudos.

Art. 21 - O aluno que não cumprir a programação constante em seu Plano de Estudos perderá o direito de continuar no regime de abreviação de duração do curso.

Art. 22 - O resultado final da avaliação de desempenho, qualquer que seja, constará no Histórico Escolar do aluno e será computado para cálculo do Coeficiente de Rendimento Escolar.

CAPÍTULO XI

DO RECURSO

Art. 23 - Da decisão final da Banca Examinadora Especial não caberá recurso, exceto em caso de manifesta irregularidade por inobservância de disposições legais ou regimentais.

§ 1º - No caso da excepcionalidade prevista no caput deste Artigo, caberá recurso junto ao Colegiado de Curso de Ensino de Graduação, no prazo máximo de dois dias úteis a contar da data de divulgação da decisão final da banca.

§ 2º - Não caberá recurso à decisão do Colegiado de Curso de Ensino de Graduação em qualquer outra instância, sendo a decisão desse órgão colegiado exaurida no âmbito da Instituição.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

Art. 25 - Este Regulamento entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

APENDICE I - Regulamento das atividades de extensão para fins de creditação

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO PARA FINS DE CREDITAÇÃO
DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – PORTUGUÊS E LITERATURAS,
LICENCIATURA, DO INSTITUTO DE LINGUAGENS, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE
CUIABÁ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CAPÍTULO I DA REGULAMENTAÇÃO

Art.1º - Este Regulamento está normatizado pela Resolução CNE/CES n.º 7 de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências; pela Resolução Consepe n.º. 188, de 28 de outubro de 2021, que dispõe sobre o regulamentação da inclusão e do registro das Ações de Extensão para fins de Creditação (AEC) como componentes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso; bem como pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno – CEN/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCC-Formação).

TÍTULO I DA OBRIGATORIEDADE

Art. 2º – A realização de Atividades de Extensão para fins de Creditação (AECs) é obrigatória a todos os estudantes do curso de graduação em Letras - Português e Literaturas, licenciatura, do Instituto de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso, na condição de integrante da equipe executora.

Art. 3º - As AECs integram a matriz curricular do curso de graduação em Letras – Português e Literaturas, licenciatura, e serão registradas no histórico escolar dos estudantes.

Parágrafo Único - A carga horária de AECs a ser creditada no histórico escolar do estudante é de no mínimo 10% (dez por cento) do total da carga horária do curso, equivalendo a 336 horas, conforme disposto no Projeto Pedagógico.

TÍTULO II

DA COMPREENSÃO E DA CARACTERIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 4º – As AECs são compreendidas pela Resolução Consepe 188/2021 como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico, tecnológico e político que promove a interação transformadora entre as instituições de educação superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 5º – As AECs são caracterizadas:

- I. pela interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social local e regional;
- II. pela contribuição na formação cidadã e integral dos estudantes, marcada e constituída pela vivência interprofissional, interdisciplinar, crítica e responsável de seus conhecimentos;
- III. pelo estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- IV. pela promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- V. pela promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, articulada ao ensino/extensão/pesquisa em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

TÍTULO III

DA CLASSIFICAÇÃO E DA CONSTITUIÇÃO DAS AECs

Art. 6º – São consideradas AECs aquelas realizadas nos cursos de Letras - Português e Literaturas e em outros cursos da UFMT, bem como em outras instituições de ensino superior, que estejam relacionadas à formação do estudante de Letras.

Parágrafo Único – São critérios instrínsecos às AECs a participação do estudante na equipe executora, o envolvimento da comunidade externa e a coordenação por um docente, conforme determina o artigo 2º da Resolução 188/2021.

Art. 7º – No curso de Letras - Português e Literaturas, as AECs constituem-se em projetos de extensão, relacionados a conteúdos propostos na matriz curricular e desenvolvidos semestralmente durante a integralização do curso.

§ 1º - Os projetos previstos para cada semestre constam no fluxo curricular, e estão assim configurados:

- I. Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola (96h) - propõe a construção de uma prática pedagógica qualificada, por meio de intervenções práticas, realizadas por alunos dos cursos de Letras, sobre conteúdos de língua portuguesa – leitura, escrita e gramática – junto a alunos dos anos finais do ensino fundamental em escolas da rede pública, contribuindo tanto para a formação dos licenciandos e sua inserção no ambiente de trabalho, como também para a melhoria da qualidade ensino de língua portuguesa na escola;
- II. Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo (80h) - propõe atividades práticas de leitura de diversos gêneros discursivos e, a partir destas, de produção de textos argumentativos a alunos do ensino médio de escolas da rede pública estadual, mostrando-lhes a interdependência dessas práticas sociais e, por extensão, a necessidade de uso das estratégias envolvidas nessas práticas para o êxito da produção do texto oral ou escrito. Aos licenciandos o projeto oferece subsídios para a articulação da teoria à prática, bem como vivência e percepção do ensino e da aprendizagem de objetos específicos de conhecimento. Aos alunos participantes permite a percepção da leitura e da escrita como instrumentos utilizados para repensar o mundo e (re)organizar o próprio pensamento e as informações de que precisam comunicar;
- III. Língua Portuguesa na escola (80h) - volta-se ao apoio do desenvolvimento de capacidades de leitura, análise linguística e produção de textos a alunos dos anos finais

do ensino fundamental e médio. Propõe subsídios ao licenciando para o trabalho planejado, proposital com a prática de ensino de língua portuguesa;

- IV. Leitura Literária na Escola: encontros e encantos (80h) - propõe o resgate do valor da leitura como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. Pressupõe o acesso à leitura literária, buscando desenvolver o potencial cognitivo e criativo do aluno ao possibilitar vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação. Estimula o desejo de novas leituras e produções orais, escritas e em outras linguagens, além de proporcionar a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo uma formação crítica e emancipadora tanto ao licenciado quanto aos alunos participantes.

§ 2º Os projetos inclusos no fluxo curricular poderão ser substituídos por outros já desenvolvidos no curso (tais como Sarart: entre Línguas e Letras; Semana de Letras e Português para Estrangeiros) desde que não comprometa a carga horária prevista para a integralização das AECs.

§ 3º - As ementas e carga horária dos projetos previstos no fluxo e outros já realizados no Curso de Letras – Português e Literaturas estão em Apêndices (Apêndice A – Ementário) ao Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 8º - Proposta de AECs não previstas no Projeto Pedagógico do Curso deverá ser submetida ao Colegiado dos Cursos de Letras para apreciação e deliberação sobre o atendimento da ação às diretrizes definidas no PPC do curso.

TÍTULO V

DA AVALIAÇÃO, DO REGISTRO, DA DOCUMENTAÇÃO E DA ANÁLISE DAS AECs

Art. 9º - Os projetos a serem ofertados deverão ser cadastrados no Sistema de Extensão da UFMT (SIEX), com todas as informações por este requerida e tramitar pelas instâncias do Instituto de Linguagens, para apreciação e deliberação.

Art. 10- Cabe ao docente que desenvolver a AEC, no semestre, a orientação, o acompanhamento e a avaliação das atividades, bem como o seu encaminhamento ao

Coordenador do Curso, via processo SEI, de solicitação de registro da carga horária total no histórico escolar do discente.

§ 1º - No processo deverá conter os seguintes documentos:

- I – ofício de encaminhamento de realização de AEC à Coordenação do curso;
- II – formulário preenchido (Anexo I) com a descrição da atividade, carga horária, turma e dados do(s) discente(s) que realizaram a atividade (nome completo do discente, seu RGA, curso e campus, o ano de ingresso e a matriz curricular correspondente);
- III – o plano de ensino ou uma cópia do projeto finalizado, retirado do sistema SIEX, após os trâmites pelas instâncias do Instituto de Linguagens.

§ 2º - No plano de ensino/projeto deverão estar previstos os objetivos, a justificativa, a metodologia e o sistema de avaliação, de acordo com a natureza da ação, observada a frequência mínima de 75% da carga horária.

Art. 11 – Cabe ao Coordenador do Curso encaminhar à Coordenação de Administração Escolar a solicitação, via processo SEI, do registro das AECs no histórico escolar do discente, no semestre.

Art. 12 – Nos casos em que a AEC for realizada fora do curso de Letras – Português e Literaturas, cabe ao discente requerer junto ao Coordenador do Curso o registro da carga horária cursada.

§ 1º - A solicitação de registro de AECs realizadas fora do curso de Letras - Português e Literaturas deverá ocorrer somente quando o discente tiver finalizado esse componente curricular tendo, portanto, cumprido a carga horária mínima estabelecida para a integralização do curso.

§ 2º - Após requerimento discente, o Coordenação do curso solicitará à Administração Escolar o registro no histórico do discente. Neste caso, o processo SEI deverá conter os seguintes documentos:

- I – ofício de encaminhamento de realização de AEC à Coordenação de Administração Escolar;
- II – formulário preenchido (Anexo II) com descrição de todas as atividades realizadas, carga horária de cada uma e dados do discente que realizou a atividade (nome completo do discente, seu RGA, curso e campus, o ano de ingresso e a matriz curricular correspondente);
- III – certificado comprobatório, registrado em instituição/órgão proponente da ação.

IV – análise detalhada das AECs realizadas pelo discente, com parecer favorável de um dos membros do Colegiado dos Cursos de Letras;

V – aprovação do Colegiado dos Cursos de Letras do parecer, do inciso IV;

VI – homologação da Congregação acerca da decisão do Colegiado.

Art. 13 – No âmbito da UFMT, cabe às Unidades responsáveis pela Extensão Universitária (Coordenação de Extensão -CODEX e as Gerências de Graduação e Extensão dos *campi* da UFMT), a emissão dos certificados para os estudantes participantes das AECs, devidamente registrada e homologada, conforme normativa vigente.

TÍTULO IV DA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 14 – A integralização curricular da extensão no curso de Letras – Português e Literaturas, dar-se-á pelo registro do componente AEC no histórico escolar do discente, conforme previsto na matriz curricular, constante do Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo Único – Toda AEC deve ser comprovada por meio de certificados registrados em instituição/órgão proponente da ação.

TÍTULO VI DA REALIZAÇÃO DE AEC EM OUTRAS IES

Art. 15 – Aos estudantes do curso de Letras – Português e Literaturas será permitido participar de AECs, em outras instituições de ensino superior (IES), facultando-se a mobilidade interinstitucional, desde que essas ações estejam comprovadamente vinculadas a projetos aprovados nessas IES, com emissão de certificado, cujo objetivo vá ao encontro do que propõe o Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo Único – Caso o discente queira participar de uma AEC que não está prevista no Projeto Pedagógico do seu Curso, seja na própria instituição ou outra, deverá solicitar autorização do Colegiado dos Cursos de Letras para que ela possa ser aproveitada, posteriormente.

Art. 16 – Caberá ao Colegiado dos Cursos de Letras analisar e aprovar os pedidos de solicitação para participação em AEC que não estejam contemplados no Projeto Pedagógico

do Curso, observando o art.14.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 – As AECs, constantes nos PPCs, devem ser frequentemente avaliadas de forma crítica, especialmente pelo Núcleo Docente Estruturante, e, sempre que necessário, promover mudanças que contemplem a articulação do ensino com a pesquisa, com a formação dos estudantes, com a qualificação dos docentes, com a relação na sociedade e com outras dimensões acadêmicas e institucionais.

Art. 18 – Compete à PROCEV a condução de processos de avaliação e autoavaliação crítica para o aperfeiçoamento das características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação dos estudantes, a qualificação dos docentes, a relação com a sociedade e com outras dimensões acadêmicas e institucionais.

Art. 19 – Os casos omissos serão apreciados pelo Colegiado dos Cursos de Letras.

ANEXO I			
ATIVIDADE DE EXTENSÃO PARA FINS DE CREDITAÇÃO			
Curso			
Título da atividade			
Carga horária	Semestre letivo	Matriz curricular	
Professor responsável			
Alunos participantes			
Matrícula	Nome	C.H.	Turma

Assinatura do professor

ANEXO II			
ATIVIDADE DE EXTENSÃO PARA FINS DE CREDITAÇÃO			
Aluno			
Matrícula	Turma	Matriz curricular	
Curso			
Atividades realizadas			
			C.H.

Assinatura do Coordenador de Curso

APÊNDICE J – Regulamento das atividades teórico-práticas

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – PORTUGUÊS E LITERATURAS, LICENCIATURA, DO INSTITUTO DE LINGUAGENS, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CUIABÁ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO E DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º - As atividades teórico-práticas são componentes curriculares opcionais do Curso de Letras e se caracterizam pelo conjunto das atividades de formação que proporcionam o aprofundamento e enriquecimento acadêmico, científico e cultural necessário à constituição das competências e habilidades requeridas dos profissionais de ensino.

Art. 2º - As atividades teórico-práticas compreendem atividades acadêmicas, científicas e culturais, realizadas durante a matrícula no curso de Letras – Português e Literaturas.

Parágrafo Único: Para efeito deste Regulamento serão consideradas atividades teórico-práticas:

- I. seminários e estudos curriculares, participação em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão;
- II. atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- III. mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- IV. atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

CAPÍTULO II DA DURAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA

Art. 3º - As atividades teórico-práticas podem ser desenvolvidas durante todo o Curso de Graduação.

Art. 4º. Somente terão validade as atividades desenvolvidas durante o período de matrícula do aluno no Curso de Letras e acompanhadas de relatório e documentos comprobatórios.

§ 1º. O relatório deve constituir-se em um texto escrito, coeso e coerente, contendo as seguintes informações:

I - identificação da atividade realizada;

II – carga horária da atividade;

III – local e data de realização/acontecimento da atividade;

IV – descrição dos aspectos acadêmicos, científicos e/ou culturais contemplados pela atividade (tema tratado, área de conhecimento no qual se insere, metodologia utilizada, fundamentação teórica em que o tema está ancorado entre outros);

V – estabelecimento de relações possíveis entre a atividade realizada e o curso de Letras Português e Literaturas (relações com disciplinas, com textos lidos, com aulas entre outros);

V – relevância da atividade para a formação profissional em Letras Português e Literaturas.

§ 2º- Os alunos ingressantes no Curso de Letras, por meio de transferência interna ou externa, poderão aproveitar os créditos desenvolvidos em atividades realizadas em seu curso ou instituição de origem, desde que devidamente comprovados e contemplados nos casos previstos neste Regulamento.

Art. 5º. A carga horária de cada uma das atividades propostas será a indicada no quadro de distribuição de carga horária, que segue a este Regulamento.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

Art. 6º. As atividades teórico-práticas serão coordenadas, incentivadas e avaliadas pela Coordenação do Curso de Letras.

§ 1º - Cabe à Coordenação do Curso:

- I. informar e incentivar os alunos sobre a importância e a possibilidade de realizar as atividades teórico-práticas;
- II. divulgar, entre os alunos, as atividades teórico-práticas possíveis de serem realizadas;

- III. orientar os alunos sobre o desenvolvimento das atividades e os procedimentos para solicitação do registro da carga horária cumprida no histórico escolar;
- IV. avaliar, deferir ou indeferir a atividade realizada;
- V. tramitar o processo, enviando ofício à STI – CAE-GREG com solicitação do registro da carga horária cumprida pelo aluno, no histórico escolar;
- VI. informar o aluno, via SEI, o registro da carga horária no histórico escolar, após a realização do procedimento pela STI-CAR-GREG;
- VII. baixar normas complementares, definitivas ou transitórias, de comum acordo com o Colegiado de Curso para os casos não previstos neste Regulamento.

§ 2º - Cabe ao aluno:

- I. escolher as atividades que julgar pertinentes a sua formação, considerando as modalidades acadêmicas, científicas e culturais;
- II. recolher, para cada atividade desenvolvida, os documentos comprobatórios;
- III. elaborar, para cada atividade desenvolvida, o relatório correspondente;
- IV. solicitar, via processo SEI, o registro das atividades no semestre de integralização do curso, incluindo o relatório e os documentos comprobatórios.

§ 3º - Serão convalidadas somente as atividades acompanhadas de relatório, que explicita a pertinência das atividades realizadas à formação profissional do acadêmico de Letras, e dos documentos comprobatórios.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º – As atividades teórico-práticas são de caráter opcional na nova matriz curricular, podendo ser utilizadas para aproveitamento das Atividades Complementares requeridas pela matriz de 2009.

Art. 8º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Letras - Português e Literaturas.

Art. 9º- Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Quadro I - Carga horária das atividades teórico-práticas

Tipos de atividade		Carga horária
Atividades Acadêmicas	Disciplinas de outros cursos não previstas no curso de Letras - Português e Literaturas, relacionados à área de formação ou afim.	30 horas por disciplina
	Realização de cursos de língua estrangeira, dentro ou fora da Instituição.	25% da carga horária semestral do curso
	Exames de certificação de proficiência em Língua estrangeira.	10 horas por exame
	Monitorias regimentalmente estabelecidas pela UFMT.	30 horas por semestre
	Participação como bolsista em projetos de iniciação à docência, na área de Letras, com duração mínima de um semestre, vinculado a escolas de educação básica da rede pública.	40 horas por semestre
	Participação com tutor em Projeto de Tutoria na área de Letras, com duração mínima de um semestre.	30 horas por semestre
	Participação em projetos ou ações (educativos, artísticos e culturais) de intervenção social inclusive voluntariado, de curta duração, pertinentes à área de formação.	30 horas por semestre
	Participação como ouvinte em seminários, semanas, simpósios, congressos, colóquios e encontros nacionais, regionais e internacionais, promovidos pela Instituição ou por outras Instituições de Ensino Superior (IES), que estejam ligados diretamente a área de formação.	Carga horária total do evento, não podendo ultrapassar a 30 horas.
	Atuação como “apoio acadêmico” em eventos promovidos pela UFMT ou por outras instituições que estejam ligados diretamente as área de formação.	4 horas por evento completo
	Participação de cursos de curta duração, minicursos ou oficinas de atualização, pertinentes à área de formação, promovidos pela Instituição ou por outras Instituições de Ensino Superior (IES)	Carga horária total do curso, não podendo ultrapassar 30 horas.
Atividades Científicas	Publicação de trabalhos em periódicos regionais e nacionais da área de Letras, aceitos pela coordenação do curso.	15 horas por trabalho
	Publicação de trabalhos em periódicos internacionais da área de Letras, aceitos pela coordenação do curso	25 horas por trabalho
	Participação em projetos de iniciação científica, com duração de um ano, vinculados a órgãos de fomento à pesquisa, que estejam ligados diretamente as área de formação.	40 horas por projeto
	Participação em grupos de pesquisa devidamente cadastrados e orientados por professores da UFMT, pelo período mínimo de um ano e acompanhado de relatórios anuais	25 horas por ano
	Participação em grupos de estudos, orientados por docentes da UFMT, que estejam ligados diretamente as área de formação, pelo período mínimo de um ano acompanhado de relatórios anuais.	15 horas por ano
	Participação como apresentador em seminários, semanas, simpósios, congressos, colóquios e encontros nacionais, regionais e internacionais, promovidos pela Instituição ou por outras Instituições de Ensino Superior (IES), que estejam ligados	15 horas por evento

	diretamente as área de formação.	
Atividades Culturais	Visitas a dispositivos didáticos e acadêmicos pertinentes à sua área de formação como associações, consulados, livrarias específicas, estabelecimentos característicos, programadas pela Coordenação do Curso de Letras Português e Literatura	4 horas por visita
	Realização de cursos culturais de curta duração como danças, pintura, escultura, trato da voz, teatro, etc.	Carga horária total do Curso, não podendo ultrapassar 10 horas por curso

9 ANEXOS

ANEXO A – Termo De Compromissão de Provisão Docente – Departamento de Letras



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE LINGUAGENS

TERMO DE COMPROMISSO DE PROVISÃO DE DOCENTE

Cuiabá, 18 de abril de 2022

O Departamento de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Cuiabá, por meio deste termo, firma o compromisso de prover um docente responsável pelas disciplinas de Libras (64h) obrigatória, Noções Fundamentais de Libras (64h), Inglês Instrumental (64h) e Francês Instrumental (64h), sendo as três últimas disciplinas optativas, para os Cursos de Letras Português e Literaturas e Letras Português e Espanhol, do Departamento de Letras, a partir do semestre 2023/1.

ANEXO B - Termo de Compromisso de Provisão Docente – Departamento de Psicologia

13/04/2022 12:44

SEI/UFMT - 3529147 - Despacho

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**DESPACHO**

Processo nº 23108.025521/2021-18

Interessado: Coordenação do Ensino de Graduação em Letras Português, Coordenação do Ensino de Graduação em Letras Espanhol

TERMO DE COMPROMISSO

Atendendo à solicitação efetuada pela Comissão de Redação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Letras, concordamos e firmamos compromisso com a cessão de docentes para ministrar nos Cursos de Letras Português e Literaturas e Letras Português e Espanhol, a disciplina Psicologia da Educação (64h), conforme inserida no novo Projeto Pedagógico Curricular do Curso.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA CANDIDO MAGALHAES, Chefe do Departamento de Psicologia - IE/UFMT**, em 20/05/2021, às 20:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3529147** e o código CRC **C4562A47**.

ANEXO C -Termo de Compromisso de Provisão Docente – Instituto de Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Av. Fernando Corrêa da Costa, n 2367 - Bairro Boa Esperança, Cuiabá/MT, CEP 78060-900
Telefone: (65)3615-8000 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.ufmt.br

DECLARAÇÃO

Processo nº 23108.025408/2021-24

Interessado: Coordenação do Ensino de Graduação em Letras Português, Coordenação do Ensino de Graduação em Letras Espanhol

O Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação – DTFE-IE da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Cuiabá, por meio deste Termo de Compromisso de Provisão Docente, firma compromisso institucional que prever disponibilizar trabalho docente para execução e implementação do componente curricular: Sociedade, Política e Educação, carga horária teórica de 64 horas à Coordenação do Ensino de Graduação em Letras Português, e, à Coordenação do Ensino de Graduação em Letras Espanhol. Destacamos que tal decisão foi debatida, ponderada e aprovada pelos membros do Colegiado do DTFE-IE, conforme Ata Departamental nº 4657944 de 26/4/2022, processo referência nº 23108.035074/2022-88.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ DO NASCIMENTO, Chefe do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação - IE/UFMT**, em 27/04/2022, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13](#)

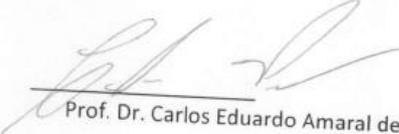
ANEXO D - Termo de Compromisso de Provisão Docente – Departamento de Sociologia

 UFMT	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA - SOCIP
---	---

CERTIDÃO DE ATA

O colegiado do SOCIP aprovou em reunião do dia 17/10/2019 a oferta da disciplina Sociologia da Educação no curso de Licenciatura em Letras e firma o compromisso de Provisão de Docentes para as futuras turmas da disciplina

Atenciosamente,


Prof. Dr. Carlos Eduardo Amaral de Paiva

Cuiabá, 17 de outubro de 2019

Prof. Dr. Carlos Eduardo Amaral de Paiva

ANEXO E – Termo de Compromisso de Provisão Docente – Departamento de Filosofia**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO****DESPACHO**

Processo nº 23108.031131/2022-50

Interessado: LINDINALVA ZAGOTO FERNANDES E OUTROS

Prezada Lindinalva,

O Departamento de Filosofia aceitará as solicitações de matrícula na Disciplina Filosofia da Linguagem caso haja vaga disponível.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **SARA JULIANA POZZER DA SILVEIRA, Chefe do Departamento de Filosofia / ICHS - UFMT**, em 18/04/2022, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4632806** e o código CRC **EE345241**.

ANEXO F – Minuta de resolução de aprovação do curso e PPC**RESOLUÇÃO Consepe No ___/___**

Dispõe sobre a Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras – Português e Literaturas, licenciatura, presencial, do Instituto de Linguagens do campus Universitário de Cuiabá, da Universidade Federal de Mato Grosso, aprovado pela Resolução Consepe 74, de 27 de abril de 2009.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo n.º 23108.048475/2019-01

CONSIDERANDO a decisão do Plenário em Sessão realizada

RESOLVE:

Artigo 1º – Aprovar a Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras – Português e Literaturas, licenciatura, presencial, do Instituto de Linguagens do campus Universitário de Cuiabá, com 25 (vinte e cinco) vagas, com uma entrada anual, no primeiro semestre, alternada entre os turnos matutino e noturno. Regime Acadêmico: crédito semestral; com carga-horária total de 3232 (três mil, duzentas e trinta e duas) horas, a ser integralizada no mínimo em 08 (oito) semestres e no máximo em 12 (doze) semestres, conforme anexos I, II, III, IV e V.

Artigo 2º - Compete ao Colegiado de Curso estabelecer o plano de migração da estrutura curricular em extinção para a nova estrutura, exceto com relação aos dois últimos semestres.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor para os ingressantes no curso a partir de 2020.

Artigo 4º - O Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução Consepe nº 74, de 27 de abril de 2009 entrará em extinção gradativa a partir de 2024.

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, em
Cuiabá, *xy de xxxxxxxx de 2024.*

ANEXO I – Matriz Curricular

Análise Gramatical e Ensino	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
Literatura, Sociedade e Práticas Culturais	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
Tecnologias da Informação e da Comunicação no Ensino de Línguas e Literatura	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
LIBRAS	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
Estudos Linguísticos e Ensino	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
Projeto de Extensão – Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola	Obrigatório	LET	-	-	-	96	96	-	-	-	6	6	-	-
SUBTOTAL			544	160	128	96	928	34	10	8	6	58	-	-
História da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
Leitura e Produção de Textos: Gêneros Acadêmicos	Obrigatório	LET	32	32	-	-	64	2	2	-	-	4	-	-
Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
Teoria dos Gêneros Literários e o Poema	Obrigatório	LET	48	16	32	-	96	3	1	2	-	6	-	-
Latim	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
Variação e Mudança Linguística	Obrigatório	LET	32	32	-	-	64	2	2	-	-	4	-	-
A Narrativa e Seus Gêneros	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
Morfologia da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Linguística Textual	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-

Literaturas de Língua Portuguesa – Primeiras Manifestações	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
Filologia Românica	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
Sintaxe da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
Estudos do Discurso	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Poesia Modernista e Vanguardas	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Crítica Literária	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
Semântica e Pragmática	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
A Lírica Modernista Contemporânea	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
A Prosa Contemporânea – Tendências	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
Disciplina Optativa	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
Atividade de Extensão: Língua Portuguesa na Escola	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-
Atividade de Extensão: Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-
Atividade de Extensão: Leitura Literária na Escola: encontros e encantos	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-
SUBTOTAL			928	416	272	240	1856	58	26	17	15	116	-	-
Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-
Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-
Estágio Supervisionado III: Língua	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-

Portuguesa e Literatura														
Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-
Prática como Componente Curricular	Obrigatório	LET	Distribuídas nos Grupos I e II											
SUBTOTAL			-	448	-	-	448	-	28	-	-	28	-	-
SUBTOTAL DOS GRUPOS			1472	1024	400	336	3232	92	64	25	21	202	-	-
TOTAL DE CARGA HORÁRIA							3232	-	-	-	-	202	-	-
Estágio Curricular*	Não obrigatório													
Atividades Teórico Práticas	Não obrigatório													
ENADE**														

Legenda: U.A.O – Unidade Acadêmica Ofertante; T – Teórica; PD – Prática de Disciplina; PCC – Prática como Componente Curricular; AEC – Atividades Extensionistas para Fins de Creditação; TOT – Total

* Conforme Lei 11.788/2008;

** De acordo com a legislação e normas.

	Componente Curricular	Natureza Obrigatório/ Optativo	U.A.O	Carga Horária					Créditos				Requisitos	
				T	PD	PCC	AEC	TOT	T	PD	PCC	TOT	Pré-req.	Co-req.
DISCIPLINAS OPTATIVAS	Literatura Contemporânea: Estudos Interartes	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Gramática Histórica	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Educação Física	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Análise e Elaboração de Material Didático	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Oficina de Leitura e Produção de Textos	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Fundamentos da Comunicação Humana	Optativo	LET	96	48	-	-	144	6	3	-	9	-	-
	Oficina de Textos - Leitura e Redação	Optativo	LET	48	96	-	-	144	3	6	-	9	-	-
	Literatura Africana	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Tópicos em Língua Latina	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	O Teatro no Brasil: Período Colonial	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Teatro Brasileiro	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Modernismo em Portugal	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Música Popular Brasileira	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Tópicos em Estudos do Teatro, Comunicação e Formação de Professores.	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	-	-
	Literatura Infanto-Juvenil	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Diversidade e Políticas Linguísticas	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Estéticas Comunicacionais: Cultura Impressa e Cultura da Mobilidade	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Semiótica	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Português como Língua Estrangeira e de Acolhimento	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Noções Fundamentais da LIBRAS	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Linguística da Libras	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Metodologia da Pesquisa	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Filosofia da Linguagem	Optativo	FIL	64	-	-	-	64	-	-	-	4	-	-
	Psicolinguística	Optativo	LET	64	-	-	-	64	-	-	-	4	-	-
	Sociologia da Educação	Optativo	SOC	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Introdução à Linguística Antropológica	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Inglês Instrumental	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Francês Instrumental	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Educação das Relações Étnico-Raciais	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-

	Introdução à Cultura e Linguística Indígenas	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-
	Introdução à Fonética Acústica	Optativo	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	4	-	-

ANEXO II – Proposta de fluxo curricular

SEM.	Componente Curricular	Natureza Obrigatório ou Optativo	U.A.O	Carga Horária					Créditos					Requisitos	
				T	PD	PCC	AEC	TOT	T	PD	PCC	AEC	TOT	Pré-req.	Co-req.
1º SEMESTRE	Sociedade, Política e Educação	Obrigatório	PED	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Didática	Obrigatório	PED	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Estudos Linguísticos e Ensino	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	Obrigatório	PED	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Análise Gramatical e Ensino	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
SUBTOTAL				288	32	16	-	336	18	2	1	-	21	-	-
2º SEMESTRE	Psicologia da Educação	Obrigatório	PSI	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa e Ensino	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
	Tecnologias da Informação e da Comunicação no Ensino de Línguas e Literatura	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	Projeto de Extensão – Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola	Obrigatório	LET	-	-	-	96	96	-	-	-	6	6	-	-

SUBTOTAL				160	96	80	96	432	10	6	5	6	27	-	-
3º SEMESTRE	Literatura, Sociedade e Práticas Culturais	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	Latim	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Teoria dos Gêneros Literários e o Poema	Obrigatório	LET	48	16	32	-	96	3	1	2	-	6	-	-
	Leitura e Produção de Textos: Gêneros Acadêmicos	Obrigatório	LET	32	32	-	-	64	2	2	-	-	4	-	-
	Morfologia da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
	Projeto de Extensão - Língua Portuguesa na Escola	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-
SUBTOTAL				208	112	80	80	480	13	7	5	5	30	-	-
4º SEMESTRE	História da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Sintaxe da Língua Portuguesa	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-
	A Narrativa e Seus Gêneros	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
	LIBRAS	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-
	Projeto de Extensão: Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-
SUBTOTAL				208	48	32	80	368	13	3	2	5	23	-	-
5º SEMESTRE	Literaturas de Língua Portuguesa – Primeiras Manifestações	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
	Variação e Mudança Linguística	Obrigatório	LET	32	32	-	-	64	2	2	-	-	4	-	-
	A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-
	Linguística Textual	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-
	Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-
SUBTOTAL				160	208	64	-	432	10	13	4	-	27	-	-
M E S T R E	Semântica e Pragmática	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-

	Poesia Modernista e Vanguardas	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-	
	Filologia Românica	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-	
	Optativa	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-	
	Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-	
	Projeto de Extensão – Leitura literária: encontros e encantos	Obrigatório	LET	-	-	-	80	80	-	-	-	5	5	-	-	
SUBTOTAL				192	176	32	80	480	12	11	2	5	30	-	-	
7º SEMESTRE	Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo	Obrigatório	LET	32	32	32	-	96	2	2	2	-	6	-	-	
	Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-	
	Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-	
	Crítica Literária	Obrigatório	LET	64	-	-	-	64	4	-	-	-	4	-	-	
SUBTOTAL				144	160	48	-	352	9	10	3	-	22	-	-	
8º SEMESTRE	Estudos do Discurso	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-	
	A Lírica Modernista Contemporânea	Obrigatório	LET	48	16	16	-	80	3	1	1	-	5	-	-	
	A Prosa Contemporânea – Tendências	Obrigatório	LET	32	32	16	-	80	2	2	1	-	5	-	-	
	Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura	Obrigatório	LET	-	112	-	-	112	-	7	-	-	7	-	-	
	SUBTOTAL				112	192	48	-	352	7	12	3	-	22	-	-
	TOTAL DE CARGA HORÁRIA				1472	1024	400	336	3232	92	64	25	21	202	-	-
Estágio Curricular não Obrigatório*																
Atividades Teórico Práticas																
ENADE**																

Legenda: U.A.O – Unidade Acadêmica Ofertante; T – Teórica; PD – Prática de Disciplina; PCC – Prática como Componente Curricular; AEC – Ações de Extensão para fins de Creditação; TOT – Total

* Conforme Lei 11.788/2008;

** De acordo com a legislação e Norma.

ANEXO III - Quadro de equivalências entre os fluxos curriculares

FLUXO CURRICULAR ATUAL A SER PROGRESSIVAMENTE DESCONTINUADO		FLUXO CURRICULAR PROPOSTO A SER PROGRESSIVAMENTE OFERTADO		APROVEITAMENTO
Componente curricular	C.H	Componente curricular	C.H	Total/Parcial/ ou sem aproveitamento
Prática de Leitura e Produção de Textos (Coesão e Coerência)	144	Leitura e Produção de Textos: Gêneros Acadêmicos Oficina de Leitura e Produção de Textos (Optativa)	64 64	Total
Morfossintaxe	144	Morfologia da Língua Portuguesa Sintaxe da Língua Portuguesa	80 80	Total
Linguística I	72	Estudos Linguísticos e Ensino	64	Total
Fonética e Fonologia	72	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa e Ensino	80	Total
Linguística II	72	Variação e Mudança Linguística	64	Total
Sintaxe do Texto	144	Linguística Textual Análise Gramatical e Ensino	96 80	Total
Língua Latina	144	Latim História da Língua Portuguesa	64 64	Total
Filologia Românica	72	Filologia Românica	64	Total
Linguística III	144	Semântica e Pragmática Semiótica (Optativa)	80 64	Total
Teorias do Discurso	144	Estudos do Discurso Estéticas Comunicacionais: Cultura Impressa e Cultura da Mobilidade (Optativa)	80 64	Total
Literatura Portuguesa I	144	Literaturas de Língua Portuguesa – Primeiras Manifestações Literatura, Sociedade e Práticas Culturais	80 96	Total
Literatura Portuguesa II	144	A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo Literatura Africana (Optativa)	80 64	Total
Literatura Brasileira I	144	Poesia Modernista e Vanguardas O Teatro Brasileiro (Optativa)	80 64	Total
Literatura Brasileira II	144	Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo O modernismo em Portugal (Optativa)	96 64	Total
Literatura Brasileira III	144	A Lírica Contemporânea	80	Total

		A Prosa Contemporânea – Tendências	80	
Crítica Literária	72	Crítica Literária	64	Total
Teoria da Literatura	144	Teoria dos Gêneros Literários e o Poema A Narrativa e Seus Gêneros	96 80	Total
LIBRAS	72	LIBRAS	64	Total
LIBRAS II	72	Noções Fundamentais da Libras (Optativa)	64	Total
Psicologia da Educação	72	Psicologia da Educação	64	Total
Didática	72	Didática	64	Total
Organização e Fundamentos da Educação Básica	72	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	64	Total
Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa	100	Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura	112	Total
Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa	100	Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura	112	
Estágio Supervisionado I: Literatura	100	Estágio supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura	112	
Estágio Supervisionado II: Literatura	100	Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura	112	
Fundamentos da Comunicação Humana	144	Fundamentos da Comunicação Humana (Optativa)	144	Total
Literatura Infante-Juvenil	72	Literatura Infante-Juvenil (Optativa)	64	Total
Francês Instrumental	72	Francês Instrumental (Optativa)	64	Total
Inglês Instrumental	72	Inglês Instrumental (Optativa)	64	Total
Metodologia da Pesquisa	72	Metodologia da Pesquisa (Optativa)	64	Total
Educação Física	60	Educação Física (Optativa)	64	Total
Oficina de Textos - Leitura e Redação (Optativa)	140	Oficina de Textos - Leitura e Redação (Optativa)	144	Total
Análise e Elaboração de Material Didático (Optativa)	72	Análise e Elaboração de Material Didático (Optativa)	64	Total
Psicolinguística (Optativa)	72	Psicolinguística (Optativa)	64	Total
Introdução à Antropologia (Optativa)	60	Introdução à Linguística Antropológica (Optativa)	64	Total
Introdução à Sociologia (Optativa)	72	Sociologia da Educação (Optativa)	64	Total
Introdução à Filosofia (Optativa)	72	Filosofia da Linguagem (Optativa)	64	Total
Atividade Complementar	200	Atividades Teórico-Práticas (Não Obrigatória)	200	Total
		Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	96	Sem aproveitamento
		Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	96	Sem aproveitamento
		Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente	80	Sem aproveitamento
		Sociedade, Política e Educação	64	Sem aproveitamento
		Português como Língua Estrangeira e de Acolhimento (Optativa)	64	Sem aproveitamento
		Música Popular Brasileira (Optativa)	64	Sem aproveitamento
		Educação das Relações Étnico-Raciais (Optativa)	64	Sem aproveitamento
		Introdução à Fonética Acústica (Optativa)	64	Sem aproveitamento
		Tópicos em Estudos do Teatro, Comunicação e Formação de Professores		Sem aproveitamento

	(Optativa)		
	Introdução à Cultura e Linguística Indígenas (Optativa)	64	Sem aproveitamento
	Tópicos em Língua Latina (Optativa)	64	Sem aproveitamento
	Linguística da Libras (Optativa)	64	Sem aproveitamento
	Literatura Contemporânea: Estudos Interartes (Optativa)	64	Sem aproveitamento
	Gramática Histórica	64	Sem aproveitamento
	Diversidade e Políticas Linguísticas (Optativa)	64	Sem aproveitamento
	O Teatro no Brasil: Período Colonial	64	Sem aproveitamento

Fonte: Comissão de redação do PPC

ANEXO IV – Plano de Migração

Ingressantes em 2023

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	CH
3º semestre	2024.1	
	Sociedade, Política e Educação	64
	Didática	64
	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	64
	Análise Gramatical e Ensino	80
	Literatura, Sociedade e Práticas Culturais	96
	Projeto de Extensão – Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola	96
	2024.2	
4º semestre	Psicologia da Educação	64
	Tecnologias da Informação e da Comunicação no Ensino de Línguas e Literatura	96
	Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	96
	Literaturas de Língua Portuguesa – Primeiras Manifestações	80
	Morfologia da Língua Portuguesa	80
	Projeto de Extensão: Língua Portuguesa na escola	80
	2025.1	
5º semestre	A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo	80
	Varição e Mudança Linguística	64
	LIBRAS	64
	Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão: Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo	80
	2025.2	
6º semestre	Sintaxe da Língua Portuguesa	80
	Linguística Textual	96
	Poesia Modernista e Vanguardas	80
	Filologia Românica	64
	Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão – Leitura literária: encontros e encantos	80
	2026.1	
7º semestre	Semântica e Pragmática	80
	Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo	96
	Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente	80
	Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Crítica Literária	64
	2026.2	

8º semestre	Estudos do Discurso	80
	A Lírica Contemporânea	80
	A Prosa Contemporânea – Tendências	80
	Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura	112

Ingressantes em 2022

Os discentes que ingressaram no ano de 2022 migrarão para a nova estrutura curricular de acordo com o quadro de equivalência, cursando, preferencialmente, o fluxo curricular a seguir:

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	CH
5º semestre	2024.1	
	Sociedade, Política e Educação	64
	Didática	64
	Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura	96
	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	64
	Literatura, Sociedade e Práticas Culturais	96
	Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão – Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola	96
6º semestre	2024.2	
	Tecnologias da Informação e da Comunicação no Ensino de Línguas e Literatura	96
	A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo	80
	Prosa Modernista: o Urbano, o Regional e o Regionalismo	96
	Análise Gramatical e Ensino	80
	Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão: Língua Portuguesa na escola	80
7º semestre	2025.1	
	Filologia Românica	64
	Semântica e Pragmática	80
	Linguística Textual	96
	Crítica Literária	64
	Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura	112
Projeto de Extensão: Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo	80	
8º semestre	2025.2	
	Estudos do Discurso	80
	A Lírica Contemporânea	80
	A Prosa Contemporânea – Tendências	80

	Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente	80
	Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura	112
	Projeto de Extensão – Leitura literária: encontros e encantos	80

Ingressantes em 2021

Teoricamente, os discentes que ingressaram no ano de 2021 serão os formandos do segundo semestre de 2024. Considerando o fato de estarem no último ano do curso, não farão a migração, em conformidade com a decisão do Colegiado dos Cursos de Letras. A não migração justifica-se pelo fato de ser o último do curso e pelo perfil do aluno dos Cursos de Letras: o de trabalhador-aluno, que planejou formar-se em tempo mínimo. Além disso, a evasão no curso já é sensível e significativa; assim, qualquer procedimento contrário dificultaria a integralização do curso pelo aluno.

Aos discentes, ingressantes de 2021, que estiverem reprovados em disciplinas da matriz de 2009, será ofertado plano de estudo pelo professor que estiver ministrando disciplina correspondente da nova matriz, na ocasião. Caso o número de reprovados em uma mesma disciplina ultrapasse a 10 discentes, uma turma para a disciplina pendente poderá ser aberta, para garantir o término do curso na matriz correspondente.

ANEXO V – Ementário

Componente Curricular: Sociedade, Política e Educação			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação			
Sigla: DTFE			
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Desenvolvimento histórico do pensamento, da sociedade e da educação do mundo ocidental e brasileiro. Processo de escolarização da sociedade. Educação, Estado e Política: LDB e seus fundamentos sociológicos. Conceitos sociológicos e suas relações com as práticas pedagógicas críticas, não críticas e crítico-reprodutivistas. Finalidade da educação: reprodução ou transformação social. Escola ideal e escola real. As políticas públicas para a educação das relações étnico-racial, meio ambiente e direitos humanos.

Componente curricular: Didática			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação			
Sigla: DTFE			
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Objeto da didática, seus pressupostos, concepções e suas relações com os processos de ensino e aprendizagem e suas implicações na prática docente. A organização e a avaliação do trabalho pedagógico do professor: planejamento de ensino: finalidades, elementos, fases, avaliação, importância, perspectivas e possibilidades nos diferentes espaços e níveis de atuação. O currículo e a avaliação da aprendizagem.

Componente curricular: Estudos Linguísticos e Ensino			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O estabelecimento da linguística como ciência da linguagem. Tópicos básicos dos estudos linguísticos: língua, linguagem, o signo linguístico, a dupla articulação da linguagem, a noção de sistema linguístico. Níveis de análise linguística: o fonema, o morfema, o sintagma. Breve panorama dos estudos linguísticos: a linguística saussureana e pós-saussureana. Tipos de gramática e suas implicações no ensino de línguas.

Componente curricular: Organização e Funcionamento da Educação Brasileira			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação			
Sigla: DTFE			

Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Políticas Educacionais e Sistemas de Ensino: Sociedade, Estado e Educação. Síntese histórica da organização da educação brasileira. Sistemas Educacionais. Regime de colaboração entre os entes federativos. Gestão e Financiamento da Educação no Brasil. Universalização e qualidade na educação.

Componente curricular: Análise Gramatical e Ensino			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC : 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudos da gramática normativa da língua portuguesa. Revisão sintática de forma crítica: concordância verbal e nominal, a partir de textos argumentativos. Aprofundamento em questões que abordem os conceitos, nomenclaturas e ensino de gramática.

Componente curricular: Psicologia da Educação			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Psicologia			Sigla: PSI
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Psicologia Escolar, Psicologia Aplicada, Psicopedagogia: definições e diferenciações. Psicologia e Educação: conceituação, histórico, principais temas e abordagens teóricas. Desenvolvimento humano e aprendizagem. A condição psicossocial da criança e do adolescente. Fracasso escolar. Subjetividade, desenvolvimento e práticas pedagógicas. Educação inclusiva. Questões de gênero e sexualidade na escola. Disciplina e indisciplina no contexto escolar. Relação escola-família.

Componente curricular: Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa e Ensino			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo da fonética articulatória envolvendo desde o mecanismo fonador até a audição (reconhecimento sonoro), articulação (produção do som), simbolização (reconhecimento dos símbolos para cada som) e descrição do processo da produção dos sons. Estudo fonológico e reconhecimento dos fonemas da língua portuguesa, bem como de seus os principais alofones. Explicação das diferentes teorias fonológicas. A relação entre os fonemas e grafemas e explicação da organização do sistema alfabético do português brasileiro e suas implicações no ensino de leitura e escrita.

Componente curricular: Tecnologias da Informação e Comunicação no Ensino de Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Discussão e reflexão sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem. Subsídios teórico-metodológicos para a utilização de tecnologias digitais na promoção de uma educação pró-social.

Componente curricular: Didática de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino da Língua Portuguesa e da Literatura. O gênero como unidade básica do ensino e as práticas de leitura, análise linguística e produção textual. O ensino de gramática e a gramática contextualizada. A especificidade do texto literário: a mediação das dimensões do real e do imaginário pelo signo verbal e não verbal. Mecanismos ficcionais e compositivos: inventividade, subjetividade e jogos linguísticos. O planejamento de propostas didáticas e a avaliação.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. PCC	C.H. Aula de campo

EMENTA

O projeto de extensão “Língua Portuguesa: construindo saberes docentes na escola” (96h) propõe a construção de uma prática pedagógica qualificada, por meio de intervenções práticas, realizadas por alunos dos cursos de Letras, sobre conteúdos de língua portuguesa – leitura, escrita e gramática – junto a alunos dos anos finais do ensino fundamental em escolas da rede pública, contribuindo tanto para a formação dos licenciandos e sua inserção no ambiente de trabalho, como também para a melhoria da qualidade ensino de língua portuguesa na escola.

Componente curricular: Literatura, Sociedade e Práticas Culturais			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET

Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo

EMENTA

Leitura, sociedade e formação do leitor. Natureza e fundamentos ideológicos da literatura considerada para o público do ensino fundamental e médio. A literatura juvenil no Brasil. Literatura, escola e mercado editorial: seleção, rotulação e consumo. Literatura e redes sociais: práticas das culturas juvenis contemporâneas (*vlogs*, *podcasts* culturais (literatura, cinema, teatro, música), *playlists* comentadas, *fanfics*, *fanzines* etc.). Prática de leitura e análise de obras literárias.

Componente curricular: Latim			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Noções fundamentais de análise lógica e sintática. O alfabeto latino. Generalidades: gênero, número, caso, a importância do genitivo, as cinco declinações latinas. Adjetivos de primeira e segunda classes. As quatro conjugações latinas e o verbo 'esse'. Leitura e tradução de frases e textos latinos.

Componente curricular: Teoria dos Gêneros Literários e o Poema			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Conceitos de literatura: evolução semântico-histórica do conceito de literatura e a noção de literariedade. Introdução aos gêneros clássicos. O teatro grego e o contemporâneo. Estudo do poema: verso, estrofe, formas poéticas fixas, métrica, rima, acentuação. A analogia e a imagem poética. A poesia visual e as novas mídias.

Componente curricular: Leitura e Produção de Textos: Gêneros Acadêmicos			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Leitura e produção de textos acadêmicos: resumo, resenha, ensaio, slides e relatório acadêmico, segundo critérios acadêmicos e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outros manuais de redação científica. Tópicos de gramática normativa.

Componente curricular: Morfologia da Língua Portuguesa			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Modelos de análise morfológica. Morfema, alomorfe, palavra. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes. Processos morfológicos. Formação e classes de palavras no Português. O Grau e o Aspecto em Português.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Língua Portuguesa na Escola”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica -	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

O projeto de extensão “Língua Portuguesa na escola” propõe a construção de uma prática pedagógica qualificada, por meio de intervenções práticas, realizadas por alunos dos cursos de Letras, sobre conteúdos de língua portuguesa – leitura, escrita e gramática – junto a alunos dos anos finais do ensino fundamental em escolas da rede pública, contribuindo tanto para a formação dos licenciandos e sua inserção no ambiente de trabalho, como também para a melhoria da qualidade ensino de língua portuguesa na escola.

Componente curricular: História da Língua Portuguesa			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	CC.H. Prática: -	CC.H. PCC: -	CC.H. Aula de campo: -

EMENTA

Formação histórica da Língua Portuguesa, partindo da formação histórica da Península Ibérica e as contribuições linguísticas advindas dessa formação. A história externa e a história interna da Língua Portuguesa. Compreensão dos fatos linguísticos do português atual através de estudos diacrônicos da língua. Estudo do nível fonético, morfológico e sintático através da história do português.

Componente curricular: Sintaxe da Língua Portuguesa			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo da organização da frase do português. Tipos de frase. Níveis de estruturação frasal e os constituintes oracionais. Relações de (in)dependência no eixo sintagmático (coordenação e subordinação). Estudo da oração na perspectiva da gramática tradicional.

Componente curricular: Literaturas de Língua Portuguesa – Primeiras Manifestações			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Manifestações da literatura portuguesa no processo de formação da literatura brasileira. Produções de cunho informativo e formativo, de autoria de jesuítas e viajantes, a serviço da máquina colonial europeia. Estudo de obras e autores portugueses e brasileiros do Barroco e do Arcadismo, nos gêneros do poema, do drama e da prosa, em sua relação com o contexto de produção.

Componente curricular: LIBRAS			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

História do surdo e da Língua de Sinais num contexto mundial. Legislação. Alfabeto. Numerais; Configurações manuais. Cumprimentos. Pronomes. Pronomes interrogativos. Verbos. Ambiente escolar. Disciplinas. Cursos. Cores. Dia. Semana. Datas. Ano e estações. Família. Sentimentos. Antônimos. Intensidade. Todos os conteúdos abordados em consonância com a gramática da Língua Brasileira de Sinais aplicados à linguística.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Estratégias de Leitura e Produção de Texto Argumentativo”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O projeto “Estratégias de leitura e produção de texto argumentativo” propõe atividades práticas de leitura e, a partir destas, de produção de textos argumentativos a alunos do ensino médio de escolas da rede pública estadual, mostrando-lhes a interdependência dessas práticas sociais e, por extensão, a necessidade de uso das estratégias envolvidas nessas práticas para o êxito da produção do texto oral ou escrito. Aos licenciandos o projeto oferece subsídios para a articulação da teoria à prática, bem como vivência e percepção do ensino e da aprendizagem de objetos específicos de conhecimento. Aos alunos participantes permite a percepção da leitura e da escrita como instrumentos utilizados para repensar o mundo e (re)organizar o próprio pensamento e as informações de que precisam comunicar.

Componente curricular: A Narrativa e Seus Gêneros			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O gênero romance: origens e evolução sob as perspectivas de Lukács e Bakhtin, entre outros. As formas da narrativa: crônica, conto, novela e romance. Categorias da narrativa: discurso e diegese, fábula e trama, temporalidade da história e do discurso, diferentes tipologias da personagem, figuração do narrador, o espaço e a ambientação. A narrativa fílmica e a HQ.

Componente curricular: Variação e Mudança Linguística			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC:	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Contextualização da sociolinguística e seus conceitos básicos: língua, idioleto, dialeto, variedade, variante, fenômenos e regras variáveis; variação e mudança e as perspectivas teóricas; o português brasileiro (influência indígena, africana e outros); uma reflexão entre português brasileiro e europeu.

Componente curricular: A Poesia e a Prosa do Século XIX – Romantismo, Realismo e Simbolismo			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

A lírica romântica, realista e simbolista, em Portugal e no Brasil, incluindo-se autores representativos da literatura mato-grossense, para além das balizas temporais da historiografia literária. A reflexão sobre identidade nacional nas produções literárias pós-coloniais. A prosa ficcional do Romantismo, Realismo-Naturalismo e Simbolismo-Decadentismo, produzida no Brasil e Portugal, em relação com o contexto histórico. A deriva pós-colonial no romance brasileiro. A dialética local – universal na produção brasileira.

Componente curricular: Linguística Textual			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo das relações sintático-semânticas e sócio-pragmáticas na organização da estrutura do texto na perspectiva da Linguística Textual. A textualidade e as teorias textuais. Coesão e coerência textuais. A referenciação nos textos e a recategorização de objetos-de-discurso. O estudo da textualidade e o ensino de Língua Portuguesa.

Componente curricular: Estágio Supervisionado I: Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 112h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: 112	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Observação do contexto educacional, com verificação dos aspectos físico-estruturais, organizacionais e sócio-artístico-educacionais da escola de ensino fundamental e médio. Estudo do Projeto Político Pedagógico da escola e suas relações com gestão, com as práticas escolares, com as questões étnico-raciais, de direitos humanos e ambientais.

Componente curricular: Semântica e Pragmática			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O objeto da Semântica. Aspectos semânticos da linguagem. Significado, sentido e referência. Semântica intencional e Semântica extensional. Noções básicas de lógica: conectivos, argumentos e notação. Semântica formal e Semântica argumentativa. Significado lexical e significado textual. A teoria da enunciação, a teoria dos atos de fala e implicaturas conversacionais. O signo e o enunciado ideológico.

Componente curricular: A Poesia Modernista e Vanguardas			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

A poesia em língua portuguesa do início do século XX à geração de 1930. O Modernismo e seu diálogo com as Vanguardas europeias. Leitura crítica dos manifestos das Vanguardas e dos modernistas. A produção poemática da “Geração Orpheu” em Portugal e da “Primeira geração modernista” no Brasil, a tensão entre a ruptura e a tradição. A poesia engajada da geração 1930.

Componente curricular: Filologia Românica			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Filologia Românica: definição, delimitação e métodos. Linguística e filologia: confrontos e diferenças. A romanística: antes do século XIX e durante o século XIX. A expansão romana: România Oriental e România Ocidental. Latim vulgar e latim literário: conceituação e características gerais. O método histórico comparativo. A edição filológica e a preparação de textos para estudo histórico da língua portuguesa.

Componente curricular: Estágio Supervisionado II: Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 112h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: 112	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Observação de aulas de língua Portuguesa e Literatura nos anos finais do ensino fundamental, médio e/ou na educação de jovens e adultos. O trabalho com as linguagens e suas tecnologias. Formas e instrumentos de avaliação da aprendizagem. A gestão da aula, a escolha dos conteúdos e suas relações com as questões étnico-raciais, direitos humanos e o papel do cidadão na sociedade contemporânea. Regência de aula.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Leitura Literária na Escola: encontros e encantos”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O Projeto de extensão “Leitura literária na Escola: encontros e encantos” propõe o resgate do valor da leitura, como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. Pressupõe o acesso à leitura literária, buscando desenvolver o potencial cognitivo e criativo do aluno ao possibilitar vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação. Estimula o desejo de novas leituras e produções orais, escritas e em outras linguagens, além de proporcionar a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo uma formação crítica e emancipadora tanto ao licenciado quanto aos alunos participantes.

Componente curricular: Prosa Modernista - O Urbano, o Regional e o Regionalismo			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 32	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

A Literatura brasileira em prosa, do início do século XX à geração de 1930. As manifestações regionalistas do chamado Pré-Modernismo e da segunda geração modernista. Introdução à Literatura Portuguesa nos países africanos. Tendências da prosa em língua portuguesa, após a II Guerra Mundial: o romance urbano entre o intimismo e o existencialismo. A renovação do romance regionalista brasileiro na geração de 1945: do local ao universal e ao mítico.

Componente curricular: Linguística Aplicada: Pesquisa, Ensino e Formação Docente			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: - 0

EMENTA

A Linguística Aplicada como área pluri-multi e interdisciplinar de construção teórica e resolução de problemas no mundo e seu desenvolvimento no Brasil. Aplicação das visões formalistas e funcionalistas ao ensino. Letramento e letramento docente. A pesquisa em sala de aula (pesquisa-ação) e suas relações com a prática pedagógica, com a formação continuada do professor e com o direito de aprender dos educandos.

Componente curricular: Estágio Supervisionado III: Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 112h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: 112	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Observação de aulas de Língua Portuguesa e Literatura no ensino médio e/ou na educação de jovens e adultos. O trabalho com as linguagens e suas tecnologias. Formas e instrumentos de avaliação da aprendizagem; seleção de conteúdo e suas relações com as questões étnico-raciais e o papel do cidadão na sociedade contemporânea. Regência.

Componente curricular: Crítica Literária			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Conceito de crítica literária. A crítica imanente e a contribuição de diferentes áreas do conhecimento. Teorias críticas contemporâneas: hermenêutica, estruturalismos, correntes sociológicas. Estética da recepção. Ecocrítica.

Componente curricular: Estudos do Discurso			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Texto e discurso. Análise Dialógica do Discurso, Análise do Discurso de Linha Francesa e Análise Crítica do Discurso: reflexão sobre as diferenças entre essas teorias. Análise de material textual com base nas diferentes vertentes, com enfoque em conteúdos e temáticas de formação geral e formação docente, destacando as questões étnico-raciais, ecológicas e o papel do cidadão na sociedade contemporânea.

Componente curricular: A Lírica Contemporânea			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 16	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Percurso da geração de 1945 ao século XXI; a poesia brasileira entre o engajamento e a experimentação formal; a atual poesia mato-grossense; o lugar da música popular brasileira.

Componente curricular: A Prosa Contemporânea - Tendências			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 80h			
C.H. Teórica: 32	C.H. Prática: 32	C.H. PCC: 16	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

A renovação dos modelos realistas de narrar mediante experimentações estéticas. Tendências do romance nas décadas finais do século XX e sua relação com contextos sócio-políticos em transformação: o pós-colonialismo nos países africanos; o fim dos governos militares em Portugal e Brasil. A produção ficcional do século XXI.

Componente curricular: Estágio Supervisionado IV: Língua Portuguesa e Literatura			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 112h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: 112	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Elaboração, planejamento e execução de aulas/projetos interdisciplinares de leitura e/ou escrita demandados pelos alunos e professores das instituições conveniadas. Proposição de trabalho com questões pontuais, voltada para o ensino da língua portuguesa e suas literaturas, sob perspectivas teórico-metodológicas diversas, tendo por embasamento, ainda que não exclusivamente, as experiências decorrentes dos Estágios Supervisionados I, II e III.

Componente curricular: Literatura Contemporânea: Estudos Interartes			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Literatura brasileira e tendências literárias contemporâneas. Literatura e tecnologia. Limites entre literatura, indústria cultural e cultura de massa. Literatura, cinema e teatro.

Componente curricular: Análise e Elaboração de Material Didático			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Análise e avaliação crítica de livros-texto usados para o ensino/ aprendizagem de línguas. Preparação, adaptação e desenvolvimento de materiais pedagógicos para a sala de aula à luz de uma revisão dos principais pressupostos teóricos e resultados empíricos de aquisição de segunda língua/língua materna.

Componente curricular: Oficina de Leitura e Produção de Texto			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: 144	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Prática de leitura e produção de textos a partir de uma abordagem enunciativa. Análise dos fatores linguísticos, textuais e discursivos que contribuem para a qualidade de textos acadêmicos e jornalísticos. Critérios para a correção e avaliação de textos.

Componente curricular: Literatura Africana			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Experiências literárias coloniais e pós-coloniais. Os movimentos africanistas do começo do século XX. A Guerra colonial e os processos de independência retratados na literatura. Pós-independência e nacionalismos. Autores exponenciais nos gêneros lírico e narrativo. O diálogo com os gêneros literários e as matrizes da oralidade.

Componente curricular: Tópicos em Língua Latina			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Morfossintaxe verbal: conjugações e tempos verbais, o verbo 'sum'. Morfossintaxe das classes invariáveis. A ordem das palavras na estrutura da oração latina. Provérbios, sentenças, excertos e fábulas latinas.

Componente curricular: O teatro no Brasil: Período Colonial			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Autores e obras exponenciais do teatro no Brasil: período colonial.

Componente curricular: Teatro Brasileiro			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Autores e obras exponenciais do teatro no século XX.

Componente curricular: Modernismo em Portugal			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Expressões da literatura em prosa e poesia no século XX.

Componente curricular: Música Popular Brasileira			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Composições musicais: das origens aos dias atuais.

Componente curricular: Tópicos em Estudos do Teatro, Comunicação e Formação de Professores.			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Contribuições da neurociência e das ciências cognitivas para os estudos do teatro e a vinculação destes estudos à formação dos professores. O espectador e o seu papel ativo na construção dos significados artísticos, estéticos e linguísticos dos espetáculos. A Simulação, a projeção, a empatia, a identificação, o mecanismo da imitação e a comunicação com o outro. Processos miméticos e educação transcultural. A força da mimese e a transformação das imagens externas em internas. A consciência e as noções de mapas. As emoções e os processos miméticos.

Componente curricular: Literatura Infanto-Juvenil			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Natureza da literatura Infanto-juvenil. Leitura crítica de textos infanto-juvenis. A literatura infanto-juvenil no Brasil.

Componente curricular: Diversidade e Políticas Linguísticas			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Relações entre língua, cultura e identidade. Panorama da diversidade linguística existente no Brasil e em Mato Grosso. Línguas indígenas, língua de sinais, línguas quilombolas, línguas de imigração e demais línguas de contato faladas no Brasil. Diversidade linguística e a ética na prática do profissional de Letras.

Componente curricular: Estéticas Comunicacionais: Cultura Impressa e Cultura da Mobilidade			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo e reflexão de textos críticos sobre o problema da aceleração contínua na vida contemporânea. A cultura da mobilidade e os tempos da conexão e da desconexão na cultura digital. A hibridização das mídias e os lugares de leitura. O livro impresso e o livro eletrônico: passagens e transformações. Plataformas de leitura, o leitor e o curador de informações. A escrita na era da imagem e a formação de professores.

Componente Curricular: Semiótica			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

O estudo da significação e interpretação dos processos simbólicos. Os sistemas semióticos e suas sistematizações. Produção cultural, indústria da cultura de massa e ideologia. As estratégias semiolinguísticas da interpretação.

Componente curricular: Noções fundamentais da LIBRAS			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Classificadores; Comparações; Homonímias; Intensidades; Metáforas; Polissemias; Sinais manuais; Sinais não manuais; Verbos com concordância; Verbos sem concordância e Diálogos. Todos os conhecimentos serão aplicados às aulas práticas na escola especializada ao atendimento a criança, jovens e adultos surdos, com estágio supervisionado pelo professor responsável pela disciplina.

Componente curricular: Metodologia da Pesquisa			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Teoria e metodologia, conhecimento científico e realidade social. Objetividade e subjetividade em ciências. Paradigmas metodológicos das ciências sociais. Principais métodos e abordagens na investigação em ciências sociais. A pesquisa empírica e a pesquisa-ação. A pesquisa etnográfica na educação.

Componente curricular: Filosofia da Linguagem			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Filosofia			Sigla: FIL
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64h	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Linguagem simbólica e linguagem conceitual. Teoria do significado. Positivismo Lógico. Filosofia Analítica. Filosofia da linguagem ordinária.

Componente curricular: Psicolinguística			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo dos modelos e teorias explicativas da aquisição, desenvolvimento, processamento e uso da linguagem. A aquisição da linguagem como um domínio da Psicolinguística. Principais teorias/abordagens da aquisição da linguagem. Questões de metodologia em aquisição de linguagem. O desenvolvimento da linguagem na criança.

Componente curricular: Sociologia da Educação			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Ciências Sociais			Sigla: SOC
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática:	C.H. PCC:	C.H. Aula de campo:

EMENTA

Estudos críticos sobre o desenvolvimento das relações entre educação e sociedade e suas implicações políticas e sociais. Análise dos modelos teóricos de correntes da sociologia clássica e contemporânea que se dedicam à análise da educação.

Componente curricular: Gramática Histórica			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo das origens da língua portuguesa e de sua evolução diacrônica. O papel dos fatores linguísticos e extralinguísticos na dialeção do latim vulgar e na conseqüente formação do português. Estudo de mudanças fônicas, morfológicas e sintáticas do latim vulgar ao português atual. Estudo da correlação entre variação e mudança em processos recentes ou em andamento no português do Brasil.

Componente curricular: Fundamentos da Comunicação Humana			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 144h			
C.H. Teórica: 96	C.H. Prática: 48	C.H. PCC:	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Estudo do papel dos diferentes sentidos na constituição dos vínculos comunicacionais. Estudo da teoria da cultura e das raízes da cultura. A mídia primária, a mídia secundária e a mídia terciária. A imagem e a imagem técnica, a escrita, a língua e a realidade.

Componente curricular: Oficina de Textos: Leitura e Redação			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 144h			
C.H. Teórica: 48	C.H. Prática: 96	C.H. PCC:	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

As condições de produção de textos na escola. Gêneros textuais e tipologia textual. O lúdico e o acadêmico. Oficinas de redação e leitura. Elaboração de propostas de atividades que considerem o texto como conteúdo e não material de apoio e exemplificação.

Componente curricular: Inglês Instrumental			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Conscientização e transferência de estratégias de leitura em língua materna para leitura em língua inglesa. Desenvolvimento de estratégias de leitura em língua inglesa e noções da estrutura da mesma língua. Aquisição de vocabulário.

Componente curricular: Educação das Relações Étnico-Raciais			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Ensino e Organização Escolar			Sigla: DEOE
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática:	C.H. PCC	C.H. Aula de campo:

EMENTA

“Cor”, “Raça” e “Etnia”: Classificação racial no Brasil – o racismo científico versus as contribuições da genética. Aspectos da História dos Negros no Brasil. Africanos e “crioulos”. Escravidão e Cidadania no Brasil. Contribuições culturais afro-brasileiras à sociedade nacional. Racismo, discriminação e preconceito. Democracia Racial. Desigualdades Raciais na sociedade e na Educação brasileira. Estratégias pedagógicas na busca de uma sociedade pluriétnica e multirracial.

Componente curricular: Francês Instrumental			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: 64	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Conscientização e transferência de estratégias de leitura em língua materna para leitura em língua francesa. Desenvolvimento de estratégias de leitura em língua francesa e noções da estrutura da mesma língua. Aquisição de vocabulário.

Componente curricular: Português como Língua Estrangeira e de Acolhimento			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica 64	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

Estudos dos modelos contemporâneos de aquisição de línguas adicionais. A interação entre língua e cultura. A língua portuguesa no mundo. Português como língua de herança, como segunda língua, língua adicional e língua estrangeira. Estudo das características da língua

portuguesa, comparadas com as de outras línguas, para o ensino a estrangeiro. Introdução às questões relacionadas ao ensino de português como língua adicional abordando metodologia, materiais didáticos e formação de professores.

Componente curricular: A Linguística da LIBRAS			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica 64	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

Estudos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais e estudos gramaticais do Léxico, Sintático, Morfológico, Pragmático, Fonema, Fonologia, Vícios de Linguagem, Polissemia, Metáfora, Comparação e Interfaces da linguística. Processo ensino-aprendizagem do aluno surdo frente à Língua Portuguesa. Uso da Libras na prática, em concordância com suas próprias normativas e construção de um educador com competência no uso de Libras como língua materna do seu aluno surdo para o processo de ensino da Língua Portuguesa.

Componente curricular: Introdução à Linguística Antropológica			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: ANT
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica 64	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

Relação entre linguagem, pensamento e cultura é conhecido como linguística antropológica (LA). Objetivos da Linguística antropológica. Estudo da linguagem como um fenômeno cultural geral e determinante das relações genealógicas entre as línguas e na recriação das culturas antigas. Análise da origem e evolução da língua, com foco na comparação e reconstrução de famílias linguísticas. Reflexão básica de Linguística Antropológica mostra como a metodologia técnica de análise linguística pode ajudar os alunos a obter uma compreensão mais profunda da linguagem como estratégia de classificação do mundo.

Componente curricular: Introdução à Cultura e Linguística Indígenas			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica: -	C.H. Prática: -	C.H. PCC: -	C.H. Aula de campo: -

EMENTA

Abordar uma visão geral em relação a aspectos culturais, linguísticos e educacionais dos indígenas do Brasil, com destaque aos povos existentes no Mato Grosso.

Componente Curricular: Introdução à Fonética Acústica	
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras	Sigla: LET

Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica 64	C.H. Prática	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

Princípios fundamentais da acústica que são relevantes para o estudo dos sons da fala humana. Compreensão básica das propriedades das ondas sonoras da fala e investigação instrumental das propriedades por meio de software de análise acústica. Trabalho com gráficos de forma de onda, gráficos de frequência fundamental e espectrogramas. Uso eficaz desses displays como uma ajuda para transcrever corretamente os sons da fala e entender suas propriedades fonéticas no contexto de trabalho de campo descritivo fonético e/ou fonológico. Atenção significativa às inter-relações complexas entre os correlatos acústicos, articulatórios e perceptivos dos sons da fala.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Sarart: entre Línguas e Letras”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 96h			
C.H. Teórica -	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

O Projeto “Sarart: entre Línguas e Letras” oferece diversas ações extensionistas, transdisciplinares (sarau, oficinas, minicursos, monitorias, tutorias, produções lítero-musicais entre outras), proporcionando aprendizagens, interação, diálogo e a manifestação efetiva dos sujeitos sociais em geral e da comunidade acadêmica em particular (alunos, servidores, professores), por meio do apoio didático, da articulação, valorização e socialização de conhecimentos científicos, literários, artísticos e culturais. A proposta pressupõe a garantia do direito da pessoa aos “bens incompreensíveis”, à inclusão, ao acesso e à permanência na universidade.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Português para Estrangeiros”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica -	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

O projeto de extensão “Português para estrangeiros envolve o desenvolvimento de habilidades básicas de ler, escrever, ouvir e falar em Português, como também a sistematização de aspectos pragmático-culturais constituintes de interações cotidianas. Promove a compreensão e produção de gêneros textuais orais, escritos e multimodais de diversas esferas comunicativas e a aprendizagem de alguns sons distintivos do português brasileiro.

Componente curricular: Projeto de Extensão “Semana de Letras”			
Unidade acadêmica ofertante: Departamento de Letras			Sigla: LET
Carga horária total: 64h			
C.H. Teórica -	C.H. Prática -	C.H. PCC -	C.H. Aula de campo -

EMENTA

O projeto de extensão *Semana de Letras* constitui-se de um evento organizado pelos Cursos de Letras com a promoção de interlocuções sobre temáticas relacionadas à integração universidade e escola, bem como sobre a formação do professor e o ensino de língua portuguesa e literatura na educação básica. É aberto a graduando, pós-graduando, docentes, pesquisadores e profissionais do ensino básico, configurando-se em oportunidade de socialização de conhecimentos e compartilhamento de experiências, a fim de que o saber da academia possa ser transformado em elementos voltados para o ensino e possibilitando que Universidade e a Escola estabeleçam um diálogo mais próximo e produtivo em suas ações, no que se refere à área de Letras.